



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE SÃO BORJA/RS**

**Tese de Doutorado**

**Janete Maria De Conto**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE SÃO BORJA/RS**

por

**Janete Maria De Conto**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de  
Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), para obtenção do título de  
**Doutora em Letras.**

**Orientadora: Profª Drª Marcia Cristina Corrêa**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Tese de Doutorado

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE SÃO BORJA/RS**

elaborada por

**JANETE MARIA DE CONTO**

como requisito parcial para obtenção do grau de

**Doutora em Letras**

---

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Marcia Cristina Corrêa, Dr. (Presidente/Orientadora)**

---

**Cristina Kologeski Fraga, Dr. (UNIPAMPA/RS)**

---

**Vera Lúcia Pires, Dr. (UNIRITTER – UFSM/RS)**

---

**Maria Eulália Tomasi Albuquerque, Dr. (UFSM/RS)**

---

**Maria Tereza Nunes Marquesan, Dr. (UFSM/RS)**

Santa Maria, 27 de abril de 2012.

A três grandes mulheres: Rosalina (in memorian),  
Maria (in memorian) e Carmelina.  
A um grande homem: Rino.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de uma longa caminhada, que iniciou antes mesmo do meu ingresso no curso de doutorado e que só se realizou com a contribuição de pessoas muito especiais. Por isso, agradecer não me parece uma tarefa fácil e, para não correr o risco de cometer injustiças, agradeço de antemão a todos que de alguma forma cruzaram o meu caminho e contribuíram para a concretização de um dos principais projetos da minha vida.

Sou especialmente grata a Deus, por me oportunizar momentos maravilhosos e também momentos difíceis, para que eu aprendesse a valorizar a grandiosidade de pequenas ações e a sentir a magia das coisas mais simples, que são as que fazem a vida realmente valer a pena. Agradeço, também, aos seus assessores: Nossa Senhora de Fátima e Santo Antônio, a quem, várias vezes, pedi – e recebi - muita luz e discernimento.

Serei infinitamente grata à professora Dr<sup>a</sup> Marcia, por ser o meu *anjo salvador*. Por ter acreditado em mim e na minha proposta de pesquisa. Pela paciência inesgotável, pela riqueza de conhecimentos e pela orientação segura e competente, sem deixar de ser humana e sensível, conduzindo-me com equilíbrio nas inúmeras cordas bambas em que me encontrei. Pela energia positiva e permanente estímulo.

Com muito respeito e admiração, agradeço à professora Dr<sup>a</sup> Ana Maria Colling, à professora Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Pires, à professora Dr<sup>a</sup> Maria Eulália Tomasi Albuquerque e à professora Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Nunes Marquesan, pelas valiosas observações e sugestões fornecidas no processo de qualificação, visando à melhoria da pesquisa e, conseqüentemente, do texto. Do mesmo modo, à professora Dr<sup>a</sup> Cristina Kologeski Fraga, pela honra de tê-la como participante na construção deste trabalho e por conceder-me acesso às pesquisas sob sua orientação.

À professora Maria Eulália, que em 1999, em um curso de capacitação do PEIS para professores da rede estadual, me instigou a buscar mais sobre feminilidades e masculinidades a partir da leitura e discussão sobre o texto *As mulheres de preto*, produzido por David Coimbra. E, especialmente, pelos livros.

À professora Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Pires, pelas incansáveis discussões sobre as desigualdades de gênero em nossas aulas durante o curso. O resultado do que discutíamos está registrado, de algum modo, neste trabalho.

À professora Dr<sup>a</sup> Désirée, à professora Dr<sup>a</sup> Nina e à professora Dr<sup>a</sup> Amanda pelas aulas e proveitosas discussões durante o curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, à coordenação e aos funcionários Jandir e Irene, pela constante atenção, profissionalismo e amizade.

Às colegas da linha de pesquisa *Linguagem e Interação*, especialmente a Maísa e a Fabiana, por me auxiliarem, sanando minhas dúvidas e indicando leituras.

À Suzi, amiga na longa jornada de pós-graduação, pelos *helps* em inglês.

Aos meus pais, Rino e Carmelina, por me fazerem acreditar que é possível concretizar sonhos, por me fazerem gente, pelo amor, carinho e dedicação. Por serem exemplos de caráter e a minha maior referência em tudo o que faço. Em especial, à dona *Biscoito* por ser o maior exemplo de mulher e de feminilidade que eu conheci.

Ao Everaldo, por estar sempre ao meu lado, me apoiando e incentivando a não desanimar, pela compreensão, pelo incansável companheirismo, ajuda e amor. Por me fazer rir até mesmo nos momentos mais difíceis e pelas frases inesquecíveis: *“melhor professora do mundo”, “o temporal não dura para sempre, daqui a pouco acaba”*.

Ao meu irmão Jair, pelo permanente incentivo e por ser o grande exemplo de caráter e sucesso profissional no qual procuro me espelhar. Por estar sempre ao meu lado, me mostrando que não estou sozinha.

À minha cunhada Dulce, aos sobrinhos Guilherme e Lucas, à sobrinha Letícia pelo apoio, pelo carinho e por estarem sempre à disposição para me ajudar. Às sobrinhas que chegaram mais tarde, Daniele e Renata. À Dani, por ter me oportunizado a leitura do trabalho final de graduação sobre desigualdade de gênero e violência contra a mulher, que estimulou esta pesquisa e, também, pelo empréstimo de livros.

A todos os colegas do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja, por me aturarem nesses dois anos de convívio e pela paciência em me ouvirem falar sobre assuntos como a tese e a tese... e... a tese... E quando eu conseguia mudar de assunto era... violência contra a mulher... e... desigualdade de gênero... Essa *diversidade* de assuntos me rendeu a representação de feminista. Será que sou??? Sei não...

O meu seletto e profundo agradecimento ao diretor do IFF São Borja, professor Carlos Eugênio Balsemão. Deus é muito bom, pois nos permite a convivência com pessoas extremamente humanas, que nos auxiliam a tirar as pedras do nosso caminho e a vencer obstáculos que parecem impossíveis de serem vencidos. Nessa trajetória, o professor Carlos foi uma dessas pessoas. Não há como estimar o quanto seu apoio contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao amigo e colega Denírio, por organizar minha vida profissional no IFF São Borja, a fim de possibilitar a minha clausura para eu construir a tese.

À amiga e colega Nani, pela amizade confortante e pela coragem de realizar a leitura crítica deste trabalho.

Às amigas e colegas Raquel e Luciana, por partilharmos as aflições do doutoramento e por rirmos juntas das nossas angústias.

À amiga e colega Lara, pelas orientações e ajuda sobre os recursos de informática. Pelas dicas e trocas de ideias.

À colega Daniela, pelo empréstimo de materiais e pelas dicas.

Aos/às meus/minhas alun@s, por todas as contribuições à pesquisa.

À intérprete de músicas nativistas Nina França e ao poeta, compositor, cantor e historiador samborjense Rodrigo Bauer, que sem me conhecerem pessoalmente, foram extremamente gentis e contribuíram com o envio das letras das músicas nativistas que constituem o epílogo dos capítulos 3 e 4.

Com muito respeito, ao delegado Gerri Adriani Mendes, por disponibilizar o acesso à Delegacia de Polícia de São Borja e aos Boletins de Ocorrência. Pela confiança, atenção, profissionalismo e espontaneidade para esclarecer minhas dúvidas.

À Alessandra, escritã da Delegacia de Polícia de São Borja, pelas trocas de ideias e pelas contribuições a esta pesquisa.

A tod@s @s colegas do Instituto Estadual de Educação Prof. Annes Dias, de Cruz Alta, especialmente à Bebeta, pelo pleno apoio e incentivo; e a tod@s @s colegas da UNICRUZ, em especial ao Antonio Escandiel, pelas inúmeras oportunidades para o meu crescimento profissional. Nessas instituições, tudo começou na minha vida acadêmica e docente...



## A MOÇA TECELÃ

*Acordava ainda no escuro, como se ouvisse o sol chegando atrás das beiradas da noite. E logo sentava-se ao tear. Linha clara, para começar o dia. Delicado traço cor da luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte.*

*Depois lãs mais vivas, quentes lãs iam tecendo hora a hora, em longo tapete que nunca acabava.*

*Se era forte demais o sol, e no jardim pendiam as pétalas, a moça colocava na lançadeira grossos fios cinzentos do algodão mais felpudo. Em breve, na penumbra trazida pelas nuvens, escolhia um fio de prata, que em pontos longos rebordava sobre o tecido. Leve, a chuva vinha cumprimentá-la à janela.*

*Mas se durante muitos dias o vento e o frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que o sol voltasse a acalmar a natureza.*

*Assim, jogando a lançadeira de um lado para outro e batendo os grandes pentes do tear para frente e para trás, a moça passava os seus dias.*

*Nada lhe faltava. Na hora da fome tecia um lindo peixe, com cuidado de escamas. E eis que o peixe estava na mesa, pronto para ser comido. Se sede vinha, suave era a lã cor de leite que entremeava o tapete. E à noite, depois de lançar seu fio de escuridão, dormia tranquila.*

*Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.*

*Mas tecendo e tecendo, ela própria trouxe o tempo em que se sentiu sozinha, e pela primeira vez pensou em como seria bom ter um marido ao lado.*

*Não esperou o dia seguinte. Com capricho de quem tenta uma coisa nunca conhecida, começou a entremear no tapete as lãs e as cores que lhe dariam companhia. E aos poucos seu desejo foi aparecendo, chapéu emplumado, rosto barbado, corpo aprumado, sapato engraxado. Estava justamente acabando de entremear o último fio da ponta dos sapatos, quando bateram à porta.*

*Nem precisou abrir. O moço meteu a mão na maçaneta, tirou o chapéu de pluma, e foi entrando em sua vida.*

*Aquela noite, deitada no ombro dele, a moça pensou nos lindos filhos que teceria para aumentar ainda mais a sua felicidade.*

*E feliz foi, durante algum tempo. Mas se o homem tinha pensado em filhos, logo os esqueceu. Porque tinha descoberto o poder do tear, em nada mais pensou a não ser nas coisas todas que ele poderia lhe dar.*

*— Uma casa melhor é necessária — disse para a mulher. E parecia justo, agora que eram dois. Exigiu que escolhesse as mais belas lãs cor de tijolo, fios verdes para os batentes, e pressa para a casa acontecer.*

*Mas pronta a casa, já não lhe pareceu suficiente.*

— *Para que ter casa, se podemos ter palácio?* — perguntou. Sem querer resposta imediatamente ordenou que fosse de pedra com arremates em prata.

*Dias e dias, semanas e meses trabalhou a moça tecendo tetos e portas, e pátios e escadas, e salas e poços. A neve caía lá fora, e ela não tinha tempo para chamar o sol. A noite chegava, e ela não tinha tempo para arrematar o dia. Tecia e entristecia, enquanto sem parar batiam os pentes acompanhando o ritmo da lançadeira.*

*Afinal o palácio ficou pronto. E entre tantos cômodos, o marido escolheu para ela e seu tear o mais alto quarto da mais alta torre.*

— *É para que ninguém saiba do tapete* — ele disse. E antes de trancar a porta à chave, advertiu: — *Faltam as estrebarias. E não se esqueça dos cavalos!*

*Sem descanso tecia a mulher os caprichos do marido, enchendo o palácio de luxos, os cofres de moedas, as salas de criados. Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.*

*E tecendo, ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio com todos os seus tesouros. E pela primeira vez pensou em como seria bom estar sozinha de novo.*

*Só esperou anoitecer. Levantou-se enquanto o marido dormia sonhando com novas exigências. E descalça, para não fazer barulho, subiu a longa escada da torre, sentou-se ao tear.*

*Desta vez não precisou escolher linha nenhuma. Segurou a lançadeira ao contrário, e jogando-a veloz de um lado para o outro, começou a desfazer seu tecido. Desteceu os cavalos, as carruagens, as estrebarias, os jardins. Depois desteceu os criados e o palácio e todas as maravilhas que continha. E novamente se viu na sua casa pequena e sorriu para o jardim além da janela.*

*A noite acabava quando o marido estranhando a cama dura, acordou, e, espantado, olhou em volta. Não teve tempo de se levantar. Ela já desfazia o desenho escuro dos sapatos, e ele viu seus pés desaparecendo, sumindo as pernas. Rápido, o nada subiu-lhe pelo corpo, tomou o peito aprumado, o emplumado chapéu.*

*Então, como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara. E foi passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte.*

(COLASANTO, 2000)

## RESUMO

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE SÃO BORJA/RS

Autora: Janete Maria De Conto  
Orientadora: Marcia Cristina Corrêa

Este trabalho busca responder à seguinte questão: quais são as representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS? Os objetivos principais são investigar e interpretar as representações sociais da mulher que sofre ou sofreu agressão praticada por seu companheiro/marido no âmbito privado. Este estudo justifica-se porque busca interpretar o mundo social e entender como as representações que os indivíduos constroem, a partir de suas escolhas linguísticas, exercem um papel fundamental na organização das estruturas que formam a vida social. Por meio dos seus discursos, nas diversas situações em que se inserem, as pessoas emitem opiniões, juízos de valor e sentimentos e colaboram para a criação e manutenção de uma dada representação social. Tendo em vista esses pressupostos, para desenvolver esta pesquisa etnográfica e de abordagem qualitativa, revisei a literatura sobre as seguintes perspectivas teóricas: gênero social (SAFFIOTI, 2001; 2004; 2009), representações sociais (MOSCOVICI, 1984; 1988; 2003), dialogicidade (MARKOVÁ, 2006) e sociointeracionismo (BAKHTIN, 1992; 1997). Após, descrevi o contexto sócio-histórico de São Borja/RS, a partir de fonte bibliográfica e documental. Identifiquei as estatísticas sobre a violência contra a mulher no município e investiguei as ações legais efetivas - como a *Lei Maria da Penha* - e as políticas públicas implantadas para combater o problema. Especificamente, para consolidar a análise linguística, descrevi o gênero discursivo Boletim de Ocorrência (BO) e analisei vinte BOs de violência doméstica e familiar contra a mulher, coletados na Delegacia de Polícia de São Borja. Os resultados desta pesquisa sugerem que os documentos analisados apresentam algumas peculiaridades e caracterizam-se pelo discurso reportado e pelo dialogismo, pois materializam a reformulação do discurso oral da mulher para o discurso escrito d@ policial escrevente. Assim, as representações sociais da *mulher* registradas nos BOs condizem à compreensão e interpretação d@ policial diante dos fatos narrados pela ofendida. E, é a partir dessa percepção que a violência contra a mulher se torna pública no contexto investigado.

Palavras-chave: Representação Social; Dialogismo; Violência Doméstica e Familiar; Mulher; Boletim de Ocorrência.

## ABSTRACT

Dissertation  
Graduate Program in Linguistics  
Federal University of Santa Maria

### **WOMAN'S SOCIAL REPRESENTATION IN A SITUATION OF DOMESTIC VIOLENCE IN SÃO BORJA/RS**

Author: Janete Maria De Conto  
Adviser: Marcia Cristina Corrêa

This work tries to answer the following question: what are woman's social representation in a familiar and domestic violence situation in São Borja-RS' social historic context? The main objectives are to investigate and to interpret the social representation of woman that has been suffering or that had suffered aggression by her partner/husband at home. This study interprets the social world and it tries to understand how representations that people construct, from its linguistics choices, exerts important roles in the organizational structures that construe the social life. In different circumstances, people give opinions, express value judgement and feelings, collaborating to create and to maintain a given social representation. Based on these assumptions, to do this ethnografic qualitative research, a literature review was realized about the following theoretical perspectives: social genre (SAFFIOTI, 2001; 2004; 2009), social representation (MOSCOVICI, 1984; 1988; 2003), dialogicity (MARKOVÁ, 2006) e sociointeracionism (BAKHTIN, 1992; 1997). After that, statistics about domestic violence against women were identified, and effective legal actions such as *Lei Maria da Penha* and public policies established in São Borja's context to solve the problem were analysed. Specifically, in this research, the linguistic analysis focus on the genre Criminal Complaint (CC) about domestic violence against women and it was collected at São Borja's police court. Then, the textual genre was described, and twenty CCs were analysed. The results suggest that those documents show some peculiarities and are characterized by reported discourse and dialogicity, because it materializes the oral discourse reformulated by the written discourse of the police clerk. The woman's social representation registered in the Criminal Complaint highlights the comprehension and interpretation of the policial about the facts narrated by the victim. And, it is from this linguistic perception that violence against woman becomes public in the context investigated.

Key-words: Social Representation; Dialogism; Familiar and Domestic Violence; Woman; Criminal Complaint.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Engrenagem das concepções teóricas: gênero social, representações sociais e sociointeracionismo..... | 23  |
| Figura 2 – As três fases do ciclo da violência doméstica e familiar contra a mulher.....                        | 71  |
| Figura 3 – Contexto de Produção do BO de violência contra a mulher.....   | 175 |
| Figura 4 – Participantes na produção de um BO.....  | 181 |
| Figura 5 – Estrutura Geral do BO.....   | 182 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 – Indicativos de feminicídio em municípios do RS com população de mulheres maior que 30.000 e menor que 32.000..... | 65  |
| Quadro 2 – Perguntas e informações do histórico de ocorrência.....   | 124 |
| Quadro 3 – Quantidade de homens e de mulheres no Brasil, no RS e em São Borja.....   | 136 |
| Quadro 4 – BOs de violência doméstica e familiar contra a mulher e Inquéritos instaurados a partir da Lei 11.340/06.....     | 153 |
| Quadro 5 – Tipos e quantidades de crimes verificados em Inquéritos Policiais embasados na Lei 11.340/06.....                 | 155 |
| Quadro 6 – Quantidade de Processos baseados na Lei 11.340/06 – Vara Criminal de São Borja.....                               | 156 |
| Quadro 7 – Dados gerais do BO.....   | 183 |
| Quadro 8 – Histórico do BO.....  | 184 |
| Quadro 9 – Dados dos participantes do BO.....  | 185 |
| Quadro 10 – Documentos integrantes do BO.....  | 187 |
| Quadro 11 – Movimentações do processo a partir do BO.....  | 187 |
| Quadro 12 – Verbos que caracterizam o discurso reportado no histórico do BO  | 190 |
| Quadro 13 – Verbos que recriam a narração da mulher no histórico do BO.....  | 191 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACCC – Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses
- AECD – Atestado de Exame de Corpo de Delito
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ARAP – Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia
- BO – Boletim de Ocorrência
- BOs – Boletins de Ocorrência
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEDAW – Committee on the Elimination of Discrimination against Women (traduzido para português como: Convenção sobre todas as formas de Discriminação contra as Mulheres)
- CEP - Comitê de Ética da Pesquisa
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CPF – Cadastro de Pessoa Física
- CRAS – Centro(s) de Referência em Assistência Social
- CTG(s) – Centro(s) de Tradições Gaúchas
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil
- HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFET(s) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFF – Instituto Federal Farroupilha
- IGTF – Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
- IP – Inquérito policial
- Km - Kilômetro
- LAEL – Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
- MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento dos Municípios
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OEI – Organização dos Estados Íbero-Americanos

ONGs – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PNAD – Pesquisa Nacional de Domicílio  
PPGL – Programa de Pós-Graduação em Letras  
PPM – Plano de Políticas para Mulheres  
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
PROEJA-FIC – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
RG – Registro Geral  
RO – Registro de Ocorrência  
RS – Rio Grande do Sul  
SETEC – MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação  
SP – São Paulo  
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TC – Termo Circunstanciado  
TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência  
TCOs – Termos Circunstanciados de Ocorrência  
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do sul  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa  
USP – Universidade Federal de São Paulo



**LISTA DE ANEXOS**

|  |     |
|--|-----|
| ANEXO 1 - Lei 11.340/06.....                       | 236 |
| ANEXO 2 - Termo de Compromisso Interno.....        | 248 |
| ANEXO 3 - Registro de Óbito de Maria do Carmo..... | 249 |
| ANEXO 4 - Boletim de Ocorrência 1 .....            | 250 |
| ANEXO 5 - Boletim de Ocorrência 2 .....            | 252 |
| ANEXO 6 - Boletim de Ocorrência 3.....             | 254 |
| ANEXO 7 - Boletim de Ocorrência 4.....             | 256 |
| ANEXO 8 - Boletim de Ocorrência 5 .....            | 258 |
| ANEXO 9 - Boletim de Ocorrência 6 .....            | 260 |
| ANEXO 10 - Boletim de Ocorrência 7 .....           | 262 |
| ANEXO 11 - Boletim de Ocorrência 8 .....           | 264 |
| ANEXO 12 - Boletim de Ocorrência 9 .....           | 266 |
| ANEXO 13 - Boletim de Ocorrência 10 .....          | 268 |
| ANEXO 14 - Boletim de Ocorrência 11 .....          | 270 |
| ANEXO 15 - Boletim de Ocorrência 12 .....          | 272 |
| ANEXO 16 - Boletim de Ocorrência 13 .....          | 274 |
| ANEXO 17 - Boletim de Ocorrência 14 .....          | 276 |
| ANEXO 18 - Boletim de Ocorrência 15 .....          | 278 |
| ANEXO 19 - Boletim de Ocorrência 16 .....          | 280 |
| ANEXO 20 - Boletim de Ocorrência 17 .....          | 282 |
| ANEXO 21 - Boletim de Ocorrência 18 .....          | 284 |
| ANEXO 22 - Boletim de Ocorrência 19 .....          | 286 |
| ANEXO 23 - Boletim de Ocorrência 20 .....          | 288 |

**LISTA DE APÊNDICES**

|   |     |
|---|-----|
| APÊNDICE A – Carta de Apresentação.....       | 291 |
| APÊNDICE B – Autorização Institucional.....   | 293 |
| APÊNDICE C – Termo de Confidencialidade ..... | 294 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>22</b> |
| 1 História da pesquisa.....   | 25        |
| 1.1 Acontecimentos prévios.....   | 26        |
| 1.2 Durante o curso.....  | 28        |
| 1.3 Outros desafios .....   | 30        |
| 2 Justificativa para o estudo.....  | 31        |
| 3 Perguntas da pesquisa.....  | 32        |
| 4 Objetivos da pesquisa.....  | 32        |
| 4.1 Objetivos principais.....   | 32        |
| 4.2 Objetivos específicos .....   | 33        |
| 5 Metodologia da pesquisa.....  | 33        |
| 5.1 Desenho do estudo.....  | 34        |
| 5.2 Critérios utilizados para selecionar o <i>corpus</i> .....                    | 36        |
| 6 Aspectos éticos .....   | 37        |
| 7 Estudos preliminares.....   | 37        |
| 8 Organização da tese.....  | 39        |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 1 – GÊNERO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....</b>                | <b>41</b> |
| <b>1.1 Perspectivas sobre Gênero Social .....</b>                                 | <b>42</b> |
| 1.1.1 Relações de poder e desigualdade de gênero.....                             | 43        |
| 1.1.2 O conceito de gênero social .....   | 47        |
| 1.1.3 A mulher no contexto sócio-histórico.....                                   | 51        |
| 1.1.3.1 Movimento Feminista: dos anos 60 ao Novo Feminismo.....                   | 54        |
| 1.1.3.2 Diferenças na linguagem da mulher e do homem.....                         | 57        |
| <b>1.2 Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....</b>                    | <b>59</b> |
| 1.2.1 Definição e tipos de violência.....   | 59        |
| 1.2.2 Contextualização histórica da violência contra a mulher e a legislação..... | 61        |
| 1.2.3 O feminicídio.....  | 62        |
| 1.2.4 A violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.....             | 66        |
| 1.2.5 Os tipos de violência no lar.....   | 70        |
| <b>1.3 Lei 11.340/06, Maria da Penha.....</b>                                     | <b>73</b> |
| 1.3.1 Enfoque geral da lei.....   | 73        |
| 1.3.2 Produção e circulação da Lei Maria da Penha .....                           | 75        |
| 1.3.2.1 Antes da elaboração da Lei 11.340/06.....                                 | 75        |
| 1.3.2.2 Um pouco de Maria da Penha: a mulher.....                                 | 79        |

|  |            |
|--|------------|
| 1.3.2.3 A produção da Lei 11.340/06.....   | 80         |
| 1.3.2.4 Depois da promulgação da Lei 11.340/06.....                                  | 81         |
| 1.3.3 Medidas protetivas na Lei Maria da Penha.....                                  | 84         |
| <br>   |            |
| <b>CAPÍTULO 2 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E LINGUAGEM.....</b>                          | <b>88</b>  |
| <b>2.1 Representações Sociais .....</b>  | <b>91</b>  |
| 2.1.1 Definição de representações sociais.....                                       | 92         |
| 2.1.2 Tipos, etapas de consolidação e processos das representações sociais...        | 95         |
| 2.1.3 Representações sociais e desigualdade de gênero.....                           | 98         |
| 2.1.4 Linguagem: fonte de representações sociais .....                               | 100        |
| 2.1.5 As representações sociais e o dialogismo.....                                  | 102        |
| <b>2.2 Linguagem e Interação Social .....</b>  | <b>109</b> |
| 2.2.1 Os gêneros do discurso.....  | 109        |
| 2.2.2 Classificação dos gêneros do discurso.....                                     | 113        |
| 2.2.3 Discurso reportado.....  | 115        |
| <b>2.3 Boletim de Ocorrência: um gênero do discurso.....</b>                         | <b>118</b> |
| 2.3.1 Delegacia da Mulher: o contexto do Boletim de Ocorrência.....                  | 119        |
| 2.3.2 Descrição do Boletim de Ocorrência.....  | 121        |
| 2.3.3 O Boletim de Ocorrência de violência contra a mulher.....                      | 125        |
| 2.3.4 A linguagem no Boletim de Ocorrência.....                                      | 130        |
| <br>   |            |
| <b>CAPÍTULO 3 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO BORJA.....</b>                      | <b>132</b> |
| <b>3.1 O Contexto Sócio-histórico.....</b>   | <b>133</b> |
| 3.1.1 Aspectos históricos de São Borja.....  | 134        |
| 3.1.2 Aspectos geográficos e estatísticas de São Borja.....                          | 136        |
| 3.1.3 Aspectos sociais, culturais e econômicos de São Borja.....                     | 138        |
| 3.1.4 Feminilidades e masculinidades em São Borja.....                               | 140        |
| 3.1.5 As representações da prenda e do peão e as tradições gaúchas em São Borja..... | 143        |
| 3.1.6 A homossexualidade em São Borja.....   | 145        |
| <b>3.2 São Borja: um contexto marcado pela violência contra a mulher.....</b>        | <b>146</b> |
| 3.2.1 A história de Maria do Carmo.....  | 147        |
| 3.2.2 Outros casos de violência contra a mulher.....                                 | 152        |
| <b>3.3 Políticas Públicas para as mulheres em São Borja.....</b>                     | <b>157</b> |
| 3.3.1 Centro de Referência <i>Viva Mulher</i> .....                                  | 158        |
| 3.3.2 Associação de Defesa dos Direitos da Mulher e do Consumidor                    |            |

|   |            |
|---|------------|
| Samborjense.....  | 161        |
| 3.3.3 Novas perspectivas educacionais para as samborjenses.....                           | 163        |
| 3.3.4 O que é o Programa Mulheres Mil?.....   | 166        |
| 3.3.5 Samborjenses em situação de vulnerabilidade e o Programa Mulheres Mil.....          | 168        |
| 3.3.6 Impactos esperados a partir da implantação do Mulheres Mil em São Borja.....        | 170        |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO 4 - BOLETINS DE OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO BORJA.....</b> | <b>172</b> |
| <b>4.1 O Contexto de Produção do Boletim de Ocorrência.....</b>                           | <b>174</b> |
| 4.1.1 A Central de Polícia de São Borja.....  | 176        |
| 4.1.2 O atendimento às mulheres que sofrem violência.....                                 | 178        |
| <b>4.2 O Boletim de Ocorrência de Violência contra a Mulher.....</b>                      | <b>180</b> |
| 4.2.1 Condições de produção do Boletim de Ocorrência.....                                 | 180        |
| 4.2.2 A estrutura geral dos Boletins de Ocorrência.....                                   | 181        |
| 4.2.2.1 Dados gerais.....   | 182        |
| 4.2.2.2 Histórico.....  | 183        |
| 4.2.2.3 Dados dos participantes.....  | 185        |
| 4.2.2.4 Documentos.....   | 186        |
| 4.2.2.5 Movimentações.....  | 187        |
| <b>4.3 O Discurso Reportado no Histórico do Boletim de Ocorrência.....</b>                | <b>188</b> |
| 4.3.1 Formas pessoais do verbo.....   | 189        |
| 4.3.2 O <i>eu</i> e o <i>outro</i> na relação dialógica.....                              | 192        |
| <b>4.4 Representações Sociais.....</b>  | <b>196</b> |
| 4.4.1 As representações sociais da mulher.....  | 197        |
| 4.4.2 As representações sociais da violência contra a mulher.....                         | 199        |
| <br>  |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....</b> | <b>204</b> |
| 1 Considerações finais.....   | 206        |
| 1.1 Sobre o capítulo 1.....   | 207        |
| 1.2 Sobre o capítulo 2.....   | 209        |
| 1.3 Sobre o capítulo 3.....   | 211        |
| 1.4 Sobre o capítulo 4.....   | 212        |
| 2 Limitações da pesquisa.....   | 214        |

|   |            |
|---|------------|
| 3 Sugestões para futuras pesquisas..... | 215        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>217</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                      | <b>235</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>                   | <b>290</b> |

## INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Só a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como outro.” (BEAUVOIR, 1980b, p. 9)

“[...] ninguém nasce com um gênero – o gênero é sempre adquirido.”  
(BUTLER, 2010, p. 163)

Este estudo, intitulado *Representações Sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS*, faz parte da Linha de Pesquisa *Linguagem e Interação* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria e compõe a minha *tese de doutoramento*.

A Linha de Pesquisa *Linguagem e Interação* trabalha com o pressuposto de que a sociedade constrói representações sobre si mesma, a partir da ação de linguagem dos sujeitos. Essas representações (sociais) incorporam diversos discursos e organizações linguísticas que, por sua vez, interferem nessas representações, em um movimento constante, isso faz com que linguagem e representações sociais sejam indissociáveis. Uma das tarefas dessa linha de pesquisa é analisar a língua portuguesa do ponto de vista da interação social, com base nas descrições de Bakhtin e de seus seguidores, tendo como *corpus* textos ou discursos empíricos.

Bakhtin (1992; 1993; 1997) aborda a linguagem como um processo constante de interação social mediado pelo diálogo. Moscovici (1984; 1988; 2003) atribui respaldo à linguagem como a principal fonte das representações sociais. Nesse sentido, Marková (2006) concorda com Bakhtin e Moscovici e associa o dialogismo – ou dialogicidade, como ela prefere – às representações sociais.

A língua, no seu sentido dialógico, só existe em função do uso que se faz dela nas diversas situações de comunicação. Um enunciado qualquer sempre será modulado por quem o produz e para o contexto social, histórico, cultural e ideológico em que se insere, caso contrário ele – o enunciado - não será entendido (BRAIT, 2005). De modo geral, as perspectivas bakhtinianas consideram o sujeito, as esferas da comunicação e os contextos históricos, sociais, culturais e ideológicos no uso efetivo da linguagem.

É no social que interagem interesses, valores e propósitos, e que se manifesta o modo como os indivíduos avaliam a si mesmos e aos outros, representando-se e representando-os, quanto às suas capacidades de ação, quanto às suas intenções, e quanto às razões para proceder nas interações sociais. Diante disso, pode-se considerar que a abordagem sociointeracionista possibilita a compreensão de que a linguagem é mediadora e constitutiva do social.

Neste estudo, cujo tema norteador é a violência doméstica e familiar contra a mulher, três principais perspectivas teóricas estão interligadas. São elas: gênero social (SAFFIOTI, 1994; 2001; 2004; 2009), representações sociais (MOSCOVICI, 1984; 1988; 2003; e MARKOVÁ, 2006), e sociointeracionismo (BAKHTIN, 1992; 1993; 1997). Na Figura 1, procuro expor a ideia de como essas teorias estão entremeadas, metaforizando-as como engrenagens em constante movimento.

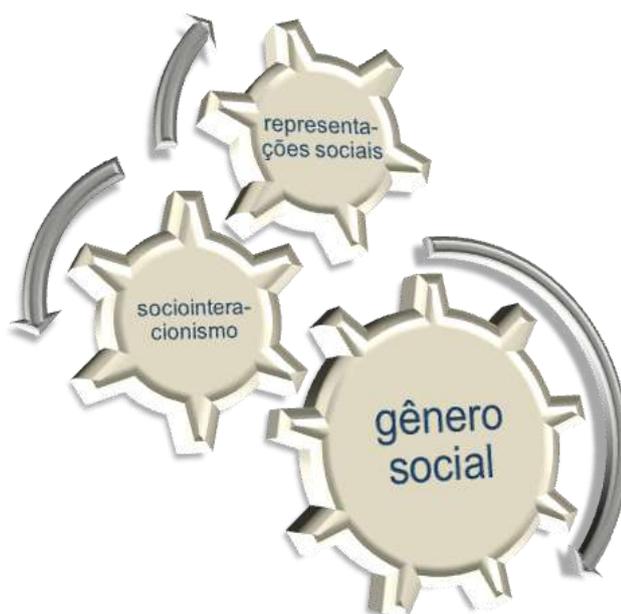


Figura 1 – Engrenagem das concepções teóricas: gênero social, representações sociais e sociointeracionismo (elaborada pela autora, especialmente para este trabalho).

E assim, filiado à linguística, a ciência geral da linguagem, o presente estudo vincula o dialogismo, como importante fator da interação social, às representações sociais de uma das consequências das desigualdades de gênero: a violência contra a mulher.

As menções a gênero social, no decorrer deste trabalho, não estão especificamente relacionadas a mulheres e homens, mas às relações existentes entre os dois sexos que permitem a construção das feminilidades e das masculinidades. Essas relações são



permeadas por diferenças – a maioria cultural - existentes entre feminino e masculino, que, por sua vez, originam as desigualdades de gênero. A interação social entre mulheres e homens, pelo viés de gênero, é marcada por relações de poder e de dominação do homem sobre a mulher, e, entre uma das suas principais consequências está a violência contra a mulher.

A Convenção de Belém do Pará (1994), também conhecida como Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotou o conceito de violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que possa causar a morte ou qualquer tipo de dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Sócio-historicamente, as pessoas entendem a violência masculina como uma manifestação inata do *macho* para resolver seus conflitos e a masculinidade é representada pela força física. Isso foi e ainda é aceito como *normal* em grupos sociais nos quais vigora o sistema patriarcal.

Assim, poder e dominação marcam as relações entre homens e mulheres no decorrer da história da humanidade, impulsionam a discriminação contra a mulher, impedindo o seu desenvolvimento pessoal e profissional, e são a mola propulsora da violência doméstica e familiar contra a mulher.

A violência contra as mulheres foi reconhecida formalmente como uma violação aos direitos humanos, na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993. A partir daí, o poder público dos países-membros da Organização das Nações Unidas e as organizações da sociedade civil buscam elaborar projetos, promulgar leis e fortalecer políticas públicas a fim de prevenir, punir e eliminar esse tipo de violência.

No Brasil, em 2006, foi sancionada e decretada a Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Essa lei foi criada para normatizar e tornar mais rigorosos os procedimentos das autoridades competentes mediante situações de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Desde então, muitas mulheres vítimas desse tipo de violência passaram a ter coragem de comunicar, na Delegacia de Polícia ou em Delegacias especializadas em atendimento às mulheres, as agressões sofridas, registrando a queixa em Boletim de Ocorrência. A partir desse registro, a violência sofrida pela mulher no contexto privado torna-se pública. Por isso, analisar a construção linguística de Boletins de Ocorrência de violência familiar e doméstica contra a mulher parece ser um caminho coerente para compreender as representações sociais da mulher em situação de violência na contemporaneidade do contexto investigado.

A linguagem é o indicador empírico das representações e, desse modo, não se pode dissociá-la do seu contexto histórico, cultural e social. A integração da linguagem ao

contexto e de ambos às representações sociais possibilita compreender os processos que geram e mantêm as representações vivas nas interações entre os indivíduos e os grupos sociais e a maneira como essas representações sociais são compartilhadas linguisticamente. As interações são caracterizadas pelo dialogismo, que é a categoria básica da linguagem na qual toda enunciação faz parte de um processo de comunicação interminável.

Diante do exposto, como uma maneira de colaborar com as pesquisas já existentes sobre o tema, me propus a investigar e compreender as representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar, no contexto sócio-histórico do município de São Borja/RS. Este estudo poderá contribuir, também, para outras áreas de conhecimento, além da linguística, como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a história, entre outras.

## 1 História da pesquisa

Para relatar a história deste estudo, faço uso da narração, e essa ação não poderia ser diferente nem ser realizada de outro modo ou utilizando outro tipo de sequência, visto a situação em que estou inserida e o gênero<sup>1</sup> – ou subgênero<sup>2</sup> - discursivo que estou produzindo.

Para Bakhtin (1992), narrar é olhar para um tempo passado e resgatá-lo, trazendo-o para mais perto. Contar fatos e relatar seus detalhes são ações discursivas que se materializam por meio de modos de dizer que ajustam uma determinada organização linguística. Então, é isso que pretendo fazer nesta seção, utilizar o discurso narrativo para olhar um pouquinho para trás e contar essa história, expondo o que motivou a pesquisa e o caminho que percorri para chegar até ela e para desenvolvê-la.

### 1.1 Acontecimentos prévios

Em 2007, quando eu estava finalizando a dissertação do mestrado<sup>3</sup>, um dos meus sobrinhos pediu-me para fazer a revisão morfosintática do trabalho de final de curso de sua

---

<sup>1</sup> Gênero textual, nesse caso, é a tese.

<sup>2</sup> Considero subgênero da tese a seção *História da Pesquisa*.

<sup>3</sup> Cursei o mestrado em Letras – Estudos Linguísticos - na Universidade Federal de Santa Maria e o concluí em maio de 2008.

namorada. Ela estava cursando psicologia em uma instituição particular de Santa Maria/RS, e a sua pesquisa versava sobre a violência contra a mulher. Gostei do tema, interessei-me pelos depoimentos de mulheres em situação de violência que a pesquisadora coletou e percebi que aquele material poderia resultar em uma boa análise linguística.

Em meados de 2008, quando comecei a me preparar para produzir uma proposta de pesquisa que me habilitasse a concorrer a uma vaga no curso de doutorado da Universidade Federal de Santa Maria, deparei-me novamente com o tema. Uma das minhas alunas do curso normal da escola da rede pública estadual de Cruz Alta/RS, onde eu trabalhava na época, havia levado um texto para se discutir em sala de aula que mencionava a Lei 11.340/06, Maria da Penha (ANEXO 1), e a violência contra a mulher. Discutimos o texto com a participação da turma e eu solicitei uma investigação de textos publicados no jornal local – Diário Serrano, no Zero Hora e no Correio do Povo, que abordassem a temática.

O resultado foi muito positivo e apliquei a mesma atividade em uma turma de Pedagogia, da instituição de ensino superior, onde também eu ministrava aulas. Novamente, o resultado foi positivo. A conscientização do quanto o assunto despertava o interesse das minhas alunas é oriunda da maneira como elas estavam empolgadas para discutir as diversas situações sobre a violência contra a mulher apresentadas nos textos coletados por elas.

Passei meu entusiasmo às demais colegas de área disciplinar, à supervisão e à direção da escola estadual, que me solicitou a organização de uma palestra sobre o assunto, objetivando informar e envolver o grande grupo escolar nessa discussão. Conseguir alguém para palestrar, era, naquele momento, o grande desafio.

Entre em contato com a Secretaria de Assistência Social de Cruz Alta e fui informada de que funcionava, há pouco tempo no município, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher – *Maria Mulher*, que entre outros serviços, prestava atendimento especial às mulheres vítimas de violência doméstica.

Para minha surpresa, quem estava coordenando o grupo de trabalho era uma velha conhecida, formada em Serviço Social. Ela se prontificou a palestrar sobre o tema, e assim o fez. Junto com ela, foi à escola, a psicóloga do Centro.

Essa profissional enfocou os problemas psicológicos enfrentados pelas mulheres que sofrem violência, como elas se sentem após prestarem queixa do marido/companheiro na polícia, e o trabalho que é desenvolvido pelo Centro para auxiliar essas mulheres a enfrentarem e superarem o problema que vivem ou viveram.

Conversei com a coordenadora e com a psicóloga do Centro sobre a probabilidade de eu realizar um estudo, em nível de doutorado, sobre a violência contra a mulher e elas se prontificaram a me ajudar no que fosse necessário.

Após, o tema continuou circulando na escola em diversas disciplinas. Isso me possibilitou perceber a avaliação que as pessoas fazem desse tipo de problema social e que esse problema não está distante da realidade de um(a) professor(a).

Nessa mesma época, li a tese da Cristiane Fuzer (2008), sobre os autos de um processo penal, enfocando o infanticídio. A pesquisadora sustentou seu estudo, principalmente, na Gramática Sistêmico-Funcional, de Halliday (2004), cuja base já era minha conhecida do período de mestrado. Isso me instigou a analisar a Lei Maria da Penha ou textos relacionados à lei e à violência contra a mulher. Entretanto, ainda não sabia muito bem o que realmente eu queria pesquisar, só tinha certeza do tema.

Juntei um mais um e, com uma ideia alinhavada, entrei em contato com a professora Dr<sup>a</sup> Nina Célia Barros, do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudo Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria, que aceitou minha proposta. A partir daí, trabalhei na elaboração do projeto, em meio ao estudo de uma terceira língua estrangeira, necessária para a seleção de proficiência, e ao estudo para enfrentar o processo seletivo. Enfrentada a seleção com resultado positivo, o desafio parecia, a cada dia, tomar proporções maiores. Na verdade, eu não sabia coisa alguma do que estava por vir.

## 1.2 Durante o curso

No primeiro semestre de 2009, cursei as disciplinas oferecidas pelo programa. Entre elas estava uma disciplina chamada Gêneros Culturais, ministrada pela professora Dr<sup>a</sup> Vera Pires. Durante esses encontros, discutíamos sobre diferenças, igualdades, desigualdades entre homens e mulheres. De algum modo, essas discussões, oriundas das leituras realizadas nesse período, estão presentes neste estudo.

Concomitante à escola pública, trabalhei em uma universidade comunitária. No final desse mesmo semestre, recebi da universidade, o aviso de demissão, depois de oito anos de trabalho. Um choque, que era esperado a cada novo semestre. De certa maneira, esse fato me desacomodou, comecei a buscar concursos federais e a me preparar para enfrentá-los.

O segundo semestre de 2009 foi intenso e repleto de novidades. Enquanto cursava as disciplinas, no mês de outubro, minha orientadora, professora Nina, avisou-me que estava se aposentando. Outro choque, porém esse, nunca imaginado. Fui indicada, pelo programa, para a professora Dr<sup>a</sup> Marcia Cristina Corrêa, que me aceitou e me acolheu, mesmo sabendo do grande desafio que teríamos pela frente, para enfrentarmos juntas.

E assim foi, mudança de linha de pesquisa, de teoria e várias tentativas para adequar o projeto à nova teoria e, conseqüentemente, à metodologia. Muita leitura para mim, muita paciência e orientação para a professora Marcia; por fim, muito trabalho para nós duas.

Entre o final de outubro e início de novembro, fui contemplada com uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Era inevitável aceitar, e, para tanto, precisei me exonerar da escola pública, depois de doze anos de trabalho. Para mim, causa justa e nobre. Esse período foi importantíssimo para eu estudar e me ajustar à nova linha de pesquisa.

Nesse mesmo tempo, obtive resultados positivos em duas seleções para professor do Instituto Federal Farroupilha, um para substituto e outro para efetivo. No primeiro semestre de 2010, assumi o cargo de professora de ensino básico, técnico e tecnológico, no Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja. Isso repercutiu em mudança de cidade, de trabalho, de vida, e, mais tarde me conscientizei, de cultura<sup>4</sup> também, mesmo que pouco expressiva.

Por isso, procurando me integrar ao novo contexto, nas leituras ao jornal da cidade, verifiquei um alto índice de notas informativas, um subgênero da notícia (BALTAR, 2006), sobre violência familiar e doméstica contra mulheres. Essas notas informativas constituem-se em sínteses de Boletins de Ocorrência, oriundos das queixas de vítimas que sofreram agressões ou ameaças.

Geralmente, essas notas informativas são concluídas com uma sequência de discurso indireto: “a vítima solicitou as medidas protetivas da Lei Maria da Penha”. De modo geral, o registro da ocorrência, pareceu-me um apelo, um pedido de socorro da vítima emitido por outra pessoa: @ policial escrevente.

Isso fez com que despertasse em mim uma curiosidade muito grande para compreender o motivo pelo qual o índice de violência ou de queixas parecia-me mais incidente nesse município do que no que eu residia anteriormente<sup>5</sup>.

Junto a essa curiosidade, fui instigada, também, a querer entender a influência do contexto sócio-histórico de São Borja - marcado por alguns crimes violentos contra a mulher - nas representações sociais da mulher em situação de violência, e como as mulheres nessa situação são representadas no Boletim de Ocorrência, pois é essa representação que se torna pública.

---

<sup>4</sup> Algumas expressões linguísticas que eu não conhecia e algumas que eu utilizava com outro sentido chamaram a minha atenção, por exemplo: “*vamos baixar*”, para descer de um andar para outro em um prédio; “*ralhar*”, com equivalência de sentido a xingar; “*retossar*”, referindo-se a andar pelas festas, pelos bailes em busca de namorad@, também é uma expressão usada no sentido de *ficar* com alguém, sem compromisso, e em seguida *ficar* com outra pessoa; etc.

<sup>5</sup> O jornal Diário Serrano de Cruz Alta, também mantém uma seção denominada *Polícia*, onde são publicadas todas as ocorrências policiais, inclusive as referentes à Lei Maria da Penha.

Entretanto, para compreender essa representação é preciso considerar que as informações contidas no Boletim de Ocorrência são fornecidas pela mulher ofendida no momento do registro da ocorrência e transcritas por um(a) policial.

### 1.3 Outros desafios

Antes de reelaborar o projeto e iniciar a pesquisa, entrei em contato com o delegado da Central de Polícia Judiciária de São Borja, a fim de conseguir a autorização institucional para coletar os exemplares de Boletim de Ocorrência e para compreender como funciona o atendimento às mulheres vítimas de agressão doméstica e familiar nesse contexto.

Na primeira reunião com o delegado, expus as ideias que floresciam na minha cabeça e borbulhavam na ânsia de se concretizarem. Ele, por sua vez, utilizando a linguagem técnica policial, esclareceu os procedimentos da polícia diante dos casos de violência contra a mulher.

Essa linguagem, nova para mim, causou-me estranhamento: *Registro de Ocorrência* ou *Boletim de Ocorrência*, *Termo Circunstanciado*, *Inquérito Policial*, *Inquérito Policial 147<sup>6</sup>*, *Termo Circunstanciado 129<sup>7</sup>*, *a vítima poderá representar<sup>8</sup> contra o agressor, denúncia expedida ao Ministério Público*, entre outras.

Reelaborei o projeto, encaminhei a solicitação formal para coletar o *corpus*, e, em um segundo encontro, o delegado assinou a autorização para o meu acesso aos Boletins de Ocorrência. Na fase seguinte, o delegado me encaminhou à policial responsável pelo Cartório da Mulher. Em sua sala, a policial colocou diante de mim uma série de arquivos, eram os Boletins de Ocorrência de violência doméstica e familiar dos últimos dois anos. Sentei-me, procurando ler com calma tudo o que estava a minha frente.

Em um primeiro momento, decepcionei-me, pois esperava encontrar os Boletins de Ocorrência *organizados* por data, ou algo parecido, em uma única pasta e eu, simplesmente, em questão de alguns minutos, os selecionaria. Longe disso... O que estava a minha frente eram várias pastas (muitas mesmo) codificadas; e, dentro delas, vários documentos e anotações. Entre os documentos constantes em cada pasta estava um Boletim de Ocorrência. Procurei me centrar, pois era sobre ele que deveria recair minha atenção.

---

<sup>6</sup> Esse código é utilizado pela Polícia Judiciária para indicar que o devido registro requer um procedimento de inquérito policial para investigar ameaça.

<sup>7</sup> Esse código é utilizado pela Polícia Judiciária para indicar que o devido registro requer um procedimento de termo circunstanciado para investigar lesão corporal, que, por sua vez, requer o exame de corpo de delito.

<sup>8</sup> *Representar* significa levar adiante o processo, seguindo os trâmites judiciários.

O principal critério de seleção dos exemplares foi o período do registro da queixa. Isso diminuiu bastante a quantidade de material. Diante da impossibilidade de fotocopiar esses documentos na íntegra, com o objetivo manter sigilo de identidade das pessoas envolvidas, a policial, por orientação do delegado, subtraiu todas as informações referentes à identificação das vítimas e dos acusados e forneceu-me uma cópia de cada exemplar selecionado. Mesmo assim, todos os documentos necessários a preservação da ética de uma pesquisa foram elaborados e assinados.

Para ter acesso aos Boletins de Ocorrência, o delegado solicitou-me a assinatura de um Termo de Compromisso Interno (ANEXO 2), como norma da instituição. Nesse documento garanto sigilo absoluto sobre os dados de identificação, principalmente nome, sobrenome e endereço da comunicante, do acusado e, quando houver, das testemunhas. Uma cópia desse termo ficou arquivada na Delegacia.

## **2 Justificativa para o estudo**

O presente estudo é relevante, tendo em vista que compreendendo as representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto de São Borja, enquanto professora e pesquisadora, além de contribuir para a área de estudos linguísticos, posso contribuir, também, para a compreensão dos sujeitos sobre a sua própria realidade, sobre a sua cultura. A partir disso, é possível motivar e, no futuro, provocar mudanças nessa realidade.

Por outro lado, este estudo pode representar uma contribuição para novas possibilidades de pesquisa a partir do encadeamento das teorias selecionadas para sustentar a tese, principalmente no que se refere a representações sociais de gêneros refratadas pela linguagem.

Do mesmo modo, em se tratando de procedimentos metodológicos de análise dos dados, este estudo pode contribuir em relação à abordagem sociointeracionista sobre o uso da linguagem em um contexto sócio-histórico real, em que a linguagem reproduz e é reproduzida em ações, influenciando e sendo influenciada pelas representações pertinentes a esse contexto.

Esses procedimentos permitem considerar o discurso no seu contexto natural de uso, o que possibilita levar em conta o seu aspecto dialógico e a sua representatividade social. E, de modo especial, contribui para expandir os estudos sobre gênero social, no que condiz à violência doméstica e familiar contra a mulher.

### **3 Perguntas da pesquisa**

Para desenvolver este estudo, parto de uma questão básica e de duas secundárias, mas não de menos importância.

- a) quais são as representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS?
- b) em que medida o contexto sócio-histórico influencia as representações sociais das feminilidades e das masculinidades em São Borja/RS?
- c) que elementos linguísticos constroem a representação social da mulher e da violência doméstica e familiar nos Boletins de ocorrência, produzidos na Delegacia de Polícia de São Borja/RS?

### **4 Objetivos da pesquisa**

Para buscar responder os questionamentos da presente pesquisa, proponho-me a alcançar dois grandes objetivos, que apresento na sequência.

#### **4.1 Objetivos principais**

Os objetivos principais desta pesquisa são investigar e interpretar as representações sociais da mulher que sofre ou sofreu agressão praticada por seu companheiro/marido em âmbito privado no contexto sócio-histórico de São Borja/RS.

#### **4.2 Objetivos específicos**

Para atingir o objetivo geral, será necessário:

- a) delinear, a partir de fonte documental e bibliográfica, o contexto sócio-histórico de São Borja/RS, observando as relações existentes entre masculinidades e feminilidades;
- b) resgatar o mito Maria do Carmo e sua representação social na comunidade;



- c) verificar quais políticas públicas foram instauradas no município a fim de combater as desigualdades de gênero;
- d) descrever o gênero discursivo Boletim de Ocorrência;
- e) identificar a maneira como as mulheres acometidas de violência doméstica e familiar são representadas socialmente nos Boletins de Ocorrência, considerando que esse gênero discursivo torna pública a violência contra a mulher e a vida privada do casal e que esse discurso é reconstruído a partir da fala da denunciante;
- f) analisar dialogicamente como se constroem as representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar nesse contexto.

## **5 Metodologia da pesquisa**

Pesquisadores, de qualquer área de conhecimento, precisam estabelecer os parâmetros básicos para desenvolver uma pesquisa, antes mesmo de iniciá-la. A coleta, análise, discussão e tratamento de dados empíricos são procedimentos bastante delicados e cabe ao pesquisador, desde o começo da pesquisa, definir a metodologia a ser utilizada.

Diante disso, quanto à metodologia, esta pesquisa caracteriza-se pela investigação e interpretação, de cunho qualitativo, com enfoque teórico-metodológico nas representações por meio da linguagem. A abordagem sócio-histórica, como orientadora da pesquisa de cunho qualitativo, é a mais viável para este tipo de estudo, já que responde a questões particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ou não necessita ser quantificado (MINAYO, 1994). Diante disso, entendo que, metodologicamente, me propus a desenvolver um estudo etnográfico.

A etnografia é um método de investigação que tem sua origem na antropologia. Para desenvolvê-la, é necessário adotar os seguintes procedimentos: i) descrição da cultura; ii) interpretação; e iii) crítica (SABIRÓN, 2001). Do ponto de vista etnográfico, é imprescindível compreender, primeiro, a cultura do grupo em estudo. No decorrer deste trabalho, essa compreensão está sempre relacionada ao contexto sócio-histórico investigado. Após esse procedimento, é possível realizar interpretações sobre os comportamentos – linguísticos ou não - dos indivíduos que interagem nesse contexto.

Um estudo etnográfico centra-se na observação do comportamento das pessoas em seu contexto habitual, sendo que os dados podem ser recolhidos de diversas fontes, inclusive de conversas informais. A análise desses dados deverá envolver a descrição e interpretação do significado e da função – ou propósito – das ações humanas. É possível incluir estatísticas e quantificações na análise, mas de modo meramente acessório, apenas

para corroborar com a discussão de cunho qualitativo. Em síntese, a pesquisa etnográfica tem por foco a descrição dos sistemas de significados culturais dos sujeitos estudados (SPRADLEY, 1979).

Desse modo, o contexto sócio-histórico que me proponho investigar é o município de São Borja/RS, no que concerne às representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

### 5.1 Desenho do estudo

Inicialmente, realizei uma revisão bibliográfica a partir das concepções elencadas para desenvolver este estudo. Após, efetuei a investigação do contexto, considerando os aspectos sociais, históricos, geográficos e culturais do município de São Borja/RS. Sócio-historicamente esse município é marcado pela violência contra a mulher, assim como muitos outros municípios, estados, países o são. No entanto, uma crença popular chamou minha atenção. No contexto que me interessa compreender, as pessoas enaltecem uma figura feminina, chamada Maria do Carmo, assassinada e esquartejada pelo seu amante em 1890, por motivos passionais, segundo afirmações do povo.

Essa mulher tornou-se um mito na região pela sua benevolência e pelo modo trágico como foi morta. É considerada uma santa com centenas de devotos, entretanto pagã, pois religião alguma a reconhece. Para homenageá-la, autoridades municipais, influenciadas pelos devotos, construíram o monumento Maria do Carmo e deram seu nome ao bairro da cidade, onde seus restos mortais foram encontrados.

Além disso, na contextualização, apresento os resultados da investigação sobre as estatísticas da violência contra a mulher no município e descrevo as ações, em termos de políticas públicas, efetuadas no combate a esse problema.

Posteriormente à contextualização, realizei a seleção do *corpus* da pesquisa, considerando que os dados coletados nos exemplares selecionados podem fornecer as pistas para o aprofundamento da compreensão sobre as representações sociais da mulher em situação de violência.

Consegui a liberação do delegado para coletar Boletins de Ocorrência de violência doméstica e familiar, com a restrição de que todos os dados de identificação da denunciante e do acusado fossem retirados pela policial responsável pelo Cartório da Mulher que me acompanhou durante o processo de seleção dos exemplares.

O *corpus* desta pesquisa compõe-se por 20 exemplares de Boletins de Ocorrência oriundos de queixas de mulheres que sofrem ou sofreram agressão, lavrados na Central

Judiciária de Polícia, Departamento de Polícia do Interior, de São Borja, no período de junho de 2010 a maio de 2011. Diante da similaridade discursiva nos históricos dos 20 BOs, estabeleci um recorte do *corpus* para a análise e discussão dos resultados. Desse modo, selecionei seis BOs que apresentavam alguma particularidade discursiva entre si e em relação aos demais.

O delegado responsável por essa delegacia, em uma conversa informal, afirmou que são registradas cerca de cinquenta ocorrências de violência doméstica e familiar por mês, incluindo agressões e ameaças. Neste estudo, meu interesse volta-se aos Boletins de Ocorrência tanto de ameaça quanto de agressão física. No entanto, ao selecionar os exemplares, os Boletins de Ocorrência de violência física pareciam saltar aos meus olhos. Talvez porque a meu ver, antes de ocorrer a agressão física já existe um histórico de brigas e ameaças entre o casal e a agressão física provoca a reação da mulher que recorre aos meios legais disponíveis para (tentar) se proteger. Geralmente, a agressão física seguida do registro da ocorrência na Delegacia de Polícia é o ápice da história do casal; daí em diante a convivência se torna insustentável.

Os dados coletados nesses exemplares foram analisados a partir da descrição do gênero discursivo proposta por Bakhtin (1992; 1993; 1997), respaldando o dialogismo ou dialogicidade, as abordagens sobre representações sociais e gênero social. Os resultados poderão apontar uma maneira de se compreender a relação intrínseca entre representações sociais e o sociointeracionismo, como um caminho para se realizar estudos linguísticos com base metodológica etnográfica.

Assim, esta pesquisa encontra suporte para análise em uma perspectiva que se baseia nos princípios teóricos defendidos pelos seguidores da abordagem sociointeracionista da linguagem e das representações sociais, considerando que essas abordagens podem fornecer o quadro teórico e metodológico necessário para a descrição e interpretação de discursos, a partir do contexto histórico, social e cultural em que ocorrem as representações sociais.

## 5.2 Critérios utilizados para selecionar o *corpus*

Para selecionar os Boletins de Ocorrência respeitei quatro critérios básicos, que são os seguintes:

- a) o registro da ocorrência deveria ser de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois na Delegacia de Polícia de São Borja são centralizados todos os tipos de atendimento ao público, de responsabilidade dessa instituição, inclusive

os casos de violência doméstica e familiar contra o homem, ou contra @ parceir@ nas relações homossexuais;

- b) a ocorrência deveria ter sido registrada no período de junho de 2010 a maio de 2011, já que era preciso estabelecer um período para restringir a quantidade de registros;
- c) a formalização da queixa deveria ter sido realizada pela própria mulher que se sentiu lesada, pois isso pode ser feito por familiares, amig@s, vizinh@s, entre outros;
- c) a violência denunciada deveria ser do tipo ameaça e/ou agressão física, visto que, geralmente, a ameaça é seguida da agressão física.

## 6 Aspectos Éticos

Este estudo foi desenvolvido em conformidade com os aspectos éticos da pesquisa. Ao iniciá-lo, entrei em contato com o delegado responsável pela Central Judiciária de Polícia de São Borja, e apresentei-me por meio de uma Carta de Apresentação (APÊNDICE A). Solicitei-lhe que me concedesse a Autorização Institucional (APÊNDICE B) para eu selecionar e coletar, nessa instituição pública, os exemplares dos documentos que constituem o *corpus* deste estudo, ou seja, os Boletins de Ocorrência.

Outro aspecto ético pertinente é o Termo de Confidencialidade (APÊNDICE C), no qual minha orientadora e eu nos comprometemos a preservar a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

## 7 Estudos preliminares

Para compreender questões preliminares a este estudo, realizei algumas investigações que considero pertinente abordá-las, pois, de alguma forma, isso me auxiliou a elaborar e desenvolver esta pesquisa. Em uma dessas investigações, busquei descrever e analisar notícias jornalísticas escritas a respeito da violência doméstica e familiar.

Essas notícias são divulgadas em páginas policiais do jornal Folha de São Borja – edição impressa e virtual - e sintetizam os Boletins de Ocorrência transcritos a partir de queixas, a maioria realizada por mulheres que sofreram agressão física ou ameaça. A versão impressa do jornal possui duas edições semanais, às quartas-feiras e aos sábados.

Das quinze notas informativas, subgênero da notícia (BALTAR, 2006), publicadas na seção *Plantão de Polícia*, no período correspondente aos meses de maio e junho de 2010, apenas duas eram referentes a denúncias realizadas por homens. Esses homens, assim como as mulheres, registraram a ocorrência para solicitar as medidas protetivas da Lei Maria da Penha contra suas companheiras, que os ameaçaram e/ou agrediram fisicamente. Essa lei, respaldada pela Constituição Federal de 1988, é aplicada para proteger tanto mulheres quanto homens.

Os resultados indicaram, em um sentido geral, que os textos analisados possuem uma padronização de sequências, centradas no discurso narrativo, em terceira pessoa, com o objetivo específico de tornar pública a denúncia ocorrida, o que caracteriza esse tipo de atividade de linguagem como interação social recorrente no contexto de circulação do jornal.

Na outra investigação, observei as representações da violência contra a mulher em um público de quarenta e cinco estudantes do Curso Técnico em Manutenção e Suporte de Informática, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja.

A seleção dos sujeitos ocorreu devido à diversidade de faixa etária (de 18 a 66 anos), de profissão (faxineiras, comerciantes, frentista, montador de móveis, militar do exército, entre outras) e de nível sócio-econômico. Além disso, não há uma disparidade muito grande quanto ao sexo dos integrantes do grupo, que é formado por vinte e quatro mulheres e vinte e um homens.

Como procedimento de coleta de dados, a partir de uma notícia jornalística sobre a possibilidade de um famoso goleiro de futebol ter assassinado sua ex-amante, apliquei um questionário composto por cinco questões pertinentes à violência contra a mulher. Os resultados apontaram manifestações linguísticas negativas para a violência e para o homem que agride a mulher e houve uma preponderância de representação da mulher como *a indefesa, a coitada*. A maioria afirmou saber de algum caso de violência contra a mulher próximo a sua casa, ou com alguém conhecido, assim como, todos afirmaram sua desaprovação a esse tipo de ato.

Esse breve estudo auxiliou-me a compreender melhor a teoria das representações sociais e a verificar que as pessoas se representam e representam algo ou um fato por meio das suas escolhas linguísticas ao expressarem suas opiniões, seus sentimentos, seus juízos de valor.

Além disso, verifiquei que as representações individuais, enquanto julgamentos e opiniões, se aproximam e, por isso, constroem as representações sociais. Do mesmo modo, as representações sociais influenciam as representações individuais.

## 8 Organização da tese

Organizei este estudo em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, apresento algumas abordagens sobre gênero social, especialmente, no que concerne à mulher inserida em um contexto sócio-histórico caracterizado pelo patriarcado, em que as relações de poder e de dominação do masculino sobre o feminino, por muito tempo, foram consideradas normais.

Também, descrevo o percurso do movimento feminista em busca dos direitos da mulher e pelo fim da desigualdade de gênero. Como decorrência desse movimento, é possível perceber mudanças na construção contemporânea das feminilidades e das masculinidades.

Ainda nesse capítulo, abordo aspectos da violência doméstica e familiar contra a mulher e a Lei 11.340 - Lei Maria da Penha, enfatizando-a como parte das políticas públicas para enfrentar esse problema social, ou seja, como a maneira disponível no Brasil para prevenir, coibir e erradicar esse tipo de violência.

No segundo capítulo, apresento os pressupostos teóricos das representações sociais, como origem, conceito, características e a relação das representações sociais com a linguagem, ou seja, a dialogicidade. Também, sintetizo os aspectos principais da concepção dialógica, pelo viés do sociointeracionismo.

Nesse mesmo capítulo, descrevo o Boletim de Ocorrência, já que esse gênero do discurso é o objeto de análise neste estudo. A partir disso, teço considerações sobre o discurso do Boletim de Ocorrência, que só adquire existência própria a partir de um processo de reformulação linguística da oralidade para a escrita e de um gênero para outro, devido a sua funcionalidade legal.

No terceiro capítulo, descrevo o contexto sócio-histórico de São Borja/RS de modo geral e no que diz respeito à violência contra a mulher. Para apresentar a descrição do contexto sócio-histórico de São Borja/RS, considero seus aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais e econômicos, como contribuições para que o contexto real sobre o qual me refiro neste estudo possa ser melhor compreendido.

Nessa contextualização, descrevo o mito Maria do Carmo, uma mulher que, historicamente, representa as inúmeras mulheres que sofrem violência no contexto de São Borja/RS. Relato as ações sociais e políticas que são desenvolvidas no município com o propósito de prestar apoio e assistência às mulheres que sofrem violência doméstica e familiar, e, também, as realizadas para possibilitar a inclusão social e profissional de mulheres do município e da região que vivem em condições de subserviência.

No último capítulo, para consolidar o estudo linguístico, descrevo e analiso o gênero do discurso: Boletim de Ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, considero o aspecto dialógico da linguagem e as características do discurso reportado.

A violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre no contexto privado e só se torna pública quando a mulher registra, na instituição competente, a ocorrência da ameaça e/ou da agressão. A maneira como essa mulher é representada linguisticamente no Boletim de Ocorrência reflete e refrata sua representação social contemporânea, que, entretanto, continua permeada pelo senso comum construído no decorrer da história da sociedade humana.

Por fim, nas Considerações Finais, organizo resumidamente os resultados principais do estudo, aponto as suas limitações e algumas possibilidades de novas pesquisas, ciente de que este trabalho é apenas uma contribuição para as ciências humanas, especialmente para a área de estudos linguísticos.

A partir dos resultados obtidos neste estudo, busco desenvolver a seguinte tese: o contexto sócio-histórico, marcado por relações de poder e de dominação do masculino sobre o feminino, influencia e interfere (n)as representações sociais<sup>9</sup> da mulher em situação de violência e é pela linguagem que essas representações sociais são evidenciadas.

---

<sup>9</sup> É o termo adotado pela Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1984; 1988; 2003) para fazer menção às construções sociais e simbólicas, também é usado, com equivalência de sentido, nas abordagens de Bakhtin (1992; 1993; 1997).

## CAPÍTULO 1

### GÊNERO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

“As relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres têm na violência de gênero uma das suas manifestações mais perversas. O componente cultural – fortemente calcado também em bases econômicas, jurídicas, sociais e políticas desiguais – é seu sustentáculo e fator de perpetuação.”  
(CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003, p. 10)

A violência contra a mulher é um problema bastante recorrente na sociedade brasileira. Mesmo diante das investidas de autoridades nacionais para coibi-la e erradicá-la, dos movimentos em defesa dos direitos humanos e, especificamente, das mulheres, os índices de denúncias desse tipo de crime continuam alarmantes.

Entretanto, as denúncias oficializam apenas uma pequena parcela da violência a que as mulheres são submetidas. Estimativas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), no Brasil, apontam que muitas mulheres em situação de violência doméstica e familiar não têm coragem de denunciar seus agressores. E, assim sendo, não é possível diagnosticar de forma objetiva e elaborar estatísticas quando não há dados registrados.

O problema da violência enfrentada pela mulher, no decorrer da história brasileira, é o resultado da sua representação como o sexo frágil. Por isso e devido à legitimação do poder masculino, as mulheres têm sido alvo de humilhação e violência de todo tipo por parte de homens, que buscam se afirmar como o sexo forte, o sexo detentor do poder.

Pesquisador@s<sup>10</sup> de várias áreas, como a sociologia, a psicologia, a

---

<sup>10</sup> O símbolo @ tem sido constantemente utilizado por pesquisadores que interligam gênero social aos estudos linguísticos, visando representar os gêneros gramaticais feminino e masculino. Desse modo, é possível contemplar mulheres e homens, respeitando e corroborando com a estratégia freiriana de usar substantivos e adjetivos no feminino e no masculino, quando a referência é para as pessoas de um modo geral. Entendo que essa estratégia rompe qualquer possibilidade de exclusão. Entretanto, ao resenhar as obras d@s autor@s que sustentam este estudo, mantereí as expressões utilizadas por el@s.



antropologia, a história, entre outras, têm se interessado pela temática e têm desenvolvido vários estudos por meio dos quais se busca entender os aspectos sociais, históricos e culturais intrincados nesse problema. Entre el@s, destacam-se Beauvoir (1980a; 1980b), Bourdieu<sup>11</sup> (1995; 2004), Colling (1997; 2002; 2004), Guareschi e Jovchelovitch (1995), Grossi (1995), Grossi e Werba (2001), Jodelet (2001), Louro (2004), Saffioti (2001; 2004; 2009), Saffioti e Almeida (1999), Scott (1995), e outros. Do mesmo modo, abordagens sobre gênero social, conciliadas aos estudos linguísticos, têm interessado a pesquisador@s ligad@s ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Maria, como Pires (2008; 2009; 2010a; 2010b) e seus/suas orientand@s, como Ferraz (2009), Costa (2010), Vieira (2009) e Knoll (2007).

Neste capítulo, de maneira geral, abordarei questões pertinentes a gênero social e à violência contra a mulher. Para tanto, na primeira parte, apresentarei perspectivas sobre feminilidades e masculinidades como construções sócio-históricas que se contrapõem à noção da essencialidade dos comportamentos sociais com base nas características sexuais. O que, resumidamente, remete ao conceito e caracterização de gênero social. Na segunda parte, discutirei a violência contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar, no que diz respeito a sofrimentos e agressões dirigidas especificamente às mulheres, pelo fato de serem mulheres. Por fim, na terceira parte, descreverei a Lei 11.340/06, Maria da Penha, caracterizada como uma iniciativa legal para prevenir, erradicar e punir a violência doméstica e familiar no Brasil; e discutirei a repercussão da referida lei no contexto social.

## 1.1 Perspectivas sobre Gênero Social

Nesta seção, procuro apresentar uma breve noção do conceito de gênero e a

---

<sup>11</sup> Bourdieu, quando discute as relações de poder existentes entre homens e mulheres, não manifesta (re)conhecimento sobre os estudos das desigualdades entre masculino e feminino realizados e publicados anteriormente a sua pesquisa, como os de Simone de Beauvoir. As reflexões dessa estudiosa em *O segundo sexo I e II* consagraram-na, mundialmente, como precursora do feminismo. No entanto, decidi manter Bourdieu por entender a importância de seus estudos sobre dominação e violência simbólicas e pela relação de sua teoria com as representações sociais, de Moscovici (1984), e com a Filosofia da Linguagem, de Bakhtin (1997). Além disso, suas abordagens estão presentes na maioria dos textos de Saffioti.

teoria que sustentará este estudo. Influenciadas pelas perspectivas revolucionárias de Simone de Beauvoir, várias teorias sobre gênero social surgiram no cenário do pós-estruturalismo. Neste estudo, meu interesse volta-se às pesquisas de Scott, que instigou fortemente Saffioti a promover acirradas discussões acadêmicas e políticas, no Brasil, em busca da promoção de mudanças sociais.

Sempre que se discutem as desigualdades de gênero e, principalmente, a violência contra a mulher é necessário retomar algumas concepções sobre poder e dominação, pois as relações entre homens e mulheres estão, social e historicamente, permeadas por manifestações de poder e dominação do masculino sob o feminino.

### 1.1.1 Relações de poder e desigualdade de gênero

Como este estudo está centrado nas representações da violência contra a mulher, considero interessante citar Bourdieu (1995) sobre as questões do poder simbólico que se manifesta nas relações entre homens e mulheres no mundo social. Para esse sociólogo, mulheres e homens trazem consigo as marcas de uma ideologia dominante e podem e devem resistir a isso, utilizando inclusive o discurso para se manifestar e para provocar mudanças ideológicas e sociais.

Entendo que seja importante, também, pontuar algumas questões da teoria de Foucault<sup>12</sup> (1988) sobre poder. Para esse estudioso, é impossível compreender o fenômeno do poder sem considerar a realidade da organização social. Em uma sociedade cada vez mais complexa, o poder sempre aparece ligado a um perigo potencial, que frequentemente se materializa como violência, desde o constrangimento físico até as sutilezas contemporâneas do assédio moral, da violação da privacidade e do desrespeito às pessoas. Diante disso, o poder, como prática social, é uma forma de dominação.

Outro ponto abordado por Foucault (1988), que é fundamental a este estudo, diz respeito à relação entre linguagem e poder. A teoria foucaultiana permite entender o poder como algo construído nas interações sociais e nos discursos, por

---

<sup>12</sup> A abordagem de Foucault (1988) sobre poder possui grande respaldo nas diferentes áreas de conhecimento, especialmente quando o foco se centra em desigualdades sociais e em gênero social.

isso, para se compreender as relações de poder que se manifestam em uma determinada sociedade, é preciso investigar como isso ocorre discursivamente. Se o poder é algo construído nas interações sociais e nos discursos, então o poder constitui uma representação.

Sem se preocupar, necessariamente, em concordar com Bourdieu (1984) ou com Foucault (1988), Thompson (1990) estabelece a distinção entre poder e dominação. Para esse pesquisador, o poder está relacionado à capacidade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas para poder fazer algo, enquanto a dominação é uma relação entre pessoas ou grupos de pessoas e ocorre quando uma pessoa ou um grupo se apropria ou expropria o poder – ou capacidade de – de outras pessoas e/ou outros grupos, de maneira desigual.

A fim de se compreender as estruturas objetivas que podem coagir a ação e a representação dos indivíduos - os agentes ou atores sociais – no mundo social, em relação a poder e dominação, Bourdieu (1995) apresenta três fundamentos básicos em sua teoria, que são o *poder simbólico*, o *campo social* e o *habitus*. Esses fundamentos são pertinentes a este estudo, no que tange às relações de poder entre homens e mulheres, ao contexto social e histórico em que essas relações se manifestam e às representações das manifestações de poder – dominação - no que se refere à violência doméstica e familiar.

O *poder simbólico* surge como todo o poder que consegue impor significações e legitimá-las. Os símbolos afirmam-se, assim, como instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. É um poder invisível que só poder ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes são sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1995, p. 7-8).

O *campo* surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas. Através da distribuição de diversas formas de capital – no caso da cultura, o capital simbólico – os agentes ou atores participantes em cada campo são munidos com as capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam. As relações existentes no interior de cada campo definem-se objetivamente, independente da consciência humana. Na estrutura objetiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história) os indivíduos adquirem um corpo de disposições, que lhes permite agir de acordo com as

possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva: o *habitus*<sup>13</sup>.

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem aos interesses dos grupos exteriores do campo de produção (BOURDIEU, 1995, p. 12).

O *habitus* funciona como uma força conservadora no interior da ordem social. Expressa o produto da inscrição no corpo da relação de dominação. Mantém a pessoa dominada ou dominante em suas ideias, percepções, práticas ou ações, dentro dos padrões de comportamento e de autocompreensão atribuídos pelo processo de socialização do sistema de dominação (BOURDIEU, 1995, p. 8). O *habitus* contribui como elemento conservador da ordem social, pois mantém os indivíduos habituados a estilos de vida, costumes, tradições, valores, (in)verdades, entre outros.

Bourdieu (1995) também aborda a violência simbólica. Essa violência existe na sociedade, mas a maioria das pessoas não possui consciência sobre a sua existência. Muitas vezes, em uma relação de dominação do homem sobre a mulher, a dominada não se considera vítima, e o dominante não se considera agressor.

Uma das questões em que Bourdieu (1995) centraliza seus estudos é a análise sobre como os agentes ou atores sociais incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo em que a produzem, legitimam e reproduzem. Nessa perspectiva sociológica, a relação de força material e simbólica entre os sexos é refletida nas instituições, como família, escola, Estado, que ainda estão presentes no inconsciente coletivo, no que diz respeito ao patriarcado como ideologia dominante.

Quanto às representações da diferenciação social entre mulheres e homens – ou feminino e masculino - manifestadas nas práticas culturais sobre as formas de exercício de poder, destaco a concepção adotada e promovida por Foucault (1988) de que o poder implica em uma construção social e cultural, pois o poder é um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente das pessoas e dos grupos e implica sobre as ações dos sujeitos

---

<sup>13</sup> O termo *habitus* de Bourdieu (1995) estabelece estreita relação com o de *teia dialógica* de Bakhtin (1997). Ambos remetem ao senso comum, devido a sua pluralidade discursiva.

que o exercem.

Essa concepção contribui para o debate sobre as relações de gênero e remete à interpretação dessas relações sob a forma de redes tensas e continuamente ativas, em que se possibilita a capacidade de exercer o poder em múltiplas instâncias e intensidades diversas (LOURO, 1997).

Bourdieu (1995) não utiliza a expressão *gênero*<sup>14</sup> para tratar dos problemas relativos às desigualdades – ou diferenças - entre homens e mulheres, mas utiliza os termos *feminino* e *masculino*, *mulher* e *homem*. A diferença entre o significado de gênero e sexo é abordada por Scott (1995), e será apresentada ainda neste capítulo, quando tratarei das representações de feminino e de masculino e da violência contra a mulher.

Na perspectiva de Bourdieu (1995), a sociedade vem sendo conduzida em uma esteira de relações binárias em que a mulher, corriqueiramente, ocupa o espaço subordinado ao homem; e o homem é a figura principal, considerado capaz de ocupar lugares não permitidos à mulher. “Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (p. 31).

A construção social das diferenças entre mulheres e homens é decorrente do princípio da visão social que divide arbitrariamente o mundo. Esse princípio funciona como um esquema de percepção, pensamento e ação que propõe a divisão entre os sexos como algo normal, natural e inevitável, pois está na “ordem das coisas”. A visão androcêntrica, que considera o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, incorporada na sociedade, legitimou a ordem masculina. Essa ordem funciona como uma grande máquina simbólica, que ratifica a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 1995, p. 17 e 18).

A estrutura patriarcal provém dessa realidade histórica de dominação masculina e, sem dúvida, é passível de transformação. A história de re(criação) continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente, desde que existem mulheres e homens, e por meio da qual a ordem masculina se vê continuamente reproduzida através dos tempos, pode

---

<sup>14</sup> *Gênero* é um termo que possui vários significados. No sentido de desigualdades entre feminino e masculino foi concebido e adotado algum tempo após o desenvolvimento dos estudos de Bourdieu (1984) e teve sua origem nas discussões e estudos do Movimento Feminista.

e deve ser mudada e, principalmente, recriada (BOURDIEU, 1995).

A dominação masculina não está somente dentro dos lares, ela pode ser percebida em diversos aspectos e instâncias da sociedade, por exemplo, o menor salário atribuído às mulheres em determinadas profissões, a exploração do corpo feminino na mídia, a atribuição de algumas profissões aos homens e de outras às mulheres, a incumbência de atividades domésticas e de obrigações com os filhos destinadas às mulheres, entre outras.

Nessa relação de dominação, o poder apresenta duas faces, a da potência e a da impotência (SAFFIOTI, 2004). As mulheres estão familiarizadas e algumas condicionadas à face da impotência, enquanto o homem faz uso da face da potência e é nisso que ele acredita. No entanto, ao expressar seu poder sobre a mulher, ele demonstra sua impotência para lidar com diferentes problemas, em diferentes situações, que não pela manifestação de poder.

As relações hierarquizadas de poder entre mulheres e homens e suas consequentes relações de dominação, constituídas ao longo da história como representações sociais e culturais, motivaram a *desacomodação* do grupo social menos privilegiado – o das mulheres - em busca de mudanças na ideologia predominante. Essa *desacomodação* provocou uma verdadeira revolução cultural em diversos países, o feminismo, que tinha por meta a igualdade entre mulheres e homens. Atualmente, esse movimento idealiza a relação entre homens e mulheres sem manifestações de poder - dominação - e sugere o respeito às diferenças existentes entre feminilidade e masculinidade, desde que essas diferenças não sejam fator de preconceito contra as mulheres, ou seja, objetiva o fim das desigualdades de gênero.

### 1.1.2 O conceito de gênero social

Em 1949, Beauvoir publicou os livros que revolucionaram as discussões sobre ser mulher e refletem a tomada de consciência de uma mulher a respeito da alienação da condição feminina. *O segundo sexo I – fatos e mitos* (1980a) foi lançado quando o termo *feminismo* ainda não era usado e é, basicamente, o marco inicial da prática discursiva da situação feminina. Em *O segundo sexo II – a*

*experiência vivida* (1980b), Beauvoir examina a condição feminina nas dimensões sexual, psicológica, política e social. Com essas publicações, a filósofa existencialista deu a luz ao feminismo, afirmando que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher no decorrer da vida.

Nessas obras, Beauvoir (1980a; 1980b) empreende uma série de críticas aos pressupostos androcêntricos da filosofia e da ciência, com a finalidade maior de apresentar uma visão do mundo centrada na qualidade referencial do masculino e da alteridade do feminino (AMÂNCIO; OLIVEIRA, 2006).

Alguns anos depois, Scott (1995) conceitua *gênero*<sup>15</sup> como a palavra que “indica uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou diferença sexual” (p. 1). O conceito de gênero sugere repensar e romper com a rigidez do binarismo entre os polos masculino e feminino, de maneira que seja possível estruturar as análises histórico-sociais a partir de matrizes plurais no interior de cada um desses polos, de maneira a se contemplar os conflitos e as cumplicidades que permeiam a dinâmica social, produzindo (des)arranjos em suas relações.

A partir desse conceito, fica estabelecido que gênero e sexo são categorias diferentes. A expressão *sexo* refere-se basicamente às diferenças biológicas que caracterizam mulheres e homens. Já o termo *gênero* refere-se, de modo geral, à construção social sobre a diferença sexual e às formas de relação socialmente impostas entre os sexos, que constroem sujeitos masculinos e femininos (FERRAZ; ARAÚJO, 2004).

O conceito de gênero não é estático, pois varia entre as sociedades e no interior delas, entre os sujeitos de diferentes classes, raças, gerações e religiões. A leitura de gênero, na perspectiva de Scott (1995), está intrinsecamente relacionada ao saber e ao poder. Essa historiadora define gênero como o saber historicamente construído a respeito das diferenças sexuais. É uma forma de ordenar o mundo, pois as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas a partir dos significados que esse saber produz e dos usos que as pessoas fazem deles.

Com a emergência desse conceito, os sujeitos passaram a ser pensados e abordados de forma multifacetada, isto é, como constituídos além do gênero, pela raça, classe e sexualidade. O poder deixa de ser compreendido como um

---

<sup>15</sup> Termo que equivale a *gender* na língua inglesa.

movimento hierárquico linear, centralizado ou de única direção. Essas marcas sociais, ao combinarem-se, barram a concepção simplificadora do homem dominante e da mulher dominada. Esse conceito contrapõe a lógica essencialista que concebe a mulher e o homem de maneira universal e trans-histórica. Ao estabelecer aproximações com o pós-estruturalismo, Scott (1995) assenta a radicalização do conceito de gênero na possibilidade de desconstrução da oposição binária entre masculino e feminino.

Nessa abordagem, gênero representa:

um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, ao mesmo tempo, uma forma primária de dar significado às relações de poder [...], um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1995, p. 86).

Essas questões de poder podem estar implícitas em diversos modos de viver, em diferentes costumes e, até mesmo, na maneira como meninas e meninos são educados. A percepção de masculino e feminino na sociedade direciona a postura de que determinadas atitudes são próprias de homem e outras são específicas de mulher. Os moldes de como agir, brincar e com que brincar, se vestir e o que vestir, como reagir, qual o léxico adequado, o que fazer, estão intrincados em discursos que precedem o sujeito.

Assim, o conceito de gênero diz respeito a uma categoria histórica e pode ser concebido em várias instâncias, tais como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1995).

No Brasil, uma das maiores pesquisadoras sobre as questões de gênero foi Heleieth Iara Bongiovani Saffioti<sup>16</sup>, que investigava gênero social na perspectiva histórica do patriarcado. Para Saffioti (2001), a opção de se trabalhar com o conceito de relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo, deve-se ao fato de o termo estar linguisticamente impregnado do social. A noção de gênero define a

---

<sup>16</sup> Saffioti foi professora da UNESP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP. De acordo com informações disponíveis no Blog Perseu Abramo (<http://www.fpa.org.br/blog/>), Saffioti faleceu aos 76 anos, em 13.12.2010. Portanto, quatro dias antes da submissão deste trabalho à banca de qualificação.



mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais e, portanto, está ligada à questão da desigualdade e do poder.

Saffioti e Almeida (1999) analisou o movimento feminista ou o feminismo a partir de seis abordagens, caracterizadas sócio-historicamente, que são:

- a) *Conservantismo*: as mulheres concebiam sua inferioridade como natural, em função da sua anatomia e fisiologia. A mulher, por acreditar na sua inferioridade, não conseguia sair da sua condição de ser inferior.
- b) *Conservantismo burguês*: acompanhou o liberalismo e lutava pela ampliação dos espaços e pela melhoria das condições de vida das mulheres.
- c) *Marxismo dogmático*: privilegiava a luta de classes, defendendo a tese de que, se a opressão contra a classe trabalhadora acabasse, a opressão à mulher se extinguiria.
- d) *Feminismo radical*: defendia o fim da família biológica, por ser a principal causa das diferenças. Nessa abordagem, se defendia a ideia de que as crianças deveriam crescer sob a responsabilidade de um grupo de adultos e ser educada independentemente do seu sexo.
- e) *Feminismo socialista*: caracteriza-se por trazer à sociedade o conceito de gênero, lidando, ao mesmo tempo, com as relações entre o feminino e o masculino.
- f) *Feminismo múltiplo*: defende que os sujeitos são múltiplos e únicos, além de serem mulher ou homem, são compostos por diferentes elementos, como a classe social, a etnia, a profissão, o credo, entre outros. Isso os constrói como seres constituídos por múltiplas identidades. Essa abordagem apresenta um movimento científico e político que produz conhecimentos sobre o tema e está engajada na luta pelo fim das desigualdades.

Na concepção de Saffioti (2004), não há como pensar o masculino sem evocar o feminino, não por dicotomias, mas pensá-los apenas como diferentes, sendo que a expressão gênero está relacionada às “representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (p. 116).

Na atualidade, o movimento feminista, ou *feminismo múltiplo* para Saffioti

(2004), tem assumido a luta pela igualdade social e pela preservação das diferenças sem que elas representem desigualdades. Na perspectiva desse movimento, mulheres e homens atuam para acabar com as discriminações e lutam pela cidadania plena, por justiça e igualdade, visando à inclusão social (BISOL, 2004, p. 50).

Assim, esse movimento objetiva e idealiza a construção de novos padrões de relacionamentos entre homens e mulheres e, para isso, torna-se imprescindível a desconstrução das funções e significações tradicionais. Buscam-se novos sentidos para as relações de gênero, centrados no respeito próprio, no respeito ao outro e especialmente no respeito às diferenças. Desse modo, as masculinidades começam gradativamente a sofrer alterações.

### 1.1.3 A mulher no contexto sócio-histórico

No decorrer da história ocidental, as primeiras criações institucionais, estatais e jurídicas, subjugavam as mulheres à condição de inferioridade e submissão à vontade dos pais, maridos e filhos homens, respectivamente nessa ordem hierárquica.

Na era feudal, o mundo girava em torno da comunidade, o indivíduo era facilmente sacrificado em detrimento da integridade dos clãs. Nesse período da história, a mulher foi extremamente vitimada pelo homem e pela religião, pois o sexo feminino era tido como ponto de concentração dos pecados, e sobre ele pesaram as acusações de hermetismos hereges e bruxaria.

Esse período foi marcado pela ambiguidade, pois nessa época, a igreja católica havia proclamado que todos, sem distinção, seriam filhos de Deus. Essa afirmação, entretanto, somente era válida em um plano espiritual, pois no plano físico, o Cristianismo existente admitia a submissão e a inferioridade da mulher perante o homem (PORTO, 2007).

No século XVIII, o Iluminismo ofereceu uma nova concepção na esfera pública ao estender a todos os indivíduos, sem distinção, os direitos inalienáveis de todo cidadão. Porém, os próprios filósofos iluministas em suas obras reiteravam as visões tradicionais sobre o sexo feminino, enaltecendo as mulheres subservientes,

virgens, silenciosas e modestas e repudiando as independentes e poderosas (PORTO, 2007).

A subordinação da mulher, alicerçada na construção de uma ideologia de superioridade do homem, é bastante antiga na história da humanidade. A filosofia de Platão descrevia a mulher como um ser inferior e, por isso, menos racional. O filósofo Filon, no século I d. C. conciliou a perspectiva de Platão a da teologia hebraica, na qual a mulher foi criada a partir do homem e é a causadora de todo o mal existente, o que está intrinsecamente relacionado à concepção bíblica, pois foi ela quem comeu o fruto proibido e deu origem ao pecado do mundo (BERMAN, 1997).

O ideal de superioridade do homem e inferioridade da mulher fez parte, também, da cultura grega clássica. A razão, a verdade e o conhecimento eram características dos homens e a ignorância, estado inferior que deveria ser evitado, caracterizava as mulheres (BERMAN, 1997). Isso é igualmente concebido por Aristóteles em seus dualismos hierarquizados e polarizados, em que a alma domina o corpo, a razão domina a emoção e, assim, o masculino tem domínio sobre o feminino (WILSHIRE, 1997). É justamente nessa hierarquia que se encontra a origem da violência de gênero.

Os movimentos feministas deram início à busca pelo equilíbrio entre ações e características femininas e masculinas, inicialmente requerendo a igualdade de direitos, deveres e no mercado de trabalho. Com o passar do tempo, surge a conscientização de que existem diferenças entre mulheres e homens, e esse propósito vai sendo alimentado e realinhado como tentativa de reconstruir os papéis de gênero na contemporaneidade (RECHTMAN; PHEBO, 2004).

O modelo de sociedade brasileira é caracteristicamente patriarcal, no qual, de certo modo, vigora a dominação e a violência sexista. Como consequência do sistema patriarcal está o sofrimento histórico das mulheres em relação à cultura de dominação, poder e violência exercida pelo homem (SAFFIOTI, 2004).

O patriarcado é “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44). Seus principais elementos são: o controle da fidelidade feminina; a conservação da ordem hierárquica com a autoridade do masculino sobre o feminino, bem como dos mais velhos sobre os mais novos; e a manutenção dos papéis sociais: ao homem fica incumbida a responsabilidade da provisão material e a mulher deve se responsabilizar pelos afetos e cuidados no lar

(SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1995).

“O patriarcado é paradoxal” e esse paradoxo começa na sua própria existência, resultante de um pacto entre os homens e a nutrição permanente da competição, da agressão e da opressão (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

O termo patriarcal é oriundo de patriarcado<sup>17</sup> que, por sua vez, tem origem na palavra grega *pater*. Sua definição ideológica é a supremacia do homem nas relações sociais (GASPARETTO JUNIOR, 2010). Esse termo foi usado, inicialmente, com conotação de preponderância do homem na organização social pelos hebreus com o propósito de qualificação do líder de uma sociedade judaica. Os gregos helenísticos também faziam menção ao termo. Na cultura grega, as mulheres eram concebidas como objetos de satisfação masculina e, conseqüentemente, julgadas como inferiores.

Na história da humanidade, o homem nem sempre foi superior às mulheres nas relações sociais; em muitas civilizações, a mulher era superior ao homem e, no que diz respeito à fé, a sociedade cultuava uma deusa em vez de um deus. Com o patriarcado, estabeleceu-se o poder de uma autoridade religiosa masculina – a bíblia comprova isso entre os cristãos, e os homens passaram a dominar familiares, empregados e os aspectos políticos de uma organização social.

O período de supremacia do patriarcado permanece(u) por vários séculos, entretanto, a Revolução Francesa instigou questionamentos sobre essa forma de organização da sociedade. O movimento francês defendia os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, e, com isso, abriu novas portas para os indivíduos se posicionarem no mundo. Esse movimento revolucionário objetivou acabar com a concepção massificadora que identificava as pessoas, e permitir o respeito à singularidade de cada um na rede social (GASPARETTO JUNIOR, 2010).

Diante da insatisfação das mulheres com as situações de submissão a que são condicionadas pela cultura do poder masculino, surge em 1960, o movimento feminista decorrente da influência de Beauvoir e dos ideais de igualdade da Revolução Francesa. Por meio desse movimento, as pessoas denunciaram e buscaram combater a violência sexista e tornaram público o que as mulheres vivem no âmbito privado, e, com isso, procuraram mostrar a todos os perigos a que estão

---

<sup>17</sup> Os termos *patriarcado* (adotado por Saffioti em suas pesquisas sobre gênero) e *patriarcal* equivalem em sentido; é o sistema social em que o pai é a figura principal e soberana e os homens é que governam e lideram a sociedade.

condicionadas as mulheres que sofrem violência (GASTMAN, 2007).

Para integrantes desse movimento, combater a violência contra a mulher significa combater os fatores que estruturam a opressão das mulheres, a subordinação, o controle sobre seus corpos e suas vidas. A construção da ideia de gênero surgiu influenciada por esse movimento, na década de 70, e visava buscar espaço para a cidadania feminina (GASTMAN, 2007).

Segundo Duarte (2006), muitas famílias no Brasil são chefiadas por mulheres. Em relação ao aspecto profissional, a maioria das brasileiras que trabalham é obrigada a fazer uma jornada dupla no emprego e no lar ou no emprego e na escola e boa parte dessas mulheres ainda não possui carteira de trabalho assinada. A mesma pesquisa também mostra que a cada quatro mulheres que ocupam cargos de direção, há seis homens que possuem cargos de chefia.

Esses dados refletem uma estrutura cultural arraigada de estereótipos sexistas que atribuem à mulher o papel de *mãe* e *rainha do lar*, fortalecendo o mito da fragilidade feminina e o preconceito do homem, no tocante aos encargos familiares e domésticos. Tal situação decorre de fatores culturais, históricos, políticos, sociológicos e até psicológicos fazendo com que a discriminação da mulher seja algo constante e permanente desde o princípio das civilizações em todos os setores sociais.

Essa representação da mulher está condicionada a ideologia patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. O patriarcado faz referências à história milenar, na qual foi implantada uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina.

### 1.1.3.1 Movimento Feminista: dos anos 60 ao Novo Feminismo

A história das mulheres – e dos movimentos provocados por elas - é recente, pois ainda há pouco tempo elas eram somente uma representação masculina (COLLING, 2004, p. 2). Os Movimentos Feministas, conforme elencados por Saffioti (2004), na subseção 1.1.1 deste capítulo, constituem a base social das reivindicações que evidenciaram socialmente a violência contra a mulher e a

transformaram em fenômeno público. Esse fenômeno deve ser considerado como resultante de processos locais e globais, já que representa uma ideologia de repercussão mundial (RIFIOTIS, 2004).

O Movimento Feminista iniciou, no Brasil, em meados dos anos 60. Por meio desse movimento, as mulheres buscavam a igualdade diante dos homens e se entendia que as manifestações de incompatibilidades poderiam permitir a incursão das mulheres no mundo dos homens. De acordo com Oliveira (1999, p. 59-60), foi um movimento social, cujo desafio maior era a exigência de transgressão de uma ordem, com isso foi atribuído ao masculino o direito de definir o feminino como seu avesso.

O Feminismo dos anos 60 reivindicou a igualdade entendida como o direito das mulheres de participar da vida pública em igualdade de condições com os homens. As mulheres tentaram convencer os homens de que a condição de mulher não era uma desvantagem e que elas poderiam corresponder positivamente às expectativas do mundo do trabalho e da vida pública. Gradativamente, as mulheres foram percebendo que a reivindicação de acesso aos papéis masculinos só se explicava pela interiorização de um sentimento profundo de inferioridade.

As feministas dos anos 70 eram intelectuais altamente qualificadas, integradas ao mundo dos homens, herdeiras das lutas anteriores pela emancipação da mulher. Enfrentaram a experiência de falar de dentro do mundo dos homens, e, como consequência dessa ousadia, proliferou a consciência de que as mulheres viviam um tempo de dúvidas e incertezas, pois elas, inseridas no mundo dos homens, tiveram sérias dificuldades para se adaptarem a esse novo universo (OLIVEIRA, 1999, p. 71-72). Essas dificuldades foram provenientes da resistência dos homens para aceitá-las como profissionais capazes de assumirem lugares ocupados, até então, somente por homens no mundo do trabalho. Além disso, o que também dificultou essa adaptação refere-se à existência da mulher estar calcada, sócio-historicamente, em valores voltados ao cuidado com o outro, ao relacionamento interpessoal, o que implica a valorização da interação com os outros.

No Feminismo dos anos 80, ocorre a transformação das demandas de igualdade em uma busca angustiada dos traços da diferença. A impressão de viver em um equilíbrio instável e precário entre dois mundos levou a mulher a re-examinar a situação paradoxal criada, também, por ela mesma. A tentativa de tornar o mundo mais feminino retrata a experiência de mulheres que procuraram viver o profissional

sem afetar o familiar. Ao questionar as normas e papéis estabelecidos a priori na sociedade, ao invadir espaços antes proibidos, ao realizar um contradiscurso, colocando frente a frente duas culturas e duas visões de mundo, as mulheres introduziram a incerteza, a pluralidade e a escolha, onde, antes, só havia certeza, unanimidade e conformidade (OLIVEIRA, 1999, p. 73-74).

O feminismo da igualdade levantou a bandeira do acesso da mulher à educação, ao trabalho e à política, defendeu a liberdade de concepção e o direito ao prazer, combateu a violência sexual, física, moral, psicológica, e o papel subalterno da mulher. Desse modo, o feminismo foi o marco da maior transformação cultural vivenciada pela sociedade.

No que diz respeito à violência contra a mulher, os Movimentos Feministas sempre estiveram vinculados às políticas públicas. No entanto, foi somente no decorrer da década de 80 que as mulheres começaram a se organizar, pensar e elaborar propostas especificamente relacionadas à violência física, sexual, psicológica praticada contra a mulher, tanto no âmbito doméstico quanto no familiar. As feministas, então, iniciaram um trabalho em busca de mudanças legislativas e criação de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência (RECHTMAN; PHEBO, 2004).

Do final dos anos 80 até a atualidade, fala-se e luta-se por uma nova concepção de igualdade, a verdadeira igualdade, apoiada na diferença sem hierarquia, pois as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais. A revalorização da diferença não tem que enfraquecer a luta pela igualdade, mas deve redefini-la.

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade, deixando à mulher como única alternativa a maternidade e o casamento. Aos homens o espaço público, político, onde se centraliza o poder; à mulher o privado e seu coração, o santuário do lar (COLLING, 2004, p. 2).

O projeto da diferença é pós-feminista, também chamado de *Novo Feminismo* ou *Feminismo Múltiplo*, não porque nega ou contradiz o projeto de igualdade, mas porque corrige suas distorções, faz sua crítica enquanto experiência incompleta que

demanda ser radicalizada. Com a conscientização da diferença, reconhece-se que o universo feminino existe, e essa conscientização é fruto da experiência histórica e social e de um psiquismo que se fez cultura (COLLING, 2004, p. 109).

O fato de os papéis e as condutas tradicionais começarem a ser questionados e a sofrerem algumas modificações cria inevitavelmente alterações na vida de mulheres e de homens, mas principalmente na vida dos homens, pois o masculino vem sofrendo sucessivas relativizações. Muitos homens e mulheres ainda alimentam o modelo hegemônico de masculinidade baseada na força, poder e virilidade, entretanto a vigência desse padrão patriarcal tem provocado muitas discussões, principalmente, no meio acadêmico.

Socialmente, algumas tensões condizentes à manutenção do poder do macho nas relações de gênero estão possibilitando a construção de outras representações do masculino, como consequência das mudanças que ocorreram e estão ocorrendo nas representações do feminino.

A busca do relacionamento igualitário entre homens e mulheres, tanto no público quanto no privado, decorrentes de ideologias influenciadas pelo feminismo, pela globalização e pela pós-modernidade, têm sido motivos para se falar em gradativas transformações do modelo patriarcal de masculinidade, ou seja, em mudanças nas identidades masculinas.

### 1.1.3.2 Diferenças na linguagem da mulher e do homem

Em relação à linguagem, Oliveira (1999, p. 80-81) apoiada nas concepções de Lacan, afirma que há discriminação linguística na maneira que se ensina a mulher a usar a língua e na maneira como se utiliza a linguagem para se referir às mulheres. Há significados diferentes para alguns itens lexicais quando aplicados às mulheres e quando aplicados aos homens. “Homens e mulheres adotam registros linguísticos diferentes na medida em que se ligam a centros de interesse específicos, e passam assim a dispor de competências linguísticas diferentes” (OLIVEIRA, 1999, p. 82).

Por muito tempo se acreditou que somente os homens poderiam dominar os registros técnicos, políticos e intelectuais e ter controle da vida pública. Às mulheres,



caberia só o domínio de registros referentes a campos menos significantes socialmente. Isso representa uma demarcação dos papéis sociais segundo o sexo relacionado à especificidade de registros linguísticos.

Uma mudança dos papéis sociais atenuaria a diferença de linguagem entre homens e mulheres. Falar bem a língua dos homens é pôr em risco o reconhecimento enquanto mulher. Falar mal a língua dos homens é expor-se ao ridículo. Portanto, a mulher que ocupa um lugar de destaque na vida pública tem um duplo desafio: falar bem a língua dos homens e manter-se feminina.

Os distintos valores femininos são a questão fundamental da diferença entre o mundo feminino e o mundo masculino, inclusive são a base da diferença linguística, pois enfatizam o relacionamento interpessoal, a atenção e o cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, a gratuidade das relações. A superação dessas diferenças deveria ocorrer a partir da ênfase nos valores do ser humano.

A diferença não é contrária à igualdade, mas à identidade. A igualdade das pessoas significa a igualdade de seus direitos civis e políticos, e não o fato de que essas pessoas sejam idênticas umas às outras por sua natureza ou mesmo por sua condição (COLLING, 2004, p. 6).

As pessoas são diferentes umas das outras, as mulheres são diferentes dos homens, mas essas diferenças não podem contribuir para as desigualdades de gênero. Perante a igualdade de direitos e deveres civis e políticos, mulheres e homens devem ter acesso a um mesmo ponto de chegada e obter os mesmo benefícios das ações implementadas, em qualquer situação em que estejam inseridos, sem qualquer tipo de restrição.

A identidade feminina se diferencia da masculina porque a primeira provém da interação com os outros. As mulheres são mais intuitivas, sensíveis, empáticas e, por isso, vivem o impasse no mundo dos homens, marcado pela agressividade, competitividade, autocentração e eficiência (OLIVEIRA, 1999, p. 103). E, é essa postura que provoca, em muitos casos, a violência contra a mulher, não só física, sexual ou patrimonial, mas psicológica e/ou moral, que ocorre também por meio da linguagem.

## 1.2 Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

A violência, quando fruto das disparidades de gênero, está relacionada à dominação entre os sexos. Historicamente, as mulheres têm sido vitimizadas pela opressão masculina que se desenvolve das mais variadas formas e em diversos aspectos. Diante disso, a violência física e a sexual constituem-se, apenas, em algumas de suas manifestações.

A violência de gênero ou a violência contra a mulher expressa uma relação de poder e de dominação do homem, e de submissão da mulher. Os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo sistema patriarcal e sua ideologia, induzem a relações violentas entre os sexos e indicam que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

A violência dos homens contra as mulheres pode ser constatada no campo social e exprime-se pelas desigualdades de gênero e discriminações negativas da mulher. Também, pode se manifestar no âmbito axiológico e revelar-se pela desvalorização de tudo que diga respeito ao feminino. Não obstante, esse tipo de violência reproduz atitudes intencionais de desprezo à condição humana e de desrespeito à liberdade, igualdade e desenvolvimento das mulheres.

### 1.2.1 Definição e tipos de violência

A violência é um fenômeno socialmente construído e é representada de forma diferente entre as sociedades e entre os grupos de uma mesma sociedade. A palavra violência origina-se do latim *violentia*, que significa o ato de violentar abusivamente contra o direito natural, exercendo constrangimento sobre determinada pessoa, por obrigá-la a, por exemplo, praticar algo contra sua vontade (CLIMENE; BURALLI, 1998).

Esse processo de vitimização se expressa por meio de atitudes representativas de poder intelectual, físico, econômico, político ou social, cuja

intenção é prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar o outro. Geralmente atinge seres indefesos e, nesse grupo de oprimidos sócio-historicamente, ou impotentes, estão as mulheres.

De acordo com Braghini (2000), há vários tipos de violência, como a física, moral, psicológica, sexual e patrimonial. A violência física se constitui do poder intencional da força ou habilidade para agressões, como tapas, murros, socos, espancamentos, além de agressões com o uso de armas e outros utensílios.

A violência moral caracteriza-se pela ação impaciente destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação do outro, baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride com palavras de baixo calão, insinuações, julgamentos sem fundamentação na realidade e desvalorização. A violência psicológica assemelha-se à violência moral e caracteriza-se por desrespeito, verbalização inadequada, humilhação, ofensas, intimidações, traições, ameaças de morte e de abandono emocional e material, resultando em sofrimento mental (BRAGHINI, 2000).

A violência sexual incide no poder de abusar e explorar o outro, sem consentimento, por meio de carícias eróticas, estupro, incesto, atentado violento ao pudor, entre outros. Configura-se como violência patrimonial todo ato de violência que implique em dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores (BRAGHINI, 2000).

A violência contra a mulher está relacionada à dominação. Por si só, a dominação constitui uma violência, que mesmo simbólica, institui-se por meio da adesão que o dominado não consegue deixar de conceder ao dominante. Desse modo, pelo fato de não reagir e de não procurar mudar sua realidade, acomodando-se pelo medo ou por acreditar que não é possível reverter o quadro a que se mantém submetida, a própria mulher, mesmo inconscientemente, contribui para a produção de violência de gênero (SAFFIOTI, 2004).

Bourdieu (1995) aponta a questão simbólica das relações de gênero como importante fator para a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher. O poder masculino atravessa todas as relações sociais e manifesta-se em estruturas hierarquizadas nos diversos setores da sociedade em que homens e mulheres interagem. O senso comum admite que certas atitudes e certas atividades profissionais, por exemplo, são próprias do homem e não da mulher. Entretanto, muitas mulheres têm sido resistentes a esse processo de dominação e exploração e,

diante de uma luta acirrada das feministas, desde os anos 70, no Brasil, muito já mudou nesse sentido e muitas mulheres começam a ocupar lugares de destaque em diferentes setores.

### 1.2.2 Contextualização histórica da violência contra a mulher e a legislação

Em relação à violência contra a mulher, Porto (2007) afirma que esse problema social advém de um enredo histórico que avilta a mulher, colocando-a no patamar de sexo frágil, submissa ao homem e com menor importância social. Enquanto o homem é preparado, desde cedo, para ter atitudes hostis e para portar-se como aquele que domina as situações e os outros a sua volta. As próprias atividades lúdicas incitadas na infância são relacionadas ao uso da força, ao passo que, a mulher, desde o início dos tempos é lapidada para a passividade e subserviência.

Contudo, o modo de tratamento de problemas relacionados à violência doméstica e à violência contra a mulher foi modificado pela maioria dos países filiados à Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da década de 90, do século XX. No passado, este problema passava despercebido por grande parte dos países e, na atualidade, muitos estão se responsabilizando pela prevenção e punição da violência doméstica.

Com essa legislação específica, a violência doméstica passa a ser enquadrada como crime e, a partir dela, foram criadas campanhas nacionais, visando a prevenção e a erradicação da violência. Além disso, foram criadas delegacias especializadas para atender as mulheres em situação de violência.

Os países americanos, em sua maioria, criaram mecanismos nacionais para erradicar essa forma de violência, além de legislações nacionais. Entretanto, os recursos financeiros destinados aos programas e instituições ainda são considerados bastante reduzidos (STREY, 2004).

Anteriormente a esse processo, ainda nos anos 70 e 80, alguns países americanos deram início às discussões sobre a temática da violência doméstica, mesmo antes do desenvolvimento das normas internacionais e da presença dessas reflexões nas organizações internacionais. Na década de 70, alguns grupos de

mulheres fundaram os primeiros abrigos para mulheres nos Estados Unidos e ganharam fundos governamentais para mais abrigos e programas de assistência. Essas mulheres foram vitoriosas por conseguirem estabelecer as primeiras delegacias da mulher, através do convencimento dos governos central e local. Esse fato influenciou novos grupos de mulheres a reivindicarem a criação de uma legislação pertinente aos direitos das mulheres (STREY, 2004).

Também, nesse período, eclodiram vários grupos e movimentos feministas em diversas partes do mundo, e, com isso, tornaram-se frequentes as manifestações públicas, as passeatas e os grandes encontros de mulheres. Essas mulheres buscavam se libertar do sistema patriarcal, do aprisionamento no casamento e na maternidade, da opressão masculina, dos estereótipos femininos convencionais e da necessidade de um homem sempre ao seu lado (BRAGHINI, 2000).

Ao mesmo tempo, essas manifestações constituíam uma reivindicação por direitos iguais aos do homem, por salário igual, pelo direito ao prazer e ao domínio do próprio corpo e contra a condição de inferioridade imposta arbitrariamente. Desse modo, o feminismo caracterizou-se como movimento político, que visava resgatar, na sociedade, o poder que havia sido negligenciado às mulheres (BRAGHINI, 2000).

No Brasil, nos anos 80 principalmente, os grupos de mulheres lideraram as discussões sobre a temática da violência doméstica. Nessa mesma época, o país encontrava-se envolvido no delineamento da nova Constituição. Esses grupos de mulheres conseguiram incluir algumas normas contra a violência doméstica na Constituição, somado a isso, esses grupos também conquistaram a abertura das delegacias especializadas ao atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar (STREY, 2004). Algum tempo depois, em 2006, foi criada uma legislação específica para prevenir, erradicar e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Entrava em vigor na legislação brasileira a Lei 11.340/06, passados vinte anos de buscas pela sua criação.

### 1.2.3 O feminicídio

Feminicídio ou femicídio é o assassinato de mulheres por questões de

gênero, e é um crime que está cada vez mais reconhecido e há muito denunciado. O assassinato de mulheres consiste-se na culminação de ações caracterizadas pela violação contínua e sistêmica dos direitos das mulheres e dos direitos humanos (RUSSEL; RADFORD, 1992).

O conceito de feminicídio refere-se à matança de mulheres em função do seu gênero, em meio a formas de dominação masculina, do exercício de poder e controle do macho sobre a mulher. O assassinato baseado em gênero pode ser cometido tanto por pessoas conhecidas da vítima, marido, namorado, companheiro, amigo, ou por um membro da família, ou por um desconhecido, como estupradores, assassinos, entre outros. O assassino, conhecido ou não, se fortalece nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres e atribui à mulher uma posição de maior vulnerabilidade, limitando, com isso, a sua capacidade de usufruir os direitos à vida, à integridade pessoal, à liberdade e ao processo jurídico (RUSSEL; RADFORD, 1992).

O feminicídio tem sua maior incidência quando o Estado não garante a segurança das mulheres ou cria um ambiente em que a vida das mulheres não está segura nas suas comunidades e nos seus lares. Ele também se torna mais recorrente quando as autoridades não cumprem suas tarefas legais de maneira devida. Isso indica a ausência de cumprimento das obrigações internacionais, nacionais e regionais assumidas pelos Estados, ao ratificarem instrumentos de proteção e de defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres (RUSSEL; RADFORD, 1992).

A reprodução histórica do feminicídio apresenta mudanças que indicam mecanismos de atualização cotidiana da violência praticada contra as mulheres no contexto de relações desiguais de gênero que persistem, ainda que já exista uma consciência mundial e nacional contrária a tal desigualdade. No Brasil, apesar da Lei Maria da Penha, instrumento de criminalização dessa violência contra a mulher, os crimes contra mulheres continuam se sucedendo de forma evidente.

O final dos anos 80 foi um marco em relação ao feminicídio, devido ao assassinato de Ângela Diniz, praticado por seu companheiro, Doca Street. Pelo fato dessa mulher fazer parte da alta sociedade mineira e ser conhecida com o título de *Pantera de Minas*, a mídia dispensou grande atenção ao caso, documentando o processo judicial e tornando visível ao público brasileiro a questão da violência contra a mulher.

O assassino de Ângela Diniz foi condenado a quinze anos de prisão em regime fechado, cumpriu menos de cinco anos e foi liberado para cumprir pena condicional. Trinta anos depois do episódio, Doca Street lança o livro *Mea culpa*, contando uma versão do crime em que ele se julga culpado, ao mesmo tempo em que culpa Ângela Diniz por ter provocado sua ira. Essa é uma representação de dominação simbólica (BOURDIEU, 1995) em que a mulher sempre será a culpada pelos atos violentos do homem.

Vários outros casos mais recentes e de forte repercussão na mídia podem ser elencados. O caso de Eliza Samudio foi bastante explorado na mídia e se trata de uma incógnita, pois o corpo não foi encontrado. A partir de alguns depoimentos de participantes no crime, a polícia acredita que Eliza tenha sido assassinada e esquartejada a mando de Bruno, ex-goleiro do Flamengo.

O caso de Elóia repercutiu fortemente na mídia, a adolescente foi assassinada pelo ex-namorado em rede nacional e diante de autoridades policiais; o que representou um *espetáculo* para a mídia e um *desastre* para a polícia.

Outro caso que comoveu a população foi o de Maria Islaine, assassinada pelo ex-marido em frente às câmaras do instituto de beleza em que trabalhava, depois de ter solicitado às autoridades policiais as medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Implicitamente, a mídia culpou a polícia pela morte da mulher, por não prestar a proteção solicitada e prevista na lei.

Também, teve larga repercussão em 2010 e início de 2011, o caso da jornalista Sandra Gomide, assassinada em 2000 por Pimenta Neves, seu *ex-affair*; apesar dele ter confessado o crime, respondeu o processo em liberdade e foi preso em maio de 2011, condenado a quinze anos de reclusão.

É difícil precisar o índice de feminicídios no Brasil, pois não são produzidas estatísticas oficiais específicas de homicídios praticados por homens e por mulheres. A dificuldade em mapear esses dados demonstra a invisibilidade do problema para o Poder Público brasileiro. Estimativas obtidas pela reportagem *Fácil de Matar*, do Correio Brasiliense, apontam que 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país, entre 1997 e 2007. Isso revela que a cada 100 mil habitantes do sexo feminino, 4,6 foram assassinadas.

Esses índices se igualam ou superam a taxa total de homicídios de homens e mulheres em outros países, no mesmo período. Em países europeus ocidentais, ocorreram 3 a 4 homicídios por 100 mil habitantes; na América do Norte, ocorreram

2 a 6 assassinatos por 100 mil habitantes; e, na Austrália ocorreram 2 a 3 crimes desse tipo por 100 mil habitantes.

Na América Latina, os índices de feminicídios no Brasil estão abaixo, apenas, de El Salvador, Guiana e Guatemala, de acordo com estatísticas da Organização Mundial da Saúde (Correio Braziliense, 17 de Maio de 2011).

De acordo com o *Mapa da Violência no Brasil 2010* e com o *Mapa da Violência no Brasil 2011 – Caderno Complementar 2: homicídios de mulheres*, desenvolvido pelo Instituto Sangari, com base em dados do Sistema Único de Saúde (SUS), uma mulher é assassinada a cada duas horas, no Brasil. Essa estimativa coloca o país em 12º lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres.

Não há estatísticas atualizadas de assassinatos de mulheres por município, no RS, para os anos de 2009, 2010 e meados de 2011 disponíveis em órgãos governamentais e em institutos de pesquisa. Indicadores de homicídios, de modo geral, entre janeiro e março, nos últimos três anos, no RS, apontam que o índice desse tipo de crime aumentou de 470, em 2009, para 497, em 2010, e esse número diminuiu para 403, em 2011. No quinquênio 2003/2007, segundo dados do Subsistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, que faz a tabulação nacional das certidões de óbito, foram registrados 19.440 feminicídios no Brasil, ou seja, em torno de 4.000 casos por ano (Zero Hora, 12 de Maio de 2011).

Diante disso, no Quadro 1, apresento uma síntese dos indicadores de feminicídio nos municípios do RS que possuem uma população entre 30.000 e 32.000 mulheres, para estabelecer um comparativo com o município de São Borja.

| Município do RS | População de mulheres 2008 | Número de feminicídios |      |      | Ranking de feminicídios em municípios do RS com população entre 30.000 e 32.000 mulheres |
|-----------------|----------------------------|------------------------|------|------|--|
|                 |                            | 2006                   | 2007 | 2008 |  |
| Farroupilha     | 31.885                     | 0                      | 0    | 0    | 6º   |
| São Borja       | 31.707                     | 0                      | 2    | 1    | 3º   |
| Camaquã         | 31.445                     | 0                      | 0    | 2    | 4º   |
| Carazinho       | 31.180                     | 3                      | 1    | 1    | 2º   |
| Vacaria         | 31.439                     | 1                      | 3    | 2    | 1º   |
| São Gabriel     | 30.461                     | 0                      | 0    | 1    | 5º   |
| Montenegro      | 30.075                     | 3                      | 1    | 1    | 2º   |
| Campo Bom       | 30.021                     | 0                      | 0    | 0    | 6º   |

Quadro 1 – Indicativos de feminicídio em municípios do RS com população de mulheres maior que 30.000 e menor que 32.000.



Fonte: *Mapa da Violência no Brasil 2011 – Caderno Complementar 2: homicídios de mulheres*, Instituto Sangari

O *Mapa da Violência no Brasil 2011 - Caderno Complementar 2: homicídios de mulheres*, do Instituto Sangari, mostra a quantidade de assassinatos de mulheres, nos anos de 2006, 2007 e 2008, nos 582 municípios do Brasil que contabilizaram uma população de mais de 25.000 mulheres, em 2008.

O recorte que apresento respeitou os seguintes critérios: selecionar somente municípios do RS e selecionar municípios que apresentassem um índice populacional de mulheres semelhante ao de São Borja. Dos oito municípios selecionados, São Borja ocupa o segundo lugar em população de mulheres e o terceiro em quantidade de assassinatos de mulheres no período que compreende a pesquisa.

A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República, não tem demonstrado preocupação com o feminicídio no Brasil, pois a meta de redução desse tipo de assassinato não consta em ponto algum do Plano de Políticas para Mulheres (PPM). O foco principal da SPM é criar políticas públicas que possibilitem a integração social de mulheres, principalmente daquelas em situação de subserviência.

A Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher, em nível estadual, está interligada à SPM e desenvolve um trabalho voltado à criação de Centros de Atendimento à Mulher, nos municípios. Em São Borja, RS, foi criado o Centro de Referência *Viva Mulher*, em agosto de 2011. Entretanto, entendo que esse tema não é pertinente nessa seção e será abordado com mais detalhes no Capítulo 3.

#### 1.2.4 A violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar

Desde pequenas, as crianças são ensinadas que a mulher pode ser mais emotiva que o homem e que a ela cabe a incumbência de cuidar do outro, pois foi ela que nasceu designada a ser mãe, a gerar, a parir, a criar, a educar. Aprende-se, também, que os homens é que comandam tudo e todos, que eles não devem ser

emotivos, mas sim competitivos.

Essas desigualdades começam na infância são marcadas, inclusive, a partir da divisão de brincadeiras para meninos e meninas – bonecas para as meninas e carrinhos para os meninos, por exemplo. O que repercute no pressuposto de que a mulher deve cuidar o outro em casa e o homem tem a liberdade de explorar o mundo e o desconhecido. E isso se reverte em expressões de desigualdades muito maiores na fase adulta. Os homens passam a acreditar que as mulheres são suas propriedades e que eles têm o direito de dominá-las, estabelecendo sérios problemas nas esferas psicológica, social, política e econômica da vida dessas mulheres (LIMA; QUEIROZ, 2008).

Em grande parte do mundo, inclusive no Brasil, a violência doméstica tem sido associada a dificuldades econômicas. Alguns homens, por não serem capazes de assumir o papel de provedores, podem agir com violência como uma forma de reafirmar ou compensar o seu poder patriarcal (STREY, 2004). Homens que percebem as mulheres como objetos sexuais, assumindo uma perspectiva machista da sexualidade, também estão suscetíveis à violência doméstica e sexual.

Quanto aos modelos influenciadores da constituição da masculinidade, Strey (2004) destaca a ideia de que a maioria das pessoas acredita que uma quantidade de violência deve estar presente na masculinidade uma vez que, para expressá-la, os homens devem ser violentos ou possuírem um mínimo de agressividade, caso contrário, eles parecerão efeminados, o que não é seu interesse.

Socialmente, há acordos tácitos que repercutem na necessidade de o homem se mostrar forte e capaz de viver em campos competitivos, ser permanentemente o provedor da família, limitar a expressão de seus sentimentos e não revelar seus medos e angústias.

A ideologia masculina constantemente envolve os homens em jogos de poder. O medo de fraquejar e a agressividade reprimida – ou liberada – são os maiores indicadores de que, para sobreviver nesse mundo dos jogos de poder, o homem aprendeu a não falar sobre o que sente e foi culturalmente educado a não trabalhar seus sentimentos. Assim, diante dessa ânsia por poder e diante da insensibilidade, à medida que alguns homens não conseguem cumprir o papel socialmente reservado a eles, pode surgir a violência.

A agressividade do homem é protegida pela sociedade, devido à concepção histórica da superioridade do sexo masculino (DIAS, 2007). A masculinidade não

compreende expressões como afetividade e sensibilidade, pois os homens são orientados, desde pequenos, a não chorarem e a serem fortes. Assim, constroem a consciência de que são possuidores de poder, e, conseqüentemente, teriam o direito de exercer sua força física sobre todos os integrantes da família.

A violência e o poder quando exercidos pelo homem ou pela mulher são sempre masculinos por se referirem a uma relação de desigualdade (COUTO, 2005). Dessa forma, a violência doméstica é considerada masculina, independentemente do sexo do agressor, uma vez que remete ao estereótipo de macho/dominador para quem é natural os grandes oprimirem os pequenos.

Muitas vezes, o homem confunde o poder familiar, ou seja, os objetivos do casal, com a dominação, estabelecendo uma relação de senhor e escravo. Assim, quando sente o seu poder ameaçado, a resposta é reagir com violência, pensando ter o direito de submeter a mulher à condição de escravidão, ou por pensar que seu papel é o de educar a mulher por meio de métodos corretivos e violentos (COUTO, 2005).

Araújo, Martins e Santos (2004) consideram que as variáveis que geralmente estão mais associadas à situação de violência contra a mulher praticada pelo homem são: alcoolismo, uso abusivo de drogas, distúrbios mentais, desemprego, ciúmes, suspeita de adultério, assuntos domésticos, discussão, entre outros. Para esses autores, a ordem patriarcal é o fator principal que legitima o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres.

Outro fator relevante na propagação da violência praticada pelos homens contra as mulheres é a ideologia de gênero, a qual busca justificar a dominação masculina e a submissão feminina.

Esse processo de dominação cria mecanismos muito fortes no relacionamento entre a mulher e o homem e, com isso, muitos homens se mantêm protegidos pelo silêncio das próprias vítimas. Os diferentes motivos que levam à permanência das mulheres numa relação de abuso são atravessados pela questão de gênero.

De acordo com Grossi (2001, p.104), o homem quando agride sua esposa ou companheira baseia sua ação em estereótipos construídos e apoiados por uma parcela substancial da sociedade. As considerações elaboradas pela autora, em suas pesquisas com homens agressores, apontam que, historicamente, os valores sociais, as tradições familiares e religiosas e as relações de hierarquia impostas no

mundo do trabalho reforçam a dominação masculina e a submissão feminina.

Geralmente, os homens que violentam mulheres possuem baixa autoestima e buscam reassumir a autoimagem através de jogos masculinos de poder. Esses homens tendem ao narcisismo e centram-se apenas em suas necessidades pessoais, revelando imaturidade e não assumindo responsabilidade pelo seu ato.

Por outro lado, a mulher percebe o companheiro que a espanca não só como seu algoz, mas como aquele que a salva e a protege (BRAGHINI, 2000). Ele simboliza a possibilidade de ocupar o seu vazio existencial, suprir suas perdas, frustrações, rejeições, satisfazer a necessidade psicológica de ser amada e de realizar fantasias proibidas.

A mulher projeta no companheiro toda a possibilidade de ser feliz ou não. O homem, por sua vez, concilia inconscientemente essa responsabilidade a sua agressividade e aos seus impulsos destrutivos. Isso permite ao homem – e, de certo modo, à mulher – estabelecer entre eles uma relação de poder e dominação.

Na maioria dos casos, a união entre a mulher que sofre violência e seu companheiro violento é estabelecida em função de um laço de simbolismo difícil de destruir (BRAGHINI, 2000). Ela deseja que o companheiro pare de agredi-la, mas, em contrapartida, não quer perder o companheiro que vai amá-la em qualquer momento, como se ele fosse a única possibilidade de relacionamento amoroso e sexual para ela. Essa mulher espera perder a parte má e ficar com a parte boa do companheiro, como uma maneira de conservar a relação.

Embora as mulheres vítimas de violência estejam socialmente ligadas às normas que regem o grupo familiar, e, embora não se posicionem com autonomia, elas se expõem e interagem com o imaginário que dita a individualidade dos sujeitos sociais. É a partir da influência da mídia, do contato com mulheres de outras classes sociais, dos discursos de especialistas do direito, da psicologia, do feminismo, entre outros, que é possível essas mulheres interagirem (BRANDÃO, 2006).

Desse modo, algumas mulheres, ao perceberem que têm direitos, motivam-se a buscar ajuda e a obter informações nas delegacias de polícia ou da mulher. Outras procuram informar-se sobre a sua situação nas associações e centros de referência em defesa dos direitos da mulher, existentes em praticamente todos os municípios do Brasil. Essas instituições são, normalmente, mantidas pelo governo municipal e fazem parte das políticas públicas implantadas, em âmbito federal, para prestarem assistência às mulheres.

### 1.2.5 Os tipos de violência no lar

A palavra violência vem sendo utilizada para expressar comportamentos, modos de vida na sociedade e outros fenômenos humanos (STREY, 2004). Essa autora acrescenta ainda que, o mundo parece estar ficando mais violento, e a violência pode estar relacionada à tradição, à moralidade, mas sempre conduzida por alguma forma ou quantidade de poder.

Por meio das várias formas de violência possíveis, provoca-se a destruição do outro, como: ferir, matar, prender, roubar, ameaçar, humilhar. Essas formas de violência alcançam a integridade do corpo e da vida, a liberdade de movimento, o direito à propriedade ou incomodam o espírito e a dignidade das pessoas.

Saffioti (2004) descreve a *violência intrafamiliar* e a *violência doméstica*, destacando que ambas podem ser atravessadas pela violência física e violência sexual. Estas duas formas de violência são distintas, embora sejam utilizadas como sinônimos.

A *violência intrafamiliar* é a que ocorre em família e se constitui por parentes consanguíneos e ou afins. Para que ocorra esse tipo de violência, não é necessário que os parentes residam no mesmo domicílio, mas as ocorrências são mais prováveis quando residem juntos, com o convívio cotidiano. Não é somente o homem que pratica essa forma de violência, a mulher também comete atos violentos contra as crianças e, também, contra o homem, em menor índice. Em relação à *violência intrafamiliar*, o homem tem sido apontado como o maior agressor físico e suas vítimas geralmente englobam a mulher e os filhos.

Saffioti (2004) destaca ainda que, para que a *violência doméstica* contra a mulher assim se caracterize, é necessário que seja estabelecido um território físico e um território simbólico, onde o agressor possua domínio total sobre as pessoas que residem no domicílio, devendo obedecer-lhe, tendo ou não laços de parentesco. A *violência doméstica* também pode ocorrer fora do espaço da residência, no entanto a maioria das ocorrências de *violência doméstica* ocorre no domicílio da vítima ou no da vítima e do agressor.

Quanto aos conceitos de *violência de gênero*, Strey (2004) afirma que esse

tipo de violência ocorre porque se é homem ou se é mulher. Mesmo que essa forma de violência incida sobre os dois gêneros, um percentual significativo é realizado por homens contra as mulheres. Isso condiciona as mulheres a serem as maiores vítimas da *violência de gênero*, que é, por esse motivo, usada como um sinônimo de *violência contra a mulher*.

O gênero compreende diferenças sócio-culturais existentes entre os sexos masculino e feminino, em que as mulheres situam-se em posição inferior à dos homens, existindo desigualdades econômicas e políticas. Assim, deve-se entender o conceito de violência de gênero como uma relação de poder, na qual a mulher é – ou sente-se – submetida, por razão cultural, social, financeira, psicológica, à dominação do homem (TELES; MELO, 2003).

Outro aspecto destacado pelas autoras é que a violência de gênero praticada pelo homem para dominar a mulher, não visa eliminá-la fisicamente. No entanto, em um processo de dominação, o homem tem a intenção de ser o possuidor da mulher, de ser o seu proprietário e impõe o que ela deve desejar, pensar, vestir, buscando controlá-la, de modo que ela deseje somente ele.

É comum as pessoas pensarem que esse tipo de violência ocorre em comunidades mais humildes, mas os *carrascos da violência* podem pertencer a qualquer classe social, podem ser de qualquer raça/etnia, podem ter qualquer profissão, participar de qualquer credo religioso, pertencer a qualquer partido político e podem ter os mais distintos níveis de educação (SAFFIOTI, 2004).

Kato (2008) afirma que a violência doméstica e familiar constitui um ciclo de violência. Na Figura 2, apresento as fases que constituem esse ciclo.

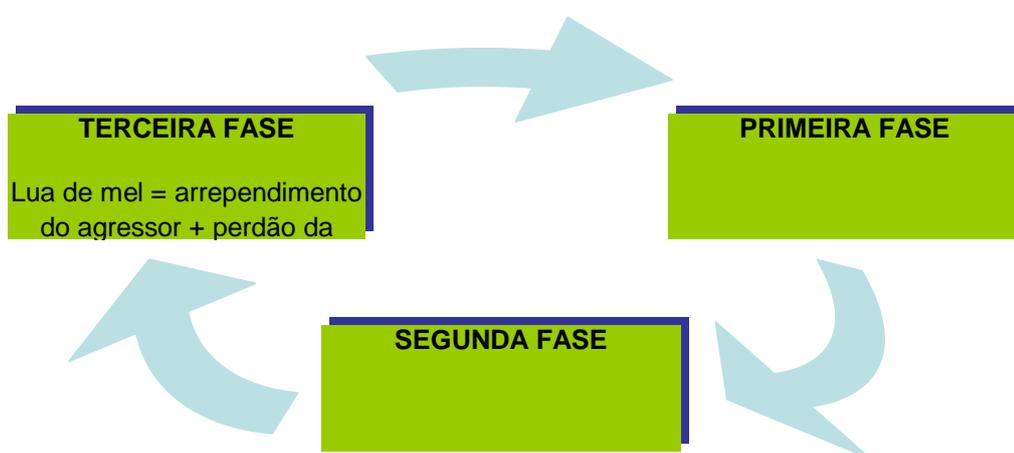


Figura 2: As três fases do ciclo da violência doméstica e familiar contra a mulher, com base em Kato (2008).

Na primeira fase do ciclo da violência, *construção da tensão no relacionamento*, ocorrem incidentes entre o homem e a mulher, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos, entre outros. Esse período - que pode se alongar por anos - é marcado pelas constantes tentativas da mulher para acalmar o homem. É comum a mulher acreditar que pode impedir a progressão da raiva do homem, pois ela se sente responsável pelos atos dele e pensa que se agir como ele espera, os incidentes poderão terminar. A mulher assume a culpa pelas crises de raiva do homem e tenta encontrar desculpas para as atitudes dele (KATO, 2008).

A segunda fase, chamada *explosão da violência, descontrole e destruição*, é marcada por agressões intensas, pois a tensão chega ao seu ponto máximo e, geralmente, a violência verbal passa à violência física. Essa fase é a que perdura por menos tempo, pois a relação, caracterizada pelo descontrole e destruição, se torna impossível de administrar. É nessa fase que muitas mulheres procuram ajuda nas instituições competentes, registram a ocorrência e buscam maneiras para mudar sua vida (KATO, 2008).

Quando o período de violência física cessa, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. A terceira fase é caracteristicamente uma *lua de mel*, em que o homem se arrepende de ter agredido a mulher, pede perdão, promete se tornar uma pessoa melhor e jamais agir de forma violenta, compra presentes para a parceira e não se envergonha de demonstrar sua culpa e sua paixão. A mulher, por sua vez, perdoa e volta a vê-lo como o homem por quem se apaixonou. A *lua de mel* perdura por tempo indeterminado. A maioria dos agressores mantém a postura de homem arrependido e apaixonado por menos de uma semana e, em seguida, a primeira fase da violência recomeça.

De qualquer modo, a violência doméstica contra a mulher representa uma tentativa masculina de recuperar o controle no espaço doméstico, pois muitos maridos, ao sentirem sua autoridade ameaçada por algum traço do comportamento das esposas em busca de autonomia e liberdade, tentam recuperar sua superioridade sendo fisicamente agressivos.

Diante das fases do ciclo da violência, a mulher se depara com o dilema de denunciar ou não o seu agressor, de tornar pública ou não a situação que ela

enfrenta. Esse dilema faz com que a denúncia da violência contra a mulher se perpetue, há milênios, como um tabu sustentado pela dicotomia público/privado (COLLING, 2002). A partir da promulgação da Lei Maria da Penha, algumas mulheres perderam o medo de denunciar, devido às garantias de proteção à mulher que essa lei oferece.

### **1.3 Lei 11.340/06, Maria da Penha**

Em agosto de 2011, a Lei 11.340, Maria da Penha (ANEXO 1), completou cinco anos de sua promulgação. Essa lei representa uma garantia legal dos direitos da mulher e dos direitos humanos a todas as brasileiras. Alguns pesquisadores da área de gênero social afirmam que, depois de sancionada a lei, as mulheres violentadas por seus (ex-)companheiros ou (ex-)maridos ou (ex-)namorados passaram a ter mais coragem de denunciar seus agressores, tornando pública a violência que até então, na maioria dos casos, ficava restrita à vida privada.

Antes da sanção, os processos que envolviam violência doméstica eram considerados de menor potencial ofensivo e levados a juizados criminais, em meio a processos de briga entre vizinhos e de acidentes de trânsito. Com a legislação, foram criados juizados especiais para cuidar do tema.

#### **1.3.1 Enfoque geral da lei**

O alto índice de violência contra a mulher, de qualquer tipo e em qualquer nível, no Brasil, fez com que se criassem medidas protetivas para coibi-la. Surge, então, a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Uma lei é uma verdade construída de acordo com as necessidades de poder ditadas pelo sistema econômico vigente. Em qualquer sociedade, o poder precisa de uma delimitação formal, precisa ser justificado de forma abstrata o suficiente para que seja introjetado psicologicamente na sociedade como uma verdade universal. A partir das necessidades sociais é que se desenvolvem as regras do direito, que



possibilitam a produção, transmissão e oficialização de verdades (FOUCAULT, 1988, p. 180).

Para que se origine e se mantenha o poder legal, é preciso a produção, acumulação, circulação e funcionamento de um discurso sólido e convincente. Os indivíduos de uma comunidade regidos por uma verdade normatizadora estão submetidos a ela, já que ela é a lei e produz o discurso da verdade que decide, transmite e reproduz, total ou parcialmente, efeitos de poder (FOUCAULT, 1988, p. 180).

A biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes é o símbolo da luta contra a violência doméstica e a inspiradora da Lei 11.340/06. Essa mulher foi covardemente atacada por seu marido e sofreu tentativa de feminicídio por duas vezes. Mesmo tendo ficado paraplégica - resultado da primeira tentativa de assassinato, ela foi adiante com seu propósito de punir legalmente seu agressor e auxiliar outras mulheres no combate à violência.

Essa lei foi criada para proteger a mulher e punir o agressor. O agressor pode ser o homem ou outra mulher, no caso de uma relação homossexual. Além dessa aplicabilidade, a lei tem sido utilizada por alguns juízes e demais profissionais da área do Direito para processar mulheres que praticam violência contra seus parceiros no âmbito doméstico e familiar. Com isso, discute-se a repercussão dessa lei, a partir da compreensão sobre as suas distintas interpretações, realizadas por operadores do Direito, e debate-se, também, em que medida essas interpretações representam igualdade ou diferenças de gênero.

A Lei Maria da Penha, em conformidade com o inciso 8º do artigo 226 da Constituição Federal, tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos. Essa Lei altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal, e estabelece as formas da violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006). Como inovação, além do já exposto, a lei proíbe as penas pecuniárias ao agressor, como o pagamento de multas ou cestas básicas.

A Lei Maria da Penha e a violência contra a mulher, também chamada de violência de gênero, têm sido objeto de estudo para várias áreas de conhecimento, como história, psicologia, direito, sociologia, entre outras. Também não poderia deixar de interessar aos estudos linguísticos, especialmente ao estudo de gêneros

textuais e/ou discursivos, já que o texto/discurso da lei faz parte de um contexto sócio-histórico marcado por problemas oriundos da desigualdade de gênero social.

### 1.3.2 Produção e circulação da Lei Maria da Penha

Para melhor compreensão sobre como surgiu a Lei Maria da Penha, o que aconteceu antes da sua criação, derivada de quais ações ela é, como ocorreu e quem colaborou para a sua elaboração e o que tem ocorrido após sua promulgação, dividi esta subseção em quatro partes. Na primeira, elenquei os acontecimentos que instigaram e deram origem à lei. Na segunda, narrei resumidamente a história de violência doméstica e familiar vivida pela mulher que ajudou a elaborar e deu nome à lei. Na terceira parte, apresento os colaboradores na elaboração da lei e as concepções intrincadas nela. Por fim, na quarta parte, traço alguns comentários sobre a aplicação da lei, sobre dados estatísticos referentes à violência contra a mulher e sobre os serviços prestados em proteção e apoio às mulheres que sofrem violência pelas políticas públicas.

#### 1.3.2.1 Antes da elaboração da Lei 11.340/06

A questão da violência familiar e doméstica contra a mulher era considerada, no Brasil, como um assunto de natureza privada e, com isso, submetido à lógica de uma justiça privada. De acordo com Hermann e Barsted (1995), antes de entrar em vigor o 1º Código Criminal do Brasil Independente, em 1840, vigoravam as Ordenações Filipinas, segundo as quais não se considerava criminoso o marido que matasse a esposa por encontrá-la em adultério.

Com o Código Criminal de 1840, isso muda, entretanto maridos homicidas continuavam sendo absolvidos por Tribunais do Júri, que consideravam a tese de legítima defesa da honra. Esse Código previa a criminalização do estupro, do atentado violento ao pudor e da agressão física, psicológica e moral contra as Mulheres. Mesmo com as reformulações do Código Civil, em 1916, a hierarquia

entre homens e mulheres foi mantida na lei maior do país e marcou profundamente a maneira de pensar e de agir dos indivíduos na sociedade brasileira.

Anos mais tarde, por influência dos movimentos feministas, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu normas para a discriminação sexual e a violência intrafamiliar. Daí em diante, tornou-se possível a denúncia em casos de violência ocasionada pela discriminação contra a mulher.

Como decorrência da Constituição Federal e dos anseios feministas, foi promulgada a Lei 9.099/95, dos Juizados Especiais Criminais, estipulando sua competência para os casos de violência doméstica. Os enquadrados nesse crime recebiam a punição de penas máximas de dois anos de detenção ou pagamento de multa. Na prática, o que ocorria era a comutação da pena em pagamento de multas, como cestas básicas a serem entregues para entidades carentes. Com a Lei 11.340/06, o julgamento e procedimentos processuais cabíveis diante de crimes de violência doméstica e familiar contra as mulheres deixam de ser de competência da Lei 9.099/95.

A Lei Maria da Penha visa ao atendimento integral à mulher vitimada, por meio de proteção jurídico-legal, social, assistencial e humana. Destacam-se como mecanismos de especialização da tutela jurisdicional: a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar, as medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, entre outras.

Os direitos humanos proclamados a toda mulher na Constituição Brasileira são reafirmados no Artigo 2º da Lei 11.340/06. Entende-se essa reafirmação como a universalidade do gênero feminino, independente da classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião da mulher.

O texto da Lei Maria da Penha expõe claramente a proteção às mulheres que sofrem violência doméstica e familiar, e institui penalidades ao agressor<sup>18</sup>, elucidando as diferenças de gênero, ou seja, a mulher é a vítima e o homem é o agressor.

Entretanto, alguns operadores do direito têm considerado a inconstitucionalidade dessa lei e outros têm procurado fazê-la valer em casos de violência praticada pela mulher contra o homem, quando há relacionamento conjugal ou familiar. Essas interpretações são possíveis porque, na Carta Magna brasileira,

---

<sup>18</sup> As referências à pessoa que pratica a violência doméstica e familiar contra outra são utilizadas sempre no gênero gramatical masculino, nos artigos da Lei 11.340/06.

todos – mulheres e homens - são iguais no que se refere a direitos e deveres.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Interpretar e aplicar por analogia as medidas protetivas da Lei Maria da Penha em casos em que a vítima é um homem, pode parecer uma ousadia de pouca aceitabilidade. No entanto, isso tem ocorrido e tem causado polêmica. É possível que esse tipo de ação demonstre, ideologicamente, o princípio da caminhada para a decadência do machismo e o tão esperado equilíbrio nas questões de gênero (DE CONTO, 2010).

As lutas pela criação de uma legislação para prevenir, erradicar e punir a violência contra a mulher começaram a partir da década de 70. Em nível mundial, os movimentos feministas começaram a denunciar e a contestar continuamente a cultura discriminatória e introduziram a problemática da violência contra a mulher no debate público como uma questão social de grande relevância. Com isso, questões relativas à discriminação contra a mulher, especialmente a violência familiar e doméstica e a violência sexual, foram foco de discussão em Conferências Mundiais da Mulher realizadas pelas Nações Unidas, como a que ocorreu no México (1975), em Copenhague (1980), em Nairóbi (1985) e em Beijing (1995).

Do mesmo modo, a Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993) e a Conferência Mundial da População em Desenvolvimento (1994) da Organização das Nações Unidas (ONU), além de outros fóruns internacionais, enfatizaram a prática da violência contra a mulher como uma ofensa à dignidade humana.

Nesses eventos, os países membros da ONU, entre eles o Brasil, em concordância com as normas do comitê da Convenção sobre todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) assumiram o compromisso de promover políticas públicas voltadas à erradicação e à prevenção desse problema social.

Na década de 80, quando o Brasil passava por um processo de redemocratização, e quando os movimentos em defesa dos direitos da mulher

começavam a colher alguns frutos de suas mobilizações em busca de ações enérgicas do Estado para a prevenção e eliminação da violência contra a mulher, foram criadas as Delegacias de Atendimento a Mulheres vítimas de violência.

Com isso, tornaram-se possíveis as denúncias de violência familiar e doméstica sofrida pelas mulheres. Nessa época também foram criados os Conselhos de Direitos das Mulheres em vários estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em âmbito nacional. O CNDM redigiu a *Carta das Mulheres aos Constituintes*, que resultou no reconhecimento pleno da cidadania feminina.

Um dos marcos mais importantes na história de lutas pelos direitos humanos, e principalmente, pelo repúdio à violência doméstica e familiar no Brasil, foi a Constituição Federal de 1988. No seu artigo 226, § 8º está exposto que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”, com isso, a violência contra a mulher deixou de ser uma questão privada e passou a ser uma questão de ordem social.

Em decorrência da Constituição Federal, diversas constituições estaduais e leis orgânicas municipais incluíram em seus textos dispositivos com obrigações expressas relativas à prevenção, atenção e ao combate à violência contra a mulher.

Em 1992, o Brasil, como Estado Parte da ONU assinou a Resolução nº 19, que inclui a violência baseada no sexo no artigo 1º da CEDAW. Em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos, o Brasil assinou a Declaração aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas que define a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos.

Em 1995, o Brasil assinou e ratificou a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres – Convenção de Belém do Pará. Esse é o único instrumento internacional voltado especificamente para a violência de gênero. Dentre as obrigações dos Estados Partes da ONU a serem concretizadas em políticas públicas estava o compromisso de elaborar e aprovar uma legislação voltada à eliminação da violência contra a mulher.

Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei 9.099, que gerou um retrocesso no tratamento legal da violência doméstica e familiar contra a mulher e entrou em conflito com a Convenção de Belém do Pará. Esse tipo de violência voltou a ser banalizado e foi criada a cultura da cesta básica, maneira pela qual se amenizava a

pena para o infrator.

Em 2003, o Brasil apresentou seu primeiro relatório ao Comitê CEDAW. Os dados estatísticos e as pesquisas possibilitavam o reconhecimento do elevado índice de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Diante disso, o Estado brasileiro recebeu recomendações específicas em relação à elaboração de uma lei específica sobre a violência doméstica e familiar, e as autoridades se comprometeram a desenvolver essa ação e outras ações voltadas para a alteração desse quadro.

A partir de 2004, a Lei 10.886/04 reconheceu o tipo penal *violência doméstica*, alterando a redação do artigo 129 do Código Penal que trata da lesão corporal para incluir o §9º, com a seguinte redação: “se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: pena: detenção de seis meses a um ano” (BRASIL, 2004).

Em 2006, o Congresso Nacional aprova e o Presidente da República sanciona a Lei 11.340/06. Assim, o Brasil cumpre compromissos firmados junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), às Nações Unidas e, especialmente, às mulheres brasileiras. Essa lei torna-se representativa de um avanço nas causas da cidadania feminina e uma contribuição para o equilíbrio social, consolidando-se como uma ferramenta auxiliar na luta pela erradicação das desigualdades sociais que foram construídas econômica e culturalmente ao longo da história.

### 1.3.2.2 Um pouco de Maria da Penha: a mulher

Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, acordou no meio da noite com um forte estampido dentro do quarto. Abriu os olhos e não viu ninguém. Tentou se mexer, mas não conseguiu. Nesse momento se deu conta de que seu marido, Marco Antonio Heredia Viveiros havia tentado assassiná-la, simulando um assalto. Sentiu um gosto forte de metal na boca e um *borbulhamento* nas costas. Fingiu-se de morta, pois temia um segundo tiro. Sobreviveu, no entanto ficou paraplégica (FERNANDES, 1994).

No mesmo ano, 1983, Maria da Penha sofreu nova tentativa de homicídio, praticada por seu marido, pai de suas três filhas. Viveiros, um colombiano naturalizado brasileiro, economista, professor universitário, tenta eletrocutar a esposa durante o banho (FERNANDES, 1994).

A partir daí, começou a luta dessa mulher por justiça no âmbito nacional. Com a ajuda de Organizações Não Governamentais (ONGs), consegue tornar seu caso reconhecido internacionalmente, o que provoca tomada de decisão por parte do governo brasileiro diante do caso e diante do problema nacional de violência contra a mulher. O marido de Maria da Penha Maia Fernandes recebeu sua punição após dezenove anos de julgamento e ficou preso, em regime fechado, por dois anos.

Essa história, comum a muitas mulheres, tornou Maria da Penha Maia Fernandes a protagonista de um litígio internacional emblemático para o acesso à justiça. Ícone em oposição à impunidade de agressores em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, sua vida está simbolicamente subscrita e marcada sob o nome da lei.

### 1.3.2.3 A produção da Lei 11.340/06

A Lei 11.340/06 foi produzida, inicialmente, por um consórcio de ONGs, como CEPIA, CFEMEA, AGENDE, ADVOCACI, CLADEM/IPÊ e THEMIS, das quais faziam parte várias profissionais do direito e, também, a mulher que deu nome à lei, Maria da Penha Maia Fernandes. Essa proposta legislativa de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres foi calcada na Convenção de Belém do Pará e no afastamento da aplicação da lei 9.099/95, ou seja, o fim da cesta básica como punição a quem comete tal delito.

Para produzir essa lei, foram analisados todos os tratados e convenções internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, os projetos de lei sobre a violência contra a mulher, existentes no Congresso Nacional, as legislações de diversos países membros da OEA e a legislação espanhola. Também, foram consultados juristas renomados, que colaboraram nas questões de natureza constitucional e processual.

Em 2004, essa proposta foi entregue à SPM, que, em 2005, apresentou o

Projeto de Lei sobre Violência Doméstica contra a Mulher, PL 4559/04, ao Congresso Nacional. Esse projeto foi aperfeiçoado em articulação com a SPM, com o consórcio de ONGs feministas, com os movimentos de mulheres e com mulheres de diferentes setores sociais, por meio de audiências públicas em diversos estados brasileiros. O texto recebeu, também, contribuições expressivas de autoridades do Poder Judiciário.

De acordo com Barsted (2008), uma das concepções que orientou a produção da Lei Maria da Penha diz respeito à questão de que as mulheres brasileiras, apesar de terem conquistado plena cidadania por meio da Constituição Federal de 1988, ainda sofrem um conjunto de discriminações sociais, econômicas, políticas e culturais que as impedem de usufruírem os direitos conquistados.

Apesar dos avanços no status e nas condições objetivas das mulheres, ainda é muito forte nas práticas, nos costumes e nas representações sociais o peso da cultura patriarcal que foi referendada, até 1988, por dispositivos legais nitidamente discriminatórios e hierárquicos como os do Código Civil de 1916. Em virtude disso, uma das respostas sociais da Lei 11.340/06 está relacionada ao plano preventivo da violência contra a mulher.

Outra concepção que orientou a produção da lei diz respeito à constatação de que as mulheres vítimas de violência, geralmente, apresentam maior vulnerabilidade social no que diz respeito às dificuldades de acesso a emprego, renda, escolaridade, habitação, saúde, dentre outras condições necessárias à cidadania. Por isso, a prevenção e a atenção a mulheres vítimas de violência precisa ser prestada por uma política nacional integrada nos níveis federal, estadual e municipal, e intersetorial, abrangendo ações que diminuam tais vulnerabilidades (BARSTED, 2008).

#### 1.3.2.4 Depois da promulgação da Lei 11.340/06

Após sua promulgação, em algumas situações, a Lei Maria da Penha tem sido aplicada tanto para homens quanto para mulheres, como uma *faca de dois gumes*<sup>19</sup>. Os operadores do direito que estão utilizando a lei desse modo agem em

---

<sup>19</sup> Ditado popular.



obediência ao princípio constitucional da igualdade. Conforme o Artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal (1988), é determinada a igualdade em direitos e obrigações entre homem e mulher perante a lei, salienta-se, no entanto, que essa igualdade é material e não formal, ou seja, é uma igualdade relativa que respeita as desigualdades estabelecidas por questões culturais e de gênero. Homem e mulher não são iguais, as diferenças são evidentes em muitos aspectos.

Apenas, esporadicamente surge um ou outro caso de violência contra o homem no âmbito doméstico e familiar, praticado por sua companheira. Os homens, em um sentido geral, não fazem parte da classe dos oprimidos, dos diferentes.

Essa lei também é aplicada em casos de violência doméstica e familiar entre homossexuais femininos que mantêm relação estável. Em relação a essa questão, a Lei Maria da Penha representa um avanço. Pela primeira vez no Direito brasileiro, uma norma federal permite uma interpretação de reconhecimento da entidade familiar entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, entre mulheres. Isso é confirmado no art. 5º, em seu Parágrafo único: “as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual” (BRASIL, 2006). A lei, então, reconhece a vítima sempre como mulher e o agressor como homem ou outra mulher.

Como uma maneira de facilitar informações, a SPM disponibilizou os serviços da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180, com o objetivo de receber denúncias ou relatos de violência familiar e doméstica contra a mulher e de orientar as mulheres sobre os direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as, quando necessário, a tomarem as medidas protetivas. Esse serviço começou a funcionar em 2005, em caráter experimental, e em abril de 2006, no mesmo ano em que foi promulgada a Lei Maria da Penha, passou a operar em caráter definitivo.

De acordo com informações sobre a Central de Atendimento à Mulher, disponibilizadas no site *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, entre abril de 2006 e junho de 2011, o serviço registrou 1.952.001 atendimentos. Fatores como a Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a criação da SPM, melhorias tecnológicas e capacitação de atendentes, provavelmente contribuíram para estimular as mulheres a procurarem esse serviço.

Antes da publicação da lei, foram registrados na Central de Atendimento à Mulher – ligue 180, em média, 3.356 atendimentos por mês. A partir da lei, em agosto de 2006, a média de atendimentos mensais passou para 6.600. O número de

atendimentos, basicamente, dobrou, indicando que a lei proporcionou um estímulo maior para as mulheres denunciarem e tornarem pública a violência que sofrem no âmbito privado.

As pessoas procuram esse serviço em busca de informações sobre a Lei Maria da Penha e para relatarem casos de violência contra a mulher. Desses relatos, 60% correspondem à violência física, 26% à violência psicológica, 10% à violência moral, 1,9% à violência sexual, 1,5% à violência patrimonial, 0,4% ao cárcere privado de mulheres e 0,2% ao tráfico de mulheres. Há duas possibilidades de interpretação dessas estatísticas, ou as mulheres denunciam mais a violência física por serem menos tolerantes a ela – que é a mais pertinente - ou a incidência de violência física supera realmente as demais.

No primeiro semestre de 2011, ocorreram 293.708 atendimentos, 14% a menos que o do mesmo período de 2010, que registrou 343.063 (SPM, 2011). A decrescente procura por esse serviço é uma indicação positiva de que o objetivo de informar e orientar as mulheres a procederem legalmente quando perceberem que seus direitos foram violados pelo seu companheiro está, gradativamente, sendo atingido.

O perfil geral dos relatos de violência recebidos pela Central revela que 93% das denúncias são feitas pela própria vítima, 43% dos agressores são cônjuges das vítimas, 78% das vítimas possuem até dois filhos, 70% das vítimas sofrem agressões diariamente, 41% dos agressores não fazem uso de substâncias entorpecentes ou álcool, 36% das vítimas se percebem em risco de morte e 33% das vítimas apresentam tempo de relação com o agressor superior a dez anos. O índice de denunciante revela que as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar estão tomando a iniciativa de denunciar e de expor sua situação de vida a pessoas que não fazem parte de sua família. Por mais doloroso que seja, esse procedimento representa a tentativa da mulher buscar seus direitos e de sair da condição de dominada.

Das pessoas que buscam a Central e informam suas características pessoais, 93% são mulheres, 39,4% são negras, 58,8% têm entre 20 e 40 anos, 50,8% são casadas ou vivem em união estável com seus companheiros e 25% possui nível médio de escolaridade. Essas características delineiam o perfil aproximado das brasileiras que sofrem violência e buscam informações sobre como se protegerem.

Após cinco anos da sua promulgação da Lei 11.340/06, ainda se verifica a

incipiência de várias políticas públicas que a conclama, como a criação de Juizados especializados em violência doméstica e familiar contra a mulher, prevista no art.1º, e a criação de uma equipe de atendimento multidisciplinar integrada por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde para prestar atendimento às mulheres e dependentes envolvidos no ciclo de violência, como previsto no art. 29 a 32, assim como as Delegacias especializadas em atendimento às mulheres que sofrem violência doméstica e familiar.

Alguns desses serviços ainda não são oferecidos pelo poder público em vários municípios brasileiros, o que contribui para que as mulheres que sofrem violência se mantenham caladas, pois se sentem desprotegidas e desmotivadas para tentarem reverter o quadro em que estão inseridas. Em muitos municípios, os registros de violência contra a mulher são feitos em delegacias de polícia que disponibilizam, apenas, de Cartório da Mulher ou Plantão da Mulher.

### 1.3.3 Medidas protetivas na Lei Maria da Penha

Pela lei brasileira, quando alguém é acusado de cometer um crime, essa pessoa não pode ser presa até que sua culpa seja provada a partir de um julgamento judicial. Em alguns casos previstos na lei, pode ser decretada a prisão preventiva com o objetivo de prevenir que o acusado fuja ou cometa outros crimes antes do final do julgamento. Em casos de agressão física sem morte, roubo, estupro ou outro crime associado, dificilmente o acusado ficará em prisão preventiva. Com esses procedimentos, a lei tenta fazer valer a justiça, não prendendo uma pessoa que pode ser inocente.

De modo geral, uma lei é um tipo de discurso composto de enunciados performativos e normativos que conferem existência jurídica a determinados fatos e pessoas que advêm do discurso referencial, entendido como o mundo social anterior à fala que o articula.

É um discurso que prevê prescrições e proibições de condutas. Os comportamentos prescritos são aqueles que devem ser obedecidos e os comportamentos proibidos são aqueles que não devem ser praticados, por estarem em desacordo com o ordenamento jurídico. A linguagem legislativa, como parte

integrante da linguagem jurídica, é a linguagem dos códigos, das normas e tem por finalidade criar o direito (DE CONTO, 2010).

A Lei Maria da Penha possui um diferencial em relação às demais leis do país, pois ela é um discurso do âmbito legislativo produzido a partir de discursos feministas, de direitos humanos e de equidade social com o fim de combater a violência contra a mulher no âmbito privado. Por isso, a Lei Maria da Penha prevê medidas de urgência que podem ser adotadas nos casos em que a vítima corre o risco de ser agredida novamente, ao voltar para o domicílio, depois de registrar um BO contra seu agressor na Delegacia de Polícia ou na Delegacia da Mulher. Segundo Kato (2008), as medidas protetivas de urgência que podem ser tomadas pelo juiz, dependendo da situação e do agravo da violência e das condições da família, são as seguintes:

- a) obrigar que o suspeito da agressão seja afastado da casa ou do local de convivência da vítima;
- b) proibir que o suspeito se aproxime ou que mantenha contato com a vítima, seus familiares e testemunhas;
- c) obrigar o suspeito à prestação de alimentos para garantir que a vítima dependente financeiramente não fique sem recursos;
- d) proibir temporariamente contratos de compra, venda ou aluguel de propriedades que sejam possuídas em comum.

Além dessas medidas, há outras providências e determinações previstas nessa lei para amparar e proteger a mulher. As chamadas medidas de assistência da Lei Maria da Penha reconhecem que muitas mulheres que vivem em situação de violência dependem financeiramente de seus maridos ou companheiros – que são também seus agressores. Quando a mulher denuncia a violência sofrida, a maioria dos relacionamentos se rompe e ela precisa buscar meios para sobreviver e, geralmente, para garantir a sobrevivência dos filhos.

Assim, algumas medidas previstas na Lei Maria da Penha garantem à mulher o tratamento médico gratuito e o tratamento especial para os casos de violência sexual, em instituições públicas de saúde. O juiz também poderá determinar, amparado nessa lei, que a mulher seja incluída em programas de assistência mantidos pelo poder público, como Bolsa Família e programas de cesta básica, além de garantir vaga em escolas e creches para seus filhos, nos casos em que todos são

obrigados a mudar de casa, de lugar (KATO, 2008).

Nos casos em que há necessidade da mulher que trabalha como servidora pública mudar-se para outro município, a lei determina que ela seja removida para outro setor ou outra instituição da mesma área, sem que sofra qualquer prejuízo - perdas salariais, de benefícios, entre outros. Para mulheres que trabalham em instituições privadas, quando for necessário seu afastamento, os vínculos trabalhistas deverão ser mantidos por até seis meses (KATO, 2008).

As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha se justificam porque, em casos de violência doméstica e familiar, vítima e agressor convivem na mesma residência e no mesmo âmbito familiar. Durante o processo de investigação da denúncia, é comum o agressor voltar a agredir fisicamente a vítima e a ameaçá-la, exigindo que ela retire a queixa e encerre a investigação. Nos casos de violência doméstica e familiar estão intrincadas relações de poder e de dominação do masculino sobre o feminino (BOURDIEU, 1995) e, assim sendo, o agressor exerce todo o tipo de poder, físico ou subjetivo, para dominar sua vítima. Por isso, os legisladores entendem que a lei penal comum não serve, pois não prevê as medidas protetivas necessárias para a mulher.

Além disso, os danos psicológicos tendem a ser mais profundos quando o agressor e a vítima moram na mesma casa. Muitas vezes a vítima não tem para onde ir e é obrigada a conviver com o medo. Com o tempo e com as discussões sobre as desigualdades de gênero, ficou claro para os legisladores que a violência no âmbito familiar é diferente e, portanto, precisa ser tratada de forma diferente.

A Lei 11.340/06, por buscar coerência nos procedimentos normativos previstos por ela, causou uma mudança significativa na legislação brasileira, no que se refere à punição ao agressor e ao estabelecimento de políticas de proteção à mulher vítima de violência e aos seus filhos, quando esses existirem. Essa mudança repercutiu nas práticas sociais, pois, com a criação da lei, muitas vítimas desse tipo de violência passaram a ter outra postura diante de seus agressores e da agressão sofrida. O índice de violência contra a mulher não baixou, mas, em virtude da existência da lei, pelo menos, aumentou o número de denúncias e de mulheres que buscam esclarecimentos sobre seus direitos, enquanto indivíduos atuantes na sociedade, que colaboram para traçar a história de um povo.

Neste capítulo, apresentei abordagens pertinentes a gênero social, desde o seu conceito às suas implicações no que diz respeito às construções sócio-históricas

de feminino e de masculino, às desigualdades de gênero, à violência contra a mulher e à Lei Maria da Penha.

A retomada das perspectivas dos diversos autores aqui referenciados evidencia o significativo índice de pesquisas voltadas às questões de gênero no meio acadêmico. A atenção de pesquisadores de diversas áreas direcionadas a esse tema, em várias academias brasileiras, possibilita uma discussão que pode ajudar a provocar as mudanças sociais necessárias à equidade de gêneros.

No capítulo 2, apresentarei concepções substanciais a essa pesquisa sobre as representações sociais, sobre o dialogismo ou dialogicidade, tendo em vista que é por meio da linguagem que as representações sociais se manifestam em contextos sociais e históricos.

## CAPÍTULO 2

### REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E LINGUAGEM

“Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (novo contexto). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento.”  
(Bakhtin, 1997)<sup>20</sup>

A teoria das representações sociais, de Moscovici (1984), advém da perspectiva psicossocial e tem como objeto de estudo a relação indivíduo e sociedade, mediada pela comunicação. Essa teoria corrobora para a reflexão sobre como os indivíduos ou os grupos constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição sócio-histórica e cultural, assim como possibilita a compreensão do modo como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos.

Diante disso, é possível afirmar que Moscovici (1984) propõe o conceito de

---

<sup>20</sup> *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* foi publicado, pela primeira vez, em 1929, com a assinatura de V. N. Voloshínov, sob o título de *Marksizm i filossófia iakizá* (Marxismo e filosofia da linguagem). Jakobson, no prefácio da obra, afirma que ela foi escrita por Bakhtin, mas as discussões sobre a autoria continuam e há quem afirme que a obra é realmente de Voloshínov. Devido a essa polêmica, veem-se com frequência referências sob a autoria de Bakhtin e o sobrenome de Voloshínov entre parênteses: Bakhtin (Voloshínov). Neste estudo, entretanto, utilizarei a referência à obra conforme a ficha catalográfica da 9ª edição, 1997, em que aparece somente Bakhtin como autor.

representação social baseado no senso comum, no conhecimento e na comunicação. Sustentada por essa abordagem, Marková (2006) corrobora para a expansão desse conceito, propondo que a linguagem seja colocada no centro da Psicologia Social. Desse modo, essa pesquisadora sugere a teoria da *dialogicidade* que, assim como a de Moscovici (1984), enfatiza a dinâmica e, conseqüentemente, a historicidade.

Ambas as teorias – representações sociais e dialogicidade – consideram a comunicação como o traço distintivo de seus estudos e estão ligadas à abordagem sociointeracionista da linguagem. O sociointeracionismo (BAKHTIN, 1992; 1997) está baseado na concepção de que as condutas humanas são produto de um processo histórico de socialização e que as ações de linguagem se desenvolvem nas atividades sociais. Por intermédio da linguagem, as pessoas interagem com o meio em que vivem e com as ações de comunicação mediadoras e constitutivas do contexto social no qual se encontram inseridas. Ideologias, valores e interesses estão envolvidos na relação interpessoal de uma determinada realidade sócio-histórica.

Os indivíduos interagem em um processo de troca de experiências, o que contribui para a conscientização de cada um sobre um fato ou assunto específico. A conscientização individual conduz à reflexão e, coletivamente, à transformação das ideologias, valores e interesses. Tanto no aspecto individual quanto coletivo, a reflexão e a transformação auxiliam no processo de desenvolvimento humano e social, e, de um modo ou de outro, permitem que as pessoas instituem linguisticamente as representações de si, dos outros, dos fatos e das coisas.

Para Bakhtin (1997), todo discurso é um produto sócio-histórico em constante interação com a realidade subjetiva, com os gêneros<sup>21</sup> do discurso disponíveis historicamente na memória social do discurso e com o contexto em que se insere a ação de linguagem. A existência da linguagem só tem sentido se compreendida a partir do seu contexto social e histórico, já que a sua complexidade advém de suas funções na prática social efetiva.

Nesse sentido, a abordagem de Bakhtin (1997), no que diz respeito às ações de linguagem como produto dialógico do contexto sócio-histórico, estabelece

---

<sup>21</sup> Neste capítulo, o uso da expressão 'gênero(s)' relaciona-se às concepções linguísticas de gêneros do discurso/textuais. Essa expressão possui uma carga semântica distinta das abordagens de gênero social, relacionadas às questões pertinentes às desigualdades entre feminino e masculino.



relações com a teoria das representações sociais<sup>22</sup> de Moscovici (1984) e com a *dialogicidade*<sup>23</sup> de Marková (2006), já que as pessoas se representam por meio da linguagem e a linguagem, por sua vez, representa os indivíduos, refletindo e refratando a realidade.

A abordagem sociointeracionista tem sido amplamente utilizada para a realização de pesquisas voltadas ao ensino e à descrição de gêneros do discurso e gêneros textuais, à análise do discurso, à análise crítica do discurso e à análise textual (linguística textual). Essas pesquisas incluem a descrição e compreensão do texto inserido no respectivo contexto social em que esse texto se realiza, do mesmo modo que se volta à compreensão e interpretação da maneira como ocorrem as interações sociais mediadas pela linguagem e averiguação de sua representação. Além disso, centra-se na elaboração de propostas e na investigação de procedimentos didáticos para o ensino e aquisição de língua materna e de língua estrangeira, entre outras possibilidades.

Considerando que o sociointeracionismo, as representações sociais e a dialogicidade mantêm uma intrínseca relação, entendo que, com este estudo, estarei contribuindo para uma extensão da aplicação do sociointeracionismo e da dialogicidade no que é pertinente à análise de discursos que não fazem parte do meio escolar – inclusive, considero-os distantes da realidade de uma escola, no que tange ao ensino-aprendizagem, mas que são empíricos e, portanto, merecem a atenção dos estudiosos da linguagem.

Entre os grupos de pesquisa que se interessam por essa abordagem bakhtiniana de linguagem, destaca-se o grupo *Linguagem, Identidade e Memória* que faz parte do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo (SP). Fazem parte desse grupo, pesquisadores de várias universidades brasileiras, além dos representantes da PUC/SP, como os da Universidade Federal de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT),

---

<sup>22</sup> A expressão *representações sociais* refere-se à teoria de Moscovici (1984; 1988; 2003) e seu conceito está relacionado ao senso comum. O termo *representação(ões)* é utilizado por Bakhtin (1992; 1997) e diz respeito ao sentido das escolhas linguísticas em uma determinada enunciação. Para Marková (2006), o termo *representação(ões)* associa a teoria de Moscovici a de Bakhtin.

<sup>23</sup> Os conceitos de *Dialogicidade* e *Dialogismo* são usados como termos permutáveis, cambiáveis, ou seja, são utilizados como sinônimos. No decorrer deste estudo, ficará mais clara a proximidade do sentido desses termos.

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade de Paris VIII (França). O interesse pelas concepções de Bakhtin é evidente em praticamente todas as universidades brasileiras. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), basicamente todas as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) estudam Bakhtin, em especial *Linguagem e Interação*, da qual faço parte.

Assim como há grupos de pesquisa estudando Bakhtin, no Brasil, também há pesquisadores que estão alicerçando seus estudos e investigações na abordagem teórica e metodológica das representações sociais. Dentre eles, destacam-se Mary Jane Spink, da PUC de São Paulo, Pedrinho Guareschi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Celso Pereira de Sá, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre outros.

Neste capítulo, abordarei as representações sociais conforme a abordagem de Moscovici (1984; 1988; 2003) e os pressupostos de Marková (2006) sobre a dialogicidade. Apresentarei, também, noções sobre gêneros discursivos e sobre dialogismo a partir das contribuições de Bakhtin (1992; 1993; 1997), e de alguns de seus seguidores, como Brait (2005), Faraco (2009), Rodrigues (2005) e Rojo (2005). Além disso, descrevo o Boletim de Ocorrência - objeto de análise neste estudo - a partir de descrições já realizadas sobre esse gênero do discurso, considerando que o Boletim de Ocorrência só adquire existência própria a partir de um processo de reformulação linguística da oralidade para a escrita e de um gênero para outro.

Assim, este capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte, apresento as concepções sobre representações sociais e dialogicidade. Na segunda, discorro sobre linguagem e interação social e os gêneros do discurso. Na terceira parte, enfim, descrevo o gênero discursivo Boletim de Ocorrência, considerando seu contexto de produção e as características do discurso reportado.

## **2.1 Representações Sociais**

A origem do conceito de representação social está na sociologia e foi desenvolvido por Durkheim (1978). Esse sociólogo utilizava o termo representações coletivas para designar o conjunto de crenças e de conhecimentos, cuja origem estaria na sociedade. As representações coletivas são responsáveis por refletirem a

maneira como um grupo se pensa em suas relações com os outros e com os objetos que o afetam.

É preciso considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos para perceber e entender como a sociedade se representa a si mesma e ao mundo que a rodeia, pois os símbolos por meio dos quais ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza. A sociedade acata ou condena modos de conduta pelo viés de seus sentimentos fundamentais, que pertencem a sua constituição, e somente os eventos mais graves conseguem afetar o equilíbrio mental da sociedade (DURKHEIM, 1978, p. 79).

Moscovici (1984), embasado na teoria das representações coletivas de Durkheim (1978), sugere o estudo das representações sociais e constrói uma teoria que abarca a gênese dos comportamentos sociais e a própria construção do real. Para esse estudioso, isso parecia ser mais adequado para se investigar sociedades modernas, em que há pluralismo de ideias e ideais e onde ocorrem muitas mudanças econômicas, sociais e culturais.

### 2.1.1 Definição de representações sociais

O que difere a teoria de Durkheim (1978) da teoria de Moscovici (1984) é o enfoque nas sociedades. As representações coletivas, relacionadas a sociedades menos complexas, são marcadas por um senso coletivo muito forte, como o das sociedades tribais, por exemplo. Em sociedades desse tipo, as representações coletivas são caracterizadas por forte fixidez e grande poder de coerção.

Por outro lado, as sociedades modernas são caracterizadas pelas representações sociais. Essas sociedades sofrem mudanças constantes e os indivíduos são submetidos a um fluxo de informações muito grande e, por isso, nesse tipo de sociedade, as representações sociais estão em constante transformação e seu poder de coerção é mais fluido e limitado a grupos específicos (FARR, 1995).

Moscovici (1984; 2003) remodelou o conceito de representações coletivas impulsionado pela necessidade de torná-lo viável às condições atuais, de sociedades contemporâneas imersas na intensa divisão do trabalho e da vida social.

O fluxo de informações e a emergência de se estar bem informad@, conciliado à necessidade de especialização no mundo do trabalho, tornaram-se componentes decisivos na vida das pessoas e dos grupos. O estudioso tornou esse conceito operacional para ser aplicável em sociedades caracterizadas pela velocidade e pelo fluxo da informação. Nessas sociedades, as informações não se sedimentam em tradição, devido ao processamento constante da novidade e por que ninguém tem acesso a todo o saber (ARRUDA, 2002).

Para Oliveira (2004), há pouca diferença entre os termos *coletivas* (DURKHEIM, 1978) e *sociais* (MOSCOVICI, 1984), pois ambos revelam a heterogeneidade das ações humanas e a presença de ideias gerais, comuns, no seio da sociedade. Essas ideias suscitam a necessidade de estudos sobre o seu impacto nos atos cotidianos e até mesmo nas mudanças históricas.

A intenção de Moscovici (2003) ao substituir o termo *coletivas* por *sociais* é aprofundar a ideia de diferenciação, de diferentes redes de pessoas e suas diferentes interações. Sua reflexão, desse modo, está estreitamente direcionada à diversidade das sociedades e não à coletividade como um todo. O próprio pesquisador afirma que não se deveria esperar que ele fosse capaz de explicar a diferença entre 'coletivo' e 'social' (MOSCOVICI, 2003, p. 348), pois essa diferença é muito tênue e se refere às diversidades das sociedades.

É pertinente afirmar, diante disso, que a definição de representações sociais remete a um conjunto de saberes socialmente construídos e partilhados por um grupo ou por uma comunidade em plena ação comunicativa (JOVCHELOVITCH, 2000). As representações são os processos de produção de significado, os processos que pertencem ao registro das atividades em que os grupos humanos produzem, dando sentido e simbolizando, as realidades nas quais eles vivem.

O registro do simbólico, ou a linguagem, é um complexo processo de ressignificação do mundo, em que os significados se transpõem rapidamente e transformam a subjetividade das pessoas, no âmbito social e na vida privada (WERBA; STREY, 2001, p. 73). Assim, uma representação social é, em sua essência, uma construção simbólica; representações coletivas e representações individuais são influenciadas pelas concepções sociais dominantes, pois:

o indivíduo sofre a pressão das representações dominantes na sociedade e

é nesse meio que pensa ou exprime seus sentimentos. Essas representações diferem de acordo com a sociedade em que nascem e são moldadas. Portanto, cada tipo de mentalidade é distinto e corresponde a um tipo de sociedade, às instituições e às práticas que lhe são próprias. (MOSCOVICI, 1984, p. 49)

As representações sociais não são apenas opiniões sobre algum fato ou tema, pois constituem uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos que “determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (MOSCOVICI, 1984, p. 51).

A partir dessa percepção, Guareschi (1995, p. 201) afirma que as representações sociais são ideológicas, pois seu foco é a construção de conhecimentos em um dado contexto sócio-histórico e a funcionalidade desses conhecimentos na instauração e/ou manutenção das práticas sociais. Assim, é possível compreender que as representações sociais se moldam e são moldadas em campos socialmente estruturados e refletem ideologias como visão de mundo, enquanto que nas práticas sociais possibilitam a emergência de ideologias como representações hegemônicas a serviço das relações de poder.

Tanto quanto as atitudes e as opiniões, as representações sociais preparam o indivíduo para a ação e, além de orientarem o comportamento das pessoas, reconstituem os elementos do ambiente no qual o comportamento terá lugar, integrando-o a uma rede de relações às quais seu objeto está vinculado. As representações sociais constituem uma modalidade de conhecimento particular e têm a função de elaborar comportamentos e a comunicação entre os indivíduos.

Assim, elas - as representações sociais - possibilitam que se compreenda a constituição da realidade em que as pessoas se movimentam e que se investigue o modo pelo qual os saberes populares e o senso comum, como parte da vida cotidiana, implicam construção da história individual e social, da vida efetiva e intelectual de uma comunidade, expressando resistência às mudanças ou lançando-as para que surjam novas representações.

Uma representação é a apresentação pública de uma presença, seja ela uma coisa ou uma pessoa (CHARTIER, 1991, p. 173-191). Por esse motivo, ela não surge sozinha, é criada por um sujeito social sobre algo ou sobre um objeto e

sempre envolve um sujeito, um objeto e outro sujeito<sup>24</sup>, isto é, a construção social ou a representação é sempre mediada pelo outro na relação estabelecida entre ambos.

A teoria das representações sociais e a dialogicidade se aproximam do interacionismo social de Bakhtin (1992; 1997), pois essas abordagens compreendem o indivíduo e a sociedade como indissociáveis. Tanto para Moscovici (1984) quanto para Marková (2006) e Bakhtin (1992; 1997), o contato social é a matriz da construção de formas de conhecimento ligadas ao dia a dia. Esse contato social cotidiano - ou a interação social - é naturalmente mediado pela linguagem.

### 2.1.2 Tipos, etapas de consolidação e processos das representações sociais

Na concepção de Moscovici (1988, p. 221-222), há três maneiras pelas quais uma representação – o simbólico - pode atingir uma determinada abrangência e se tornar social. A distinção entre esses três tipos de representações sociais ocorre em função de seu estágio de desenvolvimento e do seu modo de circulação na sociedade.

Assim, sobre a primeira maneira, o pesquisador afirma que as representações podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado, como um partido político, uma nação, sem terem sido produzidas por esse grupo, ou seja, elas pré-existem à existência do grupo. Essas representações são chamadas *hegemônicas* e prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas, por isso parecem ser uniformes e coercivas. As *hegemônicas* equivalem ao conceito de coletivas de Durkheim (1978) e refletem a homogeneidade e estabilidade das representações de um determinado objeto.

A respeito da segunda maneira, Moscovici (1988) argumenta sobre as representações que são o produto da circulação de conhecimento e de ideias de grupos ou subgrupos que estão em contacto mais ou menos próximo. Cada grupo ou subgrupo cria as suas próprias versões e as partilha com os outros. Essas representações são denominadas de *emancipadas*, pois possuem certo grau de autonomia e têm uma função complementar já que resultam da partilha de um

---

<sup>24</sup> A triangulação sintetiza a concepção de Alteridade adotada por Marková (2006).

conjunto de interpretações e de símbolos. Por exemplo, uma doença como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) pode ser representada socialmente a partir das experiências dos profissionais especializados associadas às experiências da população, conciliando o saber erudito ao senso comum. Com o passar do tempo, o saber erudito contribuiu para sanar dúvidas da população e para diminuir o preconceito da sociedade em relação à doença e aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Há, também, a terceira maneira, em que as representações são geradas no decurso de um conflito ou controvérsia social e não são partilhadas pela sociedade em conjunto. A essas representações Moscovici (1988) deu o nome de *controversas* ou *polêmicas*, uma vez que devem ser consideradas no contexto de uma oposição ou luta entre grupos. Por exemplo, em uma empresa, a representação de uma profissional negra pode ser distinta para os diferentes grupos de colegas, dependendo do nível de preconceito racial e de gênero de cada grupo. A divergência de opiniões pode acarretar discussões e pequenos conflitos internos na empresa.

Para efetivar-se como representação social, o simbólico se desenvolve a partir de três etapas, identificadas pelos verbos: i) *Pensar* – que determina o cognitivo do objeto apreciado, pois é o conhecimento prévio sobre o objeto; ii) *Sentir* – que determina quais sentimentos envolvem o sujeito com o objeto e quais atitudes o sujeito pode *tomar* a partir do conhecimento do objeto; e, iii) *Atuar* – que revela as ações do sujeito mediante o significado e o significante do objeto (JODELET, 2001). Desse modo, o simbólico perpassa primeiro o cognitivo e o subjetivo dos indivíduos para depois manifestar-se em ações, especialmente as de linguagem.

Segundo a abordagem de Moscovici (1984), há dois processos formadores das representações sociais: a *ancoragem* e a *objetivação*. Esses dois processos são compreendidos como base na construção ou na familiarização, pelo indivíduo, das representações sociais. A *ancoragem* consiste-se na integração cognitiva do objeto representado, sejam ideias, acontecimentos, pessoas, relações, a um sistema de pensamento social pré-existente e nas transformações implicadas por essa integração.

Para Moscovici (1984), *ancorar* é encaixar o não familiar por meio de um processo de classificação. Esse processo de *ancoramento* possibilita certo conforto ao indivíduo na aceitação do estranho. Decodificar o estranho é ameaçador, mas é a ação básica do sujeito perante o novo (ARRUDA, 2002). Por exemplo, os sujeitos

dominantes de origem européia, ocupam um lugar privilegiado na sociedade brasileira e consideram o negro como uma ameaça ao poder. De modo geral, o negro é colocado – ancorado – na posição de *marginal*.

A *ancoragem* é o processo que aproxima aquilo que é estranho, perturbador, sem sentido, que não pode ser comunicado, a alguma categoria já existente. Nesse processo é importante defender a potência do estranhamento, não se deixando ser totalmente *sobrecodificado* pelas categorias pré-existentes. Logo, o processo de ancoragem deve considerar ao mesmo tempo o movimento de familiarização do não-familiar e o de desfamiliarização do familiar (Arruda, 2000).

Para Guareschi (1998), o processo de *ancoragem*, na maioria das vezes, constitui um juízo de valor, uma vez que quando os indivíduos nomeiam e classificam alguém, o estão classificando dentro das categorias que historicamente comportam essa dimensão valorativa.

Já a *objetivação* é o processo pelo qual as representações assumem uma forma concreta, ou por meio de imagens produzidas, ou por meio de objetos. Moscovici (1988, p. 71-72) afirma que "objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância".

Jodelet (2001) complementa essa abordagem, afirmando que a *objetivação* consiste em uma operação estruturante, fruto da imaginação, pela qual se cria uma forma específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando o conceito abstrato em algo concreto, quase tangível, ou seja, possibilitando a materialização da palavra. Moscovici (1988, p. 72) é sucinto ao afirmar que *objetivar* é "reproduzir um conceito em uma imagem".

A *objetivação* constitui um processo de concretização para a realidade. A imagem torna-se concreta, física, cópia da realidade concebida (ARRUDA, 2002). Um exemplo plausível de *objetivação* é o da imagem de Deus, que é uma representação abstrata, codificada em Pai, que equivale a sua representação concreta.

Em síntese, quando uma "imagem deixa de ser signo" e passa ser uma "cópia da realidade" ocorre *objetivação*, que incide em tornar concretas as noções abstratas, ou seja, ligar um conceito a uma imagem. De outro modo, *ancorar* é classificar e rotular tudo que não tem classificação ou nome (OLIVEIRA; WERBA, 2001, p.109).



Tanto a *ancoragem* quanto a *objetivação* são indissociáveis e fundamentais para a construção das representações sociais, pois ambas estruturam o conhecimento aplicado no cotidiano dos sujeitos, com vistas a contribuir para a construção da realidade social. Para Feitoza et al (2006), elas são reproduzidas nos discursos individuais e do coletivo, principalmente, sob a forma de afirmações, concepções, ideias, noções e suposições, que são internalizadas e exteriorizadas individualmente.

A *objetivação* e a *ancoragem* são referidas por Fernandes, Ferreira e Albergaria (2002) como formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações. Trazem a produção simbólica para um nível quase material e, com isso, dão conta da concretização das representações sociais na vida social. *Objetivar* é, portanto, condensar significados diferentes; ao fazer isso, os sujeitos sociais *ancoram* o desconhecido em uma realidade conhecida e institucionalizada.

### 2.1.3 Representações sociais e a desigualdade de gênero

As sociedades atuais têm apresentado muitas diferenças que refletem a distribuição desigual de poder e geram a heterogeneidade de representações. Por exemplo, a realidade construída pela mulher é, normalmente, diversa à construída pelo homem e é a partir disso que se formam as concepções de feminilidade e de masculinidade.

Assim, com base na teoria de Moscovici (1984), é possível afirmar que existem representações sociais de gênero, por meio das quais se podem caracterizar as masculinidades e as feminilidades. Do mesmo modo, essa teoria corrobora para se compreender uma séria consequência das desigualdades de gênero: a violência contra a mulher, de ocorrência na esfera doméstica e familiar.

Uma representação social possível, nesse enfoque, é a de que esse tipo de violência ocorre porque socialmente, no decorrer da história, o homem se compreende como mais poderoso e mais forte fisicamente do que a mulher. À mulher, por sua vez, é atribuída – e ela, muitas vezes, também se atribui – a compreensão de sexo frágil, desprotegida, sensível e fraca. Essas representações repercutem de uma histórica relação de poder (BOURDIEU, 1995), em que o homem

agride a mulher porque ele se concebe como o *homem* e quer demonstrar o seu domínio, seu poder de *macho*, e a mulher é a dominada e *deve* estar submissa ao seu domínio.

As representações sociais nada mais são do que o senso comum que se perpetua de geração a geração e que sofrem alterações somente com o passar do tempo e a partir da necessidade de mudanças sociais. Essas mudanças são frutos de ideologias sociais e, normalmente, se fortalecem na luta de grupos menos privilegiados – como o das mulheres, dos negros, dos homossexuais - em busca da construção de uma sociedade menos desigual.

Os distintos tipos de sociedade representam o mundo de maneira diversa, e isso ocorre porque as pessoas vivem em mundos simbolicamente diferentes (FARR, 1995, p. 45). Tal abordagem possibilita uma reflexão acerca das representações da mulher em diferentes civilizações e em diferentes culturas e momentos históricos, como por exemplo, a representação da mulher ocidental é distinta da representação da mulher oriental, assim como a representação da mulher brasileira ou americana difere da representação da mulher somali<sup>25</sup>.

Do mesmo modo, em uma mesma civilização, em um mesmo tempo e cultura, como no Brasil atual, por exemplo, há uma diversidade de representações da mulher condizentes à etnia, classe social, profissão, estereótipo físico, entre outros. Essas representações, quando negativas, podem se transformar em preconceito e, em muitas situações, produzem empecilhos para o crescimento pessoal e profissional da mulher.

As representações de gênero no mundo do trabalho são elementos fortes na reprodução das desigualdades que continuam sendo observadas e vividas pelas mulheres trabalhadoras. Os estereótipos relativos a homens e mulheres no trabalho, de modo geral, não valorizam adequadamente as mulheres como trabalhadoras, considerando-as como força de trabalho secundário (SOARES, 2004) ou desvalorizando-as quanto à remuneração salarial.

Isso ainda ocorre apesar das significativas mudanças que vêm ocorrendo e que dizem respeito ao avanço das mulheres em assumirem profissões até há pouco tempo consideradas masculinas, como motorista de caminhão, mecânica,

---

<sup>25</sup> Essa diferença ficou mais nítida para mim depois que assisti ao filme *Flor do deserto*, indicado na banca de qualificação pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Colling. O filme é baseado na biografia da modelo Waris Dirie e trata da circuncisão feminina, prática culturalmente adotada, ainda hoje, pelo povo nômade do deserto da Somália, na África.

engenheira, delegada, entre outras, e em ocuparem os cargos mais altos em empresas e na gestão política. Atualmente, o posto mais alto do país está sendo ocupado por uma mulher, eleita pelo povo.

O nível de escolaridade das mulheres evoluiu em relação ao dos homens e, também, em percentuais ainda relativamente reduzidos, as mulheres passaram a ocupar postos de trabalho mais qualificados e de maior responsabilidade. Diante das gradativas conquistas das mulheres no espaço público, os homens passaram a receber cobranças das mulheres – que cumprem dupla ou tripla jornada de trabalho - para terem uma participação mais efetiva nos trabalhos domésticos e no cuidado com os filhos. Essa necessidade de maior participação dos homens na vida privada pode acarretar problemas nas relações conjugais e, em muitas situações, ocasionar a violência contra a mulher.

Os deslocamentos das fronteiras de gênero se movimentam, mas ainda mantêm quase intocável a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino no mundo do trabalho (SOARES, 2004). É acerca dessa hierarquia que se assenta a desigualdade de gênero no espaço público e que repercutem novos problemas no espaço privado.

#### 2.1.4 Linguagem: fonte de representações sociais

O conceito de representações sociais atravessa as ciências humanas e não é patrimônio de uma área em particular, ou seja, da psicologia social. Por isso, neste estudo, concilio a concepção de representação social com as concepções linguísticas, visto que a linguagem é uma forma de expressão caracteristicamente humana e, devido a isso, constitui-se em importante fonte de representações sociais. Há vários pesquisadores que têm associado as abordagens de Moscovici (1984) às de Bakhtin (1992; 1997). Entre eles, destacam-se Harré (2001), Jodelet (2001), Minayo (1995), e Werba e Strey (2001), por exemplo.

A base da conexão entre a teoria das representações sociais e a Linguística está em Moscovici (1984, p. 41), em que ele afirma que as pessoas criam representações nos discursos e na interação social, que se juntam ou se separam e podem oportunizar o surgimento de novas representações, pois são concepções

implícitas que determinam as atitudes dos indivíduos inseridos em situações sociais.

O interesse de Minayo (1995) recai sobre as representações sociais da violência, na área da saúde, e elabora seu conceito a partir da sociologia clássica, sustentada por teóricos como Durkheim, Bakhtin e Bourdieu. Bakhtin (1997) contribui para a pesquisa de Minayo (1995) com questões pertinentes ao estatuto da linguagem, já que as representações sociais não são necessariamente conscientes e se manifestam em sentimentos e condutas, e também na linguagem. Por isso, as representações “podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social” (MINAYO, 1995, 108).

As representações sociais são uma mistura das ideias das elites, das grandes massas e das filosofias correntes, e expressam as contradições vividas no plano das relações sociais de produção, “nelas estão presentes elementos tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos como do conformismo” (MINAYO, 1995, p. 109).

É possível considerar que ao expor seus pensamentos, sentimentos e opiniões sobre um fato e personagens envolvidos nesse fato, enquanto objeto de pesquisa, as pessoas utilizam a linguagem para representar ou se representar socialmente. E, essas representações são permeadas por valores e ideologias concebidas sócio-histórico e culturalmente, e constituem o que se pode chamar de senso comum.

Sobre a investigação das representações a partir da linguagem, Jodelet (2001, p. 17 e 18) afirma que as representações sociais “circulam nos discursos” dos indivíduos que integram os grupos sociais, tornam-se evidentes por meio da linguagem e são veiculadas em mensagens. Essa pesquisadora aponta algumas perspectivas de estudo para as representações sociais. Entre essas correntes está a que trata a representação como uma forma de discurso e, nessa concepção, as características da prática discursiva de sujeitos socialmente situados é decorrente das representações sociais.

Ideologias, informações, crenças, normas, valores, opiniões, atitudes, entre outros, são elementos que constituem a complexidade do fenômeno da representação social. A linguagem é, portanto, um sistema representacional, pois os diferentes processos de comunicação conduzem a diferentes formas de

representação (WERBA; STREY, 2001).

Harré (2001), embasado em Moscovici (1984), sustenta a vinculação das atividades linguísticas às manifestações das representações sociais e assevera que as práticas linguísticas são sociais, por isso as palavras são o suporte das representações sociais. Desse modo, há representações sociais nas estruturas formais e sintáticas, tanto da língua falada quanto da escrita e na organização semântica de seus léxicos (HARRÉ, 2001, p. 107).

“As palavras são utilizadas como instrumentos para realizar objetivos no interior de atividades humanas relativamente complexas cuja descrição deve ser integrada em nosso exame dessas palavras” (HARRÉ, 2001, p. 118). Ao enfatizar a importância de realizar a descrição das atividades humanas mediadas pela linguagem, Harré (2001) faz uso dos mesmos focos de análise da linguagem utilizados por Bakhtin (1992; 1997), sobre o estudo dos gêneros<sup>26</sup> discursivos, em que não se pode analisar um discurso desmembrado de seu contexto. A concepção de gênero discursivo será abordada ainda neste capítulo.

Assim, a linguagem interessa amplamente aos estudos das representações sociais e também é o foco substancial aos estudos sobre gêneros sociais. A linguagem possui um papel estruturante na construção e difusão das discussões sobre gêneros e das representações sociais. As investigações nessas áreas, normalmente, centram-se em métodos voltados à análise da linguagem em sua dimensão social e ao modo como gênero e poder são reconstruídos e reproduzidos na linguagem.

Jodelet (2001, p. 26) defende o estudo das representações sociais a partir da articulação de elementos afetivos, mentais e sociais que se manifestam na linguagem e nas relações sociais mediadas por ela. A interação, em qualquer instância, pode provocar, modificar ou afetar as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas – as representações - têm de intervir.

### 2.1.5 As representações e o dialogismo

---

<sup>26</sup> *Genre*, em inglês, equivale a textos/discursos inseridos em seus contextos. Esse termo é adotado, atualmente, pela maioria dos linguistas. *Gender*, em inglês, é traduzido também como gênero, mas seu significado remete a uma construção social e cultural sobre os corpos, nele estão inscritas as relações de poder entre masculino e feminino (FOUCAULT, 1988).

As representações discursivas reportam à teoria das representações sociais (PIRES, 2008) e, como o ponto para o qual converge este estudo está relacionado às representações sociais no que diz respeito às práticas discursivas, é concebível elencar alguns pressupostos teóricos de Bakhtin (1997) e de Marková (2006), que discute as relações entre as representações sociais e a dialogicidade.

Bakhtin e Voloshinov foram os dois pensadores do Círculo de Bakhtin que se preocuparam mais explicitamente com as questões pertinentes à linguagem. Bakhtin foi um marxista extremamente original e, assim como Voloshinov, Medvedev e demais participantes do Círculo, se interessou pela subjetividade e pela criatividade do sujeito humano no plano da linguagem (FARACO, 2009).

Bakhtin elabora sua concepção de linguagem a partir de uma rigorosa crítica ao pensamento filosófico-linguístico contemporâneo. O autor apresenta as duas orientações que delimitam a linguagem como objeto específico: subjetivismo idealista e objetivismo abstrato (CORRÊA, 2002, p. 48).

O subjetivismo idealista é uma “concepção filosófica que privilegia o sujeito. [...] é uma forma de idealismo e considera a realidade como reduzindo-se ao sujeito pensante e suas ideias e representações”. O objetivismo abstrato, “em teoria do conhecimento e filosofia da ciência”, é a “concepção característica do positivismo, que, na relação de conhecimento, valoriza o lado do objeto, em detrimento do sujeito” (CORRÊA, 2002, p. 48). A partir disso, Bakhtin propõe sua abordagem para o estudo da linguagem, tomando a enunciação como objeto de estudo. Para esse filósofo, a enunciação é o “produto da interação entre os sujeitos” (CORRÊA, 2002, p. 49).

A linguagem permeia toda a vida social e preenche nela um papel central na formação social, política e nos sistemas ideológicos. A linguagem é de natureza sócio-ideológica, e tudo o “que é ideológico possui um *significado*<sup>27</sup> e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKHTIN, 1997, p. 31). A ideologia é um reflexo das estruturas sociais que se manifesta na linguagem. Entre linguagem e sociedade existem relações dinâmicas, complexas que se materializam nos discursos.

---

<sup>27</sup> Grifo do autor.

Assim, Bakhtin (1997) sustenta que a palavra é um signo ideológico por excelência, que reflete e refrata a realidade social e que, por isso, possui um caráter social, dialógico e interativo. Nessa abordagem tudo o que é ideológico é um signo e sem os signos não haveria ideologia. Os domínios dos signos correspondem aos domínios do ideológico. “Tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN, 1997, p. 33). E “o signo ideológico [...] é um território concreto, sociológico e significante...” (BAKHTIN, 1997, p. 58). Em outras palavras, estabelecendo uma conexão dessa teoria com a das representações sociais, é possível afirmar que não haveria representação se não existisse linguagem.

Os signos linguísticos só surgem em terrenos interindividuais, ou seja, é necessária a existência de sujeitos que estejam socialmente organizados, constituindo, portanto, um grupo. Os signos são o alimento da consciência individual e a consciência é um fato sócio-ideológico.

Signo e ideologia são englobados pelo discurso. Todo signo cultural quando compreendido e dotado de um sentido, não permanece isolado, ele vira parte da unidade da consciência constituída verbalmente. Épocas diferentes e grupos sociais específicos têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica, e cada forma de discurso social corresponde a um grupo de temas. Portanto, todo discurso, como signo ideológico, está marcado pelo horizonte social de uma determinada época ou grupo social.

Para Bakhtin (1997), a língua é considerada um produto coletivo, ou seja, um fenômeno social, e é sempre apresentada dentro de um contexto ideológico. Portanto, a palavra é carregada de conteúdo ideológico e seu sentido é determinado pelo seu contexto. Mesmo diante da multiplicidade de significações e de contextos possíveis, a palavra não deixa de ser uma, constituindo-se no indicador mais sensível das transformações sociais, já que permeia todas as transformações sociais.

A palavra “está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1997, p. 99), por isso é o produto da interação viva das forças sociais. A ligação entre as significações de um texto e as condições sócio-históricas deste texto não são secundárias e sim, indissolúveis.

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda

palavra serve de expressão de um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade (BAKHTIN, 1997, p. 113).

Nessa concepção, a enunciação, enquanto discurso, é interação, constitui-se como modo de produção social e funciona como suporte das representações ideológicas, construídas por meio de processos sócio-históricos. Desse modo, todo discurso interior se constitui a partir do discurso social que se origina de processos interacionais e, assim, na dimensão social, o discurso é marcado pelo dialogismo e pela polifonia. O dialogismo diz respeito à interação com o outro e a polifonia está relacionada a outras vozes, a outras representações intrincadas na linguagem de quem a profere.

Todo discurso não é uma obra fechada e acabada de apenas um indivíduo. O discurso é um processo heterogêneo, pois é a conjunção de diversos outros discursos entre *eu* e o *outro*, o que remete à concepção de alteridade tratada por Marková (2006). Todo discurso é perpassado por outros discursos e, na percepção de Bakhtin (1997), a linguagem é interação social.

A relação dialógica não ocorre apenas entre discursos interpessoais escritos ou verbais, embora tenha se originado dentro dessa concepção, ela compreende a diversidade das práticas discursivas de maneira mais ampla e aberta. Ao falar ou escrever, a pessoa deixa marcas no seu texto/discurso sobre a sua sociedade, seu núcleo familiar, suas experiências, conciliadas às pressuposições sobre o que o interlocutor gostaria ou não de ler ou ouvir, considerando o seu contexto social.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1997, p. 123).

Em uma interação social as pessoas constituem seus discursos por intermédio das palavras utilizadas por outras pessoas. Essas palavras tornam-se significativas no seu discurso interior, ao mesmo tempo em que geram réplicas ao dizer do outro. As réplicas mobilizam o discurso desse outro e, assim,



consequentemente, criam uma teia dialógica da coletividade social, ou, em outras palavras, originam o senso comum.

Soerensen (2009), sustentada por Bakhtin (1997), afirma que a noção de interação verbal por meio do discurso é gerada pelo efeito de sentidos originado pela sequência verbal, pela situação, pelo contexto histórico e social, pelas condições de produção e, inclusive, pelos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores. As interações sociais são permeadas pelo dialogismo e pela polifonia.

O dialogismo é uma epistemologia da cognição humana e da comunicação e é, de maneira mais generalizada, parte das ciências humanas que estão preocupadas com o estudo dos pensamentos simbólicos expressados na linguagem (MARKOVÁ, 2006, p. 125).

A interação social é dialógica porque se concebe em um espaço de interação com o outro e se constrói por meio dessa mesma interação de acordo com os interesses do locutor e das imagens que esse locutor faz do interlocutor ou supõe que o interlocutor faz dele. Do mesmo modo, é polifônica, porque, apesar de proferida por um sujeito específico, é permeada por outras vozes, outras visões de mundo. Em síntese, compreendida como um processo de interação social, a linguagem para Bakhtin (1997) é fundamentada em três princípios básicos:

- e) *Diálogo com o outro*: este princípio está relacionado à ideia de sujeito social, histórica e ideologicamente situado, que se constitui na interação com o outro. Duas acepções de dialogismo são possíveis, a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos<sup>28</sup> (BARROS, 2001).
- f) *A unidade das diferenças*: princípio que diz respeito à noção de que a linguagem é heterogênea e, devido a isso, é marcada pela presença do outro. Essa *unidade* é a enunciação constituída por um enunciado (um signo linguístico, uma frase, uma oração, uma sequência de frases ou orações) que, só existe dentro de um contexto social e histórico, e é, portanto, ideológica. O enunciado, por sua vez, é uma unidade de sentido diante da qual se pode tomar uma atitude responsiva (BAKHTIN, 1992).
- g) *Discursividade*: este princípio refere-se aos gêneros do discurso e é

---

<sup>28</sup> Neste estudo, meu interesse maior recai sob o diálogo entre discursos.

consequência dos dois primeiros. A sua definição pressupõe uma concepção de linguagem fundamentada no princípio da interação social.

Ao referir-se ao discurso do *outro*, Bakhtin (1997) relaciona o diálogo com uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso, já que essas formas refletem tendências básicas e constantes da recepção ativa do discurso de outra pessoa, carregadas de ideologia, vivências e historicidade, ou seja, suas marcas e influências. Assim, os mundos objetivo e subjetivo das relações sociais estão em constante relação dialética, pois “o mundo social dialogicamente construído e re-construído é o mundo das realidades multifacetadas e multivocais situadas nas culturas” (MARKOVÁ, 2006, p. 125). Qualquer sistema coerente de sinais possui propriedades dialógicas.

A linguagem, enquanto discurso, não significa apenas um instrumento de comunicação ou um pensamento secundário, pois surge a partir das interações sociais que não são relações passivas e desprovidas de intenções. A linguagem é repleta de intencionalidade e, em virtude disso, é o lugar privilegiado para a manifestação das ideologias.

As representações, nesse sentido, refletem a percepção e compreensão sociocultural das pessoas. As pessoas produzem as representações em decorrência dos diferentes pontos de vista que emergem o representativo, o simbólico; que, por sua vez, está situado na base da relação entre o sujeito, o signo e a imagem (KOZEL, 2007). Assim, a linguagem é um indicador das representações sociais.

As perspectivas de Bakhtin (1997) permeiam as de Moscovici (1984; 1988), visto que, para as representações sociais, a comunicação é o ponto fundamental na prática discursiva entre as pessoas e, em decorrência disso, a coletividade apenas se constitui na relação de um sujeito com o outro.

Na abordagem de Marková (2006), a teoria das representações sociais:

concebe o pensamento e a linguagem exatamente como são usados no senso comum e nos discursos diários. Em contraste ao pensamento científico, que tenta se aproximar do *conhecimento científico*<sup>29</sup>, o pensamento de senso comum traduz as representações sociais dos fenômenos naturais e sociais. [...] As representações sociais não surgem do raciocínio absoluto ou do processamento de informações. Elas estão

---

<sup>29</sup> Grifo da autora.

enraizadas no passado, na cultura, nas tradições e na linguagem (p. 12).

Nessa perspectiva, só pode haver conhecimento social se ele for formado, mantido, difundido e transformado dentro da sociedade, entre os indivíduos ou entre indivíduos e grupos, subgrupos e culturas (MARKOVÁ, 2006, p. 27).

A dialogicidade, embasada na teoria das representações sociais, possibilita o entendimento de que pensamento social e linguagem são fenômenos em ritmo de mudança, e que os distintos tipos de conhecimentos sociais existem e se manifestam ao mesmo tempo na comunicação. A partir desse pressuposto teórico, Marková (2006) discute o papel da linguagem como uma alternativa à teoria computacional da mente e coloca a linguagem e a comunicação no centro da Psicologia Social.

Nesse sentido, a dialogicidade é caracterizada como uma capacidade que toda mente humana possui para “conceber, criar e comunicar realidades sociais”, além de ser o “fundamento da constituição da mente humana em termos de *Alter*<sup>30</sup>” (MARKOVÁ, 2006, p. 15). As realidades sociais são criadas pela mente humana, por meio da relação dialógica entre o *Alter* e o *Ego*; essa relação é marcada pelo conflito em que os envolvidos tentam mudar a perspectiva do outro e confirmar a sua, mediante um rico e multifacetado processo de comunicação.

A adoção da perspectiva do *outro* constitui um processo difícil que não se dá a partir de uma simples escolha consciente para tomar determinada direção ou assumir determinada posição (BUSSOLETTI; GUARESCHI, 2011). Essa teoria é caracterizada, também, por enfatizar a historicidade, ou seja, a dinâmica social sujeita a mudanças constantes.

Grosso modo, as expressões *dialogismo* e *dialogicidade* não apresentam diferenças quanto a sua definição. No entanto, o termo *dialogismo* é usado por Bakhtin para descrever sua proposta de epistemologia das ciências humanas, enquanto *dialogicidade* é um termo usado por Marková (2006) para tratar da epistemologia dialógica nas ciências humanas e naturais. Para essa pesquisadora, as ciências naturais são monológicas, pois lidam com objetos reificados e sem voz e as ciências humanas são dialógicas, pois lidam com a mente e a linguagem

---

<sup>30</sup> O alter-ego é uma ontologia da comunicação e, por implicação, da mente humana. É a dialogicidade que gera os tipos diversos de pensamento e comunicação (MARKOVÁ, 2006, p. 128).

humanas multifacetadas e polifônicas, que são reflexivas, históricas e culturalmente veiculadas (LIU, 2004).

## 2.2 Linguagem e Interação Social

Na perspectiva de Bakhtin (1997, p. 16 e 17), “todo signo é ideológico”. De maneira privilegiada, a palavra veicula a ideologia, já que “a palavra é o signo ideológico por excelência”, o que inquestionavelmente constitui uma relação de reciprocidade entre palavra e situação social.

Diante dessa recíproca relação, Bakhtin (1992) sugere o estudo de gêneros do discurso, ao considerar o caráter social da linguagem e o enunciado, ou o texto, como produto da interação verbal, em que cada palavra é definida como resultado de trocas sociais por membros de grupos determinados sócio-historicamente. A diversidade de atividades sociais que as pessoas realizam e com as quais se envolvem leva a uma diversidade de produções da linguagem e, assim, cada esfera de utilização da língua elabora gêneros do discurso caracterizados pelos seus conteúdos e pelos meios linguísticos que eles utilizam.

### 2.2.1 Os gêneros do discurso

Bakhtin desenvolveu sua teoria centrada em uma concepção sócio-histórica da linguagem, constituída a partir de uma visão totalizante da realidade e que compreende o sujeito como um conjunto de relações sócio-históricas. Para Bakhtin (1992), gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados”<sup>31</sup>, elaborado por diferentes esferas de utilização da língua, e que se define, acima de tudo, por seu propósito comunicativo, isto é, sua finalidade (p. 279). Essa definição dá origem a uma série de pesquisas sobre os fenômenos da linguagem, que, por sua vez, vêm a figurar como um dos aspectos mais discutidos nos estudos

---

<sup>31</sup> Essa concepção é pertinente a este estudo por servir de base para a abordagem sociointeracionista sobre os gêneros do discurso.

linguísticos, atualmente.

Os estudos sobre gêneros têm percorrido um novo rumo desde a proposta de Bakhtin (1992) em considerar todos os enunciados orais ou escritos, que atendam a um propósito comunicativo, como um gênero do discurso. Assim, não só os enunciados literários são agrupados em gêneros do discurso, como todo e qualquer enunciado que apresente uma função sócio-comunicativa dentro de uma sociedade.

Os gêneros estruturam a rotina social humana, uma vez que estabelecem o funcionamento da língua nas múltiplas atividades sociais. Pertencem à comunidade; o indivíduo apenas participa de um ou outro gênero, de acordo com os seus propósitos comunicativos pertinentes em determinadas comunidades discursivas. Desse modo, as concepções teóricas, nas quais este estudo está embasado, apontam para a direção de que a análise de gênero está estreitamente atrelada à noção de linguagem como ação e interação social e, por isso, ao analisar discursos é necessário compreender os contextos nos quais eles estão inseridos, pois é a necessidade de interagir em um determinado contexto que induz as pessoas a produzirem enunciados que lhes garantam a interação social.

A perspectiva de Bakhtin (1992) revela que os gêneros do discurso não são criados a cada vez pelos falantes, pois são transmitidos sócio-historicamente. Não obstante, os falantes, por sua vez, contribuem tanto de forma dinâmica para a preservação, como também para a permanente mudança e renovação dos gêneros. Tal explicação atende aos critérios de criatividade e funcionalidade no uso dos gêneros.

O início dos estudos de Bakhtin sobre os gêneros do discurso é reconhecido pela sua afirmação de que todas as atividades humanas estão relacionadas à utilização da língua e que, portanto, não é de admirar que se tenha tanta diversidade nesse uso e uma conseqüente variedade de gêneros que se afiguram incalculáveis.

Também, conforme Bakhtin (1992, p. 279), toda essa atividade “efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou outra esfera da atividade humana”. Os enunciados são produtos da atividade humana e estão articulados às necessidades, aos interesses e às formações sociais em que são produzidos. Por isso, sua afirmação de que há uma diversidade muito grande de gêneros que atendem a diferentes propósitos na esfera social é extremamente pertinente.

Em suas contribuições para os estudos da linguagem, Bakhtin (1997) afirma

que as práticas da linguagem das crianças e, mais tarde, dos adultos, consistem em essência, na prática de distintos gêneros do discurso em uso nas formações sociais, nas quais o indivíduo se insere.

Bakhtin (1992, p. 301) compara a aquisição de gêneros do discurso à aquisição da língua materna no sentido de que as pessoas usam com segurança vários gêneros do amplo repertório de gêneros do discurso disponíveis na sociedade. As pessoas dominam a língua materna em sua composição lexical e em sua estrutura gramatical, antes mesmo de estudá-la nos bancos escolares, nos dicionários e nos livros didáticos. As pessoas adquirem a gramática mediante enunciados concretos que ouvem e reproduzem durante a comunicação verbal que se efetua com os indivíduos que as rodeiam. As formas da língua e as formas típicas de enunciados, ou os gêneros do discurso, introduzem-se, juntamente, na experiência e na consciência dos usuários. As pessoas aprendem a moldar sua fala às formas do gênero.

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 1992, p. 302).

Na abordagem não há uma clara distinção entre os conceitos de texto, discurso e enunciado. Quando se referia à unidade verbal de base, Bakhtin (1992) mencionava as propriedades relativamente estáveis dos enunciados, por isso surgiram várias sub-áreas da Linguística, como a Linguística Textual, Análise do Discurso, Análise Crítica do Discurso, Linguística da Enunciação, entre outras.

A discussão sobre texto na perspectiva de gêneros do discurso se torna cada vez mais incontestável à medida que se aprofundam as reflexões e as argumentações sobre os conceitos delineados preliminarmente por Bakhtin. Sua aplicabilidade é nítida a qualquer natureza de produto da atividade humana organizada pela linguagem que se tome como referência.

Cada esfera da atividade humana conhece seus gêneros apropriados a sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada

função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal geram um dado gênero, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista **temático, composicional e estilístico**<sup>32</sup> (BAKHTIN, 1992, p. 284).

Os gêneros do discurso são resultados de um uso comunicativo da língua na sua realização dialógica, de forma que os indivíduos, quando se comunicam, não trocam orações nem palavras, porém trocam enunciados que se constituem com os recursos formais da língua, isto é, com a gramática e com o léxico.

A língua escrita corresponde ao conjunto dinâmico e complexo constituído pelos estilos da língua, cujo peso e correlação, dentro do sistema de língua escrita, se encontram em um estado de contínua mudança. O estilo é indissolivelmente vinculado às unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, às unidades composicionais, como tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal.

Nessa perspectiva, considera-se também o estilo do enunciado, que pode ser linguístico ou funcional.

O estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso. O enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual. Mas, nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual. [...] As condições menos favoráveis para refletir a individualidade na língua são as oferecidas pelos gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, tais como a formulação do documento oficial, da ordem militar [...] (BAKHTIN, 1992, p. 282-283).

À maioria dos gêneros do discurso, o estilo individual não corrobora, exclusivamente, com as finalidades do enunciado. Assim, em gêneros discursivos do meio legal e judiciário, como documentos normativos e enunciados decorrentes de ações comunicativas judiciárias é bastante comum identificar uma linguagem peculiar a diferentes exemplares do mesmo gênero, a individualidade – no que se refere à personalidade - do enunciador pode se manter oculta no estilo linguístico e

---

<sup>32</sup> Grifos do autor.

funcional de um gênero específico de uma determinada esfera de atividade social.

Entretanto, no que concerne ao estilo linguístico e funcional, cada gênero possui características próprias, distintas das ações comunicativas realizadas por outros gêneros, que lhe garantem a funcionalidade no seu contexto de uso.

O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado, no entanto, afirma Bakhtin (1992), isso não significa dizer que o estilo linguístico não pode ser objeto de estudo específico, especializado. Uma estilística da língua concebida como uma descrição autônoma é possível e necessária. Porém, para ser correto e produtivo, esse estudo deve partir do fato de que os estilos da língua pertencem por natureza ao gênero e, portanto, deve basear-se no estudo prévio dos gêneros e sua diversidade. As mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam nos gêneros do discurso.

A ampliação da língua escrita incorpora diversas camadas da língua popular e ocasiona, em todos os gêneros, a aplicação de um novo procedimento na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte, o que leva a uma maior ou menor reestruturação dos gêneros do discurso, esclarece Bakhtin (1992).

Na gênese de sua reflexão acerca das produções de linguagem a partir da configuração dos gêneros discursivos, Bakhtin (1992) advertiu para a riqueza e variedade dos gêneros e, conseqüentemente, para a problemática sobre como sistematizá-los ou defini-los de forma estanque. Isso é uma decorrência do fato de a variedade virtual da atividade humana ser inesgotável.

A heterogeneidade dos gêneros do discurso, tanto orais quanto escritos, inclui desde a curta réplica do diálogo cotidiano, com a sua diversidade apresentada conforme os temas, as situações e a composição dos seus protagonistas, o relato familiar, as ordens, os documentos oficiais, normalmente padronizados, as formas de exposição científica, e os modelos literários.

Nessa concepção, os gêneros são os responsáveis pela comunicação humana, pois as pessoas não se comunicam por meio de orações ou palavras, mas sim por meio de gêneros. Desse modo, os gêneros são os responsáveis pela interação do homem em sociedade, através de suas formações sociodiscursivas.

### 2.2.2 Classificação dos gêneros do discurso



Bakhtin (1992) classificou os gêneros em primários e secundários, entretanto não formalizou as taxionomias dos gêneros, apenas estabeleceu a distinção entre esses dois grupos. Sua perspectiva aponta para a diferenciação entre gêneros primários e secundários assentada na concepção socioideológica da linguagem, considerando a diferenciação estabelecida historicamente entre as ideologias do cotidiano e as ideologias estabilizadas e formalizadas (RODRIGUES, 2005, p. 169).

Em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos de diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, linguagem sociopolítica, filosófica etc.). A ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular acarreta em todos os gêneros (literários, científicos, ideológicos, familiares etc.) a aplicação de um novo procedimento na organização e na conclusão do lugar que será reservado ao ouvinte ou ao parceiro, o que leva a uma maior ou menor reestruturação e renovação dos gêneros do discurso. (...) Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua (p. 285).

Os gêneros primários, ou simples, estão relacionados diretamente a contextos imediatos e caracterizam-se por ser uma troca verbal espontânea, como o diálogo oral, familiar e cotidiano. Constituem-se na comunicação discursiva imediata, no âmbito das ideologias não formalizadas e sistematizadas.

Os gêneros secundários são organizados em contextos mais complexos, os quais exigem uma comunicação mais elaborada, especialmente a escrita. Normalmente surgem no âmbito das ideologias formalizadas e especializadas que medeiam as interações sociais, ou seja, surgem nas condições da comunicação mais complexa. A escrita, no entanto, não pode ser considerada o princípio de diferenciação entre esses dois grupos, já que há gêneros primários escritos, por exemplo, o diário íntimo, ou, um gênero mais atual, consequência do avanço da

informática, respaldado pelo acesso à internet: o blog<sup>33</sup>; e, há os gêneros secundários orais, como a palestra.

A partir das argumentações de Bakhtin (1992) a favor de uma teoria sobre gêneros do discurso, é possível encontrar um respaldo maior para a opção sociointeracionista de análise linguística.

Assim, as unidades do domínio verbal são chamadas de enunciados e os tipos estáveis nos quais esses enunciados se organizam, de gêneros do discurso. Logo, a variedade das produções verbais é uma consequência da variedade dos tipos de atividades humanas.

### 2.2.3 Discurso reportado

Na perspectiva de Bakhtin (1997), a interação pela linguagem é o pilar do princípio dialógico. É no discurso e pelo discurso que uma pessoa se projeta para a outra, criando uma narrativa que imita o real para explicar ou exemplificar uma situação, um feito, um acontecimento, entre outras possibilidades narrativas. Todo discurso que pertence a alguém tem uma determinada função na sociedade, pois as funções sociais que cada um apresenta estão estruturadas nas relações estabelecidas entre os que estão interagindo.

O ser humano é receptáculo e produtor de valores sociais. A realidade é resultado de um diálogo entre sujeito e objeto. Desse diálogo nasce o significado, destacando-se, desse modo, a linguagem na constituição social, o que torna pouco provável a análise integral do ser humano dissociado dos discursos que ele produz.

Dialogicamente, a atividade de produção de um novo discurso a partir de um discurso-base remete à presença do discurso reportado, também chamado de discurso citado ou relatado, como uma unidade integral da produção discursiva. Esse tipo de discurso constitui-se em uma estratégia discursiva da qual o produtor se vale para estruturar seu discurso.

O discurso reportado é o fenômeno linguístico concreto mais discutido por

---

<sup>33</sup> Blog é um diário virtual que pode ser visto por qualquer pessoa. Nos blogs, os usuários podem disponibilizar pensamentos, ideias, fotos, entre outros. Caracteriza-se pela facilidade e rapidez de atualização dos escritos e pela interatividade com o leitor, pois é um lugar de troca de comentários e opiniões sobre determinado(s) assunto(s) (BAUMAN, 1999).

Bakhtin e Voloshinov, participantes do Círculo de Bakhtin, visto que esse discurso reporta à presença explícita da palavra do outro nos enunciados (FARACO, 2009, p. 138), caracterizando, assim, o dialogismo e/ou a dialogicidade.

O discurso reportado, desse modo, aparece quando um sujeito usa elementos da fala de outro falante, ou seja, quando um enunciador recorre total ou parcialmente a enunciados produzidos por outra enunciação. Um enunciador pode reportar de um enunciado apenas aquilo que lhe for necessário ou reproduzir e marcar exatamente aquilo que lhe foi dito.

O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação. Aquilo de que nós falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tema de nossas palavras. [...] Mas o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, “em pessoa”, como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o integrou<sup>34</sup> (BAKHTIN, 1992, p. 144).

Esse discurso, entretanto, não se esgota na citação, pois é um ato que revela uma apreensão valorada da palavra do outro. Isso fortalece “uma das proposições básicas do Círculo de Bakhtin sobre linguagem,” que é a “sua estratificação socioaxiológica”<sup>35</sup> (FARACO, 2009, p. 140).

Quando alguém quer reproduzir um efeito de aproximação, produz enunciados em primeira pessoa, no espaço do aqui e no tempo do agora, valorizando o presente. Esses procedimentos criam a ilusão de subjetividade. Entretanto, quando querem causar efeito de distanciamento, as pessoas produzem discursos em terceira pessoa, no espaço do lá e no tempo do então, reproduzindo o passado, o que causa a ilusão de objetividade (BARROS, 2001, p. 54).

Quanto ao discurso reportado em terceira pessoa, Bakhtin (1997) afirma que:

A narração de um narrador, enquanto substituição composicional do

<sup>34</sup> Grifos do autor.

<sup>35</sup> Compreendo essa expressão como referente ao(s) conjunto(s) de pessoas que detêm ou mantêm a mesma situação social no que diz respeito às relações dialógicas e aos dialetos sociais, carregados de valores filosóficos, morais ou éticos.

discurso do autor, é análoga à estilização [...], a maneira de falar do outro como ponto de vista, como posição de que este necessita para conduzir sua narração [...]. O autor não mostra a palavra dele [...], mas a usa de dentro para fora para atender aos seus fins, forçando-nos a sentir nitidamente a distância entre ele, autor, e essa palavra do outro (p. 190-191).

Nesse sentido, “reportar não é fundamentalmente reproduzir” ou “repetir”, é estabelecer, principalmente, “uma relação ativa entre o discurso que reporta e o discurso reportado”, ou seja, “uma interação dinâmica dessas duas dimensões” (FARACO, 2009, p. 140).

Para Bakhtin (1997), o discurso reportado é definido a partir de três aspectos, os quais são: o tema, a autonomia e os tipos de inter-relação entre o discurso citado e o contexto narrativo. O tema penetra no discurso e deve conservar as suas características estruturais e semânticas, assim como precisa conservar as características do discurso que o absorve. A autonomia do discurso de outro se relaciona ao fato de o discurso reportado ter seu conteúdo conservado, assim como sua integridade linguística e sua autonomia estrutural primitiva.

Outra questão importante abordada por Bakhtin (1997) diz respeito ao contexto de transmissão do discurso reportado. Esse contexto apresenta as sequências verbais que incluem o enunciado do outro e, também, os fins específicos com os quais se dá a transmissão. Além disso, envolvem uma terceira pessoa, ou seja, a quem se destinam as sequências bivocalizadas que condicionam os ajustes no dizer, de maneira efetiva ou virtual.

A importância do contexto é reforçada por Bakhtin (1993) quando ele afirma que nenhum enunciado pode ser separado da sua situação social, já que o discurso, por ser um fenômeno da comunicação social, é determinado pelas relações sociais que o suscitam. A situação se integra ao enunciado de tal forma que passa a fazer parte dele, isso faz com que a situação seja indispensável para a compreensão do sentido do enunciado.

Rodrigues (2005), sustentada por Bakhtin (1993), afirma que, extraverbalmente, um enunciado pode ser analisado a partir dos três elementos que o constituem, os quais são:

- a) *o horizonte espacial ou temporal*: diz respeito ao onde e quando foi produzido o enunciado; diz respeito ao espaço e tempo históricos.
- b) *o horizonte temático*: relacionado ao objeto e conteúdo temático do

enunciado, ou seja, aquilo de que se fala, a finalidade do enunciado.

- c) o *horizonte axiológico*: relativo à atitude valorativa dos participantes do acontecimento, sejam próximos ou distantes, a respeito do que ocorre em relação ao objeto do enunciado, em relação aos outros enunciados e em relação aos interlocutores.

Entretanto, não se deve crer que tanto discurso quanto enunciado refletem passivamente a situação extraverbal, ou que sejam a expressão de algo já acabado. O enunciado conclui uma situação e representa a sua solução valorativa, desse modo o enunciado sempre cria algo novo e irrepetível.

Nesta seção, apresentei alguns aspectos da teoria de Bakhtin, que estão relacionados a este estudo e que me darão a sustentação básica para desenvolver uma análise linguística do gênero do discurso Boletim de Ocorrência.

### **2.3 Boletim de Ocorrência: um gênero do discurso**

Para produzir a presente seção, busquei autores que tivessem desenvolvido pesquisas sobre Boletins de Ocorrência (BO) em diferentes áreas de conhecimento. No entanto, para minha surpresa, me deparei com uma baixíssima incidência de estudos sobre esse instrumento, que desempenha um importante papel social em defesa e prevenção dos direitos de qualquer cidadão.

A partir dessa investigação, selecionei os seguintes estudos, que julgo importantes para compreender o BO, enquanto gênero textual e/ou discursivo: Alkimin (2004) e Tristão (2007), que desenvolveram análises discursivas sobre BOs de acidentes de trânsito, produzidos por policiais militares em serviço na rua. Bastante peculiar é o estudo desenvolvido por Jesus (2009; 2011), que analisou o discurso policial, mais especificamente, investigou a subjetividade nos BOs, evidenciando que o processo de mutação linguística da oralidade para a escrita prima pela linguagem técnica forense.

Outro interessante estudo é o de Melo (2001), cujo foco também foi a discursividade em BOs originados por queixas de violência doméstica e familiar contra a mulher, lavrados por policiais escrivãs nas Delegacias de Polícia de Defesa

da Mulher. A pesquisadora estabeleceu um paralelo entre os depoimentos orais das mulheres vítimas de agressão, os BOs e os Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs)<sup>36</sup> e ressaltou o que muda e o que não muda nos gêneros decorrentes do gênero-base.

Outra pesquisa que considero pertinente comentar é a de Ostermann (2008) sobre a análise da conversa, com o propósito de compreender as práticas discursivas de profissionais de uma Delegacia da Mulher e de um centro feminista de intervenção na violência contra a mulher em suas interações com mulheres vítimas de violência doméstica. O corpus foi constituído pelas gravações e transcrições dessas interações.

O interesse por BOs ou pela situação e contexto em que é lavrado um BO não é somente daqueles que se preocupam em compreender a linguagem, estudiosos de outras áreas, como da antropologia, das ciências sociais, do direito, da história e da saúde também desenvolveram estudos sobre as Delegacias da Mulher e sobre os procedimentos de queixa da violência e da instauração de inquérito policial, por exemplo, Durões e Moura (2004), Melo (2010), Mendes (2009), Rifiotis (2004), Volpi Neto (2004), entre outros.

Com base nessas pesquisas, apresento a descrição do contexto e do BO.

### 2.3.1 Delegacia da Mulher: o contexto do Boletim de Ocorrência

Em 1985, vinte e um anos antes da promulgação da Lei Maria da Penha, foram criadas as primeiras Delegacias da Mulher no Brasil, como consequência dos movimentos feministas e humanistas.

Ostermann (2008, p. 249) afirma que a criação dessas instituições foi ancorada na ideia de que policiais mulheres estariam mais preparadas do que seus colegas homens para lidar com a violência contra a mulher e que o ambiente das delegacias regulares, normalmente dominadas por homens, não era apropriado para que as mulheres denunciasses a violência que sofriam. Isso representou uma

---

<sup>36</sup> Termo Circunstanciado de Ocorrência é um registro de um fato caracterizado como infração de menor potencial ofensivo, isto é, crimes de menor relevância. Nada mais é do que o BO com algumas informações adicionais (VOLPI NETO, 2004).

tentativa de humanizar a polícia, depois de muito tempo de militarismo.

A tradição policial brasileira, para Silva (1992), é caracterizada por uma tradição repressiva e, historicamente, antidemocrática, sustentada pelo propósito de garantir a ordem e cumprir a lei. Mesmo assim, essa instituição é uma das mais próximas da população, pois representa praticamente um pronto-socorro social. “A finalidade básica da polícia civil é a preservação da ordem jurídica, da paz social e a garantia dos direitos e liberdades do cidadão” (p. 105).

Anteriormente à Lei Maria da Penha, os casos de violência doméstica eram tratados como casos de menor importância, isso em virtude de que a mesma polícia precisava se preocupar com homicídios, tráfico de drogas, entre outros, considerados de maior relevância para manter o equilíbrio social.

Também anterior à Lei 11.340 está a questão de que as mulheres poderiam se arrepender e retirar a queixa, assim, muitas vezes, o agente policial não se mostrava muito empenhado em atender essas mulheres. Isso acarretava outra situação problemática: o constrangimento, conciliado ao silêncio e à humilhação de entrar em uma delegacia e prestar queixa do próprio companheiro, ou marido, ou namorado, contribuía para dificultar as ações de atendimento e implantação de políticas públicas eficazes.

Com a Lei 11.340/06, a responsabilidade de desenvolver políticas garantidoras dos direitos das mulheres coube ao poder público, incluindo, conforme o Art. 8º da referida lei, um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, também, de ações não-governamentais, cujas diretrizes devem respeitar a integração operacional do Poder Judiciário, onde se incluem as Centrais de Polícia Judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2006).

Entre essas políticas públicas está a implementação das Delegacias da Mulher e da disponibilização de todos os serviços necessários à segurança da mulher. Essas delegacias ou os Plantões de Polícia de Defesa da Mulher estão vinculados às Delegacias Seccionais de Polícia na capital do estado ou às Delegacias Regionais de Polícia do Interior. Todas estão ligadas à Secretaria de Segurança Pública, dentro da estrutura da Polícia Civil ou Judiciária.

Assim, com a criação das delegacias especializadas ou dos Plantões de Polícia de Defesa da Mulher, recorrentes em muitos municípios do interior do Brasil, o problema pertinente ao atendimento às mulheres vítimas de violência parece ter sido amenizado, ou pelo menos, os procedimentos estão mais dinâmicos.

Nesse conjunto articulado de ações está, inclusive, a implementação de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com “a capacitação permanente das<sup>37</sup> Policiais Civil e Militar [...]”(BRASIL, 2006, Art 8º, inciso VII). O fato do atendimento às vítimas ser, atualmente, prestado por policiais mulheres, deixou de ser uma mera providência para tornar a prestação desse serviço mais eficaz e tornou-se lei.

### 2.3.2 Descrição do Boletim de Ocorrência

O BO é, sem dúvida, um dos documentos mais importantes produzidos pela polícia militar e, em alguns estados, como o Rio Grande do Sul (RS), pela polícia judiciária ou civil. As informações contidas em um BO são de suma importância, podendo ser cruciais no desfecho de um processo judicial, visto terem sido colhidas ou observadas ainda no calor dos acontecimentos (MENDES, 2009).

Por meio de um BO, um cidadão que tem seus direitos lesados registra um fato criminoso. A notícia do crime é levada à autoridade policial ou judiciária. Para maior clareza e compreensão do crime, o/a denunciante deve fornecer, no ato desse registro, uma série de dados, como nomes de agentes, vítimas, testemunhas, vestígios, instrumentos e produtos de crime, entre outros (VOLPI NETO, 2004).

O BO pode ser conceituado como o registro ordenado e minucioso das

---

<sup>37</sup> Grifo meu, para enfatizar que se trata de mulheres policiais.



ocorrências que demandam a intervenção policial. Ocorrência policial, por sua vez, é todo fato que, de alguma forma, afeta ou possa vir a afetar a ordem pública e que exige a intervenção policial por meio de ações ou operações (MENDES, 2009).

O BO é um documento oficial e, por isso, deve seguir os princípios expressos e reconhecidos pela Administração Pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, uso do padrão culto da língua, clareza, concisão, coerência e objetividade, entre outros.

Desse modo, é possível classificar o BO, concordando com Bakhtin (1992), como um gênero do discurso que requer forma padronizada e que se insere em uma modalidade de documento oficial.

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado (BAKHTIN, 1992, p.283-284).

Em gêneros que são caracterizados pela redação oficial não há lugar para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam em uma carta a um amigo, em uma postagem de um blog ou mesmo em um texto literário. Diante disso, o BO deve ser isento da interferência da individualidade da pessoa que o elabora, mas deve reportar à denunciante que é a responsável pela elaboração do enunciado oral.

Todo enunciado – oral ou escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual (BAKHTIN, 1992, p. 265).

A investigação de Jesus (2011) aponta que o discurso policial nos BOs acontece de forma direta, indireta ou indireta livre, dependendo da intenção do escritor ao relatar os fatos. Essa pretensão está centrada em descrever a fala da

comunicante e/ou vítima, caracterizando a sua subjetividade em relação ao fato, ou ainda uma mistura da voz do escrivão com a voz de quem enuncia os fatos ocorridos.

Os BOs constituem um discurso de natureza heterogênea, já que o discurso do *eu* se mistura com o discurso do *outro*, dentro do contexto enunciativo, podendo se caracterizar tanto como um discurso reportado quanto como um discurso referido.

Diante disso, o discurso policial constitui-se encoberto de vozes, ao passo que trabalha com elementos próprios do cenário cultural do depoente, tornando explícitas, desse modo, a sua perspectiva com relação às convenções sociais da realidade vigente (JESUS, 2011).

Quanto à relação estabelecida entre individualidade e padronização em um gênero do discurso, como o BO, que pode ser classificado como um documento oficial, Bakhtin (1992) afirma que:

As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados da produção, etc. (p. 265).

Assim, considerando a perspectiva de Bakhtin (1992), a organização do BO é a de formulário padronizado. Compõe-se de indicações a serem preenchidas com informações gerais sobre a natureza da ocorrência, sobre o local onde ocorreram os fatos e os dados do indiciado e da vítima. Também, há espaço destinado para o registro do histórico, que é um breve resumo do fato ocorrido.

O histórico apresenta uma estrutura fixa, com um estilo e uma forma predominantes; isso é perceptível quando se estabelece um paralelo entre vários exemplares com origem no mesmo tipo de queixa, por exemplo, de violência doméstica contra a mulher ou de acidente de trânsito (MELO, 2001).

Enquanto um gênero textual de natureza discursivo-enunciativa específica, o BO é o registro oficial mais imediato após a ocorrência de um fato (TRISTÃO, 2007).

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames

periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima (BRASIL, 1995).

Esse artigo da Lei 9.099/95 ajuda a esclarecer a semelhança e a diferença entre o TCO e o BO. Quanto à semelhança, o TCO complementa o BO. Quanto à diferença, o primeiro serve de peça informativa para o Juizado Especial Criminal, ou Juizado de Pequenas Causas, e, o segundo é um documento necessário para instaurar o inquérito policial, ficando mais restrito à Delegacia de Polícia Judiciária. Outra questão interessante a destacar nessa citação é a possibilidade da tomada de medida cautelar para os casos de violência doméstica contra a mulher. Vale salientar que essa lei tem onze anos a mais do que a Lei Maria da Penha.

Um BO é constituído por campos de sequências descritivas e por campos de sequências narrativas. Nos campos de sequências descritivas são relacionados dados descritivos dos envolvidos, como idade e profissão, por exemplo. Nos campos de sequências narrativas, @ policial que recebe a queixa deve lavrar o histórico de ocorrência. Como em toda narração, o histórico de ocorrência deve conter respostas às perguntas, conforme procurei sintetizar no Quadro 2:

| <b>Perguntas</b> | <b>Informações</b>  |
|------------------|---|
| Quem?            | Pessoas envolvidas, como denunciante, vítima, acusado e testemunhas.  |
| O quê?           | Fato em si e como se desenvolveu o enredo.  |
| Quando?          | Tempo: dia, mês, ano, hora, ou seja, momento específico em que o fato ocorreu.  |
| Onde?            | Espaço: lugar específico onde ocorreu o fato, rua, número, bairro, cidade, estado, ou outros dados necessários para se situar.            |
| Como?            | Modo como se desenvolveram cronologicamente os acontecimentos que constituem o fato.  |
| Por quê?         | A causa dos acontecimentos, se a mesma for do conhecimento de quem está realizando a denúncia. O motivo que desencadeou o fato criminoso. |

Quadro 2 - Perguntas e informações do histórico de ocorrência, com base em Melo (2010).

No histórico do BO, deve-se relatar apenas o que é significativo, selecionar fatos relevantes e evitar que os acontecimentos se amontoem sem significado algum. Os dados que forem lançados em campos parametrizados<sup>38</sup>, como os descritivos, não precisam ser repetidos no histórico, exceto se forem importantes para a narrativa (MENDES, 2009).

Melo (2010) recomenda que os fatos sejam narrados no histórico de ocorrência, na seguinte ordem:

- 1º- Apresentação do acontecimento que gerou a ocorrência ou como ocorreu o empenho<sup>39</sup>.
- 2º- Apontamento das circunstâncias descritas ao policial.
- 3º- Elencamento das providências policiais, devidamente fundamentadas.
- 4º- Informação sobre o desfecho da ocorrência.

Em relação às características do BO, Melo (2001) considera relevante a abordagem de Bakhtin (1997):

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado (p. 283-284).

O histórico de BO, para Melo (2010), deve ser fiel à realidade, dando noção do lugar, circunstâncias e participação dos envolvidos. Deve narrar, de forma concisa e objetiva, todas as informações colhidas no local da intervenção policial, as quais terão valor inestimável nas investigações posteriores.

### 2.3.3 O Boletim de Ocorrência de violência contra a mulher

---

<sup>38</sup> Termo utilizado por Melo (2010), relativo a parâmetro.

<sup>39</sup> Na área do Direito, empenho equivale semanticamente à diligência, que, por sua vez, é o ato promovido por ordem judicial para que se cumpra uma exigência processual ou se averigue a respeito da questão ajuizada (LAROUSSE, 1992).

De modo geral, no Brasil, os indicadores de violência contra as mulheres retratam apenas a violência denunciada, ou seja, a que sai do privado e torna-se pública a partir do registro da ocorrência efetuado nas delegacias de polícia ou nas delegacias da mulher. Desse modo, os BOs evidenciam uma parte da violência que realmente é praticada. Comumente, os indicadores tendem a retratar as diferentes práticas de violência ocorridas com pessoas de classe de baixa renda e, sobretudo, restringem-se à violência física.

As denúncias das mulheres pobres são mais frequentes que as das mulheres abastadas, pois as mulheres com maior poder aquisitivo procuram conservar o sigilo do acontecimento para manter seu *status* social. Além disso, com base nos argumentos de Saffioti (1994), há de se considerar também que existem muitas mulheres que vão à delegacia em busca de uma palavra amiga e, nesses casos, também tendem a não fazer o registro da ocorrência de violência ou a não dar prosseguimento ao inquérito e a não representar judicialmente contra o seu agressor no Ministério Público.

A lavratura do BO em casos de queixa de violência familiar e doméstica é uma das providências legais e cabíveis de competência da autoridade policial.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:  
I – ouvir a ofendida<sup>40</sup>, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada; [...]  
VI – remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.  
§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:  
I – qualificação da ofendida e do agressor;  
II – nome e idade dos dependentes;  
III – descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.  
§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida (BRASIL, 2006).

Em observância aos princípios da legalidade e motivação, o relator da ocorrência deve fundamentar as ações e providências adotadas, principalmente as coercitivas, como uso da força, prisões, apreensões e multas, quando essas forem

---

<sup>40</sup> De acordo com Lima Filho (2007) os termos vítima e ofendida possuem o mesmo sentido para o legislativo e para o judiciário.

possíveis. No caso de registros de ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, com a criação, em 2006, da Lei 11.340 ou Lei Maria da Penha não é mais permitido cobrança de multas e de cestas básicas.

O relator ou escrivão deve expor, também, de forma lógica e objetiva, os motivos de fato e de direito que o levaram a adotar tais medidas. Por exemplo, quando o policial apreende um objeto / instrumento que tem relação com o crime, deve indicar o motivo de ter tomado essa providência. O ato administrativo não tem eficácia nem validade se não estiver alicerçado no Direito e na Lei. Quando o policial justifica suas ações, ele afasta possíveis suspeitas e resistências (MELO, 2010).

É importante salientar que o policial não pode fazer afirmações sobre as quais se exige um laudo pericial. Por exemplo, em um acidente de trânsito, ele não pode concluir qual dos condutores deu causa ao acidente. Não pode afirmar que uma substância encontrada é um entorpecente, entretanto, deve descrevê-la de maneira genérica. Não pode asseverar que um hematoma no corpo de uma vítima de agressão física no ambiente doméstico foi provocado por este ou por aquele golpe, nem mesmo assegurar quem iniciou uma discussão, se o homem ou a mulher.

A veracidade no BO deve se dar pelos fatos. Porém, a maneira como esses fatos são apresentados nesse documento não pode deixar margem para discussões. Se os argumentos forem baseados em fatos rigorosamente observáveis e que incidam em sua comprovação, poderão conduzir à certeza absoluta. A partir de premissas verdadeiras, chega-se a uma conclusão, a uma verdade incontestável. É o chamado raciocínio dedutivo (VOLPI NETO, 2004).

Um BO bem elaborado é aquele que narra, no histórico, os acontecimentos de maneira ordenada, coerente, clara, concisa, precisa, objetiva e que resguarda as ações e providências adotadas pelos policiais, explicitando os fundamentos de fato e de direito e estabelecendo uma lógica entre eles (TRISTÃO, 2007).

Em muitos estados, o BO é lavrado pela Polícia Militar e, em outros, é a Polícia Civil ou Judiciária que costuma registrar esse documento. O BO também é chamado de Registro de Ocorrência (RO).

Em muitos casos é tão difícil registrar um BO que a vítima prefere não gastar tempo, o que contribui para aumentar a cifra negra dos crimes não registrados. Muitos fatos são comunicados pelo número telefônico de emergência, o 190, para a Polícia Militar, pelo 197, para a Polícia Civil, e, pelo 181, para o Disque Denúncia. Nesses casos, nem sempre as queixas são registradas em forma de BO. O ligue

180<sup>41</sup>, da Central de Atendimento à Mulher, não disponibiliza a lavratura do BO, apenas orienta a vítima a procurar a Delegacia, especializada ou não, para efetuar o registro da ocorrência.

As mulheres que sofrem violência doméstica e familiar, mesmo com uma lei que tem o caráter específico de oferecer medidas protetivas às vítimas de violência contra a mulher, em um sentido geral, ainda apresentam resistência para prestar queixa do crime. A maioria teme o que pode acontecer após a denúncia e, em virtude disso, não registra a ocorrência.

Uma iniciativa que tem auxiliado e agilizado bastante o registro das queixas-crime é a do BO Eletrônico. Em São Paulo, o site da Delegacia de Polícia foi disponibilizado há dez anos e já permitiu em torno de três milhões de Ocorrências Policiais registradas pela internet (MELO, 2010).

Assim, de acordo com as informações disponíveis no Portal da Delegacia Online RS ([www.dol.rs.gov.br](http://www.dol.rs.gov.br))<sup>42</sup>, o BO Eletrônico reduz custo e tempo tanto da polícia, como dos cidadãos, uma vez que um policial chega despendendo quarenta minutos para lavrar uma ocorrência e a pessoa perde horas em órgãos policiais para ser atendida (MELO, 2010). Entretanto, os registros que podem ser efetuados nesse sistema são os de perda ou furto de documentos, de veículos, de celulares, de placas de carro e de desaparecimento de pessoas.

Esse tipo de registro possui o mesmo valor que o do BO tradicional, pois se trata de um documento oficial, emitido pela Polícia Civil do Estado e assinado por uma autoridade policial. As pessoas que solicitam a lavratura de um BO Eletrônico têm o direito de receber um número como senha para acompanhar o andamento do documento pela internet.

O BO on-line não está disponível às pessoas que querem denunciar violência doméstica e familiar. Essa indisponibilidade para casos específicos como os desse tipo reflete a preocupação das autoridades para que as denúncias sejam realizadas de forma consciente. O BO on-line facilitaria a tomada de decisão de muitas mulheres para denunciarem a agressão sofrida, mas, de outro modo, facilitaria e ampliaria as denúncias seguidas de arrependimento, que são muito comuns quando se trata de violência do homem contra a mulher no contexto do lar.

---

<sup>41</sup> O ligue 180 já foi mencionado no Capítulo 1, inclusive com o levantamento dos atendimentos prestados por esse serviço.

<sup>42</sup> O Portal Delegacia Online RS foi criado em 2002.

No caso de uma pessoa mentir, ao efetivar uma queixa de qualquer tipo, inclusive de violência doméstica e familiar, cometerá crime e deverá ser indiciada e responder por isso, correndo o risco de cumprir pena.

Após uma vítima registrar uma ocorrência e, com isso, denunciar um ato ilícito, a função da Polícia Civil ou Judiciária consistirá em apurar as infrações penais e a sua autoria, investigar os fatos suspeitos, receber os avisos, as notícias, formar os corpos de delitos para comprovar a existência dos atos criminosos, sequestrar os instrumentos dos crimes, coligir todos os indícios e provas que puder conseguir, rastrear os delinquentes, capturá-los nos termos da lei e entregá-los à Justiça Criminal, juntamente com a investigação feita, para que a Justiça examine e julgue o processo.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) permite que o registro policial de violência contra a mulher seja suficiente para abrir uma ação judicial contra o acusado. No entender da Justiça, o simples registro do BO policial pela mulher significa que ela deseja que a ação seja movida, mas muitas mulheres não dão sequência aos procedimentos e não representam judicialmente contra o agressor.

De acordo com a decisão do STF, a mulher que sofre violência doméstica e comparece à delegacia para denunciar o agressor já está manifestando o desejo de que ele seja punido. Entretanto, algumas sentenças judiciais interpretam que apenas o registro de um BO não é suficiente: a vítima deve entrar com uma representação no Ministério Público para a abertura de Ação Penal contra o agressor.

Brandão (2006), em estudo realizado em uma Delegacia da Mulher, observou que o BO serve, às vezes, como um reforço da lógica de gênero social, em que as mulheres não questionam o princípio da dominação masculina, apenas procuram contrapor-se a um homem violento recorrendo a outra figura percebida como masculina, que tem, simbolicamente, mais poder que o seu agressor. Por meio do BO, as mulheres querem solicitar um limite ao exercício da dominação masculina, através da interferência de uma *ordem* superior – a polícia.

Uma das mulheres entrevistadas por Brandão (2006, p. 215-216) afirma que efetivou o registro de ocorrência por acreditar que o companheiro não seria *tão macho* diante da polícia e que mudaria seu comportamento diante da possibilidade de responder a um inquérito policial. Isso remete a uma delicada realidade enfrentada pelas Delegacias e Cartórios da Mulher: a vítima denuncia porque quer assustar o agressor e a partir daí ela acredita que terá uma vida mais tranquila e



sofrerá menos violência, pois o homem estará temeroso de que ocorram novos registros e ele precise pagar pelo delito na forma da lei.

#### 2.3.4 A linguagem no Boletim de Ocorrência

A linguagem utilizada nos BOs caracteriza-se, principalmente, por informar ao interlocutor, a partir de um relatório – ou histórico da ocorrência, algo que foi ilicitamente praticado (JESUS, 2011, p. 93). Um BO é um documento usado especificamente pela esfera policial em seu dia a dia, que apresenta em seu conteúdo um teor comunicativo ausente da expressividade oral, apesar de ser produzido a partir dela.

O fato desse documento – o BO - conter uma reformulação da oralidade para a escrita constitui uma particularidade interessante para os estudiosos da linguagem, segundo Melo (2001). Esse tipo de reformulação tem o propósito de realizar a passagem discursiva, permeada por questões ideológicas, de um fato real para um fato legal. O fenômeno da reformulação começa a ser desencadeado na relação entre o depoimento oral e o registro da queixa.

Em qualquer situação de lavratura de um BO, a vítima relata os fatos para @ policial que, por sua vez, relata esses mesmos fatos às autoridades superiores, como o delegado e o juiz, traduzindo a linguagem cotidiana da oralidade em linguagem escrita técnica, caracterizada pelo discurso do contexto legal ou jurídico. Para tanto, é comum que, em processos linguísticos desse tipo, se recorra ao discurso reportado de Bakhtin (1997), objetivando produzir veracidade aos fatos. O fenômeno, ocorrendo desse modo, atinge as esferas do mundo discursivo.

A complexidade desse processo de mutação linguística, presente no discurso reportado, implica na interpretação das suas consequências, mas a questão maior está centrada na passagem de um gênero do discurso para outro, pois nesse caso muda, até mesmo, o modelo global da interação. Assim, o BO, como parte da realidade multifacetada e multivocal situada na cultura, é caracterizado pelo discurso do outro, ou seja, pelo dialogismo ou dialogicidade.

Neste capítulo, apresentei a base teórica pertinente à linguagem que dará sustentação a este estudo. De modo especial, procurei elencar autores que

fornecerão os pressupostos teóricos e metodológicos para desenvolver a análise do corpus e que possibilitarão discutir sobre os resultados verificados.

No capítulo 3, descrevo o contexto de São Borja, em seus aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais. Resgato a violência praticada contra Maria do Carmo, que a tornou a santa profana do município. Apresento os indicativos oficiais de violência contra a mulher e as ações das políticas públicas voltadas à diminuição e erradicação desse tipo de violência no contexto sócio-histórico investigado.

## CAPÍTULO 3

### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO BORJA

“Desde os tempos de guerra  
 Até a sua independência  
 Cuidando a terra e os filhos  
 Na bonança e na inclemência  
 Do jesuíta, a religião  
 Do trabalho, a penitência  
 Constituiu esta família  
 Da missioneira querência.  
 Vem da índia guarani  
 Senhora de antigamente  
 E da mulher imigrante  
 A fibra e fé no presente  
 Esta mulher missioneira  
 Alma, coração e ventre  
 Pra o amor que se eterniza  
 No sangue dos descendentes.  
 De lusas e polonesas  
 Alemãs e italianas  
 A estampa traz a pureza  
 Desta mulher que tanto ama  
 Sem esquecer esta índia  
 Nem as prendas castelhanas  
 ‘Guerreiras’ clamando paz  
 Quando o Rio Grande nos chama.  
 Nas escolas, nas lavouras  
 Nos lares dos sete povos  
 Chimarroneando virtudes  
 Nesses mates que renovo  
 Desde a epopéia sangrenta  
 (Que por nada eu aprovo)  
 Nós somos as companheiras  
 Na lida dos tempos novos.”

(“Mulher Missioneira”, composição: Alvandir Rodrigues e  
 Raul Quiroga, interpretação: Nina França)<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Letra de uma das músicas classificadas no festival nativista *RS Mulher em Canto*, ocorrido em Imbé/RS, em fevereiro de 2009. Esse festival foi organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher, pelo Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) e pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). O principal critério do evento é que somente mulheres poderiam interpretar as canções. Os temas das letras foram: i) Mulher, e ii) Lei Maria da Penha. Ainda não ocorreu a segunda edição desse festival. A letra dessa música me foi enviada, por e-mail, pela sua intérprete Nina França.

Neste estudo, em função da fundamentação teórica adotada, a linguagem é compreendida como uma atividade social mediadora das interações humanas. Além disso, sua funcionalidade está estreitamente relacionada às representações sociais, pois é por meio dela que as pessoas se representam, representam o outro e representam os fatos e as coisas do mundo que as cerca.

Assim, é preciso que se assuma a existência efetiva da linguagem nas suas realizações concretas, isto é, em seus contextos, já que a concretude da linguagem existe em situações definidas entre as pessoas, as quais se comunicam com determinados propósitos socialmente construídos. O contexto, considerado em seu sentido mais amplo, abrangendo vertentes sócio-históricas e interacionais, possibilita a interpretação além do enunciado, estendendo-se ao discurso e às representações de seus significados. Todo enunciado é recuperado a partir do contexto em que foi produzido, nele estão intrincados os propósitos ou intenções comunicativas e por meio dele se dá a interação social, e é isso que o torna um discurso.

As abordagens teóricas e metodológicas selecionadas para sustentar este estudo consideram que a linguagem concreta ou o enunciado empírico não deve ser analisado desconectado de seu contexto sócio-histórico, pois todo enunciado está vinculado ao seu contexto, e isso implica em uma análise de gênero do discurso.

Diante disso, este capítulo foi dividido em três partes e refere-se à descrição do contexto de São Borja/RS de modo geral e no que condiz à violência contra a mulher. Na primeira, apresento uma síntese do contexto sócio-histórico de São Borja/RS, considerando aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais e econômicos, para que se possa compreender o contexto real sobre o qual estou me referindo neste estudo. Na segunda parte, exponho a investigação que realizei sobre o mito Maria do Carmo, uma mulher que, historicamente, representa as inúmeras mulheres que sofrem violência no contexto de São Borja. Na terceira parte, relato as ações sociais e políticas que têm sido desenvolvidas em São Borja com o propósito de prestar apoio e assistência às mulheres que sofrem violência doméstica e familiar, e também as realizadas para possibilitar a inclusão social e profissional de mulheres do município e da região que vivem em condições de subserviência.

### **3.1 O Contexto Sócio-histórico**

Como já afirmado anteriormente, para as concepções que sustentam este estudo, o contexto tem uma forte influência e uma importância muito grande a fim de se compreender as ações de linguagem desenvolvidas e praticadas entre as pessoas que fazem parte de um determinado grupo social ou que, por algum motivo, estão inseridas em um mesmo processo interacional. Nesse sentido, a história importa para contextualizar e organizar a dimensão diacrônica do processo de representação social, considerando que, sócio-historicamente, o dialogismo – ou a dialogicidade - é que gera os tipos diversos de pensamento e de comunicação.

A partir das ideias de Bakhtin (1992), é possível afirmar que não se pode analisar um enunciado dissociado do seu contexto, já que o contexto é compreendido como a situação histórica e social de um enunciado ou discurso. O contexto envolve diversos elementos da realidade das pessoas, identificadas historicamente e socialmente, que interagem mediadas pela linguagem. Com isso, a análise do contexto colabora para o entendimento e interpretação do sentido de um enunciado e de suas representações.

Para compreender o contexto mais amplo ao qual me refiro neste estudo, apresento o levantamento de informações que realizei sobre o município de São Borja.

### 3.1.1 Aspectos históricos de São Borja

São Borja possui mais de três séculos de história. Sua fundação ocorreu em 1682, pelo padre jesuíta espanhol Francisco Garcia de Prada, da Companhia de Jesus e recebeu o nome de São Francisco de Borja, em homenagem ao santo padroeiro do local. Foi o primeiro dos Sete Povos das Missões, na segunda fase das Missões Orientais do Uruguai. Essa fase foi a que mais se expandiu durante o chamado império teocrático jesuítico, derrocado em 1756, pelas forças coligadas de Portugal e Espanha, na Guerra Guaranítica (FLORES, 1983).

De acordo com Silva Rillo e Odonnel (1991), esse município é o núcleo habitacional permanente mais antigo do Rio Grande do Sul e nunca foi abandonado, como ocorreu com os demais povoados constituintes dos Sete Povos.

Originalmente, a redução de São Francisco de Borja foi formada a partir da chegada de famílias indígenas que cruzaram o rio Uruguai, vindas da redução de Santo Tomé. Anteriormente à fundação do povoado, a necessidade de imigração de um lado para o outro do rio era decorrente do perigo representado pelos bandeirantes, que entre as várias explorações que realizavam, faziam, também, tráfico de escravos indígenas. Em Santo Tomé a segurança parecia maior, pois o rio contribuía como uma forte barreira para os bandeirantes (QUEVEDO, 1991).

Em 1682, quando o território guaraníco viveu um tempo de paz, após muitas invasões, os índios foram conduzidos pelos jesuítas em uma nova emigração para as terras rio-grandenses de seus antepassados e, então, fundaram São Francisco de Borja e os outros povos que formaram os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai: São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, São Miguel e Santo Ângelo (POSSAMAI, 2006).

Batalhas contra os portugueses e contra os Charruas abalaram o desenvolvimento do povoado. Mas, com o auxílio dos jesuítas e o trabalho do povo, essa redução chegou a superar os povoados vizinhos. Os índios de São Francisco de Borja produziam instrumentos musicais, móveis, instrumentos para a agricultura e pecuária, sinos, relógios e órgãos para igrejas e capelas. Alguns desses produtos eram, inclusive, exportados para a Europa.

As atividades agro-pastoris eram intensivas, abasteciam a população local e serviam, também, para a exportação. Além da criação de gado, era cultivado feijão, trigo, mandioca, fumo, algodão, milho e várias frutas, como laranja e uva para a produção do vinho. Além das hortas, onde eram cultivadas hortaliças e flores, para ornamentar a igreja durante festividades (POSSAMAI, 2006).

Em 1750, a redução passou ao domínio português, por força do Tratado de Madri, situação em que se manteve até 1761, quando voltou ao domínio da coroa espanhola. Quarenta anos depois, toda a área das Missões foi incorporada ao território português (FLORES, 1983).

São Francisco de Borja participou da Guerra da Cisplatina, da Guerra com o Paraguai, da Revolução Farroupilha, da Revolução de 1893, entre outras. Nos anos de 1923, 1924 e 1930 foi centro de atividades revolucionárias contra o governo

estadual e o poder central. Extinguiu a escravatura em 1884 e abriu ao trânsito o trecho ferroviário para os municípios de Itaqui, em 1813, e para Santiago, em 1938 (SILVA RILLO; O'DONNELL, 1991).

Administrativamente, o município foi criado em 1817 e instalado em 1834. Uma lei provincial elevou-o a distrito, em 1846, e, em 1887, outra lei provincial elevou-o à cidade e sede municipal (SILVA RILLO; O'DONNELL, 1991).

Dois políticos nascidos em São Borja ascenderam ao cargo de Presidente do Brasil, Getúlio Dorneles Vargas e João Belchior Marques Goulart. Devido a isso, o município recebeu o título oficial de Terra dos Presidentes. Existem monumentos a essas figuras políticas na Praça XV de Novembro, ponto central da cidade, e em frente à Prefeitura Municipal. Além desses, se destacaram politicamente Leonel Brizola, Ibsen Pinheiro e o atual governador do RS, Tarso Genro. Em agosto de 2011, Leonel Brizola foi homenageado com o seu busto exposto na mesma praça. O povo se orgulha dessas personalidades e do título da cidade e, carinhosamente, denomina essas figuras de *filhos ilustres de São Borja*.

### 3.1.2 Aspectos geográficos e estatísticos de São Borja

Geograficamente, o município de São Borja está localizado no oeste do Rio Grande do Sul, entre as regiões do Pampa e das Missões, na fronteira com a República da Argentina. Possui uma área de 3.616,03 Km<sup>2</sup>, preponderando a extensão de área rural sobre a urbana.

No Quadro 3, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresento o índice populacional do país e do estado para que se possa visualizar a parcela de habitantes, de mulheres e homens domiciliados em São Borja em relação aos números levantados no Brasil e no RS.

| Local  | População total | Quantidade de homens | Quantidade de mulheres |
|--------|-----------------|----------------------|------------------------|
| Brasil | 190.732.694     | 93.390.532           | 97.342.162             |

|                   |            |           |           |
|-------------------|------------|-----------|-----------|
| Rio Grande do Sul | 10.695.532 | 5.205.705 | 5.489.827 |
| São Borja         | 61.662     | 30.251    | 31.411    |

Quadro 3: Quantidade de homens e de mulheres no Brasil, no RS e em São Borja.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE, disponível em [http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados)

No Brasil, conforme informações do Censo 2010 do IBGE, há quase quatro milhões de mulheres a mais do que homens e, estatisticamente, a população total é formada por 51% de mulheres e 49% de homens. Em média, existem 95,9 homens para cada 100 mulheres, no país. No RS, essa diferença apresenta percentuais um pouco maiores, pois 48,67% da população gaúcha é constituída por homens e 51,33% por mulheres.

Os índices nacionais e estaduais estão próximos aos verificados em São Borja, cuja população é composta por 50,9% de mulheres e 49,1% de homens. A população formada por 61.662 habitantes é constituída por 30.251 pessoas do sexo masculino e 31.411 do sexo feminino. Os números mostram que há, em São Borja, 1.160 mulheres a mais do que homens. Esses dados confirmam o senso comum de que existem mais mulheres do que homens na maioria das comunidades.

Ainda, segundo dados do Censo 2010, do IBGE, em São Borja, 55.139 pessoas vivem em área urbana e 6.523 em área rural. É muito comum pessoas, principalmente os homens, que possuem residência fixa na cidade, se deslocarem semanalmente para trabalharem em serviço braçal no meio rural, nas lavouras de arroz, de soja e no cuidado do gado.

Conforme os indicadores municipais que constituem os Relatórios Dinâmicos de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento dos Municípios (ODM), de 2010, a proporção de moradores no município de São Borja é de 68,2% acima da linha de pobreza, 22, 2% entre a linha de indigência e pobreza e 9,6% abaixo da linha de indigência. Portanto, a maioria dos samborjenses está acima da linha de pobreza. O Relatório Dinâmico de São Borja indica, também, que há mais mulheres alfabetizadas que homens; entretanto, no mundo do trabalho, a representação das mulheres em trabalhos formais é inferior a dos homens (PORTAL ODM, 2011).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2010, em São Borja, houve 173 casamentos oficiais, 34 separações judiciais concedidas em 1ª instância e 36 divórcios concedidos em 1ª instância. A incidência maior de



casamentos oficiais em relação às separações judiciais e divórcios, é proveniente de um projeto da Câmara Municipal de Vereadores para oficializar relações conjugais.

Em 28 de maio de 2011, foi realizada a segunda edição do Casamento Comunitário de São Borja, quando foi oficializada a união civil de 46 casais que possuem baixa renda e que, na maioria dos casos, vivem juntos há anos e, inclusive, possuem filhos. Para receberem esse benefício, os casais precisam fazer parte de projetos e programas realizados pelas unidades dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Em 2010, em sua primeira edição, esse projeto-lei beneficiou 47 casais.

Em suas duas edições, o Casamento Comunitário não se restringiu somente à cerimônia, os casais assistiram a palestras sobre família, educação e controle financeiro. As noivas foram maquiadas e penteadas por alun@s de cursos oferecidos pelos CRAS e a confraternização ocorreu no Restaurante Popular do município. Todas essas vantagens oferecidas pelo poder público induziram, obviamente, os casais a oficializarem suas uniões. Se não fosse por isso, os índices de separações e divórcios oficiais superariam os de casamentos oficiais, em São Borja, no ano de 2010.

A Pesquisa Nacional por Amostra também destacou que, nos últimos 10 anos, no município investigado, houve crescimento da proporção de pessoas que vivem sozinhas, dos casais sem filhos, das mulheres que chefiam suas famílias - sem cônjuge e com filhos, e redução da proporção de casais com filhos. Esse fenômeno é fruto de um conjunto de fatores, tais como: aumento da expectativa de vida, redução da fecundidade das mulheres e redução das taxas de mortalidade.

Além disso, houve um representativo aumento na procura por cursos de alfabetização, elevação de escolaridade e profissionalizantes, por parte das mulheres. Essa procura é natural devido à quantidade de mulheres ser superior a de homens, no município, e pela situação vivida por elas, como chefes de família, exigir renda salarial condizente às necessidades básicas para manter o lar.

### 3.1.3 Aspectos sociais, culturais e econômicos de São Borja

São Borja é caracteristicamente uma cidade do pampa gaúcho marcada por uma história cheia de conflitos em busca da liberdade do povo. O turismo rural tem características que se destacam nesse local. A gastronomia é tipicamente gaúcha, as comidas, como churrasco, carreteiro, *puchero*<sup>44</sup>, entre outras, são à base de carne de gado ou de ovelha, pois o município é um dos grandes fornecedores de carne para outros estados e para o exterior.

Tomar chimarrão, ouvir música tradicionalista, andar de bombachas e alpargatas são usos e costumes autênticos do gaúcho dessa região da fronteira. Nas artes, destaca-se o artesanato em lã de ovelha e de derivados do peixe, tapetes de couro bovino, entre outros. Cotidianamente, é bastante comum ver homens usando bombachas, mas é raro ver mulheres usando vestidos de prenda. O uso dessa indumentária restringe-se à Semana Farroupilha e aos fandangos<sup>45</sup> de finais de semana. Contudo, o uso do vestido de prenda tem sido substituído pelo de bombachas femininas (mais estreitas que as masculinas e algumas bordadas) e por chiripás<sup>46</sup>. Nos fandangos, atualmente, o uso de pilchas<sup>47</sup> não é obrigatório, sendo permitida a entrada das pessoas em trajes sociais.

O fandango faz parte da cultura gaúcha, do mesmo modo que suas danças de salão e suas músicas, como vaneira, vaneirão, xote, rancheira e chamamé; e é um costume mantido e passado de geração a geração pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e pelos piquetes tradicionalistas. As danças folclóricas, resgatadas do folclore popular por Paixão Cortes e Barbosa Lessa logo após a criação do MTG, em 1948 – ocasião em que foi inaugurado o 35CTG, são mantidas por grupos de danças, denominados de *Invernadas Artísticas*. A maioria dos adolescentes com quem convivo no IFF, campus São Borja, faz parte de uma invernada artística.

A Semana Farroupilha é um dos maiores eventos da cidade e, nesse período, cada entidade tradicionalista promove suas festividades – em 2011, foi realizado um total de 21 fandangos nas 03 maiores entidades tradicionalistas do município. As atividades festivas dessa semana culminam com o desfile de 20 de setembro. Quem não desfila nesse dia, vai para as ruas para assistir ao desfile. Percebi essa fidelidade à cultura também no desfile de 07 de setembro.

---

<sup>44</sup> Palavra de origem espanhola que se refere ao cozido feito de medula óssea condimentada (PEREIRA, 2002, p. 311).

<sup>45</sup> Bailes tradicionalistas realizados em CTGs.

<sup>46</sup> Peça masculina, confeccionada com tecidos nobres. Era usada antigamente pelo gaúcho estancieiro (homem rico, dono de vasta extensão de terras).

<sup>47</sup> Indumentária gaúcha.

Entre os principais pontos turísticos de São Borja está o Cemitério Jardim da Paz, onde estão sepultados os ex-presidentes da República: Getúlio Vargas, João Goulart, e, o ex-governador do estado do RS: Leonel Brizola. Esse, assim como o túmulo de Maria do Carmo e o cais do porto, é um dos pontos mais visitados do município. O culto aos mortos é muito forte e isso pode ser constatado nas homenagens prestadas aos falecidos no jornal Folha de São Borja.

Nesse contexto de fronteira do Brasil com a Argentina, o contato sócio-cultural e, conseqüentemente, linguístico é inevitável, além de ser regular e contínuo. Os dois países encontram-se separados pelo rio Uruguai, mas unidos pela Ponte da Integração, que aproxima, principalmente, os habitantes de São Borja e de Santo Tomé. O intercâmbio é permanente, as pessoas se deslocam do Brasil para a Argentina, e vice-versa, para trabalhar, para estudar, para fazer compras e para momentos de lazer.

A ponte, desse modo, facilita a interação entre as duas culturas e aproxima socialmente as pessoas. Isso também influencia a linguagem, pois toda interação social é permeada e mediada pela linguagem. Consolida-se, assim, o intercâmbio econômico, cultural, social, e, conseqüentemente, linguístico.

A população samborjense constitui-se de luso-brasileiros, com aportes mais recentes de alemães, italianos e árabes. A demografia é caracterizada, também, por um expressivo percentual de pessoas da raça negra e de descendentes dos tapes guaranis, cujos traços marcadamente indígenas são perceptíveis na fisionomia das camadas mais humildes da população (FAGUNDES, 2003).

Os principais setores da economia municipal são o plantio de arroz e de soja e a criação de gado. Boa parte da população masculina mais humilde trabalha como mão-de-obra nas fazendas de gado e nas lavouras de arroz, como já exposto na subseção 3.1.2, deste capítulo.

#### 3.1.4 Feminilidades e masculinidades em São Borja

Socialmente, a dicotomia entre feminilidades e masculinidades está relacionada à divisão sexual, mas não deve ser assim compreendida, pois se trata de uma questão de gênero. Desde crianças, as pessoas são instruídas a fazerem

somente o que é permitido ao seu sexo, constituindo assim as definições de gêneros masculinos e femininos. Por exemplo, não é adequado ao menino – sexo masculino – brincar com bonecas, usar roupas cor de rosa, entre outras possibilidades. Do mesmo modo, que à menina – sexo feminino - não são permitidas brincadeiras que evoquem a liberdade para desbravar o desconhecido, como as com carrinhos e outros meios de locomoção, e também jogos mais agressivos, como o futebol.

As masculinidades constituem um conjunto de características, valores e comportamentos que a sociedade impõe sobre como deve ser e agir uma pessoa do sexo masculino - o homem. O mesmo ocorre com as feminilidades, sendo que as pessoas constroem socialmente suas masculinidades ou feminilidades e aprendem a se comportar de acordo com o lugar e o momento histórico em que estão inseridos.

Diante disso, é possível afirmar que o modelo tradicional de homem, em São Borja, incide na representação do gaúcho rude, viril, bravo, valoroso e na identidade *pampeana*<sup>48</sup> de um *centauro*<sup>49</sup> guerreiro que defendeu a mais disputada fronteira (Brasil e Uruguai, Brasil e Argentina) do país. A esse homem coube um papel de poder e de dominação (BOURDIEU, 1995) ainda maior do que de homens de outros estados ou municípios do país.

Nesse contexto, historicamente, o homem aparece como o guerreiro destemido, o iniciador e mantenedor da ordem e da segurança, desprovido de luxos e vaidades. É o homem do campo que respeita as tradições locais, é o provedor da subsistência da família.

A mulher, por sua vez, aparece sob duas representações distintas. Em uma dessas representações, ela é compreendida como a mãe e esposa, dotada de habilidades culinárias e prendas do lar, que se casava virgem e mantinha-se casada com o mesmo homem até o final de seus dias. É a mulher progenitora. A outra representação da figura feminina é a da mulher que acompanhava os homens nos acampamentos de guerra e revoluções para saciar-lhes os desejos sexuais. É a mulher marginalizada pela sua condição como objeto sexual; essa não é lembrada e nem mencionada na história oficial e na arte (CAZARIN, 2006).

---

<sup>48</sup> A expressão *pampeana* é derivada de *pampa*, que é a maneira pela qual os gaúchos se referem ao RS, a sua terra.

<sup>49</sup> No RS, essa expressão geralmente é utilizada como *centauro dos pampas*, referindo-se ao gaúcho guerreiro, protetor de suas terras e de sua gente, que, nas guerras e revoluções peleava a cavalo. Essa imagem do gaúcho a cavalo, lutando bravamente, remete ao centauro da mitologia grega: metade humano e metade cavalo.

Nos últimos tempos, a paz entre o Brasil e os países com os quais faz fronteira e a integração possibilitada pelo Mercosul tornaram despropositada a imagem guerreira do gaúcho fronteiriço. Entretanto, a representação do gaúcho da fronteira como o *macho*, que demonstra força física, astúcia e superioridade em relação aos outros é constante nas músicas nativistas, folclóricas e gauchescas, assim como nos poemas e trovas crioulas. As relações de poder são polarizadas, a mulher é mencionada como uma figura secundária, ela representa a emotividade e a fragilidade enquanto o homem representa a racionalidade e a força física (CAZARIN, 2006).

O passado de guerras, de luta pela sobrevivência e pela proteção de suas terras e de sua gente, conciliado ao sistema patriarcal, que privilegia o homem acerca do pátrio poder (SAFFIOTI, 2004), deixou um resquício de virilidade sem rumo. Essa valentia, com sua conseqüente necessidade de demonstrar e manter o poder e a dominação (BOURDIEU, 1995) do que julga ser seu, mesmo que pela força, corrobora e torna-se causa dos inúmeros casos de violência contra a mulher nesse contexto.

Em São Borja, assim como em outros locais, muitos homens ainda são educados desde a infância para não expressarem emoções e sentimentos, tais quais: medo, mágoa, tristeza e afeto. A expressão de sentimentos por meio do choro é considerada atitude de mulher ou de homossexual. A raiva parece ser uma das poucas emoções permitidas ao homem e, a partir dela, outras emoções podem ser canalizadas. As conseqüências dessa raiva, geralmente, são atos de violência e de dominação pela força. O fato de muitos homens crescerem observando atitudes de violência realizadas por outros homens - muitas vezes por seus pais - pode caracterizar as situações de agressão física, psicológica, moral e sexual como uma norma a ser seguida.

A desconstrução dessa masculinidade do homem samborjense tem sido gradativa, assim como ocorre a construção de uma nova feminilidade da mulher samborjense. Mas, é importante ressaltar que isso não ocorre apenas no contexto investigado, pois é possível perceber tais transformações na maioria das sociedades, em nível mundial.

Essas mudanças buscam minimizar as desigualdades de gênero e centram-se no fato de que uma maior participação das mulheres na vida pública, trabalhando fora e muitas estudando, requer um maior comprometimento e maior participação

dos homens na vida privada. A tímida progressão em tais mudanças também é proveniente da instauração de políticas públicas voltadas à proteção da mulher e à sua inserção social e profissional.

### 3.1.5 As representações da *prenda* e do *peão* e as tradições gaúchas em São Borja

A *prenda* possui uma forte representação no contexto tradicionalista de São Borja, pois a menina ou *guria* é educada para ser delicada, deve ter cuidado permanente, inclusive, com o modo de sentar-se, com o tom de voz e com a maneira como sorri. Na fronteira do RS, a *prendinha* é zelada e protegida pela família. O menino, o *guri* ou o *piá*, por sua vez, é instruído normalmente pelo pai a competir com os outros do seu sexo, ele tem que ser o melhor em tudo o que faz, é o competidor, o *valente*. Se ele se envolver em uma briga, ele deve ser o que bate no outro, caso contrário, isso representará uma grande humilhação, inclusive para a sua família.

Em São Borja, as diferenças na maneira de educar meninas e meninos são bem evidentes. A maioria dos meninos aprende montar a cavalo e a praticar atividades típicas dos rodeios gaúchos. Como a cidade é banhada pelo rio Uruguai, os meninos aprendem desde cedo a pescar e boa parte deles, depois de adultos, fazem dessa atividade a sua sobrevivência.

Também, como meninos de qualquer outro estado, são muito frequentes as participações em times e escolinhas de futebol. Nos últimos anos, várias meninas da comunidade têm participado de times de futebol feminino, o que representa uma inovação em um esporte considerado masculino. No entanto, essa participação e inovação não ocorrem nos rodeios crioulos. Em conversas informais com organizadores e participantes desses eventos, pude verificar que não é permitida a participação de mulheres nas provas, como tiro de laço, por exemplo.

As provas dos rodeios crioulos gaúchos são relativas às práticas campeiras compatíveis com as tradições e o folclore regional gauchesco. São provas que demonstram a habilidade do campeiro e o desempenho do animal, isto é, são compreendidas pelo povo como práticas campeiras próprias dos homens.

A lei estadual 11.719/02 instituiu oficialmente o rodeio crioulo gaúcho como um dos componentes da cultura popular sul-rio-grandense. No Parágrafo Único do Artigo 1º dessa lei encontra-se o conceito geral desse tipo de evento: “entende-se como rodeio crioulo o evento no qual se desenvolve a prática e a demonstração de atividades **do gaúcho**<sup>50</sup>, compatíveis com as suas tradições e folclore, sejam de cunho campeiro, artístico ou desportivo” (MINISTÉRIO PÚBLICO - RS, 2002).

Em 2006, esse dispositivo legal foi alterado pela lei estadual 12.567, chamada Lei de Proteção dos Animais de Rodeios Crioulos. O novo texto ampliou a caracterização do Rodeio Crioulo Gaúcho e deixou em aberto a possibilidade de inclusão de outras atividades campeiras com a ressalva de que essas atividades devem ser típicas da tradição gaúcha do sul do Brasil. Assim, esse conceito foi ampliado no Parágrafo Único do Artigo 1º:

Entende-se como rodeio crioulo o evento que envolve animais nas atividades de montaria, provas de laço, gineteadas, pealo, chasque, cura de terneiro, provas de rédeas e outras provas típicas da tradição gaúcha nas quais são avaliadas as habilidades **do homem**<sup>51</sup> e o desempenho do animal (MINISTÉRIO PÚBLICO - RS, 2006).

Na lei que oficializa os rodeios, não restam margens interpretativas para a participação da mulher. A participação nessas atividades é exclusiva para os homens, como se pode verificar pelas expressões *do gaúcho* e *do homem*. As atividades campeiras eram muito comuns há algum tempo no RS e muitas ainda são, principalmente, nessa região da fronteira.

Essas atividades tornaram-se provas dos rodeios crioulos como manifestações do culto às tradições gaúchas e quase sempre foram executadas por homens, pois exigem uma força e uma destreza que, segundo o senso popular, a mulher não possui, já que ela é *mais delicada* e *mais frágil* que o homem. Entretanto, quando os homens iam lutar em guerras – como as de 1893 e 1923 - e em revoluções – como a Revolução Farroupilha, as mulheres ficavam com os filhos no campo e, para poderem alimentar suas famílias, precisavam realizar muitas dessas atividades designadas aos homens.

---

<sup>50</sup> Grifo meu.

<sup>51</sup> Grifo meu.

Nos desfiles comemorativos ao dia 20 de setembro<sup>52</sup>, muitas mulheres desfilam montadas a cavalo e usando bombachas femininas. Isso não significa que elas estão se masculinizando, mas representa uma conquista junto ao MTG. Essa entidade, julgada a mais importante no meio tradicionalista, por longa data manteve-se fechada a qualquer inovação ou modernização da figura feminina em eventos tradicionalistas, pois as prendas só podiam comparecer e participar dos eventos, inclusive dos rodeios, devidamente *pilchadas*<sup>53</sup> com seus tradicionais vestidos de prenda e demais acessórios.

### 3.1.6 A homossexualidade em São Borja

As características de masculinidades e feminilidades podem estar presentes na personalidade tanto de pessoas do sexo feminino quanto do sexo masculino. Nesse contexto em que realizei a investigação, é muito forte a preocupação dos meninos e dos homens em não demonstrarem feminilidade em situação alguma, como falar mansamente, ser mais subjetivo do que objetivo, gostar de coisas e de animais delicados, entre outras. Quando o emotivo prevalece na personalidade de um menino ou adolescente do sexo masculino, isso é motivo de bullying nas escolas.

O preconceito contra homossexuais é bastante evidente, principalmente nas famílias mais tradicionais da cidade. Mesmo assim, a primeira declaração de união estável entre homossexuais, registrada no RS, ocorreu no cartório civil de São Borja, em 1º de julho de 2011. O que foi motivo de grande repercussão na mídia, pois o gaúcho dessa região faz questão de passar aos demais uma imagem de homem viril, mulhengo, forte e *muito macho*. Essa representação de virilidade e masculinidade do homem dessa região da fronteira se opõe fortemente à união oficial de homossexuais.

O registro civil da primeira união estável homoafetiva do estado foi realizado com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu juridicamente a

---

<sup>52</sup> Data magna do gaúcho. Em 20 de setembro de 1835 deu-se início à Revolução Farroupilha, que perdurou até 1º de março de 1845.

<sup>53</sup> Relativo à pilcha, isto é, à indumentária tradicional da prenda e do peão na cultura gauchesca.



união para homossexuais e os seus efeitos jurídicos, como os direitos comuns a casais heterossexuais: pensão, herança, regulamentação da comunhão de bens e previdência, e facilita a adoção de crianças por duas pessoas do mesmo sexo. De modo geral, @s samborjenses demonstram forte preocupação com as formações familiares que essa legalização possibilitará.

Verifiquei, informalmente, que há um notável índice de homossexuais masculinos e, também, femininos, em São Borja. A maioria assume sua homossexualidade, trabalha e estuda normalmente, mas reclama do exacerbado preconceito, proveniente da cultura patriarcal que estrutura e organiza essa sociedade.

### **3.2 São Borja: um contexto marcado pela violência contra a mulher**

Na presente pesquisa, foi adotada a perspectiva de que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e históricas, fundadas sobre diferenças percebidas entre os dois sexos, mas que não são consequências diretas nem da biologia, nem da fisiologia e que podem explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens (SCOTT, 1995). De uma maneira ou de outra, essas relações oportunizam a caracterização do contexto e possibilitam a verificação das representações sociais (MOSCOVICI, 1984) de gênero e da violência contra a mulher nesse contexto social e histórico, pois as representações são construções contextualizadas, resultantes das condições em que surgem e circulam.

Nesse sentido, deve-se considerar o posicionamento sobre a relação que integra indivíduo e sociedade, de modo a situar esse indivíduo – subjetivo – no processo histórico e social e é isso que dá origem às representações sociais, ou seja, às interpretações da realidade.

Assim, durante a investigação do contexto de São Borja, constatei o elevado índice de violência contra a mulher. Em menos de três meses, de maio a julho de 2010, o jornal Folha de São Borja publicou 102 notas informativas, na seção Plantão de Polícia, relativas a registros de ocorrências de violência contra a mulher, efetuados na Central de Polícia Judiciária do município. Observei que as ocorrências de ameaça lideraram com 48 registros, as de agressão física ou lesão corporal

somaram 32 registros, uma foi de tentativa de feminicídio e as demais foram de injúria e difamação.

Essa quantidade de casos de violência contra a mulher diz respeito apenas aos que incidiram em queixa da mulher que sofreu violência, sendo oficialmente registrada a ocorrência na delegacia de polícia. Entretanto, isso evidencia somente os casos que as mulheres têm coragem de denunciar, muitos outros se mantêm encobertos pelo medo e pela insegurança.

Entre tantos casos, um foi marcante no contexto sócio-histórico de São Borja, já que a mulher, vítima de feminicídio, foi transformada em mito local e regional. Sua representação é de santa, devido ao pronto atendimento dos pedidos de seus fiéis e ao modo extremamente perverso e obstinado como foi assassinada, e profana, porque viveu uma vida amorosa desregrada para os padrões da época.

### 3.2.1 A história de Maria do Carmo

Um dos maiores bairros de São Borja é o chamado bairro Maria do Carmo, onde vive boa parte da população de classe média do município. O nome do bairro é uma homenagem prestada a Maria do Carmo Fagundes, uma mulher que, apesar de sua vida desregrada para a época, é considerada santa pela população municipal e regional, caracterizando-se como um dos fortes mitos existentes no local.

Antonio Augusto Fagundes (2003) realizou um estudo antropológico durante o seu curso de mestrado sobre o mito de três santas pagãs do RS. Durante suas vidas, teriam sido mulheres promíscuas para a época ou prostitutas.

Maria Isabel Hornos, conhecida como a *irmãzinha Guapa* ou simplesmente *Guapa*, é o mito de devoção popular de maior destaque de São Gabriel. Era dona do bordel de “alto coturno<sup>54</sup>” (FAGUNDES, 2003, p. 71) desse município, mais ou menos de 1915 a 1924, quando foi assassinada. Seu assassinato teria sido encomendado pela esposa de um jovem fazendeiro muito rico, com quem Guapa vivia em concubinato.

---

<sup>54</sup> Os frequentadores do bordel eram autoridades militares, políticos renomados, grandes fazendeiros.

Segundo depoimentos da população de São Gabriel elencados por Fagundes (2003), ela era uma mulher muito bondosa, protetora das crianças e dos pobres, que ajudava a igreja com doações substanciais. O culto devocional à Guapa iniciou cerca de 19 anos após a sua morte, quando seus milagres tornaram-se populares. Guapa tem capela, oração e procissão própria. A devoção à Guapa é de inspiração católica, mas a igreja a ignora oficialmente. Por isso, Guapa é considerada uma das santas pagãs do RS.

Maria da Conceição<sup>55</sup>, popularmente conhecida como *Maria Degolada* é um mito cultuado na Vila Maria da Conceição, situada dentro do bairro Partenon, na zona oeste de Porto Alegre. O nome do local, também conhecido como Vila Maria Degolada, é uma homenagem a uma mulher que foi prostituta e que foi degolada pelo seu amante, um cabo da Brigada Militar do Estado, na década de 20, devido ao ciúme excessivo que ele sentia por ela. Os entrevistados de Fagundes (2003), na sua pesquisa de campo, garantem que o local onde Maria da Conceição foi degolada é mal-assombrado e que, na época do seu assassinato, funcionava como um lugar de encontros amorosos clandestinos. Próximo a esse local, foi construída a capela da Maria Degolada.

Apesar da forte insistência da igreja católica, na figura de irmã Neli, uma freira em trabalho voluntário nessa comunidade, para exterminar a devoção à santa prostituta, as pessoas continuaram venerando mais a Maria da Conceição do que a virgem Maria, mãe de Jesus Cristo, que também teve uma capela na referida vila. Maria degolada é bastante requisitada pelos seus fiéis e atende muitos pedidos sobre doenças, enfermidades em geral; sua restrição famosa é não atender pedidos de brigadianos<sup>56</sup>. Sua capela, assim como a da Guapa, está sempre enfeitada com placas anônimas de agradecimentos pelas graças alcançadas, velas e flores.

A terceira santa prostituta é Maria do Carmo, um mito no município de São Borja. Para Fagundes (2003), a existência real de Maria do Carmo não interessa, visto que à antropologia interessa a repercussão social da devoção que o povo tem por esse mito. Mesmo assim, é possível afirmar que ela realmente existiu, pois consegui, no Cartório de Registros de São Borja, um atestado de óbito (ANEXO 3),

---

<sup>55</sup> Fagundes (2003, p. 85) afirma que não se sabe o nome de família, ou sobrenome, dessa mulher.

<sup>56</sup> Termo utilizado no RS e adotado por Fagundes (2003) para referir-se aos policiais da Brigada Militar Estadual.

datado em 1890, de uma mulher chamada Maria do Carmo Fagundes e que o povo acredita se referir a mesma pessoa.

Para o senso popular, ela teria nascido em Bagé e, posteriormente, junto com sua mãe, teria mudado sua residência para São Borja. Diante dessa possibilidade e da falta de qualquer registro de nascimento dessa mulher, entrei em contato, por telefone, com quatro Cartórios de Registros de Bagé/RS. Indiquei o nome completo de Maria do Carmo, conforme está grafado no óbito, e a probabilidade de seu nascimento ter ocorrido entre os anos 1860 e 1864.

Por eu não disponibilizar do nome dos pais dessa mulher, o trabalho de busca nesses registros, com mais ou menos 150 anos de existência, foi praticamente impossível aos funcionários dos cartórios. Justamente por serem muito antigos, os registros de nascimento dessa época são protocolados pelo primeiro nome da pessoa e a maneira mais prática de rastreá-los é pelos nomes dos pais. Em um desses cartórios, no período que compreende 1860 e 1864, os funcionários encontraram quatro registros de nascimento de meninas chamadas Maria do Carmo, com a identificação do nome da mãe apenas. O sobrenome delas, porém, não coincidia. A alegação dos funcionários para eu não persistir nas solicitações de buscas é que eles teriam que pesquisar nos livros, cujas folhas estão muito sensíveis ao contato humano, e que eles não disponibilizavam de tempo livre para desenvolver tal atividade.

De acordo com a pesquisa de Fagundes (2003), o povo afirma que Maria do Carmo era muito bonita e amiga dos pobres. A discordância está no seu aspecto físico, para alguns era branca, para outros era mulata, e alguns afirmam que ela negra *aça*<sup>57</sup>. Não era uma bêbada contumaz, mas gostava de bebidas alcoólicas, de cigarro e de reuniões promíscuas, era extremamente bondosa e estava sempre pronta para ajudar os necessitados e menos favorecidos, especialmente as mulheres simples do seu círculo de convivência, prestando-lhes apoio material e espiritual.

Do mesmo modo, para alguns ela era prostituta e ganhava a vida pelo comércio de seu corpo; para outros, era simplesmente promíscua, teve vários amantes e, a sua maneira, era fiel. Por isso, alguns acreditam que, provavelmente, ela tenha morrido inocente, pois não havia traído o seu amante. Isso me induziu à

---

<sup>57</sup> Popularmente, chama-se *aça* a pessoa de sangue negro, com feições crioulas, mas com pele clara e os cabelos claros, quase loiros, apesar de encarapinhados.

reflexão de que se ela o tivesse traído, o feminicídio estaria justificado para essas pessoas.

Prostituta ou promíscua, sua conduta era marginal à norma moral vigente em seu grupo social. Entretanto, o que impera para o povo é o modo cruel como foi assassinada e a sua benevolência samaritana (FAGUNDES, 2003).

As versões mais constantes sobre o seu assassinato indicam que o autor do crime foi o seu último amante, um militar de graduação inicial, soldado, cabo ou sargento, que fora apelidado de baiano<sup>58</sup>, devido a sua naturalidade ou porque, aos olhos dos gaúchos da região, era um homem que montava mal a cavalo.

Esse militar esteve acampado em São Borja, provavelmente por causa da Revolução Federalista de 1893. Nessa época e em alguns anos anteriores, o exército recrutou muitos soldados, inclusive de outros estados, para protegerem a fronteira.

O tempo que medeia os anos 1890 a atualidade é plausivelmente adequado para ensejar e justificar a devoção e a transfiguração de uma prostituta ou mulher promíscua em santa, pois para isso ocorrer, uma só geração não basta, são necessárias, pelo menos, duas, três ou mais gerações para perpetuar o mito e conquistar devotos (FAGUNDES, 2003, p. 61).

A população de São Borja acredita que Maria do Carmo, bondosa como era, teria perdoado seu assassino. Além disso, a repercussão do mito pode ter sido proveniente dos métodos cruéis utilizados por baiano para assassiná-la. A população acredita que o crime aconteceu por motivos passionais, com a utilização de métodos cruéis, como esquartejamento e dispersão dos restos mortais da mulher no campo de vegetação rasteira.

O episódio chocou as pessoas que viviam no município, devido à brutalidade e imposição de poder. A bondade de Maria do Carmo associada à maneira como foi assassinada provavelmente tenham contribuído para caracterizá-la como santa popular. E pagã, porque não é reconhecida por entidade religiosa alguma, devido a sua vida amorosa desregrada para os padrões sociais da época.

O local onde os restos mortais de Maria do Carmo foram encontrados não fica muito distante da área dos quartéis, no caminho para o Passo, porto fluvial sobre o

---

<sup>58</sup> De acordo com Fagundes (2003), todos os soldados que vinham do norte e que montavam mal, desde a Guerra do Paraguai, eram chamados de baianos. No município de Alegrete (RS), esse apelido ainda é dado aos soldados do exército que apresentam dificuldades de montaria, até mesmo aos rapazes alegretenses que estão servindo.

rio Uruguai, onde hoje se encontra a Ponte da integração, diante da cidade de Santo Tomé, na província argentina de Corrientes. Na época do assassinato de Maria do Carmo, o local era um campo aberto fora da periferia urbana.

Para Fagundes (2003), os cães e as aves poderiam ter acabado com os restos mortais da mulher, não fosse o fato de desaparecerem os cachorros de uma família residente nas proximidades do local. Os meninos da família encontraram seus cães devorando alguma coisa que estava sob galhos e ramos secas de mato. A família foi avisada do fato estranho e chamou as autoridades policiais. Maria do Carmo foi identificada devido aos pedaços de suas roupas se encontrarem espalhados, ensanguentados, pelo local.

Esse local é conhecido, até hoje, como o arroio da fonte de São João Batista. O povo conta que Maria do Carmo foi enterrada ali mesmo, onde foi encontrada, e onde foi colocada uma cruz rústica com a inscrição do seu nome e algumas pedras amontoadas para demarcar a sepultura. Essa versão popular contradiz o registro de oficial de óbito que se acredita ser dela. De acordo com esse documento, ela teria sido sepultada no cemitério público da cidade (SILVA RILLO e O'DONNELL, 1991, p. 75).

Na década de 1940, um tenente-coronel da família Vargas, então proprietário das terras onde se encontrava o simplório túmulo, mandou construir, por pedreiros do quartel, o monumento em homenagem a Maria do Carmo. Por muito tempo, esse túmulo ficou protegido por cerca de arame farpado.

Em meados dos anos 80 foi construído um acesso semi-pavimentado e arborizado para se chegar ao local, e esse foi devidamente cercado, tornando-se um dos pontos turísticos mais visitados do município. Atualmente, as autoridades municipais mantêm o local adequadamente organizado para visitas.

Maria do Carmo não tem procissão, não tem data especial e não conta com oração própria. Os seus devotos rezam terços, pai-nosso, ave-maria e outras orações de tradição católica em volta do seu túmulo. Pagam as graças alcançadas, pintando seu túmulo de azul, colocando cachaça, cigarros, velas, flores, placas de agradecimento nas paredes externas da ermida e publicando, anonimamente, agradecimentos à graça alcançada no jornal da cidade.

Sua cor é o azul, o que a aproxima da imagem de Nossa Senhora do mundo católico, além de se chamar Maria, como a mãe de Jesus. Assim, as representações da santa e da prostituta estão centradas em uma mesma mulher, que provavelmente

só se tornou mito, devido ao seu violento assassinato, que, por sua vez, tem uma representatividade muito forte da violência contra a mulher no contexto sócio-histórico de São Borja.

### 3.2.2 Outros casos de violência contra a mulher

Além da história de Maria do Carmo, no decorrer das investigações que realizei, me defrontei com uma série de outros casos de violência contra a mulher, alguns resgatados das notas informativas e de notícias do jornal Folha de São Borja e alguns, sobre os quais obtive informações em conversas informais com moradores mais antigos da cidade e com alun@s do IFF.

Entre esses casos de feminicídio, o que mais me chamou a atenção foi o de Marcele, 26 anos, assassinada pelo ex-namorado, um açougueiro de 28 anos, em maio de 2007. Ele desferiu vinte e seis facadas na mulher, usando uma faca própria para cortes de carne em açougue.

O mais instigante é que Marcele foi assassinada em pleno ponto público, na Praça da Lagoa, e ninguém conseguiu salvá-la, devido à rapidez e precisão dos golpes desferidos. O caso esteve em evidência nos meses de julho, agosto e setembro de 2010, por ter ido a júri popular, quando o homem foi condenado a vinte e nove anos de prisão (FOLHA DE SÃO BORJA, 23 de set. de 2010, p. 15).

No entanto, como já exposto no Capítulo 1 deste trabalho, é normal os assassinos cumprirem somente parte da pena em regime fechado. A redução ocorre porque os criminosos não possuem antecedentes criminais, apresentam bom comportamento, entre outros, e, em pouco tempo, voltam a ter uma vida normal.

Há uma certa semelhança entre esse caso e o de Maria do Carmo, no que se refere ao feminicídio motivado por ciúmes, constituindo um crime do tipo passional, à idade das duas mulheres e aos locais dos crimes serem espaços públicos abertos. A mídia local não estabeleceu essa relação, entretanto, penso que seja pertinente mencionar tal observação, pois isso pode suscitar novos estudos, em outras áreas de conhecimento, como direito, sociologia, antropologia, entre outros.

A fim de mostrar os números de registros de ocorrência de violência contra a mulher, em São Borja, utilizo os dados levantados por Carneiro e Fraga (2011) em

sua pesquisa que teve o propósito de mapear os Registros de Ocorrência e os Inquéritos Policiais, Processos e Sentenças Judiciais dos crimes enquadrados na Lei 11.340/06 - Maria da Penha, envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica, nesse município. Essa pesquisa constitui o trabalho de conclusão de Carneiro, sob orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Cristina Kologeski Fraga<sup>59</sup>, do curso de especialização em *Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar* da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

A investigação foi realizada na Delegacia de Polícia e no Fórum da Comarca do Município, após autorização das instituições, conforme normas éticas da pesquisa documental de comprometimento sobre o sigilo das identidades dos sujeitos. Quantitativamente, as pesquisadoras produziram um levantamento estatístico das denúncias recebidas pelo Posto da Mulher, na Delegacia de Polícia, e apresentaram os crimes de maior proporção, processos e sentenças envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, referentes ao período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010.

Em um primeiro momento, Carneiro e Fraga (2011) expuseram os dados obtidos no Posto da Mulher, cartório especial da Delegacia de Polícia de São Borja. Elas partiram do número total de ocorrências registradas pela Delegacia de Polícia e estreitaram a investigação para contabilizarem as ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher. Após verificaram a quantidade de inquéritos que foram instaurados com base na Lei 11.340/06.

No Quadro 4, apresento a quantidade total de ocorrências, as ocorrências de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar e a quantidade de inquéritos instaurados, em São Borja, nos anos de 2009 e 2010.

| <b>Ano</b>   | <b>Total de BOs</b> | <b>Total de BOs de violência doméstica e familiar contra a mulher</b> | <b>Total de Inquéritos instaurados conforme a Lei 11.340/06</b> |
|--------------|---------------------|---|---|
| 2009         | 6.885               | 509   | 370   |
| 2010         | 8.191               | 559   | 240   |
| <b>Total</b> | <b>15.076</b>       | <b>1.068</b>  | <b>610</b>  |

Quadro 4: BOs de violência doméstica e familiar contra a mulher e Inquéritos instaurados a partir da Lei 11.340/06.

<sup>59</sup> Professora Dr.<sup>a</sup> em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Professora Adjunta do curso de Serviço Social da UNIPAMPA. Coordenadora do curso de especialização em *Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar*, da UNIPAMPA.



Fonte: 1ª e 2ª Delegacias de Polícia de São Borja/RS. In: Carneiro e Fraga (2011), com adaptações.

Esses números apontam um registro significativo de ocorrências – ou BOs – sobre violência contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar nos dois anos investigados. Vale lembrar que esses números representam apenas a violência que sai do ambiente privado e torna-se pública, pois muitas mulheres vítimas desse tipo de violência não têm coragem de registrar a ocorrência, por temerem as consequências do seu ato.

Em 2010, houve 50% a mais de registros de ocorrência de violência doméstica e familiar do que em 2009 e isso repercute em várias possibilidades de interpretação. A primeira é que esse índice representa um aumento de denúncias de mulheres que sofrem violência; a segunda possibilidade diz respeito ao aumento de agressões praticadas por homens contra suas companheiras; e, uma terceira hipótese está relacionada ao aumento de agressões e aumento de denúncias.

Outro ponto interessante a ser discutido é a queda de instauração de Inquéritos baseados na Lei 11.340/06, de 370 em 2009, para 240 em 2010. Considerando o aumento de registros de ocorrência entre esses dois anos, esses números indicam que 139 ocorrências não foram instauradas em 2009 e 319 também não resultaram em investigação em 2010.

Os casos não chegam a ser esclarecidos devido à renúncia das próprias vítimas em representarem contra seus agressores. Isso esclarece por que os agressores voltam a praticar esse tipo de delito, além de instigar questionamentos para se entender os motivos que levam as vítimas a não desejarem que seus agressores sejam responsabilizados pelos crimes que cometeram (CARNEIRO; FRAGA, 2011).

Considerando as relações de poder entre o homem e a mulher e a dominação do masculino sobre o feminino (macho x fêmea), é possível deduzir que as vítimas têm medo de dar prosseguimento aos trâmites legais que um BO desencadeia, pois há inúmeros casos em que as mulheres efetuam os registros e, ao mesmo tempo, afirmam que não querem representar contra seus agressores (CARNEIRO; FRAGA, 2011). Assim, o registro da ocorrência representa, para essas mulheres, apenas uma tentativa para controlar os atos de violência do seu agressor.

Dentre os tipos de crimes praticados contra as mulheres, no âmbito doméstico e familiar, encontram-se os de ameaça, lesão corporal, vias de fato<sup>60</sup>, injúria e outros, como os de desobediência à ordem judicial, calúnia, difamação, dano, perturbação da tranquilidade e tentativa de feminicídio. O levantamento realizado por Carneiro e Fraga (2011) considerou somente os Inquéritos Policiais instaurados, sendo que o número de crimes não equivale ao número de Inquéritos instaurados, pois um fato delituoso pode englobar mais de um crime.

No Quadro 5, apresento os números que indicam a quantidade de cada tipo de crime nos Inquéritos instaurados com base na Lei 11.340/06, em 2009 e 2010, na Delegacia de Polícia de São Borja.

| <b>Ano</b>   | <b>Ameaça</b> | <b>Lesão Corporal</b> | <b>Vias de Fato</b> | <b>Injúria</b> | <b>Outros</b> |
|--------------|---------------|-----------------------|---------------------|----------------|---------------|
| 2009         | 215           | 131                   | 27                  | 26             | 61            |
| 2010         | 130           | 74                    | 14                  | 13             | 47            |
| <b>Total</b> | <b>345</b>    | <b>205</b>            | <b>41</b>           | <b>39</b>      | <b>108</b>    |

Quadro 5: Tipos e quantidades de crimes verificados nos Inquéritos Policiais embasados na Lei 11.340/06.

Fonte: 1ª e 2ª Delegacias de Polícia de São Borja/RS. In: Carneiro e Fraga (2011), com adaptações.

Nos 370 Inquéritos instaurados em 2009, pode-se verificar a ocorrência de 460 crimes enquadrados na Lei Maria da Penha, ou seja, vários desses Inquéritos foram instaurados para investigação de mais de um crime. O que também é visível no ano de 2010, em que nos 240 Inquéritos instaurados são investigados 278 crimes.

Os crimes de maior incidência identificados nos referidos Inquéritos foram os de ameaça, sobrepostos aos de lesão corporal. Isso é um indicativo de que muitas mulheres, em São Borja, estão denunciando a violência psicológica em que se

<sup>60</sup> Trata-se de infração penal que ataca a incolumidade física, consubstanciada em atos de ataque ou violência contra pessoa, desde que não caracterizem lesões corporais. Vias de fato são todos os atos de provocação exercitados materialmente sobre a pessoa, ou contra a pessoa. Por exemplo: empurrar pessoas, sacudi-las, rasgar-lhes as roupas, puxar cabelo, dar-lhes socos ou pontapés, arremessar-lhes objetos, arrancar-lhes parte do vestuário, ou seja, toda a prática de ato agressivo de uma pessoa contra outra.

constitui a ameaça sofrida antes que essa violência se torne física, como é o caso da lesão corporal e das vias de fato.

A injúria, ou violência moral, ocupa o terceiro lugar na escala de ocorrências de crimes contra a mulher, conforme os Inquéritos investigados. O item *Outros* refere-se a diferentes tipos de crimes – citados nesta mesma subseção – de menor incidência e inclui até mesmo o crime de desobediência à ordem judicial.

Esse tipo de crime remete à medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha de que o acusado deverá respeitar um limite mínimo de distância da denunciante. Isso ocorre porque houve um BO anterior, foi formalizada uma ação de proteção à denunciante e o acusado desrespeitou a ordem judicial.

Conforme Carneiro e Fraga (2011, p. 23), procedimentos policiais que ingressam na Vara Criminal do Fórum da Comarca Municipal passam a ser tratados como processos. Diante disso, as pesquisadoras contabilizaram os processos dos crimes previstos na Lei Maria da Penha, ativos e arquivados em 2009 e 2010, existentes na Vara Criminal do Fórum da Comarca de São Borja.

Em 2009, houve um número superior de ingresso de expedientes na Vara Criminal, do Fórum da Comarca de São Borja, aos de 2010, assim como o número de processos arquivados. No entanto, a quantidade de processos ativos em 2010 supera a de 2009. Comumente, o arquivamento de processos ocorre quando há acordo entre as partes ou desistência da ação pela vítima ou condenação, o que incide em compreender os processos ativos como em fase de instrução.

No Quadro 6, com base em Carneiro e Fraga (2011), apresento a quantidade total de processos da Vara Criminal referentes a crimes cujas penas estão previstas na Lei Maria da Penha, nos anos de 2009 e 2010, assim como a fragmentação desses números em processos ativos e processos arquivados.

| <b>Ano</b>   | <b>Processos verificados na Vara Criminal conforme Lei 11.340/06</b> | <b>Processos ativos</b> | <b>Processos arquivados</b> |
|--------------|--|-------------------------|-----------------------------|
| 2009         | 433  | 103                     | 330                         |
| 2010         | 418  | 214                     | 204                         |
| <b>Total</b> | <b>851</b>   | <b>317</b>              | <b>534</b>                  |

Quadro 6: Quantidade de Processos baseados na Lei 11.340/06 – Vara Criminal de São Borja.  
Fonte: Fórum da Comarca de São Borja/RS. In: Carneiro e Fraga (2011), com adaptações.

O estudo de Carneiro e Fraga (2011) aponta que o percurso da denúncia de violência doméstica e familiar contra a mulher realizada na Delegacia de Polícia, muitas vezes, é interrompido e poucas chegam ao julgamento, repercutindo na impunidade dos agressores, uma vez que não houve sentenças com condenação nos anos investigados.

Esses dados levantados pelas pesquisadoras são considerados alarmantes para um município com o índice populacional como São Borja. Diante disso, a responsabilidade para prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar não pode ser direcionada somente às autoridades judiciárias. É necessário muito mais do que (tentar) aplicar as normas de prevenção, erradicação e punição desse tipo de violência como está previsto na Lei Maria da Penha.

A promoção de políticas públicas efetivas no município que busquem atender integralmente a mulher vitimada e que estejam centradas no respeito aos direitos humanos, na capacitação profissional e inclusão social das mulheres menos favorecidas, pode corroborar com a extinção das desigualdades de gêneros e, conseqüentemente, com a diminuição da violência contra a mulher.

### **3.3 Políticas Públicas para as Mulheres em São Borja**

A violência contra a mulher acontece no mundo inteiro, em diferentes culturas, e atinge mulheres de todas as idades, de diferentes raças, etnias, classes sociais e níveis de escolaridade. Esse tipo de violência, como já mencionado anteriormente neste estudo, é um problema ligado às relações de poder: de um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e de outro, impera a ideologia dominante que lhe dá sustentação (SAFFIOTI, 2004; BOURDIEU, 1995).

Quando se faz referências à violência contra a mulher não se deve pensar somente na violência física, sexual, psicológica e moral. Muitas são as formas de manifestação da violência contra a mulher, entre elas estão a desigualdade salarial, o assédio sexual no ambiente de trabalho, a exploração do corpo da mulher como objeto nas campanhas publicitárias, entre outras.

Diante do sério problema que significam as desigualdades de gênero, o Brasil, assim como vários outros países, firmou acordos internacionais que criam obrigações jurídicas para o país visando garantir os direitos humanos e atingir a cidadania das mulheres. São tratados, acordos, convenções e atos internacionais que priorizam a criação de políticas públicas voltadas às mulheres.

As conferências internacionais, por sua vez, colaboram para que esses acordos se consolidem em práticas, por isso possibilitam o consenso internacional e definem objetivos aos governos para que os países assumam a responsabilidade de implementar os princípios e programas aprovados pelas conferências como parte de suas políticas.

A IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, ocorrida em 1995, e a Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, de 1994, trataram da violência sexual, da violência de gênero e de todas as formas de discriminação contra a mulher. Diante do compromisso firmado nos acordos internacionais, o Brasil assumiu – internacionalmente – responsabilidades com as mulheres brasileiras.

Em 2003, três anos antes da promulgação da Lei 11.340, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) que visa o enfrentamento à violência contra a mulher e a criação de condições sociais e educacionais para que as diferenças entre homens e mulheres não atuem como desigualdades. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da SPM estabelece as medidas necessárias ao enfrentamento das desigualdades de gênero e determina a criação de Centros de Referência da Mulher em todos os municípios do país.

### 3.3.1 Centro de Referência *Viva Mulher*

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher são espaços destinados ao acolhimento e atendimento psicológico, social, de orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência. Têm por meta disponibilizar o auxílio necessário para que a mulher vítima da violência ocorrida devido a sua condição de mulher consiga superar a situação de violência, fortaleça-se e resgate sua cidadania (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SPM, 2006).

Diante disso, a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher, de competência da Prefeitura Municipal de São Borja, inaugurou em 16 de agosto de 2011 o Centro de Referência à Mulher, o *Viva Mulher*, que tem por finalidade prestar atendimento às mulheres, principalmente nas áreas da saúde, educação, geração de trabalho e renda, cultura, assistência social, habitação e segurança. No mesmo dia em que houve a inauguração do Centro *Viva Mulher*, aconteceu a I Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres. Nesse evento, foram discutidas várias questões sobre a desigualdade de gêneros e sobre as ações necessárias ao combate desse problema, principalmente no que diz respeito à violência contra a mulher.

Essas ações políticas fazem parte do Plano Nacional do programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Em nível estadual, integram o programa *Cidade Amiga da Mulher*, e ocorreram em São Borja cinco anos depois da promulgação da Lei Maria da Penha. De certo modo - excluindo as ideias de *jogadas políticas partidárias*, essas ações demonstram o interesse das autoridades competentes em promover a equidade social, contribuindo para o exercício pleno da cidadania das mulheres samborjenses.

Para atingir seu objetivo geral, a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, por meio do Centro *Viva Mulher*, realiza campanhas para promover os direitos da mulher, atua na prevenção e assistência à mulher em situação de violência, articula políticas públicas e ações para mulheres, em parceria com outras coordenadorias, como a de juventude, do idoso, das pessoas portadoras de deficiência e a de promoção da igualdade racial.

As profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher - *Viva Mulher* – psicólogas, assistentes sociais, advogadas e outras - estão capacitadas a promover a defesa da mulher de qualquer conduta que: i) ofenda a sua integridade ou a sua saúde corporal; ii) lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que vise a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, isolamento, vigilância constante, perseguição, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir; iii) lhe constranja presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada; iv) represente calúnia, difamação ou injúria; e, v) retire ou destrua objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, valores e bens, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Essa instituição possibilita, em São Borja, o acesso das mulheres a diversos serviços de prevenção de doenças e de apoio e assistência. Cuidados como os de prevenção de doenças e apoio e assistência psicológica são fundamentais para o fortalecimento da auto-estima das mulheres, principalmente daquelas que são vítimas de violência doméstica e familiar. As orientações sobre leis, como a Lei Maria da Penha, sobre direitos humanos e direitos trabalhistas, disponibilizadas pela equipe de profissionais também são vitais por proporcionarem condições às mulheres para a busca de seus direitos, além de formar uma verdadeira rede de cidadania com o objetivo de prevenir e erradicar a violência.

Do mesmo modo que a equipe de profissionais do Centro *Viva Mulher* atende mulheres em geral, também está preparada para atender especialmente mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, pois as mulheres em situação de violência devem ser encaminhadas a programas e serviços de proteção e assistência social, já que a Lei Maria da Penha prevê a criação de políticas públicas que garantam os direitos das mulheres em suas relações domésticas e familiares (CARNEIRO; FRAGA, 2011).

Cabe ao Centro de Referência, então, prestar o atendimento, orientar e assistir a mulher e, também, encaminhá-la, quando necessário, aos demais serviços, prestados por outras instituições governamentais, como Delegacia de Polícia, Polícia Militar, Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Serviços de Saúde e Conselhos Tutelares (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SPM, 2006).

De agosto a novembro de 2011, o *Viva Mulher* atendeu em torno de 200 mulheres que procuraram os profissionais do Centro em busca de auxílio psicológico e em busca de orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados em caso de violência doméstica e familiar. Fatores como invisibilidade, medo, vergonha, entre outros, são detectados com facilidade nas mulheres que sofrem violência e repercutem na necessidade de ações incisivas quando elas se propõem a romper o silêncio.

O apoio às mulheres em situação de violência e aos seus filhos deve ser imediato e os profissionais responsáveis pelo acolhimento, pelas informações e orientações devem tomar as providências adequadas para cada caso, com urgência. São comuns os encaminhamentos de casos à Delegacia de Polícia para efetivação do registro de ocorrência de violência física ou de ameaça, aos Serviços de Saúde

Pública e ao Conselho Tutelar. Do mesmo modo, é frequente o encaminhamento de alguns casos dessas instituições para o Centro *Viva Mulher*.

### 3.3.2 Associação de Defesa dos Direitos da Mulher e do Consumidor Samborjense

Antes das autoridades municipais criarem o Centro de Referência da Mulher *Viva Mulher*, como parte das políticas públicas da SPM voltadas ao atendimento às mulheres social e economicamente menos favorecidas, já havia em São Borja uma instituição comunitária e filantrópica preocupada com as questões pertinentes à mulher e à qualidade de vida dessa mulher e de seus filhos.

A Associação de Defesa dos Direitos da Mulher e do Consumidor Samborjense foi fundada em 2003, com o objetivo de prestar serviços à comunidade, tanto à mulher e aos filhos da mulher que vive em condições de pobreza, como aos consumidores de baixa renda. A preocupação primordial das pessoas que criaram essa Associação era prestar serviços aos menos abastados financeiramente, por representarem uma parcela significativa da sociedade. Essa instituição tornou-se *entidade de utilidade pública* por meio da promulgação da lei municipal número 4.061, de julho de 2009.

Ao conversar, informalmente, com as pessoas da diretoria dessa associação, priorizei o foco sobre o trabalho realizado junto às mulheres, já que as informações sobre as ações dessa equipe relativas à defesa dos direitos do consumidor não são pertinentes a este estudo. Assim, verifiquei que a associação oferece os serviços de uma psicóloga, dois advogados, uma fisioterapeuta, de uma médica clínica geral, um oftalmologista, uma fonoaudióloga, um odontologista, uma profissional da área de educação física, artesãs e demais profissionais que atendem voluntariamente mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Das 1.500 pessoas que pagam uma pequena taxa de cinco reais (R\$5,00) para se associarem mais três reais (R\$3,00) por mês para usufruírem dos benefícios da instituição, 300 são ativas e participam das aulas de ginástica, fazem os cursos de artesanato e utilizam os demais serviços, especialmente os da psicóloga, do odontologista e dos advogados.



Essas pequenas taxas são cobradas para manter as despesas de permanência da instituição filantrópica, como aluguel, água, luz, telefone, materiais de consumo diário. Mesmo assim, segundo uma das voluntárias, há necessidade de realizar bingos e rifas beneficentes. Para arrecadar a verba de manutenção das despesas, a associação também aceita doações e comercializa roupas e calçados doados no brechó que funciona junto à associação.

O atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar é uma das efetivas prioridades dos profissionais voluntários. Normalmente, elas atendem as mulheres vítimas de violência física, psicológica e sexual de São Borja e dos arredores. O encaminhamento da vítima e de seus filhos à associação é feito após a denúncia e registro da ocorrência na Delegacia de Polícia. De acordo com as afirmações de uma das voluntárias, os advogados da associação aceleram o andamento do inquérito, pois se a vítima optar pela defensoria pública, os procedimentos serão mais lentos que os encaminhados pela associação.

Dentre as 300 pessoas atendidas atualmente, há vários casos de vítimas de pedofilia intrafamiliar, contudo os que se sobrepõem aos demais são os de violência física praticada contra a mulher pelo seu (ex-)companheiro ou (ex-)marido. Em muitos casos, a diretoria da associação precisa tomar providências, inclusive, para conseguir abrigo para as vítimas e seus filhos, que não podem voltar para a casa onde se encontra o agressor.

Associações como essa podem se configurar em portas de entrada para o atendimento da mulher, na medida em que muitas vezes as mulheres se sentem mais à vontade em procurar uma instituição dessa natureza para receber informações e orientações sobre como proceder diante do seu caso, ao invés de ir direto a uma Delegacia de Polícia ou a um serviço de saúde.

As voluntárias com quem conversei afirmam sua satisfação com o trabalho realizado e com as mulheres e filhos dessas mulheres que usufruem dos seus serviços. De acordo com a opinião delas, é isso que faz com que a associação tenha uma ampla lista de profissionais inscritos para prestarem serviços voluntários às pessoas associadas a essa instituição, entretanto a criação do Centro de Referência da Mulher no município reduziu os atendimentos emergenciais às mulheres vítimas de violência. O que é natural, quando as autoridades disponibilizam esse tipo de serviço ao público, pois as vítimas são orientadas pela mídia jornalística, televisiva e

radiofônica e pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) a procurá-los, até mesmo antes de registrarem queixa contra seus agressores.

### 3.3.3 Novas perspectivas educacionais para as samborjenses

Em São Borja, surgiram novas perspectivas em termos educacionais que contemplam a comunidade geral. A primeira delas foi a UNIPAMPA que iniciou suas atividades em 2006 e oferece, atualmente, os seguintes cursos de graduação: Comunicação Social Jornalismo, Comunicação Social – Relações Públicas, Comunicação Social – Propaganda e Publicidade, Serviço Social e Ciências Sociais - Ciências Políticas. Além dos cursos de graduação, a instituição oferece também cursos de especialização *lato sensu*, como o já mencionado neste capítulo, na subseção 3.2.2.

A UNIPAMPA foi instituída em São Borja com o objetivo de minimizar o processo de estagnação econômica da localidade. Com isso, por meio da educação, busca viabilizar o desenvolvimento regional e promover a educação superior em uma região que apresenta difícil acessibilidade a esse nível de ensino público.

A implantação da educação pública superior concretiza um antigo sonho da população samborjense e contempla jovens e adultos, ávidos por conhecimentos e interessados em qualificação profissional. Esse benefício estende-se às mulheres de todas as idades e dos diversos níveis econômicos de São Borja e região, entretanto, após aprovação em processo seletivo ou no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a matrícula no ensino superior restringe-se aos que possuem ensino médio comprovado nas modalidades normal ou em Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Diante disso, uma parcela de samborjenses fica excluída da oportunidade de elevar seu nível de instrução e é nessa parcela que se encontra boa parte das mulheres desse município. Mesmo assim, a UNIPAMPA apresenta mais matrículas e frequência de pessoas do sexo feminino do que do sexo masculino, nos cursos em andamento. Essa disparidade pode ser observada, atualmente, na maioria das instituições brasileiras de ensino superior, com 55,9% de matrículas de mulheres e 45,1% de matrículas de homens, de acordo com o Censo 2010.

A outra perspectiva positiva para a comunidade samborjense, em termos educacionais, foi a implantação, em 2010, do IFF. Faço parte do corpo docente dessa instituição de ensino desde o início de suas atividades em São Borja. Como professora de disciplinas básicas – português e inglês, perpasso todos os cursos dos eixos *Hospitalidade e Lazer e Informação e Comunicação* e todos os níveis de ensino – Integrado, Subsequente e PROEJA - disponibilizados ao público discente do IFF, campus São Borja.

O contato diário com esse público foi muito importante para o desenvolvimento deste estudo, por me fornecer informações sobre os saberes populares e a história local e, especificamente, sobre a violência contra a mulher – tod@ alun@ sabe contar um caso que ocorreu com alguém conhecido e são frequentes os depoimentos<sup>61</sup> de alunas que vivenciaram alguma situação de violência doméstica e familiar.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) foram criados pela lei 11.892/08 e têm por princípio favorecer a promoção do acesso das populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O IFF tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores. Pautado no princípio de desenvolvimento regional sustentável, o Campus São Borja oferece à comunidade cursos que atendam às demandas locais e regionais, como *Cozinha, Eventos e Hospedagem – eixo Hospitalidade e Lazer*; e *Informática e Manutenção e Suporte em Informática – eixo Informação e Comunicação*.

No processo seletivo para ingresso em 2012, a instituição ofereceu vagas para cursos de Licenciatura: *Matemática e Física* e, em meados de 2012, ofertará o curso

---

<sup>61</sup> Normalmente, após algum comentário que realizo ou texto trabalhado sobre a Lei Maria da Penha ou sobre a violência contra a mulher durante uma aula, algumas alunas me procuram para contar suas histórias e, muitas vezes, pedir ajuda. Ouço-as, encaminho-as para a psicóloga e/ou para a assistente social do IFF São Borja e as informo sobre a existência do Centro de Referência *Viva Mulher*, onde poderão receber um atendimento especializado.

de *Especialização em PROEJA*, em nível de pós-graduação. O campus também funciona como polo de cursos a distância, como *Curso Técnico em Informática para Internet* (São Borja, Cruz Alta e Quaraí), *Curso Técnico em Nutrição e Dietética* (Quaraí e Cachoeira do Sul), *Curso Técnico em Guia de Turismo* (Santana do Livramento) – todos em nível Subsequente - e *Curso Técnico em Informática*, em nível PROEJA (sistema prisional: São Borja), da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC).

A fim de promover a formação profissional ao maior número possível de pessoas, o IFF São Borja em parceria com as escolas municipais oferece os cursos profissionalizantes em *Informática, Cozinha e Pesca*, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada (PROEJA-FIC).

Assim como a UNIPAMPA, de modo geral, o IFF também tem uma representação discente do sexo feminino superior a do masculino, especialmente nos cursos do eixo *Hospitalidade e Lazer*. Nos *Cursos Técnicos em Cozinha, Eventos e Hospedagem*, nível Subsequente, e nos *Cursos Auxiliar de Cozinha e Hospedagem*, nível PROEJA, mais de 90% das matrículas e da frequência registrada é de mulheres. Entretanto, nos cursos de *Informática*, níveis Integrado e Subsequente, há mais pessoas do sexo masculino matriculadas e assíduas do que do feminino. O *Curso de Manutenção e Suporte de Informática*, nível PROEJA, mantém uma certa proporcionalidade quanto ao número de alunas e alunos.

Como professora, tenho uma formação baseada nos princípios freirianos de que somente por meio da educação é possível modificar uma sociedade e estimular o desenvolvimento pleno da cidadania. No que diz respeito às desigualdades de gênero, a educação, seja como elevação de escolaridade ou qualificação profissional, pode provocar mudanças sociais significativas, principalmente para diminuir ou, em um futuro não muito distante, extinguir as relações de poder e de dominação entre mulheres e homens.

Sempre gostei de trabalhar com as múltiplas faces provenientes de múltiplas realidades sociais e econômicas que compõem uma instituição educacional pública. Esse tipo de trabalho se tornou mais favorável no IFF São Borja, e em virtude do meu interesse pelas questões de gênero fui convidada pela direção para ser gestora do Programa *Mulheres Mil*.

### 3.3.4 O que é o Programa *Mulheres Mil*?

Em setembro de 2011, participei – junto com a Assistente Social do IFF São Borja - do curso de capacitação de gestor@s do Programa Nacional *Mulheres Mil* - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, em Brasília. Essa etapa do curso reuniu servidor@s dos Institutos Federais do nordeste e do sul do Brasil, que durante uma semana receberam instruções sobre a implantação do programa em seus municípios e regiões.

O *Mulheres Mil* foi instituído pela Portaria 1.015, de 21 de julho de 2011 e é uma diretriz pública de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, que integra o Plano Brasil sem Miséria (MEC, 2011). Avança na reversão da dependência financeira da mulher em condições de subserviência, elevação da autoestima e fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade.

O Programa está centrado em dois propósitos fundamentais relacionados à elevação de escolarização e à capacitação profissional de moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano ou de mulheres integrantes do Território da Cidadania. A capacitação profissional centra-se no desenvolvimento de ações de inserção no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas solidárias e a empregabilidade.

Até 2014, deverão ser atendidas 100 mil mulheres em todo o Brasil, sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), tendo como instituições parceiras a SPM, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Trabalho e Emprego, e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

O *Mulheres Mil* iniciou suas atividades em 2007, não como programa e sim como projeto. As ações foram desenvolvidas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 13 estados do Norte e Nordeste e contemplaram mulheres na faixa etária entre 18 e mais de 60 anos. Ao diagnosticar a comunidade, essas mulheres apresentavam um quadro de total exclusão social, educacional e

econômica, baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima.

O desenvolvimento do trabalho se voltou à construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso e a permanência dessas mulheres na instituição, a formação em eixos tecnológicos específicos de cada comunidade, a formação cidadã e a inserção no mundo do trabalho (MEC, 2011).

O sistema de acesso e permanência implantado nos 13 estados do Norte e Nordeste, em parceria com a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), foi fruto de um amplo processo de construção, que tem sua origem no acúmulo de conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade e com populações desfavorecidas, denominado Sistema Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP). No caso brasileiro, o modelo foi adaptado e teve seu escopo ampliado, prevendo a elevação da escolaridade, organização de curso de formação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, integrado ao Ensino Fundamental e/ou ao Médio.

As narrativas orais das mulheres participantes da primeira etapa do *Mulheres Mil* foram apresentadas, durante a capacitação, em forma de vídeo e refletem que houve uma transformação substancial nas suas vidas pessoal e familiar, como construtoras da sua própria história, resultando em contribuições significativas na valorização da mulher.

A opção pelo recorte de gênero para implantação do Programa dá-se pelo crescente número de mulheres que estão assumindo a chefia das suas famílias, responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família.

A Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD) de 2010 aponta que, no período de 2001 a 2010, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 38,7%. Em termos absolutos, são mais de 22 milhões de famílias que identificam como o principal responsável pela sua subsistência alguém do sexo feminino. O Censo 2010, do IBGE, confirma que os homens continuam ganhando mais do que as mulheres (Correio do Povo, de 17 de Nov. de 2011, p. 20).

Outra realidade vivenciada por estas mulheres é a invisibilidade, pois por morarem em áreas de risco, às margens de rodovias, leitos de rios e mangues, comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, não são contabilizadas nas estatísticas, muitas sequer têm documentação e assim não conseguem a inclusão em políticas públicas. Mesmo aquelas que têm o ensino fundamental ou ensino médio incompletos, por falta de qualificação profissional, estão desempregadas ou em subempregos e ganham menos que os homens.

Os resultados obtidos nas 13 experiências demonstram a importância de implantar políticas educacionais com recorte de gênero. Segundo as narrativas orais das alunas, foi detectado que o acesso à formação educacional e profissional contribuiu para mudanças na vida dessas mulheres em diversos aspectos, desde a inserção de egressas no mundo trabalho, nas relações familiares, na melhoria do desempenho dos seus filhos na escola, visto que elas passaram a auxiliar e incentivar nos estudos. Além disso, elas conquistaram o respeito dos seus cônjuges/companheiros e isso pode representar um requisito para a redução da violência doméstica e familiar.

Em síntese, o Programa pretende ampliar o atendimento, garantindo o direito à educação, oportunidade de melhoria de renda por meio do acesso ao trabalho decente para as mulheres. Desta forma, deverá contribuir para reduzir os índices de miséria e pobreza, elevar os níveis educacionais e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país, com mais equidade de gênero e justiça social.

### 3.3.5 Samborjenses em situação de vulnerabilidade e o Programa *Mulheres Mil*

O IFF, campus São Borja, comprometeu-se em ofertar um curso profissionalizante, em 2012, a 100 mulheres que fazem parte da comunidade de pescadores. Essa é uma comunidade de baixa renda, compreendida como socialmente vulnerável. A maioria d@s integrantes dessa comunidade vive em uma região de risco, às margens do rio Uruguai, nas chamadas casas volantes – doadas pela prefeitura. Nos períodos em que o nível do rio sobe e começa a atingir as residências, a Secretaria de Transportes do município auxilia os moradores a deslocarem as casas para locais mais altos, onde não há riscos de inundação.

Com a implantação do Programa em São Borja, o IFF São Borja espera incluir as mulheres dessa comunidade no mundo do trabalho formal, organizar a produção e distribuição do peixe e de seus derivados, incluindo o artesanato, e facilitar o acesso das mulheres às políticas públicas e aos seus direitos.

O objetivo geral da proposta é capacitar mulheres pescadoras, esposas e filhas de pescadores para o processo de produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca e aprimorar o artesanato de derivados do peixe. Para se atingir esse objetivo, pretende-se partir dos conhecimentos e da prática que essas mulheres já possuem. A partir daí, o propósito é promover o desenvolvimento pessoal através da auto-estima, cidadania e das relações humanas tendo como premissa o desenvolvimento de ações empreendedoras sustentáveis, e viabilizar a inclusão no mundo de trabalho por meio de ações cooperativas.

No momento, a equipe do IFF estabeleceu diálogo com as Comunidades de Pescadores e as Associações de Pescadores em São Borja e Itaqui e com as Prefeituras desses dois municípios. A Comunidade e a Associação de pescadores de São Borja evidenciaram a necessidade de uma atenção maior voltada às mulheres dessas comunidades, que produzem alimentos e, até mesmo, artesanatos derivados do peixe. Com isso, constata-se o interesse por parte da comunidade da pesca para que as mulheres se qualifiquem profissionalmente e possam se inserir no mundo do trabalho, elevando sua autoestima e conscientizando-se dos seus direitos - inclusive no que se refere à violência contra a mulher, de forma participativa na sociedade.

Em São Borja, a pesca representa um considerável potencial de crescimento e uma alternativa de exploração econômica, da qual dependem em torno de 200 famílias de pescadores. Entretanto, a produção de pescado e derivados da pesca é baixa devido à falta de desenvolvimento de tecnologias que visem o melhor uso da água e a otimização da produtividade. Como o IFF já oferece o PROEJA-FIC em Pesca em parceria com escolas municipais, atendendo uma parcela dessa comunidade na elevação de escolaridade e qualificação profissional, o Programa *Mulheres Mil* deverá atender a outra parcela dessa comunidade, constituída em sua maioria por mulheres.

O desafio da construção de uma sociedade que atenda os princípios da justiça e da dignidade humana requer a criação de condições objetivas que garantam a autonomia progressiva de seus cidadãos, especialmente das mulheres



que vivem em comunidades menos favorecidas, como a da pesca. Com efeito, em tempos de desemprego estrutural e de degradação das relações de trabalho, há urgência que se constitua como objeto das políticas públicas a criação e/ou constituição de mecanismos que favoreçam tal objetivo.

Com efeito, é fundamental a implantação do Programa *Mulheres Mil*, em São Borja, voltado à qualificação profissional de mulheres, o qual deve contemplar a profissionalização no sentido de contribuir para a integração sócio-laboral de um determinado contingente de cidadãs cerceadas no seu direito de ter acesso a uma qualificação profissional de qualidade.

### 3.3.6 Impactos esperados a partir da implantação do *Mulheres Mil* em São Borja

O IFF São Borja, por meio do Programa *Mulheres Mil*, pretende contribuir para elevar a valorização da mulher diante da sociedade e dela mesma e para diminuir – e futuramente erradicar - as desigualdades de gênero que se sobressaem das relações de poder e de dominação do homem sobre a mulher nesse contexto, evidenciadas pela publicização do índice de violência contra a mulher nos BOs.

Com a oferta do curso de qualificação profissional para as mulheres da Comunidade e da Associação de Pescadores, e mais adiante para as mulheres catadoras de materiais recicláveis ligadas ao CRAS, o IFF espera causar alguns impactos sociais, como:

- a) diminuição de problemas sociais e contribuição para erradicar a miséria no município;
- b) contribuição para a equidade e igualdade de gênero;
- c) diminuição da violência doméstica;
- d) melhoria da renda familiar;
- e) contribuição para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades beneficiadas;
- f) melhoria das relações familiares e comunitárias;
- g) ampliação da consciência sobre o uso sustentável dos recursos naturais;
- h) melhoria dos índices educacionais para as mulheres que não tiveram acesso à escolarização;

- i) manutenção de oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não-tradicional;
- j) contribuição para a oferta permanente de reconhecimento e certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida.

Não obstante, a proposta estabelecida pelo *Mulheres Mil* sobre o acesso inclusivo que reconhece e valoriza os saberes construídos na comunidade da pesca oportuniza o diálogo com as diversidades sociais e de gênero, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres, que constituem populações não tradicionais nas escolas e em cursos profissionalizantes.

Uma das condições fundamentais para a emancipação da mulher, conciliada às relações de poder e de dominação do homem sobre a mulher, é o trabalho. Assim, estar preparada profissionalmente para competir por um espaço reconhecido no mundo do trabalho pode ter uma representação muito importante na vida da mulher. Isso se dá, principalmente, na vida daquelas que estiveram, por muito tempo, restritas às atividades e aos cuidados do lar ou que viveram em condições subalternas de trabalho fora do lar, sem carteira assinada e recebendo salários inferiores às funções exercidas, como é o caso de muitas diaristas e empregadas domésticas.

Muitos problemas poderão ser enfrentados para manter a assiduidade das mulheres no curso, por isso as primeiras investidas estão sendo realizadas para toda a Comunidade e Associação de Pescadores, com a presença dos homens – maridos, companheiros, pais, entre outros.

A finalidade dessa integração é conscientizar homens e mulheres do quanto a qualificação profissional das mulheres dessa comunidade pode ser importante e pode contribuir para a melhoria de vida da família, e, conseqüentemente, contribuir para reduzir ou exterminar qualquer tipo de violência doméstica e familiar que possa existir nesses lares.

Neste capítulo, descrevi o contexto sócio-histórico de São Borja, procurando apresentar dados e fatos desde a sua formação inicial, quando essas terras eram habitadas por indígenas; e portugueses e espanhóis se confrontavam pelo seu domínio.

Do mesmo modo, apresentei estatísticas relevantes para que se possa compreender a realidade atual dessa comunidade; elenquei dados sobre a violência

doméstica e familiar que assume dimensões públicas; e, também, aponte as ações públicas tomadas com o propósito de inibir as desigualdades de gênero e prestar atendimento às mulheres em situação de violência. No capítulo 4, tratarei especificamente dos BOs lavrados na Delegacia de Polícia de São Borja.

## CAPÍTULO 4

### BOLETINS DE OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO BORJA

“Embora nos pareça descabido  
 um homem maltratar uma mulher  
 existe até uma lei prevendo isso  
 que estava transformando-se em mister!  
 Um homem tem direitos e deveres,  
 um chefe de família muito mais...  
 A vida diz que homens e mulheres  
 perante a sociedade são iguais!  
 Bater numa mulher é a covardia  
 que em cores, numa tela, se desenha...  
 Porém não é tão fácil, hoje em dia,  
 com a nobre Lei Maria da Penha!  
 É triste o lar marcado com a violência,  
 os filhos a carregam vida afora...  
 A grande Lei garante a consciência  
 e a vida, com certeza, comemora!  
 Existem leis que abusam, desabonam,  
 mas essa é diferente, é bem verdade...  
 Enquanto algumas leis nos aprisionam  
 essa Bendita Lei traz Liberdade!  
 Nascida da coragem de uma delas:  
 Marias, tão sofridas, tão caladas...  
 Nos lares, nos palácios, nas favelas  
 por essa nobre Lei são amparadas!”  
 (“Lei da Liberdade”, composição e interpretação de Rodrigo Bauer)<sup>62</sup>

Como já exposto em seções anteriores deste trabalho, toda a mulher que se sente em situação de violência doméstica e familiar tem o direito garantido pela Lei 11.340, Maria da Penha, de se manifestar contra o seu agressor. Quando uma pessoa – que se sente lesada - comunica um delito de qualquer origem à polícia civil, é registrada a ocorrência em um documento específico para esse tipo de situação. Esse documento é tecnicamente chamado de BO.

Em uma delegacia, são registradas ocorrências de todos os tipos, como perda de documentos, brigas, roubo, ameaça de morte, acidente de trânsito, assalto,

---

<sup>62</sup> Letra de uma das músicas classificadas no festival nativista *RS Mulher em Canto*, ocorrido em Imbé/RS, em fevereiro de 2009. A letra dessa música me foi passada por e-mail, pelo próprio compositor e cantor, que é samborjense. Como eu não o conhecia, Nani, minha amiga e colega, intermediou o contato.

sequestro, estelionato, contrabando, homicídio, pedofilia, e, entre tantas outras, violência doméstica e familiar contra a mulher.

O BO de violência contra a mulher, assim como os registros de outros tipos de ocorrência, é um gênero do discurso específico da esfera policial e nesse discurso são manifestadas representações sociais da mulher em situação de violência no lar. A investigação e a análise de BOs desse tipo de delito podem favorecer a compreensão sobre o modo como esse problema sai do domínio privado para se tornar público. Diante disso, interessa-me, sobretudo, as escolhas linguísticas realizadas pelo policial escrevente para relatar o fato e para representar a mulher.

Vale lembrar que o texto, compreendido enquanto *discurso*, é considerado um evento em situação dialógica, em que se manifestam elementos linguísticos e extralinguísticos. Os elementos linguísticos são codificados pela gramática de uso de uma determinada comunidade. Esses elementos, influenciados por elementos extralinguísticos, podem apresentar significados de acordo com o *contrato comunicativo*<sup>63</sup> vigente para certa situação social, ou seja, para os diversos gêneros do discurso.

Então, se todo discurso é a configuração de uma intencionalidade comunicativa, ao interpretá-lo, é preciso recuperar e compreender essa intencionalidade, a partir da relação entre o enunciado e o conhecimento partilhado com o(s) outro(s) que se tem do mundo. Isso permite estabelecer a coerência entre linguagem e representações sociais, pois o senso comum caracteriza-se genuinamente pelo dialogismo.

Em uma perspectiva discursiva como a adotada neste estudo, a linguagem é considerada como processo de interatividade dos indivíduos inscritos e envolvidos em uma determinada realidade social. Esses indivíduos, influenciados pelo social, têm uma percepção de mundo, uma percepção das coisas e das pessoas, e isso é projetado na interação por meio da linguagem. Desse modo, toda prática discursiva vincula-se aos sujeitos envolvidos na interação e a suas intenções comunicativas.

No presente estudo, a análise dos dados dos BOs tem o propósito de caracterizar o discurso propriamente dito e o seu contexto imediato – já que se trata de um gênero do discurso. A investigação desses dados objetiva, também

---

<sup>63</sup> O *contrato comunicativo* implica no propósito comunicativo, pois o contrato é firmado consciente ou inconscientemente pelas partes envolvidas na interação com vistas a atingirem tal propósito.

compreender o discurso reportado e interpretar as representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar manifestadas linguisticamente nesses documentos. Do mesmo modo, a análise pode favorecer um melhor entendimento sobre a influência do contexto sócio-histórico nas representações sociais atuais da mulher vítima de violência.

Para desenvolver a análise dos BOs, dividi este capítulo em quatro partes. Na primeira, exploro o contexto mais imediato de produção dos BOs, incluindo a descrição do atendimento prestado às mulheres que recorrem à Delegacia de Polícia para efetuar o comunicado de violência doméstica e familiar. Na segunda, descrevo as condições da produção do BO e a sua estrutura geral. Na terceira, trato especificamente do Histórico dos exemplares de BO, que constituem o *corpus* deste estudo. Aponto as especificidades do Histórico, caracterizando-o como discurso reportado. E, por fim, na quarta seção, discuto as representações sociais da mulher em situação de violência a partir da identificação e interpretação de determinados elementos linguísticos utilizados pelo policial para produzir o discurso.

#### **4.1 O Contexto de Produção do Boletim de Ocorrência**

Não existe enunciado fora de um contexto de produção. A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam a estrutura da enunciação (BAKHTIN, 1992, p. 113). A partir dessa assertiva, concebe-se que para analisar um discurso, é preciso considerar as suas condições de produção, uma vez que as condições estão intrinsecamente ligadas à constituição desse discurso. De acordo com Bakhtin (1992; 1997), o sentido de um enunciado depende das condições históricas e sociais e da situação em que o sujeito que o produz se encontra.

Neste estudo, considero a ideia de um contexto mais amplo – o sócio-histórico, já descrito no capítulo 3 – e de um contexto mais imediato, que diz respeito ao meio social em que ocorre a interação. Ao meio social correspondem dois contextos mais específicos: o da instituição policial como um todo e, dentro dela, o da interação entre a *ofendida* e @ policial. Esses contextos estão inter-relacionados e um pode influenciar no outro a construção e manutenção de determinadas

representações sociais. Na Figura 3, procuro apresentar a maneira como esses contextos estão intrincados um no outro.

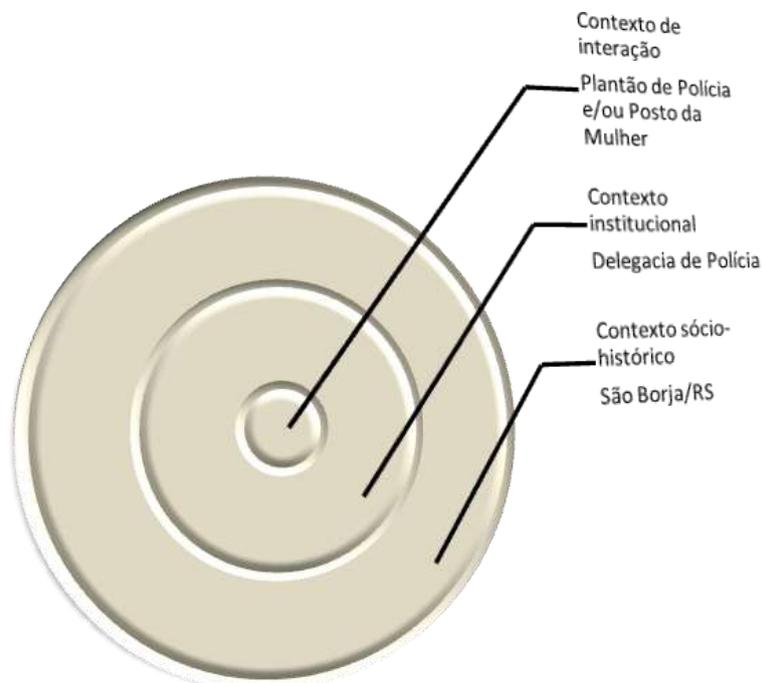


Figura 3 – Contexto de Produção do BO de violência contra a mulher (elaborada pela autora, especialmente para este trabalho).

As condições de produção do discurso – ou, de modo geral, o contexto em que um determinado discurso se insere - também estão relacionadas com as relações de poder (BOURDIEU, 2004) e de lugar ocupado pelo sujeito do discurso e pelos interlocutores, o que favorece a compreensão de que a força do discurso de um locutor é determinada pela sua posição social.

A partir disso, baseada nas observações diretas realizadas no local e em conversas informais com autoridades policiais e com pessoas civis<sup>64</sup>, descrevo a Delegacia de Polícia de São Borja e o atendimento prestado às mulheres que procuram essa instituição a fim de registrar uma ocorrência de violência doméstica e familiar e buscar proteção e amparo legal.

<sup>64</sup> Pessoas que, por algum motivo, já utilizaram os serviços prestados à comunidade pela Delegacia de Polícia de São Borja/RS.

#### 4.1.1 A Central de Polícia de São Borja

A Lei Maria da Penha estabelece a obrigatoriedade da criação de políticas públicas específicas da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, como a implantação de atendimento policial especializado para as mulheres nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Essas Delegacias foram criadas na década de 80 e são frutos de projetos e reivindicações do movimento feminista da época. Em 2010, a SPM lançou uma norma técnica para padronizar a estrutura e os procedimentos das instituições conhecidas popularmente como Delegacias da Mulher. Entre os procedimentos está a adequação dos espaços físicos institucionais destinados à escuta das partes, assim como a formação especializada dos policiais sobre o acolhimento às vítimas.

Em São Borja, assim como em vários outros municípios do país, não há uma delegacia destinada somente ao atendimento às mulheres vítimas de violência que ocorre nas relações familiares e/ou de afeto. Esse tipo de atendimento é prestado pela Central de Polícia Judiciária – Departamento de Polícia do Interior, do município de São Borja/RS, ou, como popularmente é conhecida: Delegacia de Polícia.

Essa instituição policial presta serviços à comunidade, em sua sede, desde outubro de 2009 e abriga a 1ª e a 2ª Delegacias de Polícia do município. Atualmente, há um delegado que responde pela 1ª Delegacia e outro que responde pela 2ª Delegacia. A sede está localizada no centro da cidade e possui uma área total de 1.100 metros quadrados. As diversas salas que acomodam os departamentos e setores da instituição estão distribuídas em um moderno prédio de dois pisos.

No primeiro piso, na parte da frente, funciona a recepção e o atendimento ao público. Nesse departamento, de fácil acesso à população, são registradas as ocorrências de todo tipo de delito. Na parte de trás desse piso, localiza-se o departamento de investigação.

No segundo piso, entre outros departamentos, está o cartório especial para os procedimentos que envolvem crimes citados na Lei Maria da Penha. Esse cartório, chamado Posto da Mulher, foi criado em 2008; desde então, somente policiais do sexo feminino trabalham nesse setor. As policiais que atuam no Posto da Mulher se envolvem com o encaminhamento das ações legais necessárias às investigações



dos registros das ocorrências. Entre essas ações está a coleta dos depoimentos da vítima, do acusado e das testemunhas, quando essas existirem. Além disso, as profissionais desse setor encaminham os processos ao Ministério Público, quando a vítima optar por representar contra o acusado, e quando houver provas substanciais levantadas nas investigações que compõem o inquérito policial.

Ao sondar o contexto policial, compreendi várias questões que antes deste estudo nem se quer me ocorriam, mas considero pertinente expô-las. Por exemplo, no processo investigatório, a polícia judiciária tem a função de apurar as infrações penais e a sua autoria, por meio de inquérito policial. Esse é um procedimento administrativo com particularidade inquisitiva e serve de sustentáculo à pretensão punitiva do Estado, estabelecida pelo Ministério Público, que é o senhor da ação penal pública. Outro esclarecimento diz respeito ao poder da polícia judiciária ser privativo dos órgãos auxiliares da justiça e incidir sobre as pessoas, enquanto o poder da polícia administrativa incide sobre bens, direitos ou atividades.

De maneira ampla, a polícia, em seu sistema de regulamentação interna, representa o poder do Estado para preservar a ordem pública, priorizando as regras de boa conduta para manter as relações entre os indivíduos em equilíbrio.

Diante disso, a Delegacia de Polícia de São Borja, assim como as de outros municípios, é incumbida da repressão ao crime e da apuração de atos ilícitos. Como qualquer central de polícia, tem por função exercer a segurança das pessoas para a preservação da ordem pública e da conservação d@s cidadã(o)s e do patrimônio, por vinte e quatro horas, durante todos os meses do ano. Entre suas obrigações, presta atendimento a toda a população, registrando ocorrências, fazendo vigorar medidas protetivas à cidadã e ao cidadão, efetivando prisões e autuações, realizando investigações, entre outras, buscando estar sempre de acordo com a lei.

Em São Borja/RS, é a esse espaço e às autoridades - que o colocam em funcionamento - que a mulher, vítima de violência doméstica e familiar, recorre em busca de proteção legal e justiça. O registro da ocorrência possui um significado muito forte na vida da mulher. O ato de comunicar seu problema à polícia sugere a conscientização da mulher sobre a sua própria existência e sobre o poder e a dominação que lhe são impostos pelo homem com quem possui relação conjugal ou de afeto.

#### 4.1.2 O atendimento às mulheres que sofrem violência

Infrações às leis podem chegar ao conhecimento das autoridades policiais de várias maneiras, como por meio de ligação telefônica, via rádio, envio de documentos à Delegacia de Polícia, pela Brigada Militar – quando essa é acionada para tentar controlar situações mais graves, e, entre outras formas, por comunicação pessoal – considerada a mais corriqueira em São Borja/RS.

A mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando decide registrar o fato ocorrido e vai pessoalmente à Delegacia de Polícia de São Borja, recebe o mesmo atendimento dispensado a qualquer pessoa que queira registrar qualquer infração às leis. A mulher recebe uma senha e, junto a outras pessoas, entra em uma fila de espera para ser atendida. Dependendo do tempo de espera, algumas mulheres desistem de registrar a ocorrência.

As mulheres, nessa situação, apresentam-se muito sensíveis emocionalmente, por isso a maneira como elas são atendidas e o ambiente podem ser um diferencial e influenciar, inclusive, suas escolhas linguísticas para narrar o fato.

O atendimento é prestado por policiais civis do sexo feminino ou masculino, sem distinção ao tipo de ocorrência que se queira registrar. Necessariamente, @s policiais não possuem uma preparação ou treinamento especializado para atender as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conforme sugere a Lei Maria da Penha.

As mulheres têm que contar o seu problema para @ policial em uma sala aberta, ampla, no mesmo ambiente onde circulam várias pessoas que entram e saem da Delegacia. A situação parece ser bastante constrangedora para a mulher, já que @ policial faz várias perguntas, com o objetivo de esclarecer ao máximo o fato ocorrido e transcrever as informações no histórico do BO. No processo de retextualização, do fato narrado pela mulher e a produção do histórico do BO, as escolhas linguísticas realizadas pel@ policial influenciam a representação social dessa mulher.

Em casos de violência contra a mulher considerados *mais simples*, como os de ameaça, @ policial toma o depoimento da vítima e registra a ocorrência. Em casos *mais graves*, como os de agressão física, a vítima é encaminhada ao Cartório

do Posto da Mulher. Nesse departamento, o atendimento é prestado sempre por uma policial do sexo feminino, treinada em atendimento especializado às mulheres, que colhe o depoimento da *ofendida* e chama o acusado e as testemunhas – quando existirem – para depor. Posteriormente, a policial toma os depoimentos das outras pessoas envolvidas na ocorrência.

A policial responsável pelo Posto da Mulher cumpre, também, a função de encaminhar as medidas de urgência, como solicitação do exame de corpo de delito, constituído pelo exame no corpo da vítima, na arma ou outro utensílio utilizado na prática da agressão, no acusado, nas roupas de ambos: vítima e acusado. Em casos de separação decorrente de violência física ou de ameaças de morte e de agressões físicas, o Posto da Mulher pode estabelecer a distância mínima que o acusado pode se aproximar da vítima, daquele momento em diante.

Dependendo da acusação, como no caso de violência sexual, a policial pode solicitar outros exames, como de corpo de lesões, de conjunção carnal ou de atentado violento ao pudor.

A mulher, ao efetuar o registro da ocorrência, pode solicitar as medidas protetivas de urgência que incluem o afastamento do agressor do convívio domiciliar ou de suas relações, caso não coabitem. Essas medidas, quando realmente tomadas pelas autoridades, garantem à mulher a preservação de sua integridade.

É muito comum, em São Borja, o agressor não respeitar a medida de afastamento do lar ou o estabelecimento da distância mínima permitida da vítima. Diante disso, a mulher registra nova ocorrência e o delegado pode representar pela prisão do acusado. O Ministério Público também pode realizar essa ação por meio de requerimento ao Juiz, que, por sua vez, pode decretar a prisão de ofício.

A apuração de qualquer crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, nessa instituição, é realizada pelo delegado de polícia. Somente após a apuração, dependendo do caso, o delegado determina a instauração de inquérito policial.

O BO é apenas um dos documentos que fazem parte do inquérito policial, mas a meu ver é o mais importante, pois é esse documento que dá início a todo o processo policial e que, de um modo ou de outro, torna-se um marco na vida da mulher, pois daí em diante sua história não será mais a mesma e será traçada de acordo com a repercussão do seu ato.

## 4.2 O Boletim de Ocorrência de Violência contra a Mulher

O BO é um dos tipos de enunciados mais recorrentes na esfera pública policial. Esse documento é produzido com base no propósito comunicativo de noticiar um fato criminoso às autoridades competentes – delegado, juiz – para que elas possam proceder às investigações e tomar as medidas punitivas legais cabíveis ao delito.

O BO é um gênero discursivo e, como tal, o contexto, no qual ele é produzido, estabelece algumas condições para a sua produção e alguns critérios para a sua organização discursiva. Assim, nesta seção, apresento as características peculiares ao BO de violência contra a mulher.

### 4.2.1 Condições de produção do Boletim de Ocorrência

O BO de violência contra a mulher é produzido a partir de uma situação única, e nada simples, para a mulher que decide expor sua vida publicamente. O contexto e a interação podem representar, para a mulher, um desafio muito grande devido ao nível de dificuldade estipulado por ela própria – e, de certa forma, pela sociedade – para transpô-lo.

Sucintamente, o local da produção de um BO é o mesmo em que ocorre a interação entre a mulher que se sente *ofendida* diante de uma agressão manifestada pelo seu companheiro/marido e @ policial que ouve seu relato oral e registra o fato, digitando os detalhes no histórico do BO.

Inicialmente, no Plantão de Polícia ou no Posto da Mulher, a interação ocorre presencialmente entre a mulher e @ policial. Na sequência, o BO apresenta a mulher no papel de protagonista da narrativa e a interação se dá entre @ policial e a autoridade superior: o delegado.

Na Figura 4, apresento os participantes da interação necessária à produção de um BO de violência contra a mulher.

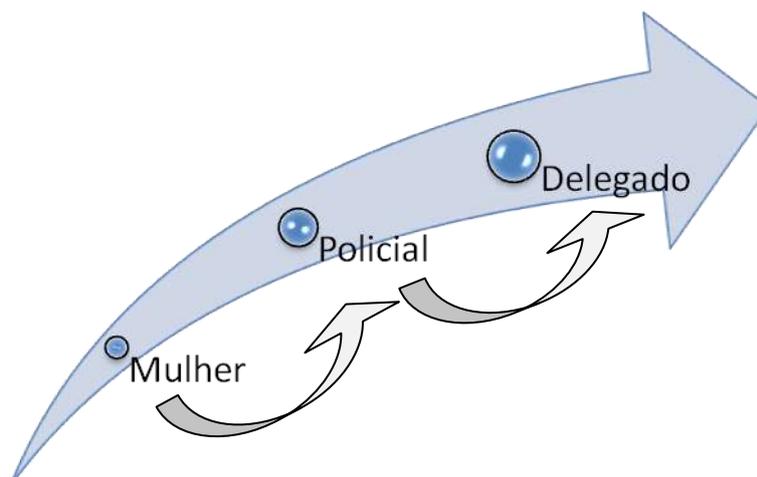


Figura 4 – Participantes na produção de um BO (elaborada pela autora, especialmente para este trabalho).

O BO é produzido pelo@ policial, que registra oficialmente a ocorrência a partir do relato do fato realizado pela mulher. A interação, geralmente, é conflituosa, pois @ policial conduz o relato da *ofendida* induzindo-a a responder um verdadeiro interrogatório. Essa prática é comum no meio policial e busca detalhar minuciosamente o fato a fim de esclarecê-lo e não deixar dúvidas para a autoridade que o avaliará. Esse texto é digitado em um programa da plataforma DOS<sup>65</sup>, de extensão \*.txt, devido a isso apresenta características que lhe são peculiares.

O BO é recebido pela autoridade policial, delegado, que faz a avaliação do caso e emite um parecer sobre os trâmites internos, que constituem o inquérito policial. Isso possibilita o entendimento sobre quem produz e para quem se destina essa produção.

#### 4.2.2 A estrutura geral dos Boletins de Ocorrência

Quanto a sua estrutura geral, o BO constitui-se por cinco partes: dados gerais, histórico, dados dos participantes, documentos e movimentações. Na Figura 5, apresento as partes de um BO e a sequência organizacional dessas partes.

<sup>65</sup> Na plataforma DOS, as fontes são todas em maiúsculo, sem caracteres como cedilhas e acentos. Esse tipo de texto não permite parágrafos, a quebra de linhas é automática e a mudança de página no sistema OCRW, onde ele é gerado, é feita por meio da tecla *Page Down* (COSTA, 2008, p. 10).



Figura 5 – Estrutura Geral do BO (elaborada pela autora, especialmente para este trabalho).

O BO é um documento oficial padronizado típico da esfera policial e, por isso, apresenta rigidez em sua estrutura. A hierarquia das partes que constituem o BO segue os padrões convencionais da instituição policial.

Na subseção 4.2.2.1, apresento a descrição de cada uma das partes que compõem a estrutura de um BO.

#### 4.2.2.1 Dados gerais

Nos dados gerais, encontram-se informações topicalizadas, como: identificação do órgão policial, ano do registro, número da ocorrência, número geral de ocorrência, origem da ocorrência, data e hora da comunicação, data, hora e local do fato, ponto de referência do local onde ocorreu o fato, se houve tentativa de homicídio e se houve flagrante para o delito. No Quadro 7, apresento os dados gerais que integram um BO<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> Todos os exemplos deste capítulo foram transcritos *ipsis litteris* o texto de origem, isto é, os segmentos de texto dos exemplares do corpus apresentam-se com as mesmas palavras ou literal ao texto empírico BO.

| <b>Dados gerais</b>   |                          |
|---|--------------------------|
| Órgão: 15.23.28 – SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA                           |                          |
| Ano registro: 2010  | Número ocorrência: xxxxx |
| NGO: 0  | Origem: pessoal          |
| Data comunicação: 04/10/2010  | Hora comunicação: 22:11  |
| Data fato: 04/10/2010   | Hora fato: 18:00         |
| Fato: 2010.18 LESAO CORPORAL  |                          |
| Local fato: OUTROS COUDELARIA DO RINCAO, - INTERIOR – SAO BORJA RS – RS |                          |
| Ponto referência:   |                          |
| Tentativa: NÃO  | Flagrante: NÃO           |

Quadro 7 – Dados gerais do BO, elaborado conforme BO 5 (ANEXO 8).

Os dados gerais situam a comunicação da ocorrência e a ocorrência em si no tempo e no espaço. Também, informam a classificação do tipo de agressão sofrida pela mulher. Nessa parte dos BOs analisados, pude observar o tempo transcorrido entre o fato e a comunicação do fato na delegacia. Na maioria dos exemplares, esse tempo oscila entre duas e quatro horas após a agressão ter ocorrido. Isso induz ao entendimento de que a mulher não fica acomodada em casa. Ela sai do seu ambiente privado em busca de ajuda e recorre à instituição socialmente representada como proteção legal àqueles que sentem que seus direitos foram lesados.

#### 4.2.2.2 Histórico

O histórico de um BO apresenta a narração de um fato ruim, compreendido pela lei como uma ação que afronta negativamente a organização estável da sociedade, em que alguém tem seus direitos lesados pelos atos de outro. No histórico do BO o discurso do *eu* e o discurso do *outro* se misturam heterogeneamente, pois esse registro resulta de um processo de interação entre queixoso e policial.

O histórico é o espaço destinado para @ policial elencar todas as informações sobre o fato ocorrido a partir do que é relatado pela vítima no momento da

comunicação do delito. Essas informações não são apresentadas seguindo padrões rígidos em sua organização; elas são selecionadas pelo policial devido a sua relevância em meio a vários esclarecimentos realizados no relato da comunicante.

Normalmente, para poder produzir uma narrativa coerente, nos padrões necessários à compreensão técnica dos profissionais que receberão esse texto, o policial necessita fazer várias perguntas à vítima. Muitas vezes, as perguntas tendem a reforçar algo já mencionado pela mulher, mas que ainda não havia sido registrado pelo policial. Outra evidência interessante nos históricos dos BOs é que a maioria dos registros não são ocorrências a serem investigadas, mas sim relatos de cenas de conflitos intraconjugais.

Nessa parte do BO, figuram os elementos que irão fornecer subsídios para a investigação policial. Por isso, quem produz esse discurso utiliza uma linguagem corriqueiramente reconhecida no meio jurídico – com recorrência de alguns termos técnicos - e bastante próxima à linguagem utilizada pela mulher comunicante do fato. No Quadro 8, apresento o histórico de um BO de violência contra a mulher praticada no âmbito doméstico e familiar, no contexto de São Borja.

#### **Histórico**

REGISTRA QUE FOI AGREDIDA PELO COMPANHEIRO, COM QUEM VIVE EM UNIAO ESTAVEL HA TRES ANOS. RELATA QUE JA EFETUOU REGISTROS DE OCORRENCIAS NESTA DELEGACIA, NO MES DE JANEIRO E NO MES DE FEVEREIRO DO ANO CORRENTE, RELATANDO LESAO CORPORAL E AMEACA, RESPECTIVAMENTE. NA PRIMEIRA DELAS NAO REPRESENTOU. NA SEGUNDA OCORRENCIA, REPRESENTOU CRIMINALMENTE, MAS NAO REQUEREU MEDIDAS PROTETIVAS. NAO SEPAROU SE DO ACUSADO, ATE AGORA, PORQUE NAO TEM PARA ONDE IR. PENSOU EM MORAR COM A MAE BIOLOGICA, MAS ELA NAO LHE QUER EM CASA. O ACUSADO BEBE MUITO E FICA AGRESSIVO. HOJE, FOI AGREDIDA COM UM CABO DE VASSOURA. SOFREU FERIMENTOS NA CABECA E NA MAO ESQUERDA, SOFREDO FRATURAS NOS DEDOS. REPRESENTA CRIMINALMENTE CONTRA O ACUSADO PELO CRIME DE LESAO CORPORAL. REQUER A CONCESSAO DE MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA PARA QUE O ACUSADO SEJA PROIBIDO DE APROXIMAR SE DA COMUNICANTE.

Quadro 8 – Histórico do BO, elaborado conforme BO 5 (ANEXO 8).

O histórico da ocorrência é a parte mais interessante para a análise do BO, devido às características peculiares de sua produção e por ser o campo que permite discursivizar na escrita o relato da comunicante da ocorrência. Em decorrência disso, retomo os históricos dos BOs selecionados para desenvolver este estudo nas



seções 4.3 e 4.5, para discutir o discurso relatado e as representações sociais da mulher em situação de violência.

#### 4.2.2.3 Dados dos participantes

O BO segue um modelo padrão de um programa específico de computador, por isso essa parte apresenta sempre os mesmos tópicos, em uma mesma ordem, mudam apenas as informações que constituem os dados sobre os participantes. Necessariamente, *dados dos participantes* é a parte do BO que possibilita às autoridades a identificação dos sujeitos, nominados no histórico como *vítima, comunicante, acusado*.

Nessa parte, estão expostos o nome da vítima, que é sempre a autora da comunicação do fato à polícia, idade, o número do Registro Geral (RG), o número do Código de Pessoa Física (CPF), a profissão, o grau de instrução, o endereço residencial e profissional, e o número de telefone residencial, profissional e celular da vítima.

Esses mesmos dados acompanham a identificação do acusado. Além disso, é possível tornar identificáveis até três testemunhas, quando essas existirem. Das testemunhas, devem constar os números dos documentos RG e CPF, além do endereço residencial e do número telefônico. No Quadro 9, apresento a terceira parte de um BO, ou seja, os dados de identificação dos participantes de um fato de violência contra a mulher.

| <b>Dados dos participantes</b>                  |                                   |                             |
|---|-----------------------------------|-----------------------------|
| Vítima: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx            |                                   |                             |
| Idade: 22 ANOS                                  | Nro. RG: xxxxxxxxxxxx             | Nro. CPF: xxxxxxxxxxxx      |
| Profissão: DO LAR                               | Grau de instrução: 8 <sup>a</sup> |                             |
| End. Residencial: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  |                                   |                             |
| End. Profissional: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |                                   |                             |
| Nro. Tel. Res: xxxxxx                           | Nro. Tel. Prof: xxxxxxxx          | Nro. Tel. Celular: xxxxxxxx |
| Acusado: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx           |                                   |                             |

|   |                           |                              |
|---|---------------------------|------------------------------|
| Idade: 28 ANOS                                      | Nro. RG: xxxxxxxxxxxxxxxx | Nro. CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx   |
| Profissão: AUXILIAR DE PEDREIRO                     |                           | Grau de instrução: 6ª        |
| End. Residencial: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  |                           |                              |
| End. Profissional: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |                           |                              |
| Nro. Tel. Res: xxxxxxxxx                            | Nro. Tel. Prof: xxxxxxxxx | Nro. Tel. Celular: xxxxxxxxx |
| Testemunha 1: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx      |                           |                              |
| End. Residencial: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  |                           |                              |
| Nro. RG: xxxxxxxxxxxxx                              | Nro. CPF: xxxxxxxxxxxxx   | Nro. Telefone: xxxxxxxxxxxxx |
| Testemunha 2: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx      |                           |                              |
| End. Residencial: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  |                           |                              |
| Nro. RG: xxxxxxxxxxxxx                              | Nro. CPF: xxxxxxxxxxxxx   | Nro. Telefone: xxxxxxxxxxxxx |
| Testemunha 3: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx      |                           |                              |
| End. Residencial: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  |                           |                              |
| Nro. RG: xxxxxxxxxxxxx                              | Nro. CPF: xxxxxxxxxxxxx   | Nro. Telefone: xxxxxxxxxxxxx |
| Comunicante: MESMA                                  |                           |                              |
| End. Residencial: MESMO                             |                           |                              |
| Nro. RG: MESMO                                      | Nro. CPF: MESMO           | Nro. Telefone: MESMO         |

Quadro 9 – Dados dos participantes do BO, elaborado conforme BO 5 (ANEXO 8).

Basicamente todos os dados pessoais da vítima, do acusado e das testemunhas foram excluídos dos exemplares pela policial responsável pelo Plantão da Mulher, com o objetivo de garantir o sigilo absoluto sobre suas identificações.

#### 4.2.2.4 Documentos

Na quarta parte do BO, são expostos os números, tipos, data e hora da emissão dos documentos emitidos pelas autoridades policiais como trâmites internos determinados a partir do registro da ocorrência. Os documentos mais comuns que podem estar anexos ao BO, quando se tratar de uma ocorrência de agressão física ou sexual, são: termo de declaração, solicitação de medida protetiva e perícia em indivíduo. Os documentos integrantes de um BO estão expostos no Quadro 10.

| <b>Documentos</b> |                                       |   |  |
|-------------------|---------------------------------------|---|--|
| Nro: 1            | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora da emissão:<br>04/10/2010 22:41 |  |
| Nro: 6220         | Tipo: Perícia em indivíduo            | Data/hora da emissão:<br>04/10/2010 22:51 |  |
| Nro: 6220         | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora da emissão:<br>04/10/2010 22:58 |  |

Quadro 10 – Documentos integrantes do BO, elaborado conforme BO 5 (ANEXO 8).

Quando o registro de ocorrência se tratar de ameaça de agressão ou de morte, agressão psicológica, moral ou patrimonial, não será realizada a *perícia em indivíduo* e, necessariamente, esse documento não acompanhará o BO.

#### 4.2.2.5 Movimentações

A quinta e última parte do BO apresenta as movimentações realizadas para o andamento do processo interno, identificando a data e o tipo de procedimento adotado, além da data de sua atualização e o seu destino. As informações recorrentes nessa parte do BO estão expostas no Quadro 11.

| <b>Movimentações</b>                                       |  |                   |
|--|--|-------------------|
| Data movimentação: Tipo: Registrada                        |  | Data atualização: |
| 04/10/2010   |  | 04/10/2010        |
| Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA |  |                   |
| Data movimentação: Tipo: Movimentada                       |  | Data atualização: |
| 04/10/2010   |  | 04/10/2010        |
| Destino: Secretaria  |  |                   |
| Data movimentação: Tipo: Transferida                       |  | Data atualização: |
| 04/10/2010   |  | 04/10/2010        |
| Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA – 02 DEL. POLICIA |  |                   |
| Data movimentação: Tipo: Movimentada                       |  | Data atualização: |
| 06/10/2010   |  | 06/10/2010        |
| Destino: Procedimento instaurado                           |  |                   |

Quadro 11 – Movimentações do processo a partir do BO, elaborado conforme BO 5 (ANEXO 8).

O BO é uma construção administrativa utilizada para formalizar a comunicação verbal de um delito – ou crime<sup>67</sup>. Devido a isso, a parte do BO intitulada *movimentações* objetiva informar às autoridades superiores as providências preliminares à instauração do inquérito policial, pois não basta informar-lhes, apenas, os fatos ocorridos, é necessários esclarecer-lhes o andamento interno do processo.

A descrição das partes do BO favorece a compreensão de um discurso empírico recorrente na esfera policial, mas pouco conhecido e pouco explorado no meio acadêmico. Entender que elementos e fatores envolvem sua produção, enquanto gênero do discurso, pode favorecer uma interpretação mais profunda no que diz respeito ao dialogismo e às representações sociais.

#### **4.3 O Discurso Reportado no Histórico do Boletim de Ocorrência**

Dialogicamente, seguindo os parâmetros bakhtinianos, o histórico de um BO de qualquer tipo de crime apresenta características de discurso reportado. Esse tipo de discurso é conceituado como um discurso indireto pelo meio do qual se reporta a um discurso direto. Vale enfatizar que não é possível transpor literalmente um discurso direto para um discurso indireto, pois ambos possuem características que lhes são peculiares.

Diante disso, o papel do relator é bastante delicado, pois procura manter fidelidade ao conteúdo da narrativa do *outro*. Entretanto, isso nem sempre é possível, pois a transposição implica em análise – do relator - simultânea ao ato de transposição e inseparável desse ato. Elementos emocionais e afetivos presentes no discurso direto não são transpostos literalmente ao discurso indireto.

O dialogismo ou dialogicidade caracteriza a produção de um discurso tendo por base o discurso do *outro* – da mulher – e de gêneros do discurso distintos: um

---

<sup>67</sup> *Crime* é uma expressão muito utilizada no contexto policial; mais utilizada, inclusive, do que *delito* ou *infração*, por exemplo.

oral e um escrito. O histórico de um BO de violência doméstica e familiar contra a mulher é produzido a partir do relato oral da mulher.

A distinção entre o relato oral e o escrito se dá em instâncias diferentes e, por isso, esses discursos possuem características específicas. Neste estudo, como já mencionado anteriormente, o meu interesse recai sobre o relato escrito, ou seja, sobre o histórico do BO. O relato oral da mulher será explorado, somente, como o discurso de origem do registro da ocorrência. Assim, passo a tratar dos elementos linguísticos que caracterizam o histórico de um BO como discurso reportado.

#### 4.3.1 Formas pessoais do verbo

Os fatos da violência contra a mulher são apresentados cronologicamente, no histórico do BO. Esses fatos ocorreram em um tempo anterior ao momento do registro da ocorrência e são narrados pela mulher no tempo verbal que determina o passado.

O discurso narrativo é resultado de um relato interativo entre a comunicante e @ policial e expressa a simultaneidade de uma ação verbalizada no texto do histórico do BO, no momento em que ocorre o narrado. Entretanto, nos históricos dos BOs analisados, a presença do tempo presente é uma característica peculiar utilizada pelo @ policial para inserir as informações sobre o fato, contadas pela mulher.

Os verbos destacados no Quadro 12, na sequência, identificam a terceira pessoa do singular e referem-se à mulher que está registrando a ocorrência. Expressam o tempo do aqui e agora, marcam o presente e refletem e refratam o que está acontecendo no mundo real, no momento simultâneo à produção escrita do BO.

Assim, no Quadro 12<sup>68</sup>, destaco os verbos mais utilizados para transformar a comunicação oral em escrita.

---

<sup>68</sup> Esses verbos se repetem nos históricos dos demais BOs, por isso não apresento fragmentos de todos os BOs que constituem o *corpus* deste estudo.

| Número do BO | Anexo | Enunciado  |
|--------------|-------|--|
| BO 1         | 4     | <b>INFORMA</b> A VITIMA [...] QUE SEGUNDO A VITIMA, <b>MANIFESTA</b> O DESEJO DE REPRESENTAR [...] <b>REGISTRA</b> PARA FINS LEGAIS.   |
| BO 2         | 5     | <b>COMUNICA</b> QUE [...] <b>REFERE</b> QUE [...] DIANTE DOS FATOS, <b>MANIFESTA</b> O DESEJO DE REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA XXXXX E <b>REQUER</b> AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. <b>FAZ CONSTAR</b> QUE [...]  |
| BO 3         | 6     | <b>COMUNICA</b> QUE [...] QUE POR ESTE MOTIVO <b>SOLICITA</b> AS MEDIDAS PROTETIVAS [...] QUE <b>DESEJA REPRESENTAR</b> CRIMINALMENTE CONTRA [...].  |
| BO 4         | 7     | VITIMA <b>RELATA</b> QUE [...], QUE <b>DESEJA REPRESENTAR</b> CRIMINALMENTE CONTRA XXXXX, QUE TAMBEM <b>REQUER</b> MEDIDAS PROTETIVAS [...] <b>REGISTRA</b> PARA FINS LEGAIS.  |
| BO 5         | 8     | <b>REGISTRA</b> QUE [...], COM QUEM VIVE EM UNIAO ESTAVEL [...]. <b>RELATA</b> QUE [...] <b>REPRESENTA</b> CRIMINALMENTE CONTRA [...] <b>REQUER</b> A CONCESSAO DE MEDIDAS PROTETIVAS [...]  |
| BO 6         | 9     | <b>REGISTRA</b> QUE FOI AGREDIDA POR SEU COMPANHEIRO [...]. <b>INFORMA</b> QUE ELE CHEGOU DE TARDEZINHA EM CASA, COM SINTOMAS DE EMBRIAGUES [...]. <b>INFORMA</b> TAMBEM QUE ESSA NAO E A PRIMEIRA VEZ QUE ELE A AGRIDE. [...] <b>RELATA</b> QUE FICOU MUITO NERVOSA [...]. <b>SOLICITA</b> AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. |

Quadro 12 – Verbos que caracterizam o discurso reportado no histórico do BO.

O ato de transpor o discurso direto para o indireto exprime a apreensão ativa do discurso do outro. Para tanto, no histórico de um BO, há verbos introdutórios do discurso reportado, chamados verbos *dicendi*.

No *corpus* analisado, os verbos *dicendi* que transpõem o discurso direto – a narrativa da mulher – para o discurso indireto são, em maior incidência: i) *informa*, ii) *comunica*, iii) *relata*, iv) *refere*. Esses verbos fazem parte da linguagem técnica utilizada no meio policial e são utilizados especificamente para relatar o discurso do outro.

No histórico do BO, @ policial recria linearmente o relato da mulher à maneira específica e necessária à instituição policial. Os pormenores do fato, muitas vezes, são mencionados pela mulher como resposta ao interrogatório d@ policial. O sujeito

das ações é a mulher que sofre a agressão – a *vítima* – ou o homem agressor – o *acusado*.

No Quadro 13, exponho alguns exemplos de verbos (destacados em negrito nos fragmentos) e de expressões de tempo (sublinhadas nos fragmentos) que evidenciam um segmento narrativo e que fazem parte do discurso reportado.

| Número do BO | Anexo | Enunciado  |
|--------------|-------|--|
| BO 1         | 4     | [...], <u>NA DATA DE HOJE</u> , QUANDO <b>IA CHEGANDO EM CASA</b> , <b>FOI AGREDIDA</b> COM SOCOS, PONTAPES [...] PORQUE ELA <b>CHEGOU</b> TARDE.  |
| BO 2         | 5     | [...] <b>SEPAROU SE DE XXXXX HA DOIS ANOS</b> , SENDO QUE <b>VIVEU</b> COM O MESMO <u>POR DOZE ANOS</u> [...] <u>HA CERCA HA MAIS DE TRES MESES</u> <b>PASSOU A SER PERTURBADA</b> POR SEU EX MARIDO [...].  |
| BO 3         | 6     | [...] <u>NA DATA DE 21.09.2010, DOMINGO</u> , NA RESIDENCIA CITA RUA, CIDADE DE SAO LUIZ GONZAGA, QUE <b>FOI AMEACADA</b> POR SEU MARIDO XXXXXXXX, O QUAL INCLUSIVE LHE <b>DEU</b> UM SOCO NA BOCA, QUE LHE <b>CAUSOU</b> HEMATOMA [...].  |
| BO 4         | 7     | [...] <b>VIVEU</b> MARITALMENTE <u>DURANTE 12 ANOS</u> COM O ACUSADO [...] <b>SEPAROU SE</b> <u>HA CERCA DE 02 ANOS</u> [...] AGORA <b>PASSOU A AMEACA</b> LA DE MORTE [...]   |
| BO 5         | 8     | [...] <b>FOI AGREDIDA</b> PELO COMPANHEIRO [...] JA <b>EFETUOU</b> REGISTROS DE OCORRENCIAS NESTA DELEGACIA, <u>NO MES DE JANEIRO E NO MES DE FEVEREIRO DO ANO CORRENTE</u> [...] NAO <b>SEPAROU-SE</b> DO ACUSADO, ATE AGORA [...] <b>PENSOU</b> EM IR MORAR COM A MAE BIOLOGICA [...] HOJE <b>FOI AGREDIDA</b> COM UM CABO DE VASSOURA [...].                                  |
| BO 6         | 9     | [...] QUE <b>FOI AGREDIDA</b> POR SEU COMPANHEIRO [...] ELE <b>CHEGOU</b> <u>DE TARDEZINHA</u> EM CASA, COM SINTOMAS DE EMBRIAGUES E ELA NAO <b>DEU IMPORTANCIA</b> . ELE SE <b>IRRITOU</b> [...]. <u>ONTEM DIA CINCO, EM TORNO DAS 22:00</u> , QUANDO ELA JA TINHA SE <u>DEITADO PARA DORMIR</u> , ELE <b>JOGOU</b> ALCOOL NO SEU CORPO E <b>AMEACOU</b> ATEAR FOGO NELA. [...] |

Quadro 13 – Verbos que recriam a narração da mulher no histórico do BO.

No discurso reportado é inserido um – ou mais de um - segmento narrativo, marcado por tempo verbal que determina o passado das ações e da ocorrência dos fatos. Geralmente, o passado é marcado, também, por advérbios de tempo, como:

*na data de hoje, há dois anos, há cerca de 02 anos, no mês de janeiro e de fevereiro do corrente ano*, entre outros.

Essas expressões, aliadas à data do BO, situam o interlocutor no tempo. Do mesmo modo que indicam quando ocorreu a agressão - como *na data de hoje*, podem referir-se a fatos anteriores ao delito - como *há dois anos* - considerados, pela mulher e/ou pelo policial escrevente, de relevância para o esclarecimento dos fatos.

#### 4.3.2 O eu e o outro na relação dialógica

Na concepção de Bakhtin (1992; 1997), a noção de sujeito está relacionada à natureza dialógica da linguagem em que se dá a permanente interação entre o *eu* e o *outro* discursivo. No discurso reportado, o *eu* é constituído pelas *palavras do outro*, pois é representado pelo olhar do *outro*.

Em um histórico de um BO, o *eu* – a mulher vítima de violência doméstica e familiar – na interação verbal oral é omitido e assume o papel de protagonista do fato: *ela, a vítima, a ofendida*. Nessa situação, o *eu* se transforma em *sobre quem se fala*. O *outro* na interação verbal oral - @ policial escrevente – não é marcado linguisticamente no histórico do BO, mas assume o papel de narrador do que é falado pela mulher. Mesmo omiss@, @ policial escrevente passa a ocupar o lugar do *eu* discursivo. Há, também um *outro*, sempre presente no histórico de um BO de violência contra a mulher: *ele, o homem, o agressor*.

O discurso da mulher é encaixado ao discurso do @ policial por organizadores subordinativos. A conjunção de subordinação mais recorrente nos históricos dos BOs é **que**. Essa maneira de organizar o discurso reportado nos históricos dos BOs implica em uma repetição exagerada de um só recurso que não contribui para a estética do texto, pelo contrário, torna-o cansativo e, por vezes, o seu uso parece desnecessário. Contudo, reforça a ideia de que o BO só se concretiza linguisticamente a partir da fala da mulher, reportando um discurso a outro.

Utilizo como exemplo, no Excerto 1, o BO 1 (ANEXO 4), no entanto esse recurso gera conexão entre um discurso e outro e é recorrente em todos os BOs do *corpus* deste estudo.



**Excerto 1:**

**BO 1:** INFORMA A VITIMA, NA DATA DE HOJE, QUANDO IA CHEGANDO EM CASA, FOI AGREDIDA COM SOCOS, PONTAPES E EMPURROES, DADOS PELO SEU COMPANHEIRO XXXXXXX, VINDO A FICAR MACHUCADA. **QUE** SEGUNDO A VITIMA, O MOTIVO DAS ATITUDES DE XXXXXX E PORQUE ELA CHEGOU TARDE E O MESMO ACHOU QUE ESTAVA CAMANGUEANDO. **QUE** SEGUNDO A VITIMA, TANTO ELA COMO XXXXX TRABALHAM NA XXXXX [...]. **QUE** SEGUNDO A VITIMA, VIVE HA [...] **QUE** SEGUNDO A VITIMA, MANIFESTA O DESEJO DE [...]

O enunciador de um BO é @ policial responsável pelo atendimento à mulher que registra a ocorrência de agressão. Forjado no mundo do narrar, esse organismo humano assume a responsabilidade pelo que está sendo informado e constitui-se no narrador dos fatos que lhe são relatados.

Na construção discursiva do histórico de um BO, são distribuídas e orquestradas diferentes vozes que se exprimem explícita ou implicitamente no discurso: voz do enunciador, vozes sociais – como a da Lei 11.340/06 - e voz de personagens. Não é possível identificar a voz do enunciador, explicitamente, nos históricos dos BOs, pois não há sua intervenção discursiva por meio de comentários, avaliações ou explicações sobre qualquer aspecto do conteúdo temático. No entanto, suas escolhas linguísticas determinam o sujeito institucional.

Nos segmentos em que o enunciador do BO afirma que a mulher vítima de violência solicita as medidas protetivas da lei Maria da Penha ou do Estado, entendo que há a expressão explícita de uma voz social representativa da justiça e punição contra o agressor e de defesa da vítima.

**Excerto 2:**

**BO 1:** [...] **MANIFESTA O DESEJO** DE REPRESENTAR CONTRA XXXXX, **QUERENDO** AS MEDIDAS PROTETIVAS DO ESTADO E O AFASTAMENTO DE XXXXX.

**BO 2:** [...] **MANIFESTA O DESEJO** DE REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA XXXXX E **REQUER** AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA.

**BO3:** [...] **SOLICITA** AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA, PARA O IMPEDIMENTO DE XXXXX SE APROXIMAR DA COMUNICANTE E DE SEUS FILHOS E DA RESIDENCIA ONDE ELA ESTA MORANDO ATUALMENTE [...]

**BO 4:** [...] **DESEJA** REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA XXXXX, QUE TAMBEM **REQUER** MEDIDAS PROTETIVAS.

**BO 5:** [...] **REQUER** A CONCESSAO DE MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA PARA QUE O ACUSADO SEJA PROIBIDO DE APROXIMAR SE DA

COMUNICANTE.

**BO 6:** [...] **SOLICITA** AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA.

A voz da personagem principal ou protagonista, que é a mulher, identificada como *a vítima* ou *a comunicante*, é constante nos históricos dos BOs, já que esses textos são construídos como discurso indireto a partir do relato dela. É ela que tem a função de agente nas ações que constituem o conteúdo temático do texto.

As expressões: *comunicante* e *vítima* evidenciam que a pessoa que comunica os fatos de violência na Delegacia é a mesma que sofre essa violência. Quanto a isso, concordo com Jesus (2011) que a intenção d@ policial escrevente é mostrar que os fatos são verdadeiros e precisos, já que são descritos e narrados pela mesma pessoa que os vivenciou e não por terceiros, ou seja, por testemunhas.

O Excerto 2 exemplifica como é introduzida a voz da mulher nos históricos dos BOs analisados.

**Excerto 3:**

**BO 1: INFORMA A VITIMA**, NA DATA DE HOJE, QUANDO IA CHEGANDO EM CASA, FOI AGREDIDA COM SOCOS, PONTAPES E EMPURROES, DADOS PELO SEU COMPANHEIRO XXXXXXX, VINDO A FICAR MACHUCADA. **QUE SEGUNDO A VITIMA**, O MOTIVO DAS ATITUDES DE XXXXXX E PORQUE ELA CHEGOU TARDE E O MESMO ACHOU QUE ESTAVA CAMANGUEANDO. **QUE SEGUNDO A VITIMA**, TANTO ELA COMO XXXXX TRABALHAM NA XXXXX [...]. **QUE SEGUNDO A VITIMA**, VIVE HA [...] **QUE SEGUNDO A VITIMA**, MANIFESTA O DESEJO DE [...]

Essas e outras expressões semelhantes podem ser entendidas como um recurso representativo da tentativa de apagar o enunciador e destacar a responsabilidade enunciativa de quem relata o ocorrido, ou seja, a vítima. Quem, inicialmente, discursiviza o fato é a vítima; @ policial escrevente cumpre a função de *rediscursivizá-lo* na forma escrita.

A voz do homem, o vilão da história, é recorrente em quatro dos cinco históricos dos BOs que constituem o *corpus* do presente estudo. O discurso do homem é duas vezes reportado, primeiro na comunicação do fato realizada oralmente pela mulher e depois no registro oficial do fato produzido pel@ policial escrevente.

No Excerto 3, apresento fragmentos do BO 1 (ANEXO 4), BO 2 (ANEXO 5), BO 3 (ANEXO 6) e BO 4 (ANEXO 7), que introduzem a voz do homem.

**Excerto 4:**

**BO 1:** [...] O MESMO ACHOU QUE ESTAVA CAMANGUEANDO<sup>69</sup>.

**BO 2:** [...] SEU EX MARIDO, O QUAL PASSOU A EFETUAR LIGACOES TELEFONICAS PARA O TRABALHO DA COMUNICANTE, XXXXX, ONDE A AMEACAVA, QUERENDO REATAR O RELACIONAMENTO, DIZENDO QUE SE A COMUNICANTE NAO VOLTASSE PARA ELE IA SE MATAR E QUE DIRIA PARA TODO MUNDO QUE A COMUNICANTE TEM AIDS , A FIM DE EVITAR QUE A COMUNICANTE ARRUMASSE OUTRO RELACIONAMENTO.

**BO 3:** INCLUSIVE XXXXXX DISSE O SEGUINTE TU E A TUA FILHA VAO ME PAGAR PELO QUE ME FIZERAM [...] CONTINUA AMEACANDO PELO TELEFONE DIZENDO QUE VAI VIR ATE SAO BORJA, FALAR COM A COMUNICANTE.

**BO 4:** [...] AGORA PASSOU A AMEAÇA LA DE MORTE [...] O ACUSADO DA A ENTENDER QUE IRA UTILIZAR A ARMA PARA MATA LA.

A voz da mulher que está registrando a queixa é retomada pelo substantivo *vítima* ou pelo pronome pessoal anafórico *ela* e seus derivados ou pelos pronomes demonstrativos anafóricos *seu(s)*, *sua(s)* *teu*, *tua*.

Constatai a recorrência do discurso direto em um segmento do BO 3 (ANEXO 6): “*disse o seguinte tu e a tua filha vão me pagar pelo que me fizeram*”. Nesse caso, o discurso conserva entonações específicas do homem agressor.

Necessariamente, não é possível afirmar que se trata de discurso direto ou discurso indireto livre, devido ao programa de computador utilizado não permitir a digitação de dois pontos, aspas e travessões.

O processamento do discurso reportado nos históricos dos BOs ocorre a partir da transformação de um relato interativo, caracteristicamente oral, para a narração escrita. Esse procedimento requer a mudança do primeiro registro para o segundo, o que pode tornar o discurso mais formal. Mesmo assim, é possível identificar algumas evidências da fala coloquial do local, por exemplo, a expressão *camangueando* (BO 1, ANEXO 4), os gerundismos e a repetição da conjunção *que*.

Para que esse processamento ocorra de maneira adequada, @s policiais devem estar atent@s para manter o sentido das informações prestadas pela mulher.

<sup>69</sup> *Camanguear* é uma expressão reconhecida e bastante usada pelas pessoas que vivem em São Borja e na região. O sentido dessa expressão equivale a trair. Nessa comunidade, *camanga* possui o mesmo valor semântico que mulher promíscua ou prostituta.

Entretanto, nesse procedimento, por se tratar de uma adaptação, sempre haverá alguma informação, por mínima que seja, que deixará de ser mencionada ou que poderá ter seu sentido alterado. No contexto comunicativo oral presencial, a entonação e os aspectos gestuais e mímicos têm uma importância substancial e a transcrição desses elementos não é possível nos históricos dos BOs.

No histórico do BO, a subjetividade do policial é neutra, e se prioriza a linguagem técnica, embora não existam enunciados impessoais. A subjetividade das personagens torna-se evidente a partir da maneira pela qual são construídas as ações.

Após destacar as principais características do discurso reportado nos históricos do BOs que constituem o *corpus* do presente estudo, passo a tratar das representações sociais verificadas nesses discursos.

#### **4.4 As Representações Sociais**

Como já salientei anteriormente, o desenvolvimento humano decorre das trocas recíprocas entre o indivíduo e o meio em que está inserido, mediadas pelo *outro*, como produto dessa convivência. As relações humanas constituem a interação social, na qual se dá a construção de uma determinada cultura a partir dos discursos produzidos.

As pessoas transformam e são transformadas nas relações produzidas em uma determinada cultura, o que as constitui sócio-historicamente. Assim, as ações e as representações sociais das pessoas influenciam e são influenciadas pelo contexto sócio-histórico e essas representações se manifestam linguisticamente, pois a linguagem é a principal fonte de representações.

Diante disso, compreendo que o contexto sócio-histórico de São Borja/RS, assim como muitos outros contextos, aliado ao histórico problema da desigualdade de gêneros sociais, à qual estão intrincadas as questões de violência contra a mulher, de poder e de dominação, contribui para a construção das representações sociais da mulher em situação de violência, refratadas na linguagem constituinte dos históricos dos BOs. Na sequência, apresento a interpretação sobre essas representações sociais.

#### 4.4.1 As representações sociais da mulher

As atuais representações sociais da mulher no contexto sócio-histórico de São Borja/RS estão sintetizadas e refratadas na linguagem utilizada nos históricos dos BOs investigados. Na linguagem técnica policial, a mulher em situação de violência é identificada como: *vítima e comunicante*.

A expressão *vítima* possui representação social de pessoa frágil, indefesa, que sofre ou sofreu algum tipo de manifestação do poder e dominação de outra pessoa. No dicionário Larousse Cultural, esse vocábulo pode designar a criatura viva oferecida em sacrifício a uma divindade ou pode referir-se à pessoa assassinada, torturada, ferida ou ofendida por outra; ainda, pode dizer respeito à pessoa que sofre acidente, desastre, desgraça, calamidade, a alguém que sofre dano ou prejuízo (1992, p. 1162). No Excerto 5, apresento a representação da mulher como *vítima* nos históricos do BO 1 (ANEXO 4), BO 4 (ANEXO 7) e BO 6 (ANEXO 9), que sintetizam a sua recorrência na maioria dos BOs estudados.

##### **Excerto 5:**

**BO 1:** INFORMA A **VITIMA** [...] QUE SEGUNDO A **VITIMA** [...] QUE SEGUNDO A **VITIMA** [...] SEGUNDO A **VITIMA** [...] QUE A **VITIMA** [...]

**BO 4:** **VITIMA** RELATA [...] PERTURBANDO A **VITIMA** [...] A ARMA PARA A **VITIMA** [...]

**BO 6:** A **VITIMA** REGISTRA [...]

A representação social da mulher como a *vítima* está associada a um lugar social desprivilegiado que é ocupado pela mulher em situação de violência doméstica e familiar. E essa mulher só se torna linguisticamente *vítima* no BO, no momento em que registra a ocorrência da agressão sofrida. Caso contrário, legal ou judiciariamente, ela é uma pessoa da sociedade como outra qualquer, que não tem seus direitos lesados.

O fato de a mulher efetuar o BO da agressão faz dela a *comunicante*, isto é, alguém que faz o outro – nessa situação o outro é a autoridade policial - saber algo,

que dá conhecimento de alguma coisa ou situação (LAROUSSE CULTURAL, 1992, p. 250-251). Necessariamente, a representação social da mulher como *comunicante* não condiz à *vítima*. O sentido da expressão *comunicante* é mais ameno do que *vítima*. Nessa situação, a mulher é apenas alguém que comunica um fato de violência doméstica e familiar às autoridades, mesmo tendo sofrido agressão. No Excerto 6, elenquei três fragmentos dos históricos do BO 2 (ANEXO 5), BO 3 (ANEXO 6) e BO 5 (ANEXO 8) em que a expressão *comunicante* é recorrente.

**Excerto 6:**

**BO 2:** [...] PARA O TRABALHO DA **COMUNICANTE** [...] SE A **COMUNICANTE** NAO VOLTASSE [...] QUE A **COMUNICANTE** TEM AIDS [...] QUE A **COMUNICANTE** ARRUMASSE OUTRO [...] A **COMUNICANTE** FOI DESPEDIDA [...]

**BO 3:** SE REFERIU A **COMUNICANTE** [...] FALAR COM A **COMUNICANTE** [...] FAZER ALGUM MAL A **COMUNICANTE** [...] SE APROXIMAR DA **COMUNICANTE** [...]

**BO 5:** APROXIMAR-SE DA **COMUNICANTE**.

Nessas representações sociais – como *vítima* ou como *comunicante*, há várias implicações para a mulher. Por exemplo, a tomada de coragem para ir até a delegacia, registrar a agressão e expor para outros uma situação que, normalmente, é vergonhosa para a mulher, pois essa situação condiz a sua privacidade. Essa tomada de decisão pode repercutir na vida da mulher de várias maneiras, como romper definitivamente o relacionamento existente com o agressor, sofrer novas e piores agressões, recomeçar a vida sem o companheiro/marido, entre outras.

A expressão *vítima* permite a inferência, no plano dos aspectos culturais da violência doméstica e familiar, de que a prática da violência contra a mulher traduz a reprodução da relação de força entre os gêneros, ou seja, da dominação masculina. Os históricos dos BOs demonstram que mulher e homem, feminino e masculino, *vítima* e *agressor*, estão inseridos em espaços sociais concretos que asseguram a reprodução histórica do lugar privilegiado ocupado pelo homem como dominador e detentor de poder sobre a mulher, mesmo diante dos inúmeros avanços conquistados pela mulher.

Os homens agressores (maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros) reproduzem os esquemas do *habitus* (BOURDIEU, 1995; 1996)

masculino que os levam a construir uma representação social da sua (ex-) esposa/companheira como um objeto que eles podem e devem dominar.

O senso comum naturaliza o papel subordinado da mulher, e isso é reproduzido nos históricos dos BOs, na maneira como a mulher é referenciada. A expressão *vítima*, portanto, demarca os espaços sociais ocupados pelos gêneros. Entretanto, ao registrar a ocorrência, mesmo sendo referenciada como *vítima* ou como *comunicante*, a mulher passa a ser representada socialmente como um sujeito de direito, que tem direitos e que está em busca desses direitos mensurados na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

#### 4.4.2 As representações sociais da violência contra a mulher

As representações sociais da violência contra a mulher nos históricos dos BOs estão associadas ao ciúme que o homem - marido, ex-marido, companheiro ou ex-companheiro - sente da mulher. O feminicídio contra Maria do Carmo ocorreu por ciúme e, pelo que constatei nos BOs, a maioria das agressões também ocorrem por esse motivo.

Assim, os motivos da violência doméstica e familiar contra a mulher - se é que se pode afirmar que há motivos para qualquer tipo de ato que lese os direitos humanos, são relatados em alguns históricos de BOs. Por exemplo, no histórico do BO 1 (ANEXO 4), conforme Excerto 7, a mulher relata que apanhou porque se atrasou no trabalho e o marido concluiu que ela o estava traindo. Ao sentir a perda do seu poder e dominação sobre a mulher, o homem recorreu à força bruta, em uma tentativa desesperada de continuar a dominá-la.

##### **Excerto 7:**

**BO 1: [...] O MOTIVO DAS ATITUDES DE XXXXXX E PORQUE ELA CHEGOU TARDE E O MESMO ACHOU QUE ESTAVA CAMANGUEANDO. QUE SEGUNDO A VITIMA, O MOTIVO DAS ATITUDES DE XXXXX E POR QUE ELA CHEGOU TARDE DO TRABALHO E O MESMO ACHOU QUE ELA ESTAVA CAMANGUEANDO. QUE SEGUNDO A VITIMA, TANTO ELA COMO XXXXXX, TRABALHAM NA XXXXXXXX, SENDO A VITIMA COMO VENDEDORA E XXXXXXXX MOTORISTA.**

A mulher do século XXI é múltipla, tem vida pública e privada. No contexto atual de São Borja/RS, correspondendo ao que ocorre em culturas semelhantes à brasileira, a maioria das mulheres tem profissão, trabalha fora de casa, estuda e tem um lar sob sua responsabilidade. Diante disso, a atitude de um homem que agride a mulher por ela ter ficado trabalhando até mais tarde remete a um posicionamento primitivo, próprio da cultura patriarcal, em que o poder do macho impera baseado na agressividade.

No histórico desse BO, é possível verificar a incidência da gestão masculina da vida feminina, por meio da desconfiança e do controle excessivo do homem em relação a sua mulher. Esse fator é desencadeante da violência e opressão feminina, traduzido como negação do direito à vida e à liberdade, que são os direitos fundamentais de todos os seres humanos.

No histórico do BO 2 (ANEXO 5), conforme Excerto 8, a mulher esclarece que já estava separada do ex-marido há dois anos, mesmo assim sofreu ameaças e foi agredida fisicamente porque não quer reatar o relacionamento e o ex-marido teme que ela se envolva com outra pessoa, por isso a difama, afirmando que ela tem AIDS.

**Excerto 8:**

**BO 2:** COMUNICA QUE **SEPAROU SE DE XXXXXX HA DOIS ANOS**, SENDO QUE VIVEU COM O MESMO POR DOZE ANOS, POSSUINDO DOIS FILHOS DO RELACIONAMENTO, XXXX, DE 06 ANOS E XXXXX, DE 10 ANOS DE IDADE. REFERE QUE HA CERCA DE MAIS DE TRES MESES **PASSOU A SER PERTURBADA POR SEU EX MARIDO, O QUAL PASSOU A EFETUAR LIGACOES TELEFONICAS PARA O TRABALHO DA COMUNICANTE, XXXXXX, ONDE A AMEACAVA, QUERENDO REATAR O RELACIONAMENTO, DIZENDO QUE SE A COMUNICANTE NAO VOLTASSE PARA ELE IA SE MATAR E QUE DIRIA PARA TODO MUNDO QUE A COMUNICANTE TEM AIDS, A FIM DE EVITAR QUE A COMUNICANTE ARRUMASSE OUTRO RELACIONAMENTO. QUE ELE A ESPEROU NA RUA, LHE DEU EMPURROES E CHACOALHOES, DEIXANDO LHE ROXA NOS BRACOS. [...] AS LIGACOES CONTINUARAM E ALEM DAS LIGACOES, O ACUSADO AMEACA TAMBEM ATRAVES DE MENSAGENS NO CELULAR, SEMPRE NOS TERMOS JA MENCIONADOS. [...]**

Não bastando a agressão física, a mulher sofre agressão moral. Verdadeira ou falsa, a afirmação de que essa mulher tem AIDS pode prejudicar muito a sua vida e a sua convivência com outras pessoas – mesmo sem haver interesse sexual – no contexto de São Borja, devido ao forte preconceito existente nessa sociedade em relação a essa doença. Tentar intervir na vida sexual da mulher é uma das mais



fortes manifestações do homem sócio-historicamente constituído pelo sistema patriarcal.

No BO 3 (ANEXO 6), de acordo com o Excerto 9, não é possível afirmar que a agressão e a ameaça ocorreram devido a ciúme, pois não há evidência alguma disso. O que ocorreu foi uma briga, cujo motivo não foi identificado no histórico.

**Excerto 9:**

**BO 3:** [...]QUE INCLUSIVE XXXXXXXX DISSE O SEGUINTE **TU E A TUA FILHA VAO ME PAGAR PELO QUE ME FIZERAM.** QUE XXXXXX SE REFERIU A COMUNICANTE E A SUA FILHA XXXXXXXX. [...] MAS QUE CONTINUA AMEACANDO PELO TELEFONE DIZENDO QUE VAI VIR ATE SAO BORJA, FALAR COM A COMUNICANTE. QUE TEM MEDO QUE XXXXXX VENHA A FAZER ALGUM MAL A COMUNICANTE E TAMBEM A SUA FILHA.

No BO 4 (ANEXO 7), de acordo com o Excerto 10, é possível verificar que o casal está separado há dois anos e o ex-marido ameaça matar a mulher, provavelmente por ciúme, por ter perdido o poder e a dominação sobre aquele ser que ele julgava seu patrimônio. Agindo assim, o homem tenta impedir que a mulher tenha uma nova vida, afastada dele.

**Excerto 10:**

**BO 4:** QUE SEPAROU SE HA CERCA DE 02 ANOS DO ACUSADO, SENDO QUE DESDE A SEPARACAO O ACUSADO VEM PERTURBANDO A VITIMA, SENDO QUE AGORA PASSOU A AMEACA LA DE MORTE, QUE O ACUSADO POSSUI UM REVOLVER, EMBORA NUNCA TENHA SACADO A ARMA PARA A VITIMA, O ACUSADO DA A ENTENDER QUE IRA UTILIZAR A ARMA PARA MATA LA. QUE HOJE LHE DEU SOCOS E EMPURROES QUE LHE CAUSOU HEMATOMAS E UM CORTE NO ROSTO, DE QUANDO ELE A JOGOU CONTRA O ARMARIO DA COZINHA.

De acordo com o delegado e com @s policiais com quem conversei informalmente, a incidência de registros de ocorrência prepondera às segundas-feiras e a causa mais corriqueira da violência contra a mulher é a bebida alcoólica, seguida de descontrole emocional, psicológico e físico.

No BO 5 (ANEXO 8), conforme Excerto 11, assim como no BO 3 (ANEXO 6), não há evidência explícita de ciúme por parte do homem. A violência, nesse caso, parece ter se tornado constante na vida dessa mulher, pois ela já havia registrado

outras ocorrências anteriormente e, segundo suas informações, o acusado a agride porque bebe muito e fica agressivo.

**Excerto 11:**

**BO 5:** REGISTRA QUE FOI AGREDIDA PELO **COMPANHEIRO, COM QUEM VIVE EM UNIAO ESTAVEL HA TRES ANOS**. RELATA QUE JA EFETUOU REGISTROS DE OCORRENCIAS NESTA DELEGACIA, NO MES DE JANEIRO E NO MES DE FEVEREIRO DO ANO CORRENTE, RELATANDO LESAO CORPORAL E AMEACA, RESPECTIVAMENTE. NA PRIMEIRA DELAS NAO REPRESENTOU. NA SEGUNDA OCORRENCIA, REPRESENTOU CRIMINALMENTE, MAS NAO REQUEREU MEDIDAS PROTETIVAS. NAO SEPAROU SE DO ACUSADO, ATE AGORA, PORQUE NAO TEM PARA ONDE IR. PENSOU EM MORAR COM A MAE BIOLOGICA, MAS ELA NAO LHE QUER EM CASA. **O ACUSADO BEBE MUITO E FICA AGRESSIVO.** [...]

Assim como essa mulher, muitas continuam convivendo com seus maridos/companheiros agressores pelos mais variados motivos, como *não ter para onde ir*, como relatado nesse histórico. A mulher, em situações desse tipo, não deve ser compreendida como passiva à violência ou cúmplice dessa violência, pois para isso, ela deveria desfrutar a mesma quota de poder de que goza o homem.

Nos BOs analisados, verifiquei que as mulheres são agredidas moralmente e, também, fisicamente com socos, pontapés, empurrões, instrumentos como cabo de vassoura, entre outros, e são ameaçadas de morte. O Excerto 12 é o enunciado do histórico do BO 1 (ANEXO 4) que explicita o tipo de violência sofrida pela mulher.

**Excerto 12:**

**BO 1:** [...] FOI AGREDIDA COM SOCOS, PONTAPES E EMPURROES, DADOS PELO SEU COMPANHEIRO XXXXXX, VINDO A FICAR MACHUCADA. [...]

A mulher que registrou essa ocorrência sofreu violência física, entretanto @ policial informa apenas que ela ficou *machucada*, sem especificar os tipos de machucados e as partes do corpo da mulher que ficaram machucadas, como se essa informação fosse menos relevante para as autoridades analisarem no decorrer do processo. A expressão *ficar machucada* ameniza a percepção do sofrimento da mulher e, também, a agressividade física do homem, que não causou maiores danos à mulher, apenas deixou-a *machucada*.

No Excerto 13, exponho fragmentos do histórico do BO 2 (ANEXO 5) sobre relatos dos tipos de violência sofrido pela mulher que registrou a ocorrência.

**Excerto 13:**

**BO 2:** [...] PASSOU A SER PERTURBADA POR SEU EX MARIDO, O QUAL PASSOU A EFETUAR LIGACOES TELEFONICAS PARA O TRABALHO DA COMUNICANTE, XXXXX, ONDE A AMEACAVA, QUERENDO REATAR O RELACIONAMENTO, DIZENDO QUE SE A COMUNICANTE NAO VOLTASSE PARA ELE IA SE MATAR E QUE DIRIA PARA TODO MUNDO QUE A COMUNICANTE TEM AIDS, A FIM DE EVITAR QUE A COMUNICANTE ARRUMASSE OUTRO RELACIONAMENTO. QUE ELE A ESPEROU NA RUA E LHE DEU EMPURROES E CHACOALHOES, DEIXANDO LHE ROXA NOS BRACOS. [...]

No histórico do BO 2 (ANEXO 5) foi possível verificar o registro de mais de um tipo de violência contra a mulher: psicológica, moral e física. De acordo com a sequência de ações do ciclo da violência, a violência física é antecedida, normalmente, pela violência psicológica e/ou moral.

Para confirmar essa afirmação, no Excerto 14, apresento os enunciados transcritos dos históricos dos BOs 3 (ANEXO 6), 4 (ANEXO 7) e 5 (ANEXO 8) que se referem a relatos de violência psicológica e física contra as mulheres que registraram ocorrências.

**Excerto 14:**

**BO 3:** [...] QUE FOI AMEACADA POR SEU MARIDO XXXXXXXX, O QUAL INCLUSIVE LHE DEU UM SOCO NA BOCA, QUE LHE CAUSOU HEMATOMA NO LABIO SUPERIOR. [...]

**BO 4:** [...] SENDO QUE AGORA PASSOU A AMEAÇA LA DE MORTE, QUE O ACUSADO POSSUI UM REVOLVER, EMBORA NUNCA TENHA SACADO A ARMA PARA A VITIMA, O ACUSADO DA A ENTENDER QUE IRA UTILIZAR A ARMA PARA MATA LA. E QUE HOJE LHE DEU SOCOS E EMPURROES, QUE LHE CAUSOU HEMATOMAS E UM CORTE NO ROSTO DE QUANDO ELE A JOGOU CONTRA O ARMARIO DA COZINHA. [...]

**BO 5:** [...] FOI AGREDIDA PELO COMPANHEIRO [...] RELATANDO LESAO CORPORAL E AMEACA [...] HOJE, FOI AGREDIDA COM UM CABO DE VASSOURA. SOFREU FERIMENTOS NA CABECA E NA MAO ESQUERDA, SOFRENDO FRATURAS NOS DEDOS [...]

Diante disso, é possível concluir que a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar ocorre por motivos extremamente fúteis e que a sua

representação social está relacionada à histórica desigualdade social de gêneros, originada no sistema patriarcal.

Neste capítulo, procurei apresentar a análise dos históricos dos BOs contextualizados sócio-historicamente, enquanto objetos de estudo para chegar à interpretação das representações sociais da mulher e da violência contra a mulher no contexto proposto.

Com isso, estabeleci relações entre as teorias selecionadas para desenvolver este estudo: gêneros sociais, representações sociais e sociointeracionismo – no que se refere, principalmente, ao dialogismo, e defendi a tese de que o contexto sócio-histórico, marcado por relações de poder e de dominação do masculino sobre o feminino, influencia e interfere (n)as representações sociais da mulher em situação de violência e é pela linguagem que essas representações sociais são evidenciadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Mexo, remexo na inquisição  
 Só quem já morreu na fogueira  
 Sabe o que é ser carvão  
 Eu sou pau prá toda obra  
 Deus dá asas à minha cobra  
 Minha força não é bruta,  
 Não sou freira, nem sou puta...  
 Porque,  
 Nem toda feiticeira é corcunda,  
 Nem toda brasileira é bunda,  
 Meu peito não é de silicone  
 Sou mais macho que muito homem!  
 Sou rainha do meu tanque  
 Sou Pagu indignada no palanque  
 Nem toda feiticeira é corcunda,  
 Nem toda brasileira é bunda,  
 Meu peito não é de silicone,  
 Eu sou mais macho que muito homem...<sup>70</sup>  
 (“Pagu”, composição de Rita Lee, vocal Rita Lee)

Para dar abertura às considerações finais deste percurso de pesquisa, lanço mão da letra de uma música popular brasileira como epígrafe da presente seção. Essa escolha, em meio a tantos textos, letras de música, poemas, repentes, pensamentos sobre desigualdade de gênero, não foi realizada aleatoriamente.

Os versos de Rita Lee tratam da feminilidade sob a ótica feminina contemporânea e permitem a construção da imagem – ou representação social - da mulher múltipla, que ultrapassa os limites da feminilidade – se é que eles existem - para dar conta das inúmeras funções que precisa desempenhar para ser *mulher* no século XXI. A compositora enaltece a representação dessa mulher, relembra Pagu – um mito para as feministas, uma mulher adiante do seu tempo na sua vida privada e pública - e satiriza a mulher objeto sexual, cujo protótipo é ditado pela mídia e reforçado pela indústria da beleza física.

---

<sup>70</sup> A letra da música sofreu pequenas adaptações. O texto de origem está disponível em <http://letras.terra.com.br/maria-rita/73651>

Para corroborar a minha compreensão sobre esses versos, retomo o pensamento de Beauvoir (1980b) - primeira mulher a abordar publicamente o tema sobre as desigualdades entre feminino e masculino - de que ser mulher ou homem é uma construção social, histórica e cultural. Essa autora afirma também que, ao longo da história, as mulheres só existiram em referência aos homens, como homens ao contrário, como uma versão fracassada, sem força, impotente e desprovida do poder atribuído ao masculino. Essa representação social da mulher perdurou no tempo e deixou heranças muito fortes que ainda marcam a representação da mulher atual.

As pessoas nascem do sexo feminino ou do sexo masculino e, por meio de processos de socialização e das relações sociais que querem ou precisam vivenciar – interações - tornam-se mulheres ou homens. Há, também, pessoas que desenvolvem características mais próximas às das mulheres, tendo nascido do sexo masculino, ou às dos homens, tendo nascido do sexo feminino. Nesses casos, a noção de gênero está diretamente relacionada às características femininas ou masculinas e não propriamente ao sexo da pessoa.

Assim, a identidade de gênero desempenha um papel central na maneira como o indivíduo concebe e experimenta o mundo e, influenciado pela cultura, apreende características que são socialmente determinadas como femininas ou masculinas.

Historicamente, as relações entre feminilidades e masculinidades são marcadas por manifestações de poder e de dominação do masculino sobre o feminino (BOURDIEU, 1995), produzidas, também, por meio do discurso. Por sua vez, o discurso sempre é produzido em razão das relações assimétricas de poder, que instituem a autoridade e a obediência, em lados opostos (FOUCAULT, 1993).

De Beauvoir à atualidade, houve evolução na luta das mulheres pelos seus direitos, pelo seu espaço no âmbito público e por mudanças no seu espaço privado. Entretanto, a desigualdade de gênero continua vigorando na maioria das sociedades descendentes da sociedade patriarcal. Nessas sociedades, a violência doméstica e familiar contra a mulher consolida-se como um dos mais sérios problemas sociais.

Diante disso e, conforme exposto na introdução deste trabalho, da maneira como fui profissionalmente estimulada a pesquisar mais sobre as questões de gênero, me propus a desenvolver este estudo.

Como em pesquisa nada pode ser dado como pronto e acabado, apresento aqui, por hora, um fechamento da discussão sobre o tema. No entanto, entendo que

há muito mais a ser estudado e discutido a respeito da representação social da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Assim, este capítulo está dividido em três seções. Na primeira, abordo as considerações finais sobre este estudo. Na segunda, apresento as dificuldades enfrentadas para investigar as representações da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS. E, na última seção, apresento algumas sugestões para futuras pesquisas.

## **1 Considerações finais**

Para investigar e interpretar as representações sociais da mulher que sofre ou sofreu agressão praticada por seu (ex-) companheiro/marido em âmbito privado no contexto sócio-histórico de São Borja/RS, procurei responder três questões básicas.

A primeira refere-se às representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS. A segunda diz respeito à influência do contexto sócio-histórico para a construção das representações sociais das feminilidades e das masculinidades em São Borja/RS. E, por fim, a terceira trata dos elementos linguísticos que constroem a representação social da mulher e da violência doméstica e familiar nos BOs, produzidos na Delegacia de Polícia de São Borja.

Essas questões exigiram um estudo profundo da teoria selecionada para desenvolvê-lo e uma compreensão minuciosa do contexto social e histórico de São Borja. Conforme as perspectivas teóricas adotadas, para se compreender a linguagem – e seu(s) sentido(s) - é necessário compreender, antes, o contexto em que ela se insere.

Não posso deixar de mencionar que o contexto investigado era totalmente novo para mim e que a investigação realizada possibilitou-me compreender não somente as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher, mas, também, as peculiaridades da história e da cultura de um povo, da qual passei a fazer parte.

Para (tentar) responder as questões da pesquisa, delineei, a partir de fonte documental e bibliográfica, o contexto sócio-histórico de São Borja/RS, observando as relações existentes entre masculinidades e feminilidades; resgatei o mito Maria

do Carmo e sua representação social na comunidade; e, verifiquei as políticas públicas instauradas no município que objetivam combater as desigualdades de gênero.

Além disso, descrevi o gênero discursivo BO; identifiquei a maneira como as mulheres acometidas de violência doméstica e familiar são representadas socialmente nos BOs, considerando que esse gênero discursivo torna pública a violência contra a mulher e a vida privada do casal e que esse discurso é reportado à fala da comunicante; e, na última etapa, analisei dialogicamente como se constroem as representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar nesse contexto.

Assim, organizei o trabalho em quatro capítulos, além da introdução – onde apresentei também a metodologia da pesquisa – e da presente seção. Na sequência, exponho uma síntese de cada um dos capítulos.

### 1.1 Sobre o capítulo 1

De modo a dar conta da proposta para desenvolver este estudo, inicialmente, tratei das questões de gênero social e da violência contra a mulher. A elaboração desse capítulo possibilitou-me aprofundar o entendimento sobre um problema histórico, que acompanha a evolução da humanidade: a desigualdade de gênero e suas consequências sociais.

Os autores referenciados no capítulo 1, como BOURDIEU (1995; 2004), FOUCAULT (1988; 1993) e SAFFIOTI (2004) concebem o poder como um quesito masculino herdado da sociedade patriarcal, que se manifesta fortemente nas relações conjugais e de afeto entre homens e mulheres. Foucault (1993) afirma que se há poder, há possibilidade de resistência, justamente porque a relação pode se modificar a qualquer momento.

Resistências ao poder e à dominação masculina vêm sendo sócio-historicamente construídas e têm provocado transformações na maneira como as pessoas compreendem as masculinidades e as feminilidades. Assim, os novos traços do perfil masculino colocam em cheque a tradicional representação do



*macho*. Essa mudança ainda é restrita a alguns grupos de homens e, para a maioria, os tradicionais papéis ainda são norteadores de seus comportamentos.

Quanto às feminilidades e masculinidades, Saffioti (2004) critica o uso político da diferença fundada nos argumentos do determinismo biológico e em normatizações feitas a partir de uma marca genital. Com isso, as pessoas são socializadas para manterem o pensamento machista, sexista, estabelecido pelo patriarcado como poder político organizado e legitimado pelo aparato estatal.

A representação social da mulher, historicamente construída, como o sexo frágil ainda se mantém na maioria das culturas e das sociedades do mundo. Entretanto, a consciência social, ou pelo menos uma parcela da sociedade, começou a tomar consciência de que as relações entre mulheres e homens poderiam ser mais equilibradas e que as manifestações de poder e dominação do masculino sobre o feminino, além de corromperem os direitos humanos, provocam uma forte disparidade social.

Como fruto da conscientização sobre o problema da desigualdade de gênero e a conseqüente violência doméstica e familiar contra a mulher, surgiu o movimento feminista em suas diversas fases. Influenciadas por esse movimento, políticas públicas foram desenvolvidas em resposta às manifestações do povo, na tentativa de modificar essa realidade. Entendo, com isso, que representações sociais geram (novas) representações sociais, como conseqüência umas das outras.

A Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, faz parte das políticas públicas brasileiras voltadas ao atendimento à mulher, especialmente à que sofre violência doméstica e familiar. De modo geral, com a criação da Lei, as mulheres vítimas desse tipo de violência encontram o respaldo legal que as encoraja a denunciarem o problema que as acomete. Algumas pesquisas apontam que o índice de registros de ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher aumentou depois da promulgação dessa lei. Isso pode ser considerado um ponto positivo na busca da equidade social e na erradicação da violência contra a mulher.

O Brasil se comprometeu, junto à ONU, em adotar políticas públicas de combate à violência doméstica e discriminação contra a mulher, entretanto as propostas implementadas ainda são tímidas. Diante disso, se fazem necessários esforços públicos e privados para controle desse agravo, com políticas mais efetivas e engajamento da sociedade, contribuindo para o esclarecimento das mulheres quanto aos seus direitos, assistindo com humanização, dignidade e respeito às

vítimas de violência e dando tratamento adequado aos agressores com o intuito de conter o avanço do fenômeno.

A equidade de direitos entre homens e mulheres, tanto na vida pública quanto na vida privada, é uma necessidade emergente. Sua efetividade é desejada, mas se arrasta devido a sua complexidade e porque as relações entre mulheres e homens são permeadas de preconceitos concebidos historicamente na sociedade patriarcal.

Diante disso, resgatei pesquisas que tratassem das noções sobre linguagem, que considero necessárias ao desenvolvimento deste estudo.

## 1.2 Sobre o capítulo 2

No capítulo 2, tratei das acepções teóricas sobre representações sociais, dialogismo ou dialogicidade e o BO, enquanto gênero discursivo. Moscovici (1984) e Marková (2006) concordam que é por meio, principalmente, da linguagem que as representações sociais se manifestam e se disseminam socialmente. Por isso, o dialogismo (BAKHTIN, 1997) ou a dialogicidade (MARKOVÁ, 2006) é o traço distintivo no estudo das representações sociais.

Moscovici (1984) construiu uma teoria que abarca a gênese dos comportamentos sociais e a própria construção do real e Bakhtin (1992; 1997) voltou-se para a interação social mediada pela linguagem. A teoria de Moscovici, de sua seguidora Marková e de Bakhtin compreende indivíduo e sociedade como indissociáveis e veem no contato social a matriz da construção de formas de conhecimento ligadas ao dia-a-dia. O ponto em comum dessas teorias é a interação social, sempre dialógica, que culmina como a premissa maior do interacionismo social.

A teoria das representações sociais volta-se à elaboração do saber popular e do senso comum, compreendendo-os como parte da vida cotidiana das pessoas, ou seja, da história individual e social, da vida afetiva e intelectual. As representações sociais são teorias implícitas que ora expõem ora determinam as atitudes na interação social.

Assim, as representações sociais tratam de um conhecimento diferente do científico, adaptado às necessidades de um contexto social e histórico específico.

Não são meras representações do mundo exterior, são muito mais que isso, pois são entendidas como produtoras da realidade.

No que diz respeito a gênero social, a configuração das representações, socialmente difundidas e partilhadas, do feminino e do masculino é marcada por uma assimetria que se revela na dominância simbólica (BOURDIEU, 1995) do masculino em relação ao feminino, que define exclusivamente o ser mulher. Há opressores e oprimidas na forma como o social constrói a diferenciação assimétrica de feminino e masculino. A concepção dominante, a de masculino, exclui as mulheres, assim como exclui outras categorias, como gays, lésbicas, travestis, entre outros.

Os papéis ensinados desde a infância fazem com que meninos e meninas aprendam a lidar com a emoção de maneira diversa. Os meninos são ensinados a reprimir as manifestações de algumas formas de emoção, como amor, afeto e amizade, e estimulados a exprimir outras, como raiva, agressividade e ciúmes.

As manifestações desses sentimentos são tão aceitas socialmente que, muitas vezes, acabam representando uma licença para atos violentos. Nessa assertiva pode residir uma possível explicação para os atos efetivos de violência contra a mulher e para vários outros problemas decorrentes da desigualdade de gênero.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um dos mais sérios problemas sociais da atualidade, entretanto acompanha a humanidade no decorrer de sua história. Essa recorrência da desigualdade de gênero tem sido motivo de preocupação para as autoridades, que buscam implantar e tornar eficazes medidas e políticas públicas voltadas a sua diminuição e erradicação.

O registro oficial de violência contra a mulher nas delegacias - na maioria das vezes, efetuado pela própria mulher que sofreu a agressão - consolida-se no primeiro passo em busca de solução para esse problema. Por isso, considere importante investigar o gênero discursivo BO, onde se manifestam e são manifestadas representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Essas representações sociais partem do discurso da mulher comunicante do delito e são reportadas ao discurso d@ policial escrevente no histórico do BO. Assim, esse gênero discursivo é caracterizado pelo discurso reportado – concebido

pela voz da mulher, do policial escrevente e da legislação vigente - e por representar publicamente a mulher e a violência doméstica e familiar.

Por se tratar de um estudo de gênero do discurso, em que o discurso propriamente dito só adquire sentido dentro de um contexto específico e que esse contexto determina o sentido do discurso, investiguei o contexto sócio-histórico de São Borja/RS.

### 1.3 Sobre o capítulo 3

No capítulo 3, descrevi o contexto investigado. Durante a colonização do Brasil, São Borja foi um dos povoados que formava os Sete Povos das Missões. Também é conhecido como um dos municípios mais antigos do RS e por ter gerado políticos nobres que ocuparam altos cargos no governo nacional e estadual.

São Borja é tipicamente um município gaúcho de fronteira. Sua cultura, usos e costumes são voltados às tradições do RS. Alguns costumes, assim como a linguagem, são influenciados pela constante interação com os argentinos, principalmente os de Santo Tomé, província de Corrientes.

Nessas terras, muito disputadas em frequentes batalhas e guerras, formou-se um povo com características peculiares. Os homens afirmaram-se como guerreiros viris e altaneiros, defensores do seu patrimônio, do seu pedaço de terra, da sua família e da sua honra. Era construída, então, a representação social do gaúcho *macho* típico dessa região. Do outro lado, como o oposto do homem, em uma sociedade patriarcal, a mulher assume o papel de um ser frágil em suas condições físicas e emocionais. A ela cabia cuidar da família com todo o zelo e submissão.

Nesse contexto, a violência contra a mulher sempre existiu. Muitos casos de agressão de homens contra mulheres e de feminicídios são contados pelo povo. O feminicídio mais conhecido entre os samborjenses é o de Maria do Carmo. A história é conhecida por todos, velhos, adultos e jovens. A representação social do mito é passada de geração a geração. Todo jovem sabe contar algo sobre a santa pagã, que lhe foi passado pelos pais ou avós ou por outras pessoas com idade mais avançada.

Dados estatísticos sobre a população samborjense e a sua constituição sócio-política foram relevantes para que eu passasse a compreender um pouco mais a realidade atual dessa comunidade. Do mesmo modo, elenquei dados sobre a violência doméstica e familiar que assume dimensões públicas. Os registros oficiais de violência contra a mulher representam apenas uma parcela da violência de gênero existente nesse contexto, entretanto são suficientes para se compreender que muitas mulheres sofrem violência doméstica e familiar em São Borja e recorrem às autoridades e instituições responsáveis em busca de ajuda.

Além disso, para melhor entender esse contexto, investiguei as ações públicas tomadas com o propósito de inibir as desigualdades de gênero e prestar atendimento às mulheres em situação de violência. Várias iniciativas estão sendo tomadas em São Borja em um trabalho que vai além da punição prevista legalmente. Essas iniciativas – e entre elas está a implantação do Programa Mulheres Mil no IFF São Borja - objetivam a prevenção e a erradicação desse problema e, principalmente, a inserção social da mulher em condições de subserviência.

O conhecimento e a profissionalização são fortes aliados no combate à violência doméstica e familiar e, conseqüentemente, na representação social de mulheres mais independentes financeiramente, mais seguras socialmente e mais conscientes de seus direitos.

A investigação do contexto de São Borja/RS direcionou-me à análise dos BOs de violência doméstica e familiar contra a mulher, principalmente, no que tange às representações sociais da mulher em situação de violência no âmbito de sua vida privada.

#### 1.4 Sobre o capítulo 4

Como estou tratando de uma análise de gênero do discurso, descrevi e interpretei BOs de violência doméstica e familiar contra a mulher, inseridos no seu contexto específico de produção e no seu contexto sócio-histórico. Nesse sentido, a investigação do contexto se mostrou fundamental para a compreensão da linguagem e das representações sociais, as quais são refletidas e refratadas pela linguagem no contexto social.

Coletei 20 BOs de violência doméstica e familiar contra a mulher, junto à Delegacia de Polícia de São Borja/RS. Como a estrutura organizacional de BOs segue um padrão específico, o foco principal de análise foram os históricos dos BOs. O histórico é a parte do BO que apresenta o discurso reportado à narrativa da mulher comunicante da agressão sofrida. A linguagem utilizada pelo policial escrevente é uma mescla da linguagem técnica policial e da linguagem coloquial, característica dessa região do RS.

Diante da evidência de que a maneira como as ocorrências foram reportadas nos 20 históricos dos BOs são muito semelhantes e não me interessava uma abordagem quantitativa da linguagem e sim qualitativa, estabeleci um recorte no *corpus*. Desse modo, considerei para a análise apenas seis BOs, por apresentarem algum traço distintivo entre eles em relação às escolhas linguísticas para produzi-lo.

Nos históricos dos BOs foi possível verificar a representação social da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ora como *vítima* ora como, simplesmente, *comunicante*. A representação como *vítima* é influenciada pelo contexto sócio-histórico, marcado pela desigualdade de gênero, pelas medidas tomadas para diminuir ou erradicar a violência doméstica e familiar, e pelo contexto específico em que os participantes da interação estão envolvidos.

O gênero do discurso BO possui um papel simbólico - ou representação social - peculiar na sociedade, pois é por meio dele que a violência doméstica e familiar sai do âmbito privado e torna-se pública. Ao ser socializada, a violência ganha visibilidade das autoridades, da mídia, do público geral. Assim, o BO tem um propósito comunicativo que vai além do registro de agressão, pois, por constituir um dado concreto, possibilita o levantamento estatístico do problema e instiga novas medidas das políticas públicas para promover a diminuição e erradicação desse tipo de violência.

Este estudo contribui para a concepção dialógica da linguagem, fio condutor das obras bakhtinianas, pois é pelo dialogismo que interagem os sentidos da palavra, do enunciado. Posicionamentos, valores éticos e morais, sentimentos, entre outros que contribuem para a construção/formação das representações sociais são sempre perpassados pela palavra do *outro*.

As pessoas representam uma determinada cultura por meio dos discursos que produzem e, ao mesmo tempo, são ou estão representadas por ela. É por isso que a linguagem só adquire sentido a partir do contexto em que está sendo utilizada.

O sentido de um discurso está sempre centrado em uma situação histórica, social e concreta, no momento e no lugar de geração do enunciado.

Assim, considero ter respondido os questionamentos que instigaram este estudo e, também, ter alcançado os objetivos propostos para defender a tese de que o contexto sócio-histórico, marcado por relações de poder e de dominação do masculino sobre o feminino, influencia e interfere (n)as representações sociais da mulher em situação de violência e é pela linguagem que essas representações sociais são evidenciadas.

## **2 Limitações da pesquisa**

A proposta inicial deste estudo era investigar a violência doméstica e familiar no contexto de Cruz Alta/RS, onde eu residia na época em que iniciei o curso de doutoramento. Para mim, esse contexto já era relativamente conhecido; eu circulava por ele e interagia nele com bastante tranquilidade.

A maioria das pessoas com as quais eu precisaria manter contato para desenvolver o estudo proposto eram minhas conhecidas e isso, a meu ver, facilitaria muito o trabalho de investigação e a coleta e seleção dos exemplares que constituiriam o *corpus* da pesquisa e que seriam a base da análise linguística.

Assim que ocorreram as mudanças na minha vida profissional e particular e eu passei a residir em São Borja, o primeiro ímpeto foi me deslocar a Cruz Alta para desenvolver a pesquisa, como eu havia planejado. Entretanto, duas questões me fizeram repensar essa decisão: i) a distância entre São Borja e Cruz Alta (252 Km), e ii) a ânsia de conhecer o espaço onde a partir de então eu passaria a residir e a desenvolver minhas atividades profissionais; de um modo ou de outro eu teria que me integrar à sociedade e quanto antes isso acontecesse e quanto mais profunda fosse essa inserção, melhor seria para a minha integração social e profissional.

Preponderou a decisão de realizar a pesquisa em São Borja, o que resultou em um desafio bastante produtivo. O fato de eu ser professora do IFF foi um ponto positivo para eu poder desenvolver a investigação.

A liberação para eu selecionar os exemplares de BO na Delegacia de Polícia exigiu-me vários contatos com o delegado e com a policial responsável pelo Cartório

da Mulher. Essas visitas à Delegacia renderam-me a compreensão desse contexto, especialmente, sobre como se dá a interação entre o público e os profissionais que lhes presta atendimento.

Após eu selecionar os exemplares de BO, a policial responsável pelo Cartório da Mulher excluiu todas as informações capazes de identificar as pessoas envolvidas na ocorrência e me forneceu uma cópia de cada exemplar. Cada exemplar foi impresso direto do arquivo salvo no computador.

Como pesquisadora, sou ciente de que se deve resguardar a identidade das pessoas. No entanto, o que me incomodou foi não poder copiar os arquivos tais quais me foram apresentados, com anotações à caneta em vários espaços dos BOs sobre os procedimentos do processo.

A grande limitação deste estudo, para mim, é relativa ao fato de que os BOs são padronizados e, inclusive, os históricos seguem um modelo, que parece limitar a liberdade discursiva. Por mais que a mulher comunicante disponibilize muitas informações, @ policial escrevente precisa filtrá-las para tornar o discurso adequado ao contexto policial.

Mesmo com algumas limitações, considero este estudo pertinente tanto para o meio acadêmico como para o social, por fornecer vários esclarecimentos sobre a desigualdade de gêneros e a violência doméstica e familiar contra a mulher.

### **3 Sugestões para pesquisas futuras**

Ao longo deste estudo, foi possível observar que ele não se esgota aqui. Há muito a ser pesquisado e discutido sobre a desigualdade de gênero e a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, considero a teoria das representações sociais uma fonte inesgotável que pode possibilitar muitas discussões sobre esse tema.

Uma sugestão para futuros estudos, que talvez me instigue a cursar um pós-doutorado, é a investigação, por meio de questionário ou entrevista pessoal, das representações sociais das masculinidades e feminilidades junto à população de São Borja/RS. Obviamente, seria necessário estabelecer um recorte nessa população e uma possibilidade seria @s discentes do IFF, devido à facilidade de



contato e por se constituir em um público bastante diversificado em relação à idade, grau de instrução e situação social e financeira.

Outro estudo interessante seria sobre o Programa Mulheres Mil, especificando o que é o Programa, seus objetivos, sua funcionalidade, sua organização e como ele tem atingido a população local. Para verificar as representações sociais, poderia ser sugerida a produção de um texto autobiográfico pelas mulheres no início do curso e outra no final do curso. O paralelo entre suas representações no primeiro e no segundo texto poderia nortear a verificação dos benefícios (ou não) do curso oferecido pelo Programa a essas mulheres. O próximo grupo de mulheres que o IFF São Borja pretende contemplar com o Programa Mulheres Mil é constituído pelas recicladoras de materiais recicláveis ligadas ao CRAS.

Além dessas possibilidades, a teoria das representações sociais impulsiona-me a sugerir a interpretação de depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Em várias conversas informais com mulheres que já foram agredidas por seus (ex-) companheiros e com algumas que foram abusadas sexualmente por algum familiar, obtive êxito ao convidá-las a participarem de uma pesquisa centrada em seus depoimentos e elas se dispuseram a relatar suas histórias.

Diante dessas sugestões, considero que este estudo não está concluído. Ele é apenas o começo de uma série de outros estudos que poderão se originar a partir dele. Espero, contudo, ter contribuído para a produção de pesquisas já existentes sobre o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher e para pesquisas centradas no mesmo referencial teórico, do qual me apropriei para desenvolver este estudo. Espero, também, ter influenciado novos pesquisadores (ou veteranos) a discutir o tema, expandindo-o e originando novas pesquisas, que de algum modo poderão contribuir para a equidade de gênero.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J. M. **Les texts: types et prototypes**. Paris: Nathan, 1992.

ALKIMIN, H. R. de. **Boletim de ocorrência: uma arena discursiva em exame**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte/MG: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

ALVES, F. da M. **Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma nova proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. Teresina: Jus Navigandi, ano 10, n. 1133, 8 de ago. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8764> Acesso em 20 de Jun. de 2010.

AMÂNCIO, L.; OLIVEIRA, J. M. de. **Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social**. Revista Estudos Feministas [online], Florianópolis, 14(3): 272, p. 597-614, Set./Dez. de 2006.

ARAÚJO, A. D. Uma análise da polifonia discursiva em resenhas críticas acadêmicas. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**, SP: EDUSC, p. 141-158, 2002.

ARAÚJO, M. de F.; MARTINS, E. J. S.; SANTOS, A. L. dos. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (Orgs). **Gênero e violência**. SP: Arte e Ciência, p. 17-36, 2004.

ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (Orgs.). **Gênero e Violência**. SP: Arte e Ciência, 2004.

ARRUDA, A. **Representações das mulheres no imaginário brasileiro da colonização ao surgimento da nação**. Cadernos do CRH. UFBA, Salvador, n. 33, p. 49-73, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, Nov. de 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Questões de estética e literatura**. SP: UNESP/Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALTAR, M. **Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal em sala de aula**. Caxias do Sul: Educsc, 2006.

BARROS, D. L. de. **Teoria semiótica de texto**. SP: Ática, 2001.

BARSTED, L. L. Aspectos sociais da Lei Maria da Penha. In: **Anais da II Jornada da**

**Lei Maria da Penha.** Conselho Nacional de Justiça, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Reforma do Judiciário. Ministério da Justiça, 2008.

BAUER, R. **Lei da liberdade.** Interpretação: Rodrigo Bauer. DVD do Festival RS Mulher em Canto, Imbé, 2009.

BAUMAN, M. L. **The evolution of internet genres.** Computers and composition, n. 16, p. 269-282, 1999.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Tradução de S. Milliet. RJ: Nova Fronteira, 1980a.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida.** Tradução de S. Milliet. RJ: Nova Fronteira, 1980b.

BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista, a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Allison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, corpo e conhecimento.** RJ: Rosa dos Tempos, p. 225-241, 1997.

BISOL, A. L. W. **Representações de gênero na publicidade turística.** Dissertação de Mestrado. Pelotas/RS: Universidade Católica de Pelotas, 2004.

BOEL, V. R.; AGUSTINI, C. L. H. **A mulher no discurso jurídico: um passeio pela legislação brasileira.** Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4208/3149> Acesso em 20 de Mar. de 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz. RJ: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J.; MAYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.) **Gênero e saúde.** PoA/RS: Artes Médicas, p. 28-40, 1996.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina.** Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 133-184, Jul./Dez., 1995.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia.** Lisboa: Fim de século – Edições Sociedade Unipessoal Ltda, 1984.

BRAGHINI, L. **Cenas repetitivas de violência doméstica.** SP: Unicamp, 2000.

BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos chave.** SP: Contexto, 2005.

BRANDÃO, E. R. **Renunciantes de direitos?** A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da Delegacia da Mulher. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 207-231, 2006.

\_\_\_\_\_. “Eu quero saber quais são meus direitos”: a complexa trama entre cidadania e lógica familiar. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R. de; JAEGER, F. P. (Orgs).

**Violência, Gênero e Políticas Públicas.** PoA/RS: EDIPUCRS, p. 85-100, 2004.

BRASIL. **Portaria 1015**, de 21 de Julho de 2011. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/legislacao-2/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf> Acesso em 30 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_. **Lei 11.892**, de 29 de Dezembro de 2008. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm) Acesso em 28 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha.** Lei 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em 28 de Jul. de 2010.

\_\_\_\_. **Lei 10.886**, de 17 de Junho de 2004. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/.../Lei/L10.886.html> Acesso em 28 de Jul. de 2010.

\_\_\_\_. **Projeto de Lei 4559**, de 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileq/Prop.Detalhe.asp?id=272058> Acesso em 28 de Jul. de 2010.

\_\_\_\_. **Lei 9.099**, de 26 de Setembro de 1995. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9099.html> Acesso em 12 de Out. de 2010.

\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.

\_\_\_\_. **Código Penal.** Decreto-lei n. 2.848, de 07 de Dezembro de 1940. Presidência da República. Disponível em: <http://planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em 12 de Set. de 2010.

\_\_\_\_. **Código Civil.** Lei 3.071 de 1º de Janeiro de 1916. DOU de 05/01/1916. Presidência da República. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/11/1916/3071.htm> Acesso em 12 de Set. de 2010.

\_\_\_\_. **Código Criminal do Império do Brasil**, de 1840. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> Acesso em 16 de Jul. de 2010.

\_\_\_\_. **Comitê da Convenção sobre todas as formas de Discriminação contra as mulheres** – CEDAW. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/committee.html> Acesso em 21 de jun. de 2010.

BUSSOLETTI, D.; GUARESCHI, P. **Entre-lugares de verdades perigosas: a teoria**

das representações sociais, a dor do outro e a dialogicidade ainda possível. Revista Em Questão, PoA/RS, v. 17, n. 1, p. 63-76, Jan/Jun de 2011.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. RJ: Civilização Brasileira, 2010.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L.; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. de. **Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional.** RAE-eletrônica, v. 3, n. 2, Art. 22, Jul./Dez. de 2004.

\_\_\_\_\_. **Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação para a análise das organizações.** Revista Organizações Rurais e Agroindustriais, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.

CARNEIRO, A. A.; FRAGA, C. K. **Mulheres vítimas de violência doméstica em São Borja: o mapeamento do percurso pela proteção legal.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar. São Borja/RS: Universidade Federal do Pampa, 2011.

CARREIRA, D.; PANDJIARJIAN, V. **Vem pra roda! Vem pra rede!:** guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. SP: Rede Mulher de Educação, 2003.

CARVALHO, D. B. **Representações, dialogicidade e linguagem como questões centrais da psicologia social: uma teoria psicossocial da mente.** Psicologia e Sociedade, v. 21, n. 1, p. 145-148, 2009.

CAZARIN, T. **A construção do masculino em culturas regionais – um estudo da identidade de gênero em canções gauchescas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Goiânia/MT: Universidade Federal do Mato Grosso, 2006.

CENSO 2010 – IBGE. **Primeiros dados divulgados.** Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros-dados-divulgados/index.php?uf=43> Acesso em 02 de Nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04.11.2010.** Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=43](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43) Acesso em 23 de Out. de 2010.

CENSO 2009 – IBGE. **Dados divulgados.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf) Acesso em 23 de Out. de 2010.

CENTRO Feminista de Estudos e Assessoria. **Portal Cfêmea.** Disponível em: <http://www.cfemea.org.br>. Acesso em 15 de Out. de 2011.

CHARTIER, R. **O mundo como representação.** Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Estudos Avançados, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CLIMENE, L. C.; BURALLI, K. O. **Violência familiar contra crianças e adolescentes**. Salvador: Ultragraph, 1998.

COELHO, M. do C. P. **As narrações da cultura indígena da Amazônia: lendas e histórias**. Tese de Doutorado. SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

COLASANTI, M. **Doze reis e a moça no labirinto do vento**. RJ: Global Editora, 2000.

COLLING, A. M. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. PoA/RS: EDIPUCRS, p. 13-38, 2004.

\_\_\_\_. **Violência contra a mulher**. Palestra proferida na Semana Acadêmica de Pedagogia. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 12 de Jun. de 2002.

\_\_\_\_. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. RJ: Rosa dos Ventos, 1997.

CONVENÇÃO Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. **“Convenção de Belém do Pará” (1994)**. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>  
Acesso em 25 de Jun. de 2010.

COORDENADORIA de Políticas Públicas para a Mulher. **Viva Mulher**. Disponível em: <http://www.saoborja.rs.gov.br>. Acesso em 26 de Set. de 2011.

CORRÊA, M. C. **Escrita: esse obscuro objeto do desejo**. Tese de Doutorado. PoA/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CORRÊA, M. C.; DE CONTO, J. M. **Lei Maria da Penha: um estudo de gênero textual e de representações sociais**. Expressão – Revista do Centro de Letras e Artes. Santa Maria: UFSM, v. 1, p. 89-100, Jan./Jul. de 2010.

CORREIO BRAZILIENSE. **Fácil de matar**. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br> Acesso em 22 de Set. de 2011.

CORREIO DO POVO. **Pesquisa IBGE – um Brasil cheio de contrastes**. PoA/RS, 17 de Nov. de 2011. p. 20.

COSTA, M. I. P. **A terminologia policial e a macroestrutura predominante no histórico do registro de ocorrência**. Disponível em: [http://www.fazendogenero8.ufsc.br/lt/LT8/Maria\\_Izabel\\_Plath\\_da\\_Costa08.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/lt/LT8/Maria_Izabel_Plath_da_Costa08.pdf)  
Acesso em 05 de Nov. de 2010.

COSTA, V. H. C. **Construções de representações sociais da masculinidade entre homens em anúncios eletrônicos: um estudo a partir da avaliatividade**. Tese de Doutorado. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

COUTO, S. M. A. **Violência doméstica: uma nova intervenção terapêutica**. MG:

Autêntica, 2005.

DE CONTO, J. M. O agir prescrito na Lei Maria da Penha. **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Palhoça/SC: Universidade do Sul de Santa Catarina, Out. de 2010. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigo/Janete20%de%20conto.pdf> Acessos em várias datas em 2010 e 2011.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. SP: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIDIER, M. C. C. **Narrativas e representações sociais sobre a atuação fonoaudiológica na escola**. Dissertação de Mestrado. Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2006.

DUARTE, H. **O retrato dos brasileiros**. Disponível em <http://jornalhoje.globo.com/JHOJE/0,19125/VJSO-3076-20060412-160865,00.html>. Acesso em 20 de set. de 2006.

DURKHEIN, É. **Educação e sociologia**. SP: Melhoramentos, 1978.

DURÕES, S. J. A.; MOURA, J.M. **Alguns tipos de violência contra as mulheres em Montes Claros/MG**: análise de indicadores da delegacia de repressão aos crimes contra a mulher. Revista Unimontes Científica, v. 6, n. 2, Jul./Dez. de 2004.

ÉRNICA, M. Hipótese sobre o funcionamento dos mundos e dos tipos discursivos nos textos artísticos. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. SP: Mercado de Letras, p. 127-144, 2007.

FAGUNDES, A. A. **As santas prostitutas**: um estudo de devoção popular no Rio Grande do Sul. PoA/RS: Martins Livreiro, 2003.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. SP: Parábola Editorial, 2009.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. RJ: Vozes, p. 31-59, 1995.

FEITOZA, J. S. O.; ARAÚJO, K. D. T. de; FEITOZA, A. M. O.; OLIVEIRA, V. M. de. Proposta de estudo das Representações Sociais de docentes/facilitadores sobre o processo grupal. **Anais do XIII SIMPEP**. Bauru, SP. 6 a 8 de Nov. de 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais-13/artigos/1033.pdf> Acesso em 05 de abril de 2011.

FERNANDES, J. D.; FERREIRA, S. L.; ALBERGARIA, A. K. **Saúde mental e trabalho feminino**: imagens e representações de enfermeiras. Revista Latino-Americana Enfermagem, v. 10, n. 2, Ribeirão Preto, Mar./Abr. de 2002. Disponível

em: [http://www.sielo.br/sielo.php?script=sci\\_arttext&pid=SO104-11692002000200012](http://www.sielo.br/sielo.php?script=sci_arttext&pid=SO104-11692002000200012) Acesso em 11 de setembro de 2011.

FERNANDES, M. da P. M. **Sobrevivi... posso contar**. Fortaleza: Edição do Autor, 1994.

FERRAZ, D. A. de S.; ARAÚJO, M. de F. Gênero e saúde mental: desigualdade e iniquidades. In: ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (Orgs). **Gênero e Violência**. SP: Arte e Ciência, p. 53-67, 2004.

FERRAZ, M. M. S. **Curvas perigosas**: a representação da subjetividade nos cartuns de Maitena. Tese de Doutorado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

FINO, C. N. **A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais**. Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2011.

FISCHER, R. M. B. Mídia e educação da mulher: modos de enunciar o feminino na TV. Revista Estudos Feministas [online], v. 9, n. 2, p. 586-599, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8642.pdf> Acesso em 25 de Ago. de 2010.

FLASHSB. Disponível em <http://www.flashsb.com.br/?setor=18&N+1741> Acesso em 07 de Nov. de 2010.

FLOR do deserto. Produção de Peter Herrmann e direção de Sherry Horman. Reino Unido/Alemanha/Áustria: Imovision. 1 DVDRip (124min). Legendado em português.

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. PoA/RS: Nova Dimensão, 1996.

\_\_\_\_\_. **Colonialismo e missões jesuíticas**. PoA/RS: EST, 1983.

FOLHA DE SÃO BORJA. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 23 de Set. de 2010. p. 15.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 18 de Set. de 2010. p. 22.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 31 de Julho de 2010. p. 18.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 28 de Julho de 2010. p. 19.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 24 de Julho de 2010. p. 18.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 21 de Julho de 2010. p. 18.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 17 de Julho de 2010. p. 20.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 14 de Julho de 2010. p. 18.

\_\_\_\_\_. **Polícia**. São Borja: Jornal Folha de São Borja, 10 de Julho de 2010. p. 22.



- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 07 de Julho de 2010. p. 19.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 03 de Julho de 2010. p. 19.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 30 de Junho de 2010. p. 18.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 26 de Junho de 2010. p. 17.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 23 de Junho de 2010. p. 20.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 19 de Junho de 2010. p. 18.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 16 de Junho de 2010. p. 22.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 12 de Junho de 2010. p. 18.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 09 de Junho de 2010. p. 21.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 05 de Junho de 2010. p. 19.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 02 de Junho de 2010. p. 17.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 29 de Maio de 2010. p. 18.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 26 de Maio de 2010. p. 22.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 22 de Maio de 2010. p. 19.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 19 de Maio de 2010. p. 18.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 15 de Maio de 2010. p. 21.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 12 de Maio de 2010. p. 18.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 08 de Maio de 2010. p. 19.
- \_\_\_\_. **Polícia.** São Borja: Jornal Folha de São Borja, 05 de Maio de 2010. p. 18.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** RJ: Graal, 1993.
- \_\_\_\_. **Microfísica do poder.** RJ: Graal, 1988.
- \_\_\_\_. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1975.
- FOURTH WORLD CONFERENCE ON WOMEN, Beijing, 1995. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing> Acesso em 22 de Maio de 2011.
- FUNCK, S. B.; WILDHOLZER, N. (Orgs.) **Gêneros em discurso da mídia.** Florianópolis: Editora das Mulheres, 2005.

FUZER, C. **Linguagem e representação social nos autos de um processo penal:** como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. Tese de Doutorado. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

GASPARETTO JUNIOR, A. **Patriarcalismo – sociedade.** Infoescola, 2010. Disponível em <http://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo>. Acesso em 25 de Jul. de 2011.

GASTMANN, D. H. **A Lei Maria da Penha e o processo de denúncia de mulheres acometidas pela violência doméstica e familiar.** Trabalho Final de Graduação. Santa Maria/RS: Universidade Franciscana, 2007.

GAUDIO, E. V. **Representações Sociais:** uma teoria em construção. Disponível em: <http://www.neaad.ufes.br/subsite/psicologia/obs12eduardo.htm> Acesso em 29 de Out. de 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz.** SP: Record, 1996.

GROSSI, P. K. Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupos de homens agressores. In: GROSSI, P. K.; WERBA, G. C. (Orgs.). **Violências e Gênero:** coisas que a gente não gostaria de saber. PoA/RS: EDIPUCRS, p. 95-106, 2001.

GROSSI, P. K.; WERBA, G. C. (Orgs.). **Violências e Gênero:** coisas que a gente não gostaria de saber. PoA/RS: EDIPUCRS, 2001.

GROSSI, M. **O significado da violência nas relações de gênero no Brasil.** Sexualidade, Gênero e Saúde. v. 2, n. 4, 1995.

GUARESCHI, P. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais.** RJ: Vozes, p. 191-225, 1995.

\_\_\_\_\_. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade.** Petrópolis, RJ: Vozes, p. 149-161, 1998.

GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais.** RJ: Vozes, 1995.

GUIA TURÍSTICO DE SÃO BORJA. Disponível em <http://www.saaborja.rs.gov.br> Acesso em 30 de Set. de 2010.

GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Orgs.) **O interacionismo sociodiscursivo.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar.** Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.

HAGEN, A. M. M; GRIZA, A. **Quem procura a polícia e para quê?** Análise de Boletins de Ocorrência em Porto Alegre. Revista Perspectivas, SP, v. 36, Jul./Dez. de

p.121-153, 2009.

HARRÉ, R. Gramática e léxicos, vetores das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. RJ: EdUERJ, p. 105-120, 2001.

HERMANN, J.; BARSTED, L. L. **O judiciário e a violência contra a mulher** – a ordem legal e a (des)ordem familiar. RJ: CEPIA, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia-visualiza.php?nde-noticia=1766>  
Acesso em 02 de Nov. de 2011.

JARDIM, R. **Políticas públicas de combate à violência contra a mulher: em busca de novas estratégias de ação**. Trabalho de Conclusão de Curso. PoA/RS: Fundação Irmão José Otão, 2006.

JESUS, S. N. de. **Discurso policial: a subjetividade em boletins de ocorrências (sob a perspectiva da violência doméstica)**. Curitiba/PR: CRV, 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso policial: a subjetividade em boletins de ocorrência. Anais do IV SEAD** – Seminário de Estudos em Análise do Discurso. PoA/RS: UFRGS, 2009.

JODELET, D. **As representações sociais**. RJ: Ed. UERJ, 2001.

JOVCHELOVITC, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

KATO, S. L. de (Org.). **Manual de capacitação multidisciplinar** - (Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha). Cuiabá: TJMT, 2008.

KNOLL, G. F. **Relações de gênero na publicidade: palavras e imagens constituindo identidades**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

KOZEL, S. Representação e ensino: aguçando o olhar geográfico para os aspectos didático-pedagógicos. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais, vivências, imaginações e representações**. Salvador, EDUFBA, p. 77-83, 2007.

LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário de Língua Portuguesa**. SP: Nova Cultural, 1992.

LAZAROTTO, D. **História do rio Grande do Sul**. PoA/RS: Sulina, 1982.

LEE, R. **Pagu**. Interpretação: Rita Lee. CD. Universal Music, 2000.

LEVINE, M. E. **The four conservation principles of nursing**. Nursing Forum, n. 6, p. 45-49, 1967.

LIMA FILHO, A. de A. **Lei Maria da Penha: comentários à lei de violência doméstica**

e familiar contra a mulher. SP: Mundo Jurídico, 2007.

LIMA, M. G. de; QUEIROZ, F. M. de. Lei Maria da Penha em Mossoró – RN: limites e possibilidades ao combate à violência contra a mulher. **Fazendo o gênero 8** – corpo, violência e poder. Florianópolis, agosto de 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST11/Marwyla\\_Gomes\\_de\\_Lima.11.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST11/Marwyla_Gomes_de_Lima.11.pdf) Acesso em 14 de Maio de 2010.

LIU, L. **Sensiting concept themata and shareness**: a dialogical perspective of social representations. Journal for the theory of social behavior, v. 34, n. 3, p. 249-264, 2004.

LOPES, G. S. Diálogos entre Bakhtin e Bourdieu: o jogo de vozes entre narrador e personagem feminina, em Pedro e Paula de Helder Macedo. **Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC** – Tessituras, Interações e Convergências. SP: USP, 2008.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. BH: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e poder. In: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, p. 37-56, 1997.

LUCCA, M. B. C. **A referenciação no texto legal**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 2007. Disponível em <http://www.pucminas.br> Acesso em 16 de Abr. de 2010.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos e debates. SP: Parábola Editorial, p. 237-259, 2005.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2011. **Caderno complementar 2** – homicídios de mulheres. Instituto Sangari. Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia> Acesso em 12 de Set. de 2011.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2010. Instituto Sangari. Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia> Acesso em 12 de Set. de 2011.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. RJ: Lucerna, 2005.

\_\_\_\_\_. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. SP: Cortez, 2004.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Tradução: Hélio Magri Filho. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

MATENCIO, M. de L. M. Textualização, ação e atividade: reflexões sobre a abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. SP: Mercado de Letras, p. 51-64, 2007.

MELO, A. L. **Boletim de Ocorrência e Termo Circunstanciado de Ocorrência**. Revista Consultor Jurídico, de 15 de Jan. de 2010. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2010> Acesso em 20 de Out. de 2010.

MELO, R. de. **Delegacia de polícia: defesa da mulher? Um enfoque dialógico**. Dissertação de Mestrado. SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

MENDES, C. **BO é desnecessário em casos não penais**. Revista Consultor Jurídico, de 07 de Fev. de 2009. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2010> Acesso em 20 de Out. de 2010.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. RJ: Editora Fiocruz, 2006.

\_\_\_\_\_. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. RJ: Vozes, p. 89-111, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO – RS. **Lei 12.567 de 13 de Julho de 2006**. Disponível em: [http://www.mtg.org.br/documento/leis\\_decretos/lei12567.doc](http://www.mtg.org.br/documento/leis_decretos/lei12567.doc). Acesso em 19 de Nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.719 de 07 de Janeiro de 2002**. Disponível em: [http://www.mtg.org.br/documento/leis\\_decretos/lei12567.doc](http://www.mtg.org.br/documento/leis_decretos/lei12567.doc). Acesso em 19 de Nov. de 2011.

MINUANO ONLINE – O jornal da comunidade. **RS Mulher em canto**. Disponível em: <http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=34216xdata=xvolta> Acesso em 15 de Nov. de 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Tradução: Pedrinho Guareschi. RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Notes towards a descriptions of social representations**. European Journal of Social Psychology, v. 18, p. 211-250, 1998.

\_\_\_\_\_. The phenomenon of social representations. In: **Social representations**. Editado por Farr, R. M.; Moscovici, S. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B.V. **Psicologia social, representações sociais e métodos**. Revista Temas em Psicologia da SBP, v. 8, n.3, p. 287-299, 2000.

OBSERVATÓRIO Brasil da igualdade de gênero. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br> Acesso em várias datas de 2010 e 2011.

OLIVEIRA, E. A. C. de. **A expressão da identidade feminina no gênero musical funk**. Disponível em [http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem\(cd\)Port/45.pdf](http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem(cd)Port/45.pdf) Acesso em 21 de

Set. de 2008.

OLIVEIRA, F.; WERBA, G. **Representações sociais**. In: STREY, M. N. et al. (Orgs.) **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis/RJ: Vozes, p. 104-117, 2001.

OLIVEIRA, I. S. de. **Questões de representações e posições discursivas**. Estudos Linguísticos, p. 1187-1192, 2004.

OLIVEIRA, J. M., AMÂNCIO, L. **Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social**. Revista Estudos Feministas [online], Florianópolis, v. 14, n. 3: 272, p. 597-615, Set./Dez. de 2006.

OLIVEIRA, N. S. B. S. de. **Representações Sociais e Sociedades: a contribuição de Serge Moscovici**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55. SP, Jun. de 2004. Disponível em: [http://www.sielo.br/sielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0102-69092004000200014](http://www.sielo.br/sielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-69092004000200014) Acesso em 15 de Nov. de 2011.

OLIVEIRA, R. D. de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. SP: Brasiliense, 1999.

OSTERMANN, A. C. **Análise da conversa (aplicada) como uma abordagem para o estudo da linguagem e gênero: o caso dos atendimentos a mulheres em situação de violência no Brasil**. Athenea Digital, n. 14, p. 245-266, outono de 2008. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/537> Acesso em 20 de Set. de 2010.

OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. SP: Parábola Editorial, 2010.

PALAVEZZINI, J. **O outro lado da violência**. Sociedade e cultura, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/> Acesso em 15 de Out. de 2011.

PEREIRA, H. B. C. **Michaelis: dicionário escolar espanhol**. SP: Melhoramentos, 2002.

PETERS, G. **Habitus, reflexividade e o problema do neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu**. Cadernos Sociofilo, IESP-UERJ, 2011. Disponível em: [http://www.sociofilo.iesp.uerj.br/?page\\_id=181](http://www.sociofilo.iesp.uerj.br/?page_id=181) Acesso em 15 de Nov. de 2011.

PIRES, V. L. A crise do macho: reflexo das relações de gênero. In: **Anais 17° COLE**. Campinas: 17° COLE, p. 1-17, 2009.

\_\_\_\_\_. Práticas sociais de gênero mediadas pela linguagem e pela cultura. In: 16° Congresso de Leitura do Brasil – In: **Anais 16°COLE**. Campinas: 16°COLE, p. 1-12, 2008.

\_\_\_\_\_. **A representação discursiva das subjetividades de gênero na mídia publicitária**. Disponível em

[http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST8/Vera\\_Lucia\\_Pires\\_08.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST8/Vera_Lucia_Pires_08.pdf) Acesso em 15 de Ago. de 2010a.

\_\_\_\_. **Práticas sociais de gênero mediadas pela linguagem e pela cultura.** Disponível em: [http://www.alb.com.br/anais16/sem05pdf/sm05ss02\\_02.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem05pdf/sm05ss02_02.pdf) Acesso em 19 de Ago. de 2010b.

PORTAL Brasil. **Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).** Disponível em <http://www.sepm.gov.br> Acesso em diversas datas em 2010 e 2011.

\_\_\_\_. **Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).** Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Disponível em <http://www.sepm.gov.br> Acesso em 15 de Out. de 2011.

PORTAL da Delegacia Online RS. Disponível em <http://www.dol.rs.gov.br> Acesso em 23 de Out. de 2010.

PORTAL MEC. **Plano Brasil sem Miséria 2011.** Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/brasilsemiseria> Acesso em 16 de Nov. de 2011.

PORTAL ODM (Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). **Relatórios Dinâmicos** – Indicadores Municipais. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/perfilmunicipal/saoborja-rs> Acesso em 02 de Nov. de 2011.

PORTAL violência contra a mulher. Disponível em <http://www.copodeleite.rits.org>. Acesso em 22, 29 de Ago. e 20, 21, 27, 28 de Set. De 2008.

PORTO, P. R. da F. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/06: análise crítica e sistêmica.** PoA/RS: Livraria do Advogado Editora, 2007.

POSSAMAI, P. **A vida cotidiana na Colônia do Sacramento.** Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

PRADO, G. do V. T. Documentos oficiais e gêneros do discurso – rumo a novas práticas discursivas. In: **Anais da III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural.** SP: Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. **Casamento Comunitário.** Disponível em: <http://www.saoborja.rs.gov.br> Acesso em 30 de Maio de 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SPM. **Centro de Referência de Atendimento à Mulher.** Norma técnica de padronização. Brasília/DF: SPM, 2006. Disponível em: <http://www.spmulheres.gov.br> Acesso em 15 de Nov. de 2011.

MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO e CULTURA - MEC. **Programa Mulheres Mil.** Disponível em: <http://www.programamulheresmil.mec.gov.br> Acesso em várias datas em 2011.

QUEVEDO, J. **Rio Grande do Sul** – aspectos das missões. PoA/RS: Martins

Livreiro, 1991.

QUEVEDO-CAMARGO, G. **Análise linguístico-discursiva das competências em um texto institucional.** Revista X, v. 2, 2007.

RECHTMAN, M.; PHEBO, L. **Violência contra a mulher.** Artigo postado em 2004. Disponível em: [http://www.isis.cl/Feminicidio/doc/docviolencia\\_mulhe%8A%E9s\\_rechtman.pdf](http://www.isis.cl/Feminicidio/doc/docviolencia_mulhe%8A%E9s_rechtman.pdf) Acesso em 11 de Jun. de 2009.

REVISTA Marie Claire. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/marieclaire/0,6993EML831416-17-40-2,00.html> Acesso em 10 de Out. de 2010.

RIFIOTIS, T. **As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, Jan./Jun., p. 85-119, 2004.

ROCHA, C. R. M.; TASSIANO, C. M. L. M.; SANTANA, J. S.S. Acompanhamento dos adolescentes na família. ABEn. Associação Brasileira de Enfermagem. **Adolescer - compreender, atuar, acolher.** Brasília – DF: Associação Brasileira de Enfermagem, Ministério da Saúde, p. 38-44, 2001.

RODRIGUES, A.; QUIROGA, R. **Mulher Missioneira.** Interpretação: Nina França. DVD do Festival RS Mulher em Canto, Imbé, 2009.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates.** SP: Parábola Editorial, p. 152-183, 2005.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates.** SP: Parábola Editorial, p. 184-207, 2005.

\_\_\_\_\_. **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs.** SP: Mercado de Letras, 2000.

ROJO, R.; SCHNEUWLY, B. **As relações oral/escrita nos gêneros orais formais e públicos: o caso da conferência acadêmica.** Revista Linguagem em (Dis)curso, v. 6, n. 3, Set./Dez. de 2006. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0603/06.html> Acesso em 22 de Out. de 2010.

RS. **Lei n. 11.719 de 07 de Janeiro de 2002.** (Atualizada até a Lei n. 12.567, de 13 de Julho de 2006). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp> Acesso em 10 de Ago. de 2011.

RUSSEL, D. E. H.; RADFORD, J. **Femicide: the politics of woman killing.** New York: Twayne Pub., 1992.



SABIRÓN, F. **Estrutura de un proyecto de investigación em Etnografía de a Educación (I)**. Revista Europea de Etnografía da Educação, v. 1, p. 27-42, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos e Ensino/Ciências Sociais/ FLACSO – Brasil – Jun. de 2009.

\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: MORAES, M. L. Q. de. (Org.) **Cadernos Pagu: desdobramentos do feminismo**. SP: Unicamp, v. 16. p. 115-136, 2001.

\_\_\_\_. Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, H. I. B.; MUNÕZ-VARGAS, M. (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. RJ/Brasília: Rosa dos Tempos, p. 271-283, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero, poder e impotência**. RJ: Revinter, 1999.

SALES, C.; JANE, C.; OLIVEIRA, M. L. **Representações sociais da Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://eventosufrpe.com.br/jepex2009/resumos/R1103-1.pdf> Acesso em 17 de Abr. de 2010.

SÃO BORJA/RS. **Lei n. 4.061**, de 03 de Jul. de 2009. Disponível em: <http://www.saaborja.rs.gov.br/portal/imagens/stories/LeisDecretos> Acesso em 23 de Set. de 2011.

SCHRAIBER, L. B.; D' OLIVEIRA, A. F. L. P. **Violência contra mulheres: interfaces com a saúde**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 3, n. 5, 1999.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação e Realidade. v. 20, n. 2, 1995.

SECRETARIA de Políticas para Mulheres (SPM). Disponível em: <http://www.spm.rs.gov.br> Acesso em 15 de Out. de 2011.

SILVA, C. M. de O. G. **Transformações e resistências sociais na vida de mulheres brasileiras**. Dissertação de Mestrado. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

SILVA, M. **O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda**. SP: Contexto, 2008.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** SP: Cortez, 1992.

SILVA RILLO, A.; O'DONNELL, F. M. **Populário são-borjense autografado**. PoA/RS: Martins Livreiro, 1991.

SOARES, V. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In:

VENTURI, G.; RECAMÁN M.; OLIVEIRA, S. de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 161-182, 2004.

SOERENSEN, C. **A profusão temática em Mikhail Bakhtin**: dialogismo, polifonia e carnavalização. Revista Travessias. Cascavel/PR: Unioeste, 2009. Disponível em <http://www.unioeste.br/travessias> Acesso em 22 de Jun. de 2010.

SOUZA, L. V. de. **O contexto do agir de linguagem**. Revista Solta a Voz, v. 18, n. 1, p. 69-78, 2007.

SPRADLEY, J. **The ethnographic Interview**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

STRATHERN, M. **O gênero da dádiva**. SP: Ed. Unicamp, 2007.

STREET, D. **Mea culpa**. SP: Planeta, 2006.

STREY, M. N. Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Orgs.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. PoA/RS: EDIPUCRS, p. 129-148, 2004.

STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Orgs.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. PoA/RS: EDIPUCRS, 2004.

SWAIN, T. N. **Feminismo e representações sociais**: a invenção das mulheres nas revistas "femininas". Revista História: questões e debates, Curitiba/PR: Editora da UFPR, n. 34, p. 11-44, 2001.

TEDESCHI, L. A. **A história das mulheres e as representações do feminino**. Campinas/SP: Curt Nimuendajú, 2008.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O que é Violência contra a Mulher**. SP: Brasiliense, 2003.

THOMPSON, J. B. **Ideology and modern culture**. Cambridge: Polity Press, 1990.

TOURINHO, F. da C. **Processo Penal 1**. SP: Saraiva, 2005.

TRISTÃO, R. M. de S. **O Boletim de ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção da referência**. Dissertação de Mestrado. MG: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

VENTURINI, G. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIEIRA, A. C. **O discurso citado**: outras reflexões. Disponível em: [http://mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto\\_todasasletras/inicie/AlexandraCardosoVieira.pdf](http://mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/AlexandraCardosoVieira.pdf) Acesso em 28 de Set. de 2010.

VIEIRA, A. N. G. **Mulheres na linha de pobreza inseridas no cenário globalizado: como elas constroem seus discursos.** Dissertação de Mestrado. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

VOLPI NETO, A. **Ata notarial de documentos eletrônicos.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 369, 11 Jul. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5431> Acesso em 20 de Out. de 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** SP: Martins Fontes, 1987.

WERBA, G. C.; STREY, M. N. Longe dos olhos, longe do coração...: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas.** PoA/RS: EDIPUCRS, p. 71-82, 2001.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na reimaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Allison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, corpo e conhecimento.** RJ: Rosa dos Tempos, 1997.

XAVIER, I. **O interacionismo sociodiscursivo em produção de texto no processo seletivo de vestibular.** Dissertação de Mestrado. MG: Faculdade de Letras da universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ZERO HORA. **Raio X na segurança.** Balanço aponta queda nos homicídios. PoA/RS, 12 de Maio de 2011.

**ANEXOS**

## ANEXO 1

Lei 11340/06



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

[LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.](#)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

## TÍTULO II

### DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

#### CAPÍTULO II

### DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

#### CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

### TÍTULO III

#### DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

#### CAPÍTULO I

#### DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no [inciso III do art. 1º](#), no [inciso IV do art. 3º](#) e no [inciso IV do art. 221 da Constituição Federal](#);

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

## CAPÍTULO II

### DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

## CAPÍTULO III

### DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:



I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

## DOS PROCEDIMENTOS

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I - do seu domicílio ou de sua residência;
- II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III - do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

### CAPÍTULO II

#### DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

- I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

## Seção II

### Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da [Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#);

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no [caput e incisos do art. 6º da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos [§§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 \(Código de Processo Civil\)](#).

### Seção III

#### Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficial ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

### CAPÍTULO III

#### DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

### CAPÍTULO IV

#### DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

### TÍTULO V

#### DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## TÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

## TÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a [Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995](#).

Art. 42. O [art. 313 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941](#) (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313. ....

.....

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 43. A [alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. ....

.....

II - .....

.....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

Art. 44. O [art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129. ....

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 45. O [art. 152 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. ....

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Dilma Rousseff*



## ANEXO 2

## Termo de Compromisso Interno



DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO BORJA – RS

A pesquisadora Janete Maria De Conto, RG 5029329901, CPF 547336500-00, residente e domiciliada à Rua Cabo Pedroso, 2455, nesta cidade de São Borja, compromete-se de manter **sigilo absoluto sobre a identidade das pessoas mensuradas nos Boletins de Ocorrência** coletados nesta Delegacia de Polícia de São Borja/RS para desenvolver a pesquisa "Representações Sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS" e a manter-se fiel à realidade investigada.

São Borja, 15 de Outubro de 2010.

  
Janete Maria De Conto

## ANEXO 3

## Registro de Óbito de Maria do Carmo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
 COMARCA DE SÃO BORJA  
 LOIVIA MARIA WELFER - Oficial Designada

ÓBITO Nº 132

CERTIFICO que a fls.172 VERSO, do Livro nº C-1, de Registros de Óbitos foi lavrado em onze de setembro de um mil oitocentos e noventa (11/09/1890), o assento de Maria do Carmo Fagundes, falecida em vinte e sete de agosto de um mil oitocentos e noventa (27/08/1890), às horas IGNORADAS, no banhado da fonte denominada São João, sobre a ponta da restinga, nesta cidade, profissão: não consta, do sexo feminino, de cor branca, natural de Bagé e residente em São Borja, com mais ou menos de 26 a 30 anos de idade, estado civil: ignorado, filha de pais ignorados.

Foi declarante João Gonsalves Caminha, sendo o atestado de óbito firmado por ele delegado de Polícia, que deu como causa da morte: assassinada.

O sepultamento foi feito no Cemitério público desta cidade.

O referido é verdade. Dou fé.

Observações: . .

São Borja, 3 de julho de 2009.

*Loivia Maria Welfer*

Loivia Maria Welfer  
 OFICIAL DESIGNADA

|   |
|---|
| REGISTRO CIVIL<br>LOIVIA M. WELFER<br>Oficial Designada<br>São Borja - RS |
|---|

Selo: 0584.03.0800017.033 63  
 0584.01.0800017.015 22  
 R\$ 17,80

**ANEXO 4****Boletim de Ocorrência 1**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 27/10/2010

Hora da comunicação: 23:05

Data fato: 27/10/2010

Hora do fato: 21:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA CANDIDO FALCAO, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: EM FRENTE XXXXXXXXXXXXX

Tentativa: nao

Flagrante: nao

**Historico**

INFORMA A VITIMA, NA DATA DE HOJE, QUANDO IA CHEGANDO EM CASA, FOI AGREDIDA COM SOCOS, PONTAPES E EMPURROES, DADOS PELO SEU COMPANHEIRO XXXXXXXXX, VINDO A FICAR MACHUCADA. QUE SEGUNDO A VITIMA, O MOTIVO DAS ATITUDES DE XXXXX E POR QUE ELA CHEGOU TARDE E O MESMO ACHOU QUE ELA ESTAVA CAMANGUEANDO. QUE SEGUNDO A VITIMA, TANTO ELA COMO XXXXXX, TRABALHAM NA XXXXXXXXX, SENDO A VITIMA COMO VENDEDORA E XXXXXXXX MOTORISTA. QUE SEGUNDO A VITIMA, VIVE HA 06 ANOS MARITALMENTE COM XXXXXX, NAO POSSUEM FILHOS. QUE SEGUNDO A VITIMA, MANIFESTA ODESEJO DE REPRESENTAR CONTRA XXXXXX, QUERENDO AS MEDIDAS PROTETIVAS DO ESTADO E O AFASTAMENTO DE XXXXXXXX DE CASA. QUE A VITIMA FOI ENCAMINHADA PARA FAZER O AECD. REGISTRA PARA FINS LEGAIS.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 25 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: 1 ENS. MEDIO

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 28 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: 7 ENS. FUND.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>27/10/2010 23:18 |
| Nro: 5560 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>27/10/2010 23:23 |
| Nro: 5559 | Tipo: Perícia em indivíduo            | Data/hora emissão:<br>27/10/2010 23:26 |

#### Movimentações

Data movimentação: 27/10/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 27/10/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 27/10/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 27/10/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 27/10/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 27/10/2010

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 5****Boletim de Ocorrência 2**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 20/10/2010

Hora da comunicação: 08:11

Data fato: 17/10/2010

Hora do fato: 22:50

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA CANDIDO FALCAO, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

COMUNICA QUE SEPAROU SE DE XXXXXXXX HA DOIS ANOS, SENDO QUE VIVEU COM O MESMO POR DOZE ANOS, POSSUINDO DOIS FILHOS DO RELACIONAMENTO, XXXX, DE 06 ANOS E XXXXX, DE 10 ANOS DE IDADE. REFERE QUE HA CERCA DE MAIS DE TRES MESES PASSOU A SER PERTURBADA POR SEU EX MARIDO, O QUAL PASSOU A EFETUAR LIGACOES TELEFONICAS PARA O TRABALHO DA COMUNICANTE, XXXXXXXXXXXX, ONDE A AMEACAVA, QUERENDO REATAR O RELACIONAMENTO, DIZENDO QUE SE A COMUNICANTE NÃO VOLTASSE PARA ELE IA SE MATAR E QUE DIRIA PARA TODO MUNDO QUE A COMUNICANTE TEM AIDS, A FIM DE EVITAR QUE A COMUNICANTE ARRUMASSE OUTRO RELACIONAMENTO. QUE ELE A ESPEROU NA RUA, LHE DEU EMPURROES E CHACOALHOES, DEIXANDO LHE ROXA NOS BRACOS. QUE EM RAZAO DAS REITERADAS LIGACOES DE XXXXXXXX, A COMUNICANTE FOI DESPEDIDA DO EMPREGO. TENDO CONSEGUIDO OUTRO EMPREGO, AS LIGACOES CONTINUARAM E ALEM DAS LIGACOES, O ACUSADO AMEACA TAMBEM ATRAVES DE MENSAGENS NO CELULAR, SEMPRE NOS TERMOS JA MENCIONADOS. QUE TEME PERDER O NOVO EMPREGO DIANTE DAS LIGACOES DE XXXXXXXX, POIS TEM DOIS FILHOS PARA SUSTENTAR E O ACUSADO PAGA PENSAO QUANDO QUER, NAO CUMPRINDO O ACORDO FEITO NA JUSTICA. DIANTE DOS FATOS, MANIFESTA O DESEJO DE REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA XXXXXXXX E REQUER AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. FAZ CONSTAR QUE O ACUSADO E TRABALHADOR RURAL E PASSA A SEMANA NO INTERIOR, ESTANDO NA CIDADE APENAS NOS FINAIS DE SEMANA. NM. PELO PLANTAO. FORNECIDA A 4A VIA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 29 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX  
 Grau de instrução: 6 ENS. FUND.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX Idade: 35 ANOS  
 RG:XXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Profissão: XXXXXXXXXXXX  
 End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX  
 Grau de instrução: 5 ENS. FUND.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX  
 Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX  
 Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXX  
 RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX  
 Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>20/10/2010 08:39 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>20/10/2010 08:49 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>20/10/2010 08:59 |

#### Movimentações

|  |                   |                              |
|--|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>20/10/2010                           | Tipo: Registrada  | Data atualização: 20/10/2010 |
| Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA |                   |                              |
| Data movimentação:<br>20/10/2010                           | Tipo: Movimentada | Data atualização: 20/10/2010 |
| Destino: Secretaria  |                   |                              |
| Data movimentação:<br>23/10/2010                           | Tipo: Movimentada | Data atualização: 23/10/2010 |
| Destino: Procedimento instaurado                           |                   |                              |

**ANEXO 6****Boletim de Ocorrência 3**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 19/09/2010

Hora da comunicação: 16:00

Data fato: 19/09/2010

Hora do fato: 10:20

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020.05 - AMEACA

Local fato: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-- SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

COMUNICA QUE NA DATA DE 19.09.2010, DOMINGO, NA RESIDENCIA CITA RUA XXXXXXXXX, CIDADE DE SAO LUIZ GONZAGA, QUE FOI AMEACADA POR SEU MARIDO XXXXXXXX, O QUAL INCLUSIVE LHE DEU UM SOCO NA BOCA, QUE LHE CAUSOU HEMATOMA NO LABIO SUPERIOR. FOI FORNECIDO AECD. QUE INCLUSIVE XXXXXXXX DISSE O SEGUINTE TU E A TUA FILHA VAO ME PAGAR PELO QUE ME FIZERAM. QUE XXXXXX SE REFERIU A COMUNICANTE E A SUA FILHA XXXXXXXX. QUE APOS O FATO PEGOU SEUS FILHOS E VEIO EMBORA PARA ESTA CIDADE DE SAO BORJA, PARA CASA QUE GANHOU DA PREFEITURA. QUE XXXXX FICOU NA CIDADE DE SAO LUIZ GONZAGA, MAS QUE CONTINUA AMEACANDO PELO TELEFONE DIZENDO QUE VAI VIR ATE SAO BORJA, FALAR COM A COMUNICANTE. QUE TEM MEDO QUE XXXXXX VENHA A FAZER ALGUM MAL A COMUNICANTE E TAMBEM A SUA FILHA. QUE POR ESTE MOTIVO SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA, PARA O IMPEDIMENTO DE XXXXXXXX SE APROXIMAR DA COMUNICANTE E DE SEUS FILHOS E DA RESIDENCIA ONDE ELA ESTA MORANDO ATUALMENTE, NA RUA XXXXXXXXXXXX. QUE ESTEVE CASADA HA CERCA DE 16 ANOS COM XXXXXXXX, COM QUEM TEVE 6 FILHOS TODOS MENORES, OS QUAIS ESTAO MORANDO COM A COMUNICANTE. QUE A CASA ONDE A COMUNICANTE ESTA MORANDO GANHOU DA PREFEITURA, NA VILA XXXXXXXXXXXX. QUE DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA O ACUSADO, PELO CRIME DE AMEACA E DE LESAO CORPORAL.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 38 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: 5 ENS. FUND.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 43 ANOS

RG:XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: 3 ENS. FUND.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Documentos**

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>19/09/2010 11:07 |
| Nro: 1870 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>19/09/2010 11:22 |
| Nro: 1870 | Tipo: Perícia em indivíduo            | Data/hora emissão:<br>19/09/2010 11:34 |

**Movimentações**

|                                  |                  |                              |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>19/09/2010 | Tipo: Registrada | Data atualização: 19/09/2010 |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>19/09/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 19/09/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Secretaria

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>19/09/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 19/09/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Procedimento instaurado



## ANEXO 7

## Boletim de Ocorrência 4

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 01/10/2010

Hora da comunicação: 16:27

Data fato: 01/10/2010

Hora do fato: 14:45

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020.05 - AMEACA

Local fato: RUA CUBA, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: PROXIMO AO CSU ITACHERE

Tentativa: Não

Flagrante: Não

## Historico

VITIMA RELATA QUE VIVEU MARITALMENTE DURANTE 12 ANOS COM O ACUSADO, QUE TEM UM FILHO DE 15 ANOS COM XXXXXXXX, QUE SEPAROU SE HA CERCA DE 02 ANOS DO ACUSADO, SENDO QUE DESDE A SEPARACAO O ACUSADO VEM PERTURBANDO A VITIMA, SENDO QUE AGORA PASSOU A AMEACA LA DE MORTE, QUE O ACUSADO POSSUI UM REVOLVER, EMBORA NUNCA TENHA SACADO A ARMA PARA A VITIMA, O ACUSADO DA A ENTENDER QUE IRA UTILIZAR A ARMA PARA MATALA. QUE HOJE LHE DEU SOCOS E EMPURROES QUE LHE CAUSOU HEMATOMAS E UM CORTE NO ROSTO, DE QUANDO ELE A JOGOU CONTRA O ARMARIO DA COZINHA. QUE DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA XXXXXXXX, QUE TAMBEM REQUER MEDIDAS PROTETIVAS. REGISTRA PARA FINS LEGAIS.

## Dados dos participantes

**Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 32 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: 8 ENS. MEDIO

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 33 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: 5 ENS. FUND.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>01/10/2010 16:37 |
| Nro: 2380 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>01/10/2010 16:44 |
| Nro: 5559 | Tipo: Perícia em indivíduo            | Data/hora emissão:<br>01/10/2010 16:55 |

#### Movimentações

Data movimentação: 01/10/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 01/10/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 01/10/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 01/10/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 01/10/2010 Tipo: Transferida Data atualização: 01/10/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA – 02 DEL. POLICIA

**ANEXO 8****Boletim de Ocorrência 5**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 04/10/2010

Hora da comunicação: 22:11

Data fato: 04/10/2010

Hora do fato: 18:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: OUTROS COUDELARIA DO RINCAO, -SAO BORJA – RS

Ponto referência:

Tentativa: NÃO

Flagrante: NÃO

**Historico**

REGISTRA QUE FOI AGREDIDA PELO COMPANHEIRO, COM QUEM VIVE EM UNIAO ESTAVEL HA TRES ANOS. RELATA QUE JA EFETUOU REGISTROS DE OCORRENCIAS NESTA DELEGACIA, NO MES DE JANEIRO E NO MES DE FEVEREIRO DO ANO CORRENTE, RELATANDO LESAO CORPORAL E AMEACA, RESPECTIVAMENTE. NA PRIMEIRA DELAS NAO REPRESENTOU. NA SEGUNDA OCORRENCIA, REPRESENTOU CRIMINALMENTE, MAS NÃO REQUEREU MEDIDAS PROTETIVAS. NÃO SEPAROU SE DO ACUSADO, ATE AGORA, PORQUE NAO TEM PARA ONDE IR. PENSOU EM MORAR COM A MAE BIOLOGICA, MAS ELA NAO LHE QUER EM CASA. O ACUSADO BEBE MUITO E FICA AGRESSIVO. HOJE, FOI AGREDIDA COM UM CABO DE VASSOURA. SOFREU FERIMENTOS NA CABECA E NA MAO ESQUERDA, SOFREDO FRATURAS NOS DEDOS. REPRESENTA CRIMINALMENTE CONTRA O ACUSADO PELO CRIME DE LESAO CORPORAL. REQUER A CONCESSAO DE MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA PARA QUE O ACUSADO SEJA PROIBIDO DE APROXIMAR SE DA COMUNICANTE.

**Dados dos participantes**

**Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 22 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: 8 ENS. FUND.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 30 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: 6 ENS. FUND.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>04/10/2010 22:41 |
| Nro: 6220 | Tipo: Perícia em indivíduo            | Data/hora emissão:<br>04/10/2010 22:51 |
| Nro: 6220 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>04/10/2010 22:59 |

#### Movimentações

Data movimentação: 04/10/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 04/10/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 04/10/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 04/10/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 04/10/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 04/10/2010

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 9****Boletim de Ocorrência 6**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2011

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 06/06/2011

Hora da comunicação: 23:02

Data fato: 06/06/2011

Hora do fato: 21:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA BORGES DO CANTO, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

REGISTRA QUE FOI AGREDIDA POR SEU COMPANHEIRO XXXXXXXXXXXXX, DE 59 ANOS, COM QUEM VIVE A MAIS DE CINCO ANOS. INFORMA QUE ELE CHEGOU DE TARDEZINHA EM CASA, COM SINTOMAS DE EMBRIAGUES E ELA NAO DEU IMPORTANCIA. ELE SE IRRITOU E COMECOU A PROFERIR PALAVROES E EMPURRA LA, INDO PARA SOCOS E PONTAPES, DEIXANDO LHE HEMATOMAS NOS BRACOS E NAS PERNAS. INFORMA TAMBEM QUE ESSA NAO E A PRIMEIRA VEZ QUE ELE A AGRIDE. ONTEM DIA CINCO, EM TORNO DAS 22:00, QUANDO ELA JA TINHA SE DEITADO PARA DORMIR, ELE JOGOU ALCOOL NO SEU CORPO E AMEACOU ATEAR FOGO NELA. RELATA QUE FICOU MUITO NERVOSA E QUE ESTA COM MEDO QUE ELE FIQUE MAIS AGRESSIVO E QUE NAO SAI DA CASA PORQUE NAO TEM PARA ONDE IR. SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 40 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 59 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>06/06/2011 23:39 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>06/06/2011 23:40 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>06/06/2011 23:45 |

#### Movimentações

Data movimentação: 06/06/2011 Tipo: Registrada Data atualização: 06/06/2011

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 06/06/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 06/06/2011

Destino: Secretaria

Data movimentação: 06/06/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 06/06/2011

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 10****Boletim de Ocorrência 7**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 28/06/2010

Hora da comunicação: 22:00

Data fato: 28/06/2010

Hora do fato: 19:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020.05 – AMEACA

Local fato: ÑHU-PORÃ, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, DE 28 ANOS COMUNICA QUE FOI AGREDIDA COM TAPAS, SOCOS E PONTAPES E AMEAÇADA DE MORTE PELO SEU COMPANHEIRO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DE 56 ANOS. O FATO OCORREU NA RESIDÊNCIA DO CASAL. REGISTRA QUE NÃO FOI A PRIMEIRA VEZ QUE ISSO OCORREIU E QUE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX TEM MUITO CIÚMES DELA E QUANDO BEBE FICA AGRESSIVO. INFORMA QUE DEPOIS QUE FOI AGREDIDA SAIU DE CASA COM SEU FILHO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DE 10 ANOS E FOI PARA A RESIDÊNCIA DE SEUS PAIS, EM SÃO BORJA. REQUER AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXX

Idade: 28 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. COMP.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 56 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>28/06/2010 22:29 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>28/06/2010 22:39 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>28/06/2010 22:59 |

#### Movimentações

Data movimentação: 28/06/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 28/06/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 28/06/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 28/06/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 28/06/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 28/06/2010

Destino: Procedimento instaurado



**ANEXO 11****Boletim de Ocorrência 8**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 06/07/2010

Hora da comunicação: 18:11

Data fato: 06/07/2010

Hora do fato: 14:10

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA SERAFIM VARGAS, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

COMUNICA QUE DURANTE DISCUSSAO COM O MARIDO XXXXXXXXXXXXX, FOI AGREDIDA COM UM FORTE SOCO NA CARA, VINDO A SANGRAR BASTANTE PELO NARIZ E ACHOU QUE TINHA QUEBRADO. XXXXXXXXX VENDO O SANGRAMENTO, O ACUSADO FUGIU DE CASA. ANTES DE SAIR DISSE QUE A CULPADA DE TUDO ERA ELA E QUE ELA AINDA VAI SE ARREPENDER DE TRAIR ELE E ELA GRITOU QUE NUNCA TRAIU O. O SOCO DEIXOU LHE COM O OLHO DIREITO ROXO E O ROSTO INCHADO. COMUNICA QUE FOI ATE O PA DO HOSPITAL POR QUE ESTAVA APAVORADA COM O SANGRAMENTO E RECEBEU OS DEVIDOS CUIDADOS MEDICOS. INFORMA QUE O MARIDO FICOU FORA DE SUA SANIDADE MENTAL DEPOIS QUE FICOU DESEMPREGADO E NÃO CONSEGUIE OUTRO TRABALHO. QUE A VITIMA FOI ENCAMINHADA PARA FAZER AECD. SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 37 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 36 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone:XXXXXXXXXX

Endereço:XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>06/07/2010 18:50 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>06/07/2010 18:53 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>06/07/2010 18:59 |

## Movimentações

|                                  |                  |                              |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>06/07/2010 | Tipo: Registrada | Data atualização: 06/07/2010 |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>06/07/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 06/07/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Secretaria

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>06/07/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 06/07/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 12****Boletim de Ocorrência 9**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 20/07/2010

Hora da comunicação: 09:12

Data fato: 19/07/2010

Hora do fato: 22:40

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020.02 - AMEACA

Local fato: RUA SARANDI, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

COMUNICA QUE O SEU COMPANHEIRO A AMECOU DE MORTE NA NOITE DE ONTEM E DISSE QUE IA SAIR UM POUCO PARA ESFRIAR A CABECA. QUANDO VOLTOU ESTAVA AMIS IRRITADO AINDA. NÃO QUIS COMER A COMIDA QUE ELA TINHA GUARDADO PARA ELE E JOGOU A PANELA NO CHAO. QUANDO ELA FOI JUNTAR ELE DESFERIU UM PONTAPE NAS COSTELAS DA MULHER QUE A DEIXOU SEM PODER RESPIRAR. A MULHER COMUNICA QUE DEPOIS DISSO PEGOU UMAS ROUPAS E FOI PARA A RESIDENCIA DE UMA TIA COM OS TRÊS FILHOS, DE 4, 6 E 7 ANOS. SOLICITA QUE O AGRESSOR NÃO SE APROXIME DELA E DOS FILHOS. REQUER AECD. PEDE AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 25 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 29 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>20/07/2010 10:01 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>20/07/2010 10:09 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>20/07/2010 10:12 |

#### Movimentações

Data movimentação: 20/07/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 20/07/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 20/07/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 20/07/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 20/07/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 20/07/2010

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 13****Boletim de Ocorrência 10**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 10/08/2010

Hora da comunicação: 13:10

Data fato: 10/08/2010

Hora do fato: 11:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020.05 - AMEACA

Local fato: RUA EDDIE FREIRE NUNES, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

VITIMA RELATA QUE VIVE MARITALMENTE COM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX HA 5 ANOS. QUE TEM DOIS FILHOS COM O ACUSADO, SENDO UM DE 5 E OUTRO DE 3 ANOS. QUE COMECOU ATRABALHAR DE FAXINA PARA AJUDAR NAS DESPESAS DA CASA. QUE O ACUSADO TRABALHA POR CONTA PROPRIA DE AUXILIAR DE PEDREIRO E QUE ESTA SEM TRABALHO NO MOMENTO. QUE A MAE DA VITIMA AJUDA A DAR COMIDA PARA OS FILHOS DELES. QUE ELE NÃO QUER MAIS QUE A MAE DA VITIMA VA NA CASA DELES. QUE HOJE, QUANDO A VITIMA IA SAIR PARA TRABALHAR XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX TENTOU IMPEDILA. QUE ELE AMEACOU MATALA SE ELA FICAR SAINDO DE CASA TODA HORA. QUE ELE A AGREDIU COM EMPURROES E CHACOALHOES. QUE SEUS BRACOS FICARAM COM MARCAS ROXAS POR CAUSA DISSO. QUE TEME OUTRAS INVESTIDAS DELE. QUE PRETENDE SAIR DA CASA QUE ALUGAM PRA MORAR ASSIM QUE ARRUMAR OUTRO LUGAR PRA FICAR. SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. VITIMA ENCAMINHADA A AECD.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 20 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 29 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXXX Telefone celular: XXXX  
 Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>10/08/2010 13:34 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>10/08/2010 13:40 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>10/08/2010 13:49 |

#### Movimentações

Data movimentação: 10/08/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 10/08/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 10/08/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 10/08/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 10/08/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 10/08/2010

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 14****Boletim de Ocorrência 11**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 18/09/2010

Hora da comunicação: 08:01

Data fato: 17/09/2010

Hora do fato: 23:50

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA CABO PEDROSO– RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

INFORMA A VITIMA DE 48 ANOS, NA DATA DE HOJE, QUE ONTEM POR VOLTA DAS 23HS. E 50 MINUTOS FOI AGREDIDA COM SOCOS E PONTAPES PELO SEU COMPANHEIRO XXXXXXXX, DE 52 ANOS, VINDO A FICAR MACHUCADA. QUE SEGUNDO A VITIMA, O MOTIVO DAS ATITUDES DE XXXXX E POR QUE ELA ESTAVA CUIDANDO DO PAI NO HOSPITAL DURANTE O DIA E A NOITE DE ONTEM ATE AS 23 HORAS. QUE POR ISSO CHEGOU TARDE EM CASA E QUE XXXXXXXX NÃO QUERIA DEIXA LA ENTRAR EM CASA. QUE CONSEGUIU ENTRAR PELA PORTA DOS FUNDOS QUE ESTAVA ENCOSTADA. QUE XXXXXXXX VENDO A DENTRO DE CASA COMECOU A AGREDI-LA. QUE XXXXXXXX SO PAROU DEPOIS QUE O FILHO DA VITIMA CHEGOU EM CASA E MANDOU ELE PARAR. A VITIMA FICOU COM ESCORIACOES NAS PERNAS E ROXOS E INCHACOS NOS BRACOS. VITIMA ENCAMINHADA PARA FAZER AECD. SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DO ESTADO E REQUER O AFASTAMENTO DO ACUSADO DE CASA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXX

Idade: 48 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. COMP.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 52 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>18/09/2010 08:25 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>18/09/2010 08:28 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>18/09/2010 08:29 |

#### Movimentações

Data movimentação: 18/09/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 18/09/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 18/09/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 18/09/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 18/09/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 18/09/2010

Destino: Procedimento instaurado



**ANEXO 15****Boletim de Ocorrência 12**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 02/11/2010

Hora da comunicação: 16:40

Data fato: 02/11/2010

Hora do fato: 12:20

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA PABLO NERUDA, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

COMUNICA QUE POR VOLTA DAS 12 HORAS E 20 MINUTOS DE HOJE, APÓS DISCUTIR COM SEU ESPOSO FOI AGREDIDA POR ELE A SOCOS E PONTAPES E FOI AMEACADA COM UMA FACA QUE ELA USA NA COZINHA. REGISTRA QUE A FILHA DE 02 ANOS ESTAVA ASSISTINDO TELEVISAO E QUE O HOMEM FICOU BRABO POR QUE O VOLUME ESTAVA MUITO ALTO E ELE ESTAVA COM DOR DE CABECA. A COMUNICANTE AFIRMA QUE BAIXOU O VOLUME. QUE O HOMEM PEGOU O CONTROLE DA MAO DELA E QUEBROU NO CHAO, PISSOTEANDO O OBJETO. QUE DEPOIS DISSO ELE SE POS A AGREDI LA E A GRITAR COM ELA E COM A FILHA. COMUNICANTE ENCAMINHADA PARA AECD. PEDE AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. REGISTRA PARA FINS LEGAIS.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 24 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO. COMP.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXXXXX

Idade: 21 ANOS

RG: XXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. COMP.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

Nro: 1 Tipo: Termo de declarações Data/hora emissão:  
02/11/2010 16:51

Nro: 2 Tipo: Termo de declarações Data/hora emissão:  
02/11/2010 16:54

Nro: 3393 Tipo: Solicitação de Medida Protetiva Data/hora emissão:  
02/11/2010 16:59

#### Movimentações

Data movimentação: Tipo: Registrada Data atualização: 02/11/2010  
02/11/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: Tipo: Movimentada Data atualização: 02/11/2010  
02/11/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: Tipo: Movimentada Data atualização: 02/11/2010  
02/11/2010

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 16****Boletim de Ocorrência 13**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 16/11/2010

Hora da comunicação: 07:59

Data fato: 15/11/2010

Hora do fato: 22:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020.05 - EMEACA

Local fato: RUA ITAJAI, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

COMUNICA QUE ENCONTRA SE SEPARADA DO SEU COMPANHEIRO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX A SEIS MESES. QUE SE SEPAROU DELE DEVIDO AS INUMERAS BRIGAS E DESCONFIANCAS DE TRAICAO. QUE DEPOIS QUE SE SEPAROU, ARRUMOU EMPREGO DE VENDEDORA NA LOJA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. QUE O ACUSADO NUNCA PAGOU A PENSAO ALIMENTICIA DOS DOIS FILHOS, DE 03 E DE 05 ANOS. QUE SOMENTE ELA SUSTENTA OS FILHOS E A CASA. QUE ANTEONTEM ELE LIGOU PEDINDO PARA VER AS CRIANCAS E ELA DEIXOU. QUE ONTEM ELE FOI VISITAR AS CRIANCAS E NAO QUERIA MAIS SAIR DA CASA DIZENDO QUE ELE IRIA FICAR ALI MESMO. REGISTRA QUE PEDIU PARA ELE IR EMBORA E COMECARAM A DISCUTIR ATE ELE EMPURRA LA COM FORCA E ELA CAIR, VINDO A SE MACHUCAR COM A QUEDA. QUE DEPOIS DE AGREDILA FOI EMBORA. AMEACANDO E PROFERINDO PALAVROES CONTRA A COMUNICANTE E A FAMILIA DELA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 23 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO. COMP.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 24 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>16/11/2010 08:23 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>16/11/2010 08:29 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>16/11/2010 08:36 |

#### Movimentações

Data movimentação: 16/11/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 16/11/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 16/11/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 16/11/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 16/11/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 16/11/2010

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 17****Boletim de Ocorrência 14**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 26/12/2010

Hora da comunicação: 08:02

Data fato: 25/12/2010

Hora do fato: 22:45

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA CURUPAITI, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

VITIMA RELATA QUE ESTA SEPARADA DE XXXXXXXXXX HA 02 MESES, COM QUEM VIVEU EM UNIAO ESTAVEL POR MAIS DE CINCO ANOS. QUE NAO QUIS MAIS VIVER COM O COMPANHEIRO POR CAUSA DAS BRIGAS E DAS CONSTANTES AMEACAS. QUE REGISTROU OCORRENCIAS DE AMEACA NESTA DELEGACIA NOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DESSE ANO. QUE DIA 24 CORRENTE, ELE APARECEU NA SUA RESIDENCIA E PEDIU PERDAO E PEDIU PARA PASSAR O NATAL COM A VITIMA E COM OS FILHOS. QUE NAO TEVE FILHOS COM O ACUSADO. QUE AS CRIANCAS SAO DE UMA UNIAO ANTERIOR. XXXXXXXX ACEITOU QUE XXXXXXXX PASSASSE O NATAL COM A FAMILIA E ELE FOI AO MERCADO FAZER ALGUMAS COMPRAS. QUE DIA 25 ELE BEBEU MUITO, INDO ALEM DA CONTA. QUE A VITIMA TAMBEM BEBEU UM POUCO COM ELE. QUE A NOITE, POR VOLTA DAS 22 HORAS E 45 MIN. COMECARAM A DISCUTIR. QUE XXXXXXXX A ASSEGUROU PELO BRACO E BATEU NO ROSTO DA VITIMA VARIAS VEZES. QUE A VITIMA TENTOU REAGIR ARRANHANDO O ROSTO E OS BRACOS DE XXXXXXXX. QUE XXXXXXXX LHE PUXOU PELOS CABELOS. QUE A VITIMA GRITOU POR SOCORRO E SUA VIZINHA INTERFERIU NA BRIGA. XXXXXXXX FOI EMBORA. A VITIMA FOI ENCAMINHADA PARA FAZER AECD. SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA E PEDE QUE O ACUSADO NAO SE APROXIME DELA, CONFORME A LEI.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXX

Idade: 28 ANOS

RG: XXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 35 ANOS

RG:XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Documentos**

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>26/12/2010 08:16 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>26/12/2010 08:19 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>26/12/2010 08:29 |

**Movimentações**

|                                  |                  |                              |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>26/12/2010 | Tipo: Registrada | Data atualização: 26/12/2010 |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>26/12/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 26/12/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Secretaria

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>26/12/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 26/12/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 18****Boletim de Ocorrência 15**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 26/12/2010

Hora da comunicação: 09:15

Data fato: 25/12/2010

Hora do fato: 16:30

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020 - AMEACA

Local fato: RUA CAMPOS SALES, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

REGISTRA QUE FOI AGREDIDA POR XXXXXXXXXXXX, DE 29 ANOS, COM QUEM VIVE MARITALMENTE A SEIS MESES. INFORMA QUE ELE E ELA FORAM FESTEJAR O NATAL COM ALGUNS FAMILIARES E QUE ELA RESOLVEU IR MAIS CEDO PARA CASA POR QUE QUERIA ARRUMAR A CASA, POIS PRECISAVA TRABALHAR HOJE, DIA 26. QUE AO CHEGAR EM CASA, RECEBEU A VISITA DE UM AMIGO DELES E FICOU CONVERSANDO UM POUCO COM O HOMEM NA SALA. QUE O AMIGO EM SEGUIDA FOI EMBORA E QUE ALGUEM FEZ FOFOCA PARA XXXXXXXXXXXX QUE VOLTOU CORRENDO PRA CASA E NAO ENCONTROU MAIS O VISITANTE. QUE XXXXXXXXXXXX PEGOU AS ROUPAS DA COMUNICANTE E JOGOU FOGO NELAS NO FUNDO DO PATIO. QUE AGORA NAO TEM ROUPAS NEM PARA IR TRABALHAR. COMUNICA QUE FICOU BRABA E SE BOTOU NO COMPANHEIRO A TAPAS E QUE ELE DESFERIU LHE UMA BOFETADA QUE A FEZ CAIR NO CHAO E QUE ELE LHE DEU CHUTES PELO CORPO. QUE ELE DISSE QUE ELA ERA CAMANGA DE XXXXXXXXXXXX E QUE AINDA VAI MATA LA. COMUNICA QUE ESTA SENTINDO MUITA DOR PELO CORPO.

A VITIMA FOI ENCAMINHADA PARA FAZER AECD. QUE SEGUNDO A VITIMA MANIFESTA O DESEJO DE REPRESENTAR CONTRA XXXXXXXXXXXX E PEDE AS MEDIDAS PROTETIVAS DO ESTADO E O AFASTAMENTO DE XXXXXXXXXXXX DE CASA. REGISTRA PARA FINS LEGAIS.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 18 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 29 ANOS

RG:XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Documentos**

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>26/12/2010 09:30 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>26/12/2010 09:32 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>26/12/2010 09:35 |

**Movimentações**

|                                  |                  |                              |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>26/12/2010 | Tipo: Registrada | Data atualização: 26/12/2010 |
|----------------------------------|------------------|------------------------------|

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>26/12/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 26/12/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Secretaria

|                                  |                   |                              |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Data movimentação:<br>26/12/2010 | Tipo: Movimentada | Data atualização: 26/12/2010 |
|----------------------------------|-------------------|------------------------------|

Destino: Procedimento instaurado



**ANEXO 19****Boletim de Ocorrência 16**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2010

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 31/12/2010

Hora da comunicação: 16:05

Data fato: 31/12/2010

Hora do fato: 14:00

Fato: 2020.05 – AMEACA

Local fato: RUA MANCIAS ALVES, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

COMUNICA QUE TEM SIDO AMEACADA PELO SEU EX COMPANHEIRO, COM QUEM VIVEU MARITALMENTE POR DOIS ANOS. QUE XXXXXXXXX LIGA PARA O SEU CELULAR DIARIAMENTE E DIZ QUE SE ELA NÃO VOLTAR PARA ELE, ELA VAI SE ARREPENDER E QUE ELE JA SABE COMO DESTRUIR A VIDA DELA. NO DIA DE HOJE, POR VOLTA DAS 14 HORAS, XXXXXXXXX FOI ATE A CASA DA COMUNICANTE E COMO ELA NÃO QUIZ FALAR COM ELE E NAO O DEIXOU ENTRAR NA CASA, O HOMEM FICOU FALANDO PALAVROES DE BAIXO CALAO PARA ELA, DA RUA. O AGRESSOR DISSE QUE NAO VAI DEIXA LA EM PAZ SE ELA NAO VOLTAR PRA ELE E QUE PRETENDE DAR UM TIRO NA CABECA DELA E DEPOIS SE MATAR, SE ELA CONTINUAR INDO EM BAILES. REGISTRA QUE NAO SABE SE O AGRESSOR TEM POSSE DE ARMA DE FOGO, MAS QUE ESTA SENTINDO MEDO DE SAIR DE CASA. REGISTRA PARA FINS LEGAIS E SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI E O AFASTAMENTO DE XXXXXXXXX DELA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXX

Idade: 19 ANOS

RG: XXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXX

Idade: 25 ANOS

RG: XXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>31/12/2010 16:27 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>31/12/2010 16:29 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>31/12/2010 16:32 |

#### Movimentações

Data movimentação: 31/12/2010 Tipo: Registrada Data atualização: 31/12/2010

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 31/12/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 31/12/2010

Destino: Secretaria

Data movimentação: 31/12/2010 Tipo: Movimentada Data atualização: 31/12/2010

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 20****Boletim de Ocorrência 17**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2011

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 01/01/2011

Hora da comunicação: 08:11

Data fato: 31/12/2010

Hora do fato: 23:55

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA MOREIRA CESAR, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

REGISTRA QUE FOI AGREDIDA POR SEU COMPANHEIRO XXXXXXXXXXXXX, DE 23 ANOS, COM QUEM VIVE A POUCO MAIS DE TRES ANOS. INFORMA QUE O CASAL FOI PARA O BAILE NO CLUBE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, SITO A RUA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E QUE LA O HOMEM TERIA BEBIDO DEMAIS E DECIDIU IR EMBORA. QUE ELA NAO QUIS IR COM ELE. QUE ELE FICOU ENFURECIDO E A TIROU DO LOCAL AOS EMPURROES E AOS GRITOS. QUE QUANDO CHEGARAM EM CASA XXXXXXXXXXXXX DEU LHE SOCOS E PONTAPES E CHACOALHOES. QUE APRESENTA LESOES POR TODO O CORPO E QUE SENTE MUITA DOR. QUE DEPOIS DE BATER NELA, O HOMEM ESCONDEU AS CHAVES DAS PORTAS E A MANDOU DORMIR. QUE A COMUNICANTE ESPEROU O XXXXXXXXXXXXX DORMIR E SAIU DE CASA POR UMA JANELA SO COM A ROUPA DO CORPO E FOI PARA A CASA DA MAE. A VITIMA FOI ENCAMINHADA PARA FAZER AECD. SOLICITA AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. COMUNICA QUE PRETENDE REPRESENTAR CONTRA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 18 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 23 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX  
 Grau de instrução: ENS. MEDIO. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>01/01/2011 08:30 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>01/01/2011 08:34 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>01/01/2011 08:37 |

#### Movimentações

Data movimentação: 01/01/2011 Tipo: Registrada Data atualização: 01/01/2011

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 01/01/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 01/01/2011

Destino: Secretaria

Data movimentação: 01/01/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 01/01/2011

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 21****Boletim de Ocorrência 18**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2011

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 21/02/2011

Hora da comunicação: 08:23

Data fato: 20/02/2011

Hora do fato: 21:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL E 2020.05 - AMEACA

Local fato: RUA ALVARO BATISTA, -- SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

VITIMA RELATA QUE FOI OFENDIDA MORALMENTE PELO SEU COMPANHEIRO XXXXXXXXXXXXXXXX, NA NOITE DE ONTEM, DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2011, POR VOLTA DAS 21 HORAS. QUE TAMBEM SOFREU AGRESSAO FISICA E AMEACA DE MORTE. INFORMA QUE A BRIGA ENTRE O CASAL COMECOU POR QUE XXXXXXXX QUERIA IR PARA O CARNAVAL DO PORTO SOZINHO EQU E A PROIBIU DE SAIR DE CASA ATRAS DELE. RELATA QUE FOI SE ARRUMAR PARA SAIR E QUE ELE A ESBOFETEOU VARIAS VEZES E DISSE TU NAO SAI ATRAS DE MIM. RELATA QUE O XXXXXXXXXXXXXXXX SAIU ONTEM EM TORNO DAS 21 HORAS E TRINTA MINUTOS E NAO RETORNOU AINDA. ENCAMINHADA PARA AECD, SOLICITA AFASTAMENTO DE XXXXXXXX DO LAR E AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXX

Idade: 28 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO. COM.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXXXXX

Idade: 29 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. MEDIO. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

Nro: 1 Tipo: Termo de declarações Data/hora emissão:  
21/02/2011 08:45

Nro: 2 Tipo: Termo de declarações Data/hora emissão:  
21/02/2011 08:48

Nro: 3393 Tipo: Solicitação de Medida Protetiva Data/hora emissão:  
21/02/2011 08:49

#### Movimentações

Data movimentação: 21/02/2011 Tipo: Registrada Data atualização: 21/02/2011

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 21/02/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 21/02/2011

Destino: Secretaria

Data movimentação: 21/02/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 21/02/2011

Destino: Procedimento instaurado

**ANEXO 22****Boletim de Ocorrência 19**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2011

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 07/03/2011

Hora da comunicação: 10:12

Data fato: 06/03/2011

Hora do fato: 23:00

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA BOMPLANT, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

REGISTRA QUE NA NOITE DE ONTEM, POR VOLTA DAS 23 HORAS FOI AGREDIDA POR SEU COMPANHEIRO XXXXXXXXXXXXX, COM SOCOS E PONTAPES. QUE UM SOCO NA BOCA LHE CAUSOU CORTE NO LABIO. QUE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX A PEGOU PELOS CABELOS E TORCEU SEU BRACO DIREITO PROVOCANDO DOR PROFUNDA. INFORMA QUE XXXXXXXXXXXX A EMPURROU NA ESCADA DOS FUNDOS DA CASA. QUE A COMUNICANTE CAIU EM VIRTUDE DO EMPURRAO E FRATUROU A PERNA. QUE XXXXXXXXXXXXX A AGREDIU, POIS A COMUNICANTE NÃO QUER MAIS VIVER COM ELE. QUE QUANDO PEDIU A SEPARACAO, XXXXXXXXXXXXX FICOU LOUCO E DISSE QUE NÃO VAI DAR ESSA FELICIDADE PRA ELA. FOI FORNECIDO AECD. QUE DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA XXXXXXXXXXXX E QUE REQUER MEDIDAS PROTETIVAS . REGISTRA PARA FINS LEGAIS.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 46 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 53 ANOS

RG: XXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

Nro: 1 Tipo: Termo de declarações Data/hora emissão:  
07/03/2011 10:42

Nro: 2 Tipo: Termo de declarações Data/hora emissão:  
07/03/2011 10:45

Nro: 3393 Tipo: Solicitação de Medida Protetiva Data/hora emissão:  
07/03/2011 10:49

#### Movimentações

Data movimentação: 07/03/2011 Tipo: Registrada Data atualização: 07/03/2011

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 07/03/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 07/03/2011

Destino: Secretaria

Data movimentação: 07/03/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 07/03/2011

Destino: Procedimento instaurado



**ANEXO 23****Boletim de Ocorrência 20**

Órgão: 15.23.28 - SAO BORJA – 01 DEL. POLICIA

Ano registro: 2011

Número ocorrência: xxxxx

NGO: 0

Origem: Pessoal

Data comunicação: 25/04/2011

Hora da comunicação: 08:07

Data fato: 24/04/2011

Hora do fato: 20:50

Fato: 2010.18 – LESAO CORPORAL

Local fato: RUA ALVARO BATISTA, SAO BORJA – RS

Ponto referência: XXXXXXXX

Tentativa: Não

Flagrante: Não

**Historico**

VITIMA REGISTRA QUE NA NOITE DE ONTEM, POR VOLTA DAS 20 HS. E 50 MIN. , SEU MARIDO CHEGOU EM CASA BEBADO E DISSE QUE IA QUEBRAR TUDO DENTRO DE CASA, INCLUSIVE A MULHER E OS QUATRO FILHOS E A SOGRA. QUE A CASA E DA MAE DELA E ELES MORAM DE FAVOR E QUE ELE VIVE BRIGANDO COM A SOGRA. COMUNICA QUE E CASADA COM O AGRESSOR A 8 ANOS, COM QUEM TEM QUATRO FILHOS, TRES MENINAS E UM MENINO, DE 7, 5 E 2 ANOS. QUE AS CRIANCAS VIVEM COM MEDO DO PAI QUE BATE NELAS COM FREEQUENCIA. QUE NA NOITE PASSADA ELE LHE DEU UNS TAPAS E A EMPURROU CONTRA O ROUPEIRO. QUE COM O IMPACTO QUEBOU A PORTA E O ESPELHO DO ROUPEIRO FICANDO COM CORTES NA PARTE DE TRAZ DO BRACO ESQUERDO. QUE ELA TEM MEDO QUE ELE VENHA A FAZER UM MAL MAIOR A ELA E AO RESTANTE DA FAMILIA. A VITIMA FOI ENCAMINHADA PRA FAZER AECD. PEDE AS MEDIDAS PROTETIVAS DO ESTADO.

**Dados dos participantes****Nome da vítima:** XXXXXXXXXXXX

Idade: 24 ANOS

RG: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. COMP.

**Nome do acusado:** XXXXXXXXXXXXX

Idade: 25 ANOS

RG:XXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXX

Profissão: XXXXXXXXXXXXX

End. residencial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

End. Profissional: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone residencial: XXXXXXXX Telefone profissional: XXXXXXXX Telefone celular: XXXX

Grau de instrução: ENS. FUND. INC.

**Nome da testemunha 1:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 2:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

**Nome da testemunha 3:** XXXXXXXXXXXXX

RG: XXXXXXXX CPF: XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Documentos

|           |                                       |  |
|-----------|---------------------------------------|--|
| Nro: 1    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>25/04/2011 08:29 |
| Nro: 2    | Tipo: Termo de declarações            | Data/hora emissão:<br>25/04/2011 08:32 |
| Nro: 3393 | Tipo: Solicitação de Medida Protetiva | Data/hora emissão:<br>25/04/2011 08:35 |

#### Movimentações

Data movimentação: 25/04/2011 Tipo: Registrada Data atualização: 25/04/2011

Destino: Delegacia Distrital – SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA

Data movimentação: 25/04/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 25/04/2011

Destino: Secretaria

Data movimentação: 25/04/2011 Tipo: Movimentada Data atualização: 25/04/2011

Destino: Procedimento instaurado

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

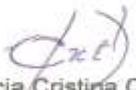
Foco da Sondagem: Representações Sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS.

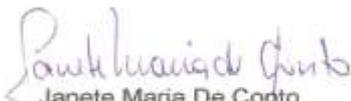
Prezado Senhor:

A disciplina de Elaboração de Tese do Curso de Doutorado do PPGL da UFSM é um passo preparatório para a tese de final de curso que todo professor de linguagem precisa realizar como parte de seu processo formativo. Como tal, pretendo conciliar a discussão sobre as representações sociais de mulheres em situação de violência, realizadas linguisticamente nos Boletins de Ocorrência, no momento do registro da ocorrência. A discussão parte da investigação do contexto sócio-histórico de São Borja/RS, perpassando o mito da Maria do Carmo. A partir daí, a discussão centra-se nos Boletins de Ocorrência selecionados.

Para tanto, eu, Marcia Cristina Corrêa, orientadora do projeto acima nominado, e, Janete Maria De Conto, estudante do curso de Doutorado – Estudos Linguísticos, da UFSM, vimos por meio deste requerimento solicitar a sua autorização para que possamos utilizar, na condição de pesquisadoras, os Boletins de Ocorrência, transcritos a partir de registros de ocorrência de mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, recorrentes no período de junho de 2010 a maio de 2011, que estão sob sua responsabilidade. Agradecendo pela atenção e pela acolhida, colocamo-nos ao seu dispor para esclarecimentos que se façam necessários, solicitando que, se estiver de acordo com o aqui exposto, assine o termo de consentimento livre e esclarecido constante a seguir.

Atenciosamente,

  
Marcia Cristina Corrêa  
Professora orientadora  
PPGL UFSM  
RG: 6012680487  
[macrisco@gmail.com](mailto:macrisco@gmail.com)

  
Janete Maria De Conto  
Doutoranda  
PPGL UFSM Estudos Linguísticos  
RG: 5029329901  
[jm.conto@gmail.com](mailto:jm.conto@gmail.com)

Santa Maria, 23 de setembro de 2010.

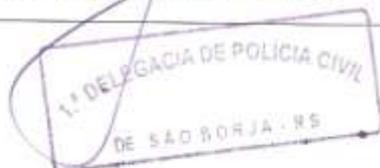
Após ler e receber explicações sobre esta sondagem de dados e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos e tudo o que tiver relação com a pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade;
4. procurar esclarecimentos com o proponente da pesquisa sempre que necessário;
5. permitir que qualquer divulgação de dados relativos à sondagem (boletins de ocorrência e entrevistas) seja feita preservando o anonimato e sigilo das informações

Declaro estar ciente do exposto e aceito participar da sondagem de dados.

São Borja, 23 de Setembro de 2010.

|   |  |
|---|--|
| Nome do Delegado responsável pela Central Judiciária de Polícia em São Borja, RS: | Gerri Adriani Mendes<br>RG: 8036207853 |
| Assinatura:   |  |
| Endereço, telefone para contato ou e-mail:  | (55) 3431 6840<br>gerri@asdep.com.br   |



## APÊNDICE B

### AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Autorizo, única e exclusivamente, para fins de pesquisa acadêmico-científica a coleta de dados sobre registros de ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, realizados no período compreendido entre junho de 2010 e maio de 2010, na Central de Polícia Judiciária, Departamento de Polícia do Interior, do município de São Borja, RS.

Declaro estar ciente de que estes dados serão utilizados para realizar o projeto intitulado: *Representações Sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS*, desenvolvido pela pesquisadora responsável Prof.<sup>a</sup> Dr. Marcia Cristina Corrêa e pela aluna de doutorado em Estudos Linguísticos, Prof.<sup>a</sup> Janete Maria De Conto, respectivamente docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Afirmo conhecer e ter recebido explicações sobre o objetivo deste projeto de pesquisa que é investigar e interpretar as representações sociais da mulher que sofre ou sofreu agressão praticada por seu companheiro/marido em âmbito privado no contexto sócio-histórico de São Borja/RS. Para que este estudo seja realizado, autorizo o uso de 20 Boletins de Ocorrência, lavrados no período supracitado, sendo priorizado o sigilo sobre a identidade das pessoas envolvidas nesse processo.

A análise e discussão desses dados estarão inseridas na tese de doutorado da Prof.<sup>a</sup> Janete Maria De Conto, à qual recebi explicações de que terei livre acesso e, no caso de não concordar com o seu andamento, a instituição possui o direito de se retirar, sem penalidades ou prejuízos.

Ciente e de acordo com o anteriormente exposto, eu, **GERRI ADRIANI MENDES**, Delegado responsável pela Central de Polícia Judiciária de São Borja, RS, concordo em participar desta pesquisa, assinando esta autorização em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

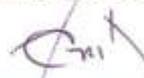


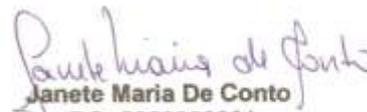
**Gerri Adriano Mendes**  
 RG: 8036207853  
 Delegado de Polícia  
 Matr. 1.413.204-4



Declaramos que obtivemos de forma apropriada e voluntária a autorização da empresa para participar deste estudo.

Santa Maria, 23 de Setembro de 2010.

  
**Marcia Cristina Corrêa**  
 RG: 6012880487

  
**Janete Maria De Conto**  
 RG: 5029329901

**APÊNDICE C****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

**Título do Projeto:** Representações Sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS

**Pesquisadora responsável:** Marcia Cristina Corrêa

**Aluna de mestrado:** Janete Maria De Conto

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria – RS / Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL

**Telefone para contato:** 55 3431 2421 / 55 9161 7448

**Local de coleta dos dados:** Central de Polícia Judiciária, Departamento de Polícia do Interior, São Borja, RS

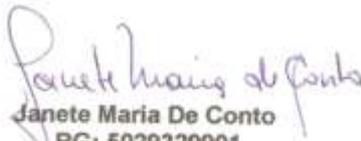
A pesquisadora do presente projeto e a aluna de doutorado se comprometem a preservar a privacidade das pessoas cujos dados serão coletados nos Boletins de Ocorrência, lavrados na Central de Polícia Judiciária, Departamento de Polícia do Interior, São Borja/RS, no período de junho de 2010 a maio de 2011.

Concordamos, igualmente, que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pelo presente projeto, profa Dr. Marcia Cristina Corrêa, no Departamento de Letras Clássicas e Linguística, sala n° 3219, prédio 16, bloco A2, do Centro de Artes e Letras (CAL), por um período de dois (02) anos. Após esse período, os dados serão destruídos.

A instituição será referenciada na Tese com sua nomenclatura própria, os profissionais que prestam atendimento às denunciadas serão nominados pelos seus cargos e os participantes da ocorrência serão nominados de acordo com as referências a eles nos Boletins de Ocorrência.

Santa Maria, 23 de Setembro de 2010.

  
**Marcia Cristina Corrêa**  
RG: 6012880487

  
**Janete Maria De Conto**  
RG: 5029329901